GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL GDF

DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL

ANO XXIII Nº 59 SEXTA-FEIRA, 26 DE MARÇO DE 1999 PREÇO: R$ 0,66

SUMÁRIO

SEÇÃO I

	PÁGINA
ATOS DO PODER EXECUTIVO	1
VICE GOVERNADORIA	4
SECRETARIA DE FAZENDA	4
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	8
SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	9
SECRETARIA DE OBRAS	10
SECRETARIA DE TRANSPORTES	16
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	16
SECRETARIA DE CULTURA	16
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL	17
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	17
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	17
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	18

SEÇÃO II

ATOS DO PODER EXECUTIVO	30
VICE GOVERNADORIA	37
CASA MILITAR	38
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	38
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	38
SECRETARIA DE OBRAS	44
SECRETARIA DE AGRICULTURA	44
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	44
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	45
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	46
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	46

SEÇÃO III

ATOS DO PODER LEGISLATIVO	47
VICE GOVERNADORIA	47
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	47
SECRETARIA DE FAZENDA	49
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	51
SECRETARIA DE OBRAS	51
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL	52
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	52
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL	52
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	53
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	53
SECRETARIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	53
INEDITORIAIS	53
ÍNDICE	54

ESTAMOS DEVOLVENDO AO DISTRITO FEDERAL O QUE ESTAVA FALTANDO EM MATERIA DE SEGURANÇA: PULSO.

Secretaria de Segurança Pública Governo do Distrito Federal

ATOS DO PODER EXECUTIVO

SEÇÃO I

DECRETO Nº 20.123, DE 25 DE MARÇO DE 1999

Dispõe sobre a proibição de que trata o Decreto Nº 18.998, de 12 de janeiro de 1998.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, decreta:

Art. 1º Fica excluído da proibição de que trata o Decreto Nº 18.998, de 12 de janeiro de 1998, o cargo em comissão, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, Símbolo DFG-06, de Chefe da Seção de Transportes Setorial do Departamento de Engenharia e Mecanização Agrícola da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Brasília, 25 de março de 1999
111º da República e 39º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO Nº 20.124, DE 25 DE MARÇO DE 1999

Introduz alterações no Decreto nº 18.955, de 22 de dezembro de 1997 - 7ª alteração.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal e o art. 78 da Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, e tendo em vista o disposto nos Convênios ICMS citados no texto, decreta:

Art. 1º O Decreto nº 18.955, de 22 de dezembro de 1997, que regulamenta o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, fica alterado como segue:

I - o art. 150 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 150. A Nota Fiscal de Serviço de Telecomunicações, quando o serviço for prestado mediante ficha, cartão ou assemelhado, será emitida no momento da entrega, real ou simbólica, a terceiro para fornecimento a usuário, com destaque do valor do imposto devido, calculado com base no valor tarifário vigente nessa data (Convênio ICMS 126/98).

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se, também, à remessa a estabelecimento da mesma empresa de telecomunicação localizado na mesma unidade federada, para fornecimento ao usuário do serviço.";

II - o atual parágrafo único do art. 151 passa a denominar-se § 1º com a seguinte redação:

"Art. 151. .....

§ 1º A Nota Fiscal de Serviço de Telecomunicação será emitida por sistema eletrônico de processamento de dados, observado o Convênio ICMS 57/95, em uma única via, com numeração seqüencial e mensal, abrangendo toda a área de operação (Convênio ICMS 126/98).";

III - ficam acrescentados os seguintes §§ 2º e 3º ao art. 151:

"Art. 151. .....

§ 2º A emissão do documento previsto no parágrafo anterior será feita em papel que contenha dispositivos de segurança previstos no Convênio ICMS 58/95, dispensada a calcografia (talho doce).

§ 3º Poderá ser dispensada a exigência prevista no parágrafo anterior, quando o usuário do serviço não for pessoa inscrita no CF/DF, hipótese em que poderá, também, não ser exigida, a autorização para a sua impressão (Convênio ICMS 126/98).";

IV- o caput do art. 262 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 262. As operações relacionadas com a securitização e o EGF – COV serão efetuadas sob a mesma inscrição utilizada no CF/DF referente às operações de compra e venda de produtos agrícolas amparadas por contratos de opções denominados "Mercado de Opções do Estoque Estratégico" de que trata o Conv. ICMS 26/96 (Convênio ICMS 124/98).";

V- o art. 298 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 298. Fica concedido às empresas de serviços públicos de telecomunicações listadas no § 1º deste artigo,

doravante denominadas simplesmente empresa de telecomunicação, regime especial para cumprimento de obrigações tributárias relacionadas com o ICMS, nos seguintes termos (Convênio ICMS 126/98):

I - a empresa de telecomunicação, deverá manter:

a) apenas um de seus estabelecimentos inscrito no CF/DF, dispensados dessa exigência os demais locais onde exercer sua atividade;

b) centralizada a escrituração fiscal e o recolhimento do ICMS correspondente;

II - o imposto devido por todos os estabelecimentos da empresa de telecomunicação será apurado e recolhido por meio de um só documento de arrecadação, obedecidos os demais requisitos quanto à forma e prazos previstos neste Regulamento, ressalvadas as hipóteses em que é exigido o recolhimento do imposto de forma especial;

III - serão consideradas, para a apuração do imposto, as Notas Fiscais de Serviço de Telecomunicações, emitida durante o período de apuração, juntamente com as Notas Fiscais referentes às operações com mercadorias;

IV - a empresa de telecomunicação, relativamente aos estabelecimentos que não possuam inscrição própria, cumprirá todas as obrigações tributárias não excepcionadas, devendo, no tocante à declaração de dados informativos, necessários à apuração dos índices de participação dos municípios no produto da arrecadação do ICMS, observar o estabelecido neste Regulamento;

V - na cessão onerosa de meios das redes de telecomunicações a outras empresas de telecomunicações, nos casos em que a cessionária não se constitua usuário final, ou seja, quando utilizar tais meios para prestar serviços públicos de telecomunicações a seus usuários, o imposto será devido apenas sobre o preço do serviço cobrado do usuário final;

VI - o ICMS relativo aos serviços de telecomunicações será devido ao Distrito Federal, observado o disposto no art. 4º, inciso III (Lei Complementar nº 87/96, art. 11, inciso III);

VII - em relação a cada Posto de Serviço, poderá a empresa de telecomunicação ser autorizada a emitir, ao final do dia, documento interno que conterá, além dos demais requisitos, o resumo diário dos serviços prestados, a série e subsérie e o número ou código de controle correspondente ao posto, bem como, a manter impresso deste documento, em poder de preposto.

§ 1º Consideram-se empresas de serviços públicos de telecomunicações de que trata este artigo:

I - Telecomunicações de Brasília S.A. – TELEBRASÍLIA;

II - TELEBRASÍLIA Celular S.A.;

III - AMERICEL S.A..

§ 2º Concedida a autorização prevista no inciso VII, além das demais exigências, observar-se-á o que segue:

I - deverão ser indicados no livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrência os impressos dos documentos internos destinados a cada posto;

II - no último dia de cada mês, será emitida a Nota Fiscal de Serviço de Telecomunicações, de subsérie especial, abrangendo todos os documentos internos emitidos no mês, com destaque do ICMS devido.

§ 3º Serão conservados, para exibição ao Fisco, durante o prazo previsto no art. 163, deste Regulamento, uma via do documento interno emitido e todos os documentos que serviram de base para a sua emissão, sujeitando-se a todas as demais normas relativas a documentos fiscais, contidas neste Regulamento.";

VI - o caput do art. 325 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 325. O sujeito passivo por substituição que, por 2 (dois) meses consecutivos ou alternados, não remeter o arquivo magnético previsto no § 1º do art. 207, deixar de informar por escrito não ter realizado operações sob o regime de substituição tributária, ou, ainda, deixar de entregar a Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS – Substituição Tributária, poderá ter sua inscrição suspensa até a regularização (Lei nº 1254/96, inciso I do § 4º do art. 24 c/c o Convênio ICMS 108/98)."

VII - o Caderno I do Anexo I do Decreto nº 18.955, de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Anexo I do Decreto nº 18.955, de 22 de dezembro de 1997.

Benefícios Fiscais

Caderno I

Isenções

(Relação a que se refere o art. 6º deste Regulamento)

ITEM/SUBITEM	DISCRIMINAÇÃO	CONVÊNIO	EFICÁCIA
8	.....	.....	.....
8.2	O benefício previsto no item somente alcança as empresas cuja atividade preponderante seja a prestação de serviço de radiodifusão ou a industrialização de livros, jornais ou periódicos.	.....	.....
	.....		
	NOTA 3 – O disposto nos subitens 8.1 e 8.2 é determinação dos Convênios ICMS 131/98 e 21/95, respectivamente.		
.....	.....	.....	.....
35	O recebimento pelo importador dos fármacos Timidina, Código NBM/SH 2934.90.23, Zidovudina – AZT, Código NBM/SH 2934.90.22, Lamivudina e Didonasina, ambos classificados no Código NBM/SH 2934.90.29, e dos medicamentos Zalcitabina, Didanosina, Saquinavir, Sulfato de Indinavir, Ritonavir, Estavudina, Lamivudina e Delavirdina, todos classificados nos Códigos NBM/SH 3003.90.99, 3004.90.69 e 3004.90.99.	.....	.....
35.1	.....		
	II – dos medicamentos de uso humano, destinados ao tratamento dos portadores do vírus da AIDS: os classificados nos Códigos NBM/SH 3003.90.99, 3004.90.69 e 3004.90.99, que tenham como princípio ativo os fármacos Zidovudina-AZT, Ganciclovir, Zalcitabina, Didanosina, Estavudina, Saquinavir, Sulfato de Indinavir, Ritonavir, Lamivudina ou Delavirdina.		
	NOTA 2 – Foi incluído no item e no subitem 35.1, II, o fármaco Delavirdina.	ICMS 114/98	a partir de 07/01/99
.....	.....	.....	.....
39	.....		
39.2	.....		
	d) as mercadorias destinem-se a integrar o ativo imobilizado da empresa industrial adquirente, para uso exclusivo na atividade produtiva realizada pelo estabelecimento importador;		
	NOTA 1 – Foi incluído na alínea "d" do subitem 39.2 a exclusividade da atividade produtiva realizada pelo estabelecimento importador.	ICMS 130/98	a partir de 07/01/99
40	.....	ICM 04/98	de 1º/03/89 a 28/02/99
	NOTA 3 – O Convênio ICM 04/89 foi revogado pelo Convênio 126/98, ficando, portanto, revogado o item.	ICMS 126/98	a partir de 1º/03/99
.....	.....	.....	.....
64	No desembaraço aduaneiro decorrente de importação do exterior de tratores agrícolas de quatro rodas e de colheitadeiras mecânicas de algodão, classificados, respectivamente, no Código 8701.90.00 e na subposição 8433.59 da NBM/SH, sem similar produzido no país, quando a importação for efetuada diretamente do exterior para integração do ativo imobilizado, para uso exclusivo na atividade agrícola realizada pelo estabelecimento importador, desde que contemplados com isenção ou com alíquota zero dos Impostos de Importação e sobre Produtos Industrializados.	.....	.....
	.....		
	NOTA 1 – Foi incluído no item que a isenção será concedida no desembaraço aduaneiro decorrente de importação..., sem similar produzido no país,...	ICMS 129/98	a partir de 07/01/99
.....	.....	.....	.....
68	.....	ICMS 117/98	de 1º/01/99 a 31/12/99
.....	.....	.....	.....
79	.....	ICMS 116/98	de 07/01/99 a 31/12/99
	.....		
	NOTA 2 – O Convênio ICMS 89/97 não foi prorrogado, tendo vigência até 31/12/98. Foi celebrado, então, o Convênio ICMS 116/98, onde restabelece o benefício constante do item e as disposições do subitem 79.1.	ICMS 116/98	de 07/01/99 a 31/12/99
.....	.....	.....	.....
99	.....	ICMS 117/98	de 1º/01/99 a 30/06/99
.....	.....	.....	.....
102	Na importação de equipamentos de raios-x (scanners), fixos e móveis – Código NBM/SH – 9022.1990, realizada pela Secretaria da Receita Federal, objeto da Concorrência Pública Internacional SRF/COPOL/ 002/97, para inspeção alfandegária de bens originários do exterior.	ICMS 136/98	de 07/01/99 a 30/04/99
102.1	Fica dispensado o recolhimento do ICMS incidente sobre as operações de importação dos equipamentos citados no item, ocorridas entre o dia 1º de dezembro de 1998 até 30 de abril de 1999."		

DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL

Redação e Administração:
Anexo do Palácio do Buriti, Sala 111, Térreo.
CEP: 70075-900, Brasília - DF.
Telefones: (061) 225-7803 - 316-4137 - 213-6312
Editoração e impressão: IMPRENSA NACIONAL

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador

BENEDITO DOMINGOS
Vice-Governador

WELIGTON LUIZ MORAES
Secretário de Comunicação Social

LUIZ GONZAGA DE NEGREIROS
Chefe da Divisão de Divulgação

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, exceto em relação aos incisos:

a) I a V do art. 1º, que vigoram a partir de 1º de março de 1999;

b) VI do art. 1º, que vigora a partir de 1º de janeiro de 1999.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de março de 1999
111º da República e 39º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETO Nº 20.125, DE 25 DE MARÇO DE 1999

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 61.751,00 (sessenta e um mil, setecentos e cinqüenta e um reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 7º, inciso III, da Lei nº 2.288, de 08 de janeiro de 1999, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e o que consta no processo nº 194.000.012/99, decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Instituto de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal crédito suplementar, no valor de R$ 61.751,00 (sessenta e um mil, setecentos e cinqüenta e um reais), para atender às programações orçamentárias indicadas no Anexo II.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pelo superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior provenientes do Convênio nº 002/97, firmado entre o GDF/ICT X ELETROBRÁS/PROCEL.

Art. 3º Em função do disposto no artigo anterior, a receita do Distrito Federal fica acrescida no valor constante do Anexo I.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de março de 1999
111º da República e 39º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

SUPLEMENTAÇÃO DA RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
00000 RECEITA DO TESOURO	1990.05.01	132	61.751	61.751
00099/1 * As transferências não constam do Total			TOTAL	61.751

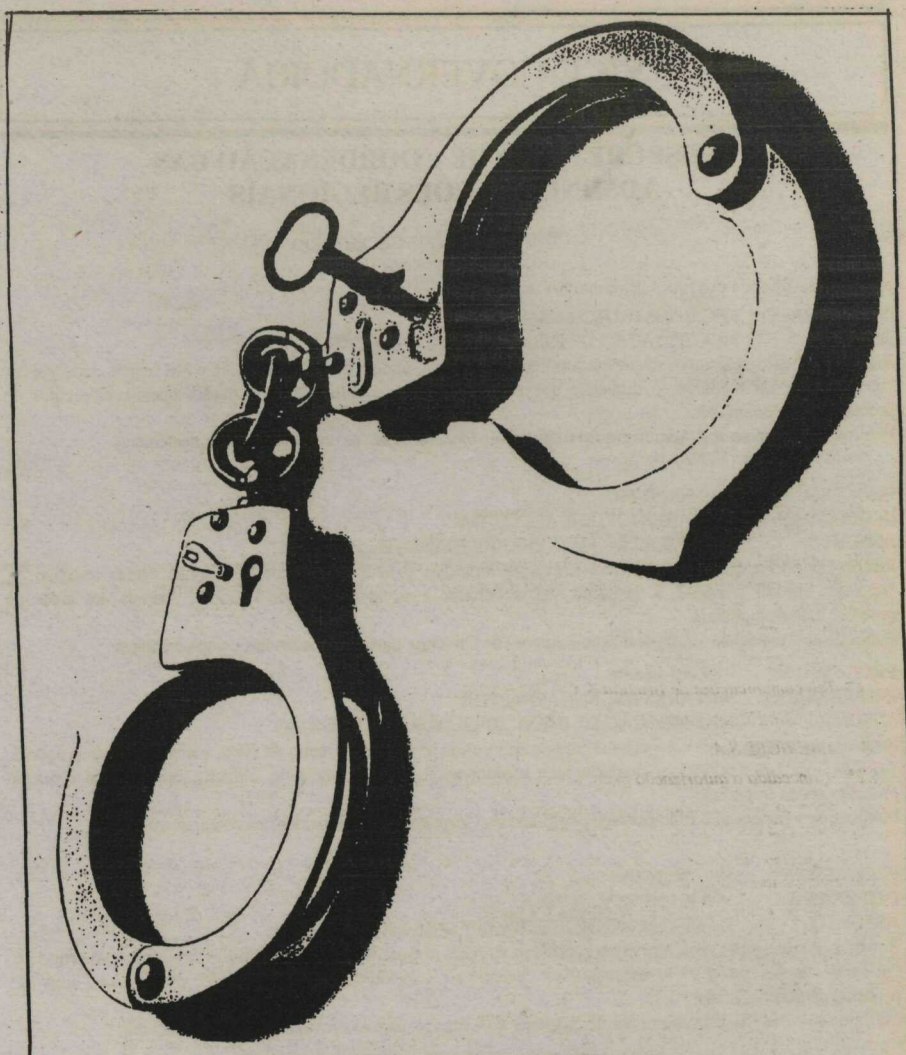
ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR — ORÇAMENTO FISCAL

SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
150104/00001 21104 **INSTITUTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL**				61.751
03.010.0057.1162 PROGRAMA BRASÍLIA CONSERVAR - IMPLANTAÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL				
Ref: 000611 0001 PROGRAMA BRASÍLIA CONSERVAR - IMPLANTAÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL	34.90.14	132	4.000	
	34.90.30	132	3.000	
	34.90.33	132	5.000	
	34.90.36	132	4.000	
	34.90.39	132	6.000	
	45.90.51	132	38.000	
	45.90.52	132	1.751	
				61.751
00099/1 - 200033 * As transferências não constam do Total			TOTAL	61.751



ESTAMOS DEVOLVENDO AO DISTRITO FEDERAL O QUE ESTAVA FALTANDO EM MATÉRIA DE SEGURANÇA: PULSO.

Nos últimos quatro anos, Brasília viu crescer de forma assustadora seus índices de violência e criminalidade. É por isso que o Governo do Distrito Federal está lançando o programa Segurança Sem Tolerância: um conjunto de medidas para combater o crime sem tréguas, sem tolerância. Mas com respeito ao cidadão. O programa inclui aumento expressivo do número de policiais nas ruas, com a volta da Rocan e das duplas Cosme e Damião. A modernização da estrutura das polícias e a valorização do policial. O combate sistemático ao tráfico e ao uso de drogas. A parceria do GDF com o Judiciário e o Ministério Público - e sobretudo com a sociedade. Veja as medidas adotadas pelo GDF, como parte do Segurança Sem Tolerância:

- Nomeação de 861 novos policiais civis.
- Seleção e formação de 2 mil policiais militares.
- Entrega de 80 carros novos e 65 totalmente reformados.
- Concurso para contratação de 900 bombeiros.
- Duas lanchas e 4 jet skis para atendimento no Lago Paranoá.
- Mais 21 Juizados Especiais para julgamentos rápidos.
- Construção de 5 Núcleos de Detenção para criminosos de baixa periculosidade, desafogando as cadeias.

Isso é apenas o começo. Novas medidas virão, para que Brasília possa ter de volta a paz e a tranqüilidade.

SEGURANÇA SEM TOLERÂNCIA.

Secretaria de Segurança Pública
Governo do Distrito Federal

VICE-GOVERNADORIA

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO
Em 24 de março de 1999

PROCESSO Nº : 139.000.547/97
INTERESSADO : HC CONSTRUTORA S/A
ASSUNTO : RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 6, de 8 de junho de 1998, e nos termos do artigo 26, "in Fine", da Lei 8.666/93, o despacho que reconheceu a inexigibilidade de licitação, operada nos autos do processo acima epigrafado.
Publique-se e remeta-se à Administração Regional do Cruzeiro, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 139.000.837/97
INTERESSADO : ANTARES ENGENHARIA LTDA
ASSUNTO : RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 6, de 8 de junho de 1998, e nos termos do artigo 26, "in Fine", da Lei 8.666/93, o despacho que reconheceu a inexigibilidade de licitação, operada nos autos do processo acima epigrafado.
Publique-se e remeta-se à Administração Regional do Cruzeiro, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 139.001.066/96
INTERESSADO : ANTARES ENGENHARIA LTDA
ASSUNTO : RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 6, de 8 de junho de 1998, e nos termos do artigo 26, "in Fine", da Lei 8.666/93, o despacho que reconheceu a inexigibilidade de licitação, operada nos autos do processo acima epigrafado.
Publique-se e remeta-se à Administração Regional do Cruzeiro, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 139.000.242/98
INTERESSADO : VIA ENGENHARIA S/A
ASSUNTO : RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 6, de 8 de junho de 1998, e nos termos do artigo 26, "in Fine", da Lei 8.666/93, o despacho que reconheceu a inexigibilidade de licitação, operada nos autos do processo acima epigrafado.
Publique-se e remeta-se à Administração Regional do Cruzeiro, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 139.001.067/96
INTERESSADO : ANTARES ENGENHARIA LTDA
ASSUNTO : RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 6, de 8 de junho de 1998, e nos termos do artigo 26, "in Fine", da Lei 8.666/93, o despacho que reconheceu a inexigibilidade de licitação, operada nos autos do processo acima epigrafado.
Publique-se e remeta-se à Administração Regional do Cruzeiro, para as providências complementares.

HERMAN BARBOSA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ

ORDEM DE SERVIÇO Nº 45, DE 25 DE MARÇO DE 1999

O Administrador Regional do Guará, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 53, inciso XLVI, do Regimento Interno da Administração Regional do Guará, aprovado pelo Decreto nº 16.247 de 29 de dezembro de 1994,e considerando o disposto no Of. nº 02/99 da Comissão de Inventário do Almoxarifado desta RA-X, resolve: PRORROGAR por 30(trinta) dias, o prazo concedido à referida comissão, designada pela Ordem de Serviço nº 29, de 23/02/99, publicada no DODF nº 38 de 25/02/99 página 17.).

DIVINO ALVES

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 14, DE 22 DE MARÇO DE 1999
O ADMINISTRADOR REGIONAL DO LAGO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos XXIX, do artigo 20, do Regimento Interno desta Administração, aprovado pelo Decreto nº 16.244, de 28 de dezembro de 1996, e tendo em vista o disposto no parágrafo 2º do artigo 39 do Decreto nº 17.773 de 25 de Outubro de 1997, resolve:
REVOGAR o Alvará de Funcionamento nº 35 emitido em 15 de janeiro de 1998 para o endereço sito à SHI/SUL QI 07 Conjunto 11 Casa 05 por solicitação de ARIADNA MARIA VAZ, RG , Nº 1876423-7 e CPF Nº 478949209/59, constante do processo nº 146.001.327/97.

MARCELO AMARAL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 19, DE 23 DE MARÇO DE 1999
O ADMINISTRADOR REGIONAL DO LAGO SUL – RA XVI, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos XXIX, do artigo 20, do Regimento Interno desta Administração, aprovado pelo Decreto nº 16.244, de 28 de dezembro de 1996, e tendo em vista o disposto no artigo 1º, do Decreto nº 17.079 de 28 de dezembro de 1995, resolve:
REVOGAR os Termos de Autorização de Uso de Área Pública nº 36/98,38/98,22/98,33/98é 26/98 emitidos em 28 de fevereiro de 1998 para áreas públicas diversas na Região Administrativa do Lago Sul por quiosques, constantes de processos nº 146.000.127/98, 146.000.143/98, 146.000.942/97, 146.000.093/98 e 146.001.130/97 respectivamente, desta Administração Regional do Lago Sul.

MARCELO AMARAL

SECRETARIA DE FAZENDA

PORTARIA Nº 197, DE 25 DE MARÇO DE 1999

Prorroga prazo para conclusão de Comissão de Sindicância.

O SECRETÁRIO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto no Parágrafo único do art. 145 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 19990, e ainda o que consta do processo nº 040.003.358/99, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a contar de 26 de março de 1999, o prazo para a conclusão dos trabalhos a que se refere a Portaria nº 076, de 23 de fevereiro de 1999, publicada no DODF nº 37, do dia 24 de fevereiro de 1999, que instaurou comissão de Sindicância incumbida de apurar os fatos constantes do mencionado processo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 198, DE 25 DE MARÇO DE 1999

Altera a Portaria nº 365, de 7 de junho de 1994, que dispõe sobre substituição tributária nas operações com veículos novos.

O SECRETARIO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos Convênios ICMS 108 e 125/98, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 365, de 7 de junho de 1994, fica alterada como segue:

I – o caput do art. 1º passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 1º Nas operações que destinem veículos novos, classificados nos Códigos da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias – Sistema Harmonizado – NBM/SH, indicados no Anexo desta Portaria, a contribuinte do Distrito Federal, fica atribuida ao estabelecimento industrial fabricante e ao estabelecimento importador a responsabilidade, na condição de substituto tributário, pela retenção e recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, devido nas subseqüentes saídas até e inclusive à promovida pelo primeiro estabelecimento revendedor varejista ou na entrada com destino ao ativo imobilizado. (Convênio ICMS 125/98).";

II – o art. 10 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. O estabelecimento que efetuar a retenção do imposto remeterá à Secretaria de Fazenda, mensalmente (Convênio ICMS 108/98):

I – arquivo magnético com registro fiscal das operações interestaduais efetuadas no mês anterior, inclusive daquelas não alcançadas pelo regime de substituição tributária, em conformidade com a cláusula nona do Convênio ICMS 57/95, até 10 (dez) dias após o recolhimento do imposto retido por susbstituição;

II – Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS – Substituição Tributária, em conformidade com a cláusula oitava do Ajuste SINIEF 04/93."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 1º de janeiro de 1999.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 199, DE 25 DE MARÇO DE 1999

O SECRETÁRIO DE FAZENDA, no uso das atribuições regimentais e que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994, resolve:

I - Alterar o Anexo IV do Decreto nº 20.013, de 20 de janeiro de 1999, mediante suplementação nas cotas do mês de março, destinadas a Outras Despesas Correntes à conta de Receitas Internas, FPE, FPM e IRRF – Fontes 100, 101, 102, 104, 108, 110, 114, respectivamente, como segue:

		R$
1)	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil	477.882,36
2)	Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda	317.000
3)	Companhia do Metropolitano do Distrito Federal	238.000

II - A alteração de que trata o item anterior tem por base o disposto no art. 3º, do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994.
III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 200, DE 25 DE MARÇO DE 1999

O SECRETÁRIO DE FAZENDA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 16.098 , de 29 de novembro de 1994, resolve:

I - Incluir no Anexo VII do Decreto nº 2.013, de 20 de janeiro de 1999 mediante suplementação nas cotas do mês março, destinadas a Outras Despesas de Capital à conta de Transferências da União - Fonte - 132, como segue:

		R$ 1,00
1)	Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal	20.000

II - A alteração de que trata o item anterior tem por base o disposto no art. 3º, do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 201, DE 25 DE MARÇO DE 1999

O SECRETÁRIO DE FAZENDA , no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 16.098 , de 29 de novembro de 1994, resolve:

I - Alterar o Anexo IV do Decreto nº 20.013, de 20 de janeiro 1999 mediante suplementação nas cotas do mês de dezembro, destinadas a Outras Despesas Correntes à conta de Transferência da União – Fonte 125, como segue:

	R$ 1,00
1) Secretaria de Esportes e Valorização da Juventude	12.000

II - A alteração de que trata o item anterior tem por base o disposto no art. 3º, do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA

DESPACHO DO SECRETÁRIO

PROCESSO Nº : 040.004.906/99
INTERESSADO : IOB – INFORMAÇÕES OBJETIVAS PUBLICAÇÕES JURÍDICAS LTDA
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE ASSINATURA

Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93, a Inexigibilidade de Licitação em favor da IOB – Informações Objetivas Publicações Jurídicas Ltda., objetivando atender despesas com a aquisição de 01 (uma) assinatura anual, do Boletim IOB com Suplementos, para o Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais - TARF, desta Secretaria, no valor total de R$ 994,00 (novecentos e noventa e quatro reais).
A Inexigibilidade de Licitação foi reconhecida com fundamento no "caput" do artigo 25, da Lei nº 8.666, de 21 de *junho de 1993 e suas alterações.*
Publique-se e encaminhe-se ao Departamento de Administração Geral/SEF, para as devidas providências.

VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA

SUBSECRETARIA DA RECEITA

ATO DECLARATÓRIO Nº 83-DAT/SUREC/SEF, DE 3 DE MARÇO DE 1999

Isenção do ICMS na importação de máquinas e equipamentos médico-hospitalares , sem similar nacional, por entidade de assistência social .

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência prevista no art. 70, do Decreto n.º16.106, de 30.11.94, e fundamentado no item 37 do Caderno I do Anexo I, do Regulamento do ICMS-Decreto nº 18.955 de 22/12/97 (Convênios ICMS nºs 104/89 e 121/95) e, tendo em vista o exame de similaridade deferido pelo DECEX-RJ e, ainda, conforme Processo nº 040.014346/98, declara:
Isenta do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação-ICMS a importação de:
02 pç Freezer vertical de ultra baixa temperatura, marca REVCO, série ELITE, modelo ULT-1386-5D;
02pç Incubadora de CO2, marca REVCO, modelo RCO 3000T-5A ELITE, 220V 60Hz,microprocessada, em aço inox, com camisa de água, conforme Licenciamentos de Importação n.ºs 98/1114412-8 e 98/1114426-8, efetuada pela ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS, inscrita no CGC sob n.º 37.113.180/0001-28.
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

EDUARDO ALVES DE ALMEIDA NETO

ATO DECLARATÓRIO Nº 87-DAT/SR/SEF, DE 3 DE MARÇO DE 1999

Isenção do ITCD - Lei nº 1.343/96

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência prevista no art. 70, do Decreto n.º 16.106, de 30.11.94,e fundamentado no artigo 1º, incisos I e II, e no artigo 2º da Lei n.º 1.343, de 27.12.96 e, considerando ainda o que consta do processo nº 040.013811/98,declara:
Isenta do Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" ou Doação de Quaisquer Bens e Direitos-ITCD, a transmissão dos bens para, LEONILHA QUEIROZ, CPF nº 222.130.151-04, decorrente do falecimento de WALDEMAR DE QUEIROZ, ocorrido em 03.12.97.
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

EDUARDO ALVES DE ALMEIDA NETO

ATO DECLARATÓRIO Nº 89-DAT/SR/SEF, DE 3 DE MARÇO DE 1999

Isenção do ITCD - Lei nº 1.343/96

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência prevista no art. 70, do Decreto n.º 16.106, de 30.11.94,e fundamentado no artigo 1º, incisos I e II, e no artigo 2º da Lei n.º 1.343, de 27.12.96 e, considerando ainda o que consta do processo nº 040.000006/99,declara:
Isenta do Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" ou Doação de Quaisquer Bens e Direitos-ITCD, a transmissão dos bens para, MÔNICA REPLE CEZAR, CPF nº 276.131.431-04, e OUTRO, decorrente do falecimento de ANTÔNIO DE BARROS CEZAR, ocorrido em 1º.03.98.
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

EDUARDO ALVES DE ALMEIDA NETO

ATO DECLARATÓRIO Nº 99-DAT/SUREC/SEF, DE 4 DE MARÇO DE 1999

Isenção do ICMS na importação de máquinas e equipamentos médico-hospitalares , sem similar nacional, por entidade de assistência social .

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência prevista no art. 70, do Decreto n.º16.106, de 30.11.94, e fundamentado no item 37 do Caderno I do Anexo I, do Regulamento do ICMS-Decreto nº 18.955 de 22/12/97 (Convênios ICMS nºs 104/89 e 121/95) e, tendo em vista o exame de similaridade deferido pelo DECEX-RJ e, ainda, conforme Processo nº 040.014348/98, declara:
Isenta do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação-ICMS a importação de:
01 pç Microscópio cirúrgico OPMI 1 FC
01 pç Microscópio axiovert 25 C
02 pç Microscópio standard 25 ótica infinita "binocular"
02 pç Microscópio standard 25 ótica infinita "binocular", conforme Licenciamento de Importação n.º 98/1039928-9, efetuada pela ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS, inscrita no CGC sob n.º 37.113.180/0001-28.
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

EDUARDO ALVES DE ALMEIDA NETO

ATO DECLARATÓRIO Nº115-DAT/SR/SEF, DE 5 DE MARÇO DE 1999

Isenção do ITCD - Lei nº 1.343/96

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência prevista no art. 70, do Decreto n.º 16.106, de 30.11.94,e fundamentado no artigo 1º, incisos I e II, e no artigo 2º da Lei n.º 1.343, de 27.12.96 e, considerando ainda o que consta do processo nº 040.014234/98,declara:
Isenta do Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" ou Doação de Quaisquer Bens e Direitos-ITCD, *a transmissão um único bem imóvel para* MARIA ALVES, RG 298.226 SSP/DF, e OUTROS, decorrente do falecimento de ROMUALDO RABELO DE CASTRO, ocorrido em 21.06.98.
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

EDUARDO ALVES DE ALMEIDA NETO

ATO DECLARATÓRIO Nº 125-DAT/SUREC/SEF, DE 17 DE MARÇO DE 1999

Isenção do ICMS na aquisição de veículo destinado a Táxi.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência prevista no artigo 70, do Decreto n.º 16.106, de 30.11.94, fundamentado no item 93 do Caderno I do Anexo I do Decreto nº 18.955, de 22.12.97 (Convênio ICMS 83/97 e 23/98), declara:
Que os condutores autônomos de passageiros, abaixo relacionados, estão autorizados a adquirir junto aos estabelecimentos revendedores, cada um, 01 (um) veículo novo, com motor até 127 HP de potência bruta (SAE), que será utilizado exclusivamente como Táxi, excetuando-se do benefício quaisquer acessórios opcionais e desde que o veículo tenha saído do estabelecimento industrial com isenção ou alíquota reduzida a zero do Imposto sobre Produtos Industrializados.

N.º PROCESSO	INTERESSADO	N.º CPF
040003775/99	CARLOS FERREIRA DA SILVA	042.617.041-53
0400003466/99	FRANCISCO FERREIRA MELO	067.832.361-53
040003940/99	ILAURINDO TOMÁZ DA SILVA	112.455.651-68
040003598/99	JOÃO ROCHA DOS SANTOS	076.301.401-00
040002888/99	JORGE MOURÃO DA ROCHA	126.457.881-49
040014483/98	MANOEL ALVES MONTEIRO	112.734.021-20
040003663/99	MARCOS MARQUES	068.029.741-34
040008291/98	RAIMUNDO JOSÉ ALVES FURTADO	076.268.271-04
040003538/99	URURAHY RODRIGUES	297.005.747-68

Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal

EDUARDO ALVES DE ALMEIDA NETO

ATO DECLARATÓRIO Nº 127-DAT/SR/SEF, DE 16 DE MARÇO DE 1999

Isenção do ITCD - Lei n.º 1.343/96

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência prevista no art. 70, do Decreto n.º 16.106, de 30.11.94, e fundamentado no artigo 1º, incisos I e II, e no artigo 2º da Lei n.º 1.343, de 27.12.96 e, considerando ainda o que consta do processo n.º 040.000119/99, declara:
Isenta do Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" ou Doação de Quaisquer Bens e Direitos – ITCD a transmissão de um único bem imóvel para DÉBORA CARLA LEITE DA SILVA, CPF N.º 553.366.801-25, e OUTROS, decorrente do falecimento de SEVERINO LEITE BARBOSA, ocorrido em 28.06.98.
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

EDUARDO ALVES DE ALMEIDA NETO

ATO DECLARATÓRIO Nº 128-DAT/SR/SEF, DE 16 DE MARÇO DE 1999

Isenção do ITCD - Lei n.º 1.343/96

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência prevista no art. 70, do Decreto n.º 16.106, de 30.11.94, e fundamentado no artigo 1º, incisos I e II, e no artigo 2º da Lei n.º 1.343, de 27.12.96 e, considerando ainda o que consta do processo n.º 040.013105/98, declara:
Isento do Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" ou Doação de Quaisquer Bens e Direitos – ITCD a transmissão dos bens para NEUZA MENDES DE MORAES, CPF N.º 400.614.691-49, e OUTROS, decorrente do falecimento de AURELIANO RODRIGUES DE MORAES, ocorrido em 1º.04.98.
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal

EDUARDO ALVES DE ALMEIDA NETO

ATO DECLARATÓRIO Nº129-DAT/SR/SEF, DE 16 DE MARÇO DE 1999

Isenção do ITCD - Lei n.º 1.343/96

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência prevista no art. 70, do Decreto n.º 16.106, de 30.11.94, e fundamentado no artigo 1º, incisos I e II, e no artigo 2º da Lei n.º 1.343, de 27.12.96 e, considerando ainda o que consta do processo n.º 040.014035/98, declara:
Isenta do Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" ou Doação de Quaisquer Bens e Direitos – ITCD a transmissão dos bens para JOSE OLÍMPIO ARAÚJO ROCHA, CPF N.º 092.955.181-87, e OUTROS, decorrente do falecimento de DINALVA GONÇALVES ROCHA, ocorrido em 12.04.98.
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

EDUARDO ALVES DE ALMEIDA NETO

ATO DECLARATÓRIO Nº130-DAT/SR/SEF, DE 16 DE MARÇO DE 1999

Isenção do ITCD - Lei n.º 1.343/96

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência prevista no art. 70, do Decreto n.º 16.106, de 30.11.94, e fundamentado no artigo 1º, incisos I e II, e no artigo 2º da Lei n.º 1.343, de 27.12.96 e, considerando ainda o que consta do processo n.º 040.012809/98, declara:
Isenta do Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" ou Doação de Quaisquer Bens e Direitos – ITCD a transmissão dos bens para CRISTIAN CÉSAR ARAÚJO DOS SANTOS, CPF N.º 831.277.041-00, e OUTROS, decorrente do falecimento de CRISTIANO ARAÚJO DOS SANTOS, ocorrido em 10.11.97.
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

EDUARDO ALVES DE ALMEIDA NETO

ATO DECLARATÓRIO Nº131-DAT/SUREC/SEF, DE 16 DE MARÇO DE 1999

Não-incidência do ITBI na transmissão de imóvel para o patrimônio de entidade religiosa

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência prevista no art. 70, do Decreto n.º 16.106, de 30.11.94, e fundamentado no artigo 150, inciso VI, alínea "b", da Constituição Federal, combinado com o disposto no artigo 3º, inciso II, alínea "c" e seu § 1º do Decreto nº 16.114, de 2.12.94, e considerando ainda o que consta do processo nº 040.012104/98, declara:
Não incidir o Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos a Eles Relativos - ITBI na transferência assim caracterizada:
Transmitente : GILMAR PEREIRA DA COSTA
Adquirente : CONGREGAÇÃO CRISTÃ NO BRASIL
Imóvel : QNQ 02, CONJUNTO 20, LOTE N.º 01 – CEILÂNDIA - DF
Natureza da Transação : INCORPORAÇÃO AO PATRIMÔNIO DE ENTIDADE RELIGIOSA
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

EDUARDO ALVES DE ÁLMEIDA NETO

ATO DECLARATÓRIO Nº 132-DAT/SUREC/SEF, DE 16 DE MARÇO DE 1999

Não-incidência do ITBI na transmissão de imóvel para o patrimônio de entidade religiosa

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência prevista no art. 70, do Decreto n.º 16.106, de 30.11.94, e fundamentado no artigo 150, inciso VI, alínea "b", da Constituição Federal, combinado com o disposto no artigo 3º, inciso II, alínea "c" e seu § 1º do Decreto nº 16.114, de 2.12.94, e considerando ainda o que consta do processo nº 040.012105/98, declara:
Não incidir o Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos a Eles Relativos - ITBI na transferência assim caracterizada:
Transmitente : HAIDÉE DE SOUZA NEVES
Adquirente : CONGREGAÇÃO CRISTÃ NO BRASIL
Imóvel : LOTE "D", ÁREA ESPECIAL 01, QUADRA 01, SETOR SUL - GAMA - DF
Natureza da Transação : INCORPORAÇÃO AO PATRIMÔNIO DE ENTIDADE RELIGIOSA
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

EDUARDO ALVES DE ÁLMEIDA NETO

ATO DECLARATÓRIO Nº135-DAT/SUREC/SEF, DE 17 DE MARÇO DE 1999

Imunidade quanto ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência prevista no art. 70, do Decreto n.º 16.106, de 30.11.94, e fundamentado no artigo 150, inciso VI, alínea "b" da Constituição Federal e considerando ainda o que consta do processo nº 040.011871/98, declara:
A MITRA ARQUIDIOCESANA DE BRASÍLIA / PARÓQUIA NOSSA SENHORA APARECIDA, CGC n.º 00108217006070, imune quanto ao IPVA, relativo ao exercício de 1998, em relação ao veículo placa JFG 8488, integrante do seu patrimônio e utilizado em suas finalidades essenciais, lembrando que o benefício terá efeito para os exercícios posteriores, enquanto prevalecerem as razões que o fundamentaram, ficando o beneficiário obrigado a comunicar ao órgão que administra o tributo qualquer alteração que implique a cessação do benefício, no prazo de 30 dias, a contar da data em que ocorrer a alteração (parágrafos 1º e 2º do artigo 4º do Decreto nº 16.099/94, modificado pelo Decreto nº 17.958/96).
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

EDUARDO ALVES DE ÁLMEIDA NETO

ATO DECLARATÓRIO Nº136-DAT/SUREC/SEF, DE 17 DE MARÇO DE 1999

Imunidade quanto ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência prevista no art. 70, do Decreto n.º 16.106, de 30.11.94, e fundamentado no artigo 150, inciso VI, alínea "b" da Constituição Federal e considerando ainda o que consta do processo nº 040.003260/99, declara:

A MITRA ARQUIDIOCESANA DE BRASÍLIA / PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA, CGC n.º 00108217003305 e PARÓQUIA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO, CGC n.º 00108217000624, imune quanto ao IPVA, relativo aos exercícios de 1998 e 1999, respectivamente, em relação aos veículos de placas JDY 5822 e JFK 2998, integrantes do seu patrimônio e utilizados em suas finalidades essenciais, lembrando que o benefício terá efeito para os exercícios posteriores, enquanto prevalecerem as razões que o fundamentaram, ficando o beneficiário obrigado a comunicar ao órgão que administra o tributo qualquer alteração que implique a cessação do benefício, no prazo de 30 dias, a contar da data em que ocorrer a alteração (parágrafos 1º e 2º do artigo 4º do Decreto nº 16.099/94, modificado pelo Decreto nº 17.958/96).
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

EDUARDO ALVES DE ÁLMEIDA NETO

ATO DECLARATÓRIO Nº137-DAT/SUREC/SEF, DE 17 DE MARÇO DE 1999

Imunidade quanto ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência prevista no art. 70, do Decreto n.º 16.106, de 30.11.94, e fundamentado no artigo 150, inciso VI, alínea "b" da Constituição Federal e considerando ainda o que consta do processo nº 040.006692/98, declara:
A MITRA ARQUIDIOCESANA DE BRASÍLIA / PARÓQUIA BOM JESUS DOS MIGRANTES CGC n.º 00108217000381 e PARÓQUIA SAGRADA FAMÍLIA, CGC n.º 00108217002244, imune quanto ao IPVA, relativo ao exercício de 1998, respectivamente, em relação ao veículo de placa AEP 8310 e os de placas JED 8060 e JFK 2944, integrantes do seu patrimônio e utilizado em suas finalidades essenciais.
Vale lembrar que o benefício terá efeito para os exercícios posteriores, enquanto prevalecerem as razões que o fundamentaram, ficando o beneficiário obrigado a comunicar ao órgão que administra o tributo qualquer alteração que implique a cessação do benefício, no prazo de 30 dias, a contar da data em que ocorrer a alteração (parágrafos 1º e 2º do artigo 4º do Decreto nº 16.099/94, modificado pelo Decreto nº 17.958/96).
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

EDUARDO ALVES DE ÁLMEIDA NETO

ATO DECLARATÓRIO Nº139-DAT/SUREC/SEF, DE 18 DE MARÇO DE 1999

Imunidade quanto ao IPVA para autarquia.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência prevista no art. 70, do Decreto n.º 16.106, de 30.11.94, e fundamentado no artigo 150, inciso VI, alínea "a" e seu § 2º da Constituição Federal combinado com artigo 4º, inciso IV do Decreto n.º 16.099, de 29.11.94 e considerando ainda o que consta do processo n.º 040.012631/98, declara:
O BANCO CENTRAL DO BRASIL imune quanto ao IPVA, relativo ao exercício de 1998, em relação ao veículo placa JFJ 3150, integrante do seu patrimônio e utilizado em suas finalidades essenciais, lembrando que o benefício terá efeito para os exercícios posteriores, enquanto prevalecerem as razões que o fundamentaram, ficando o beneficiário obrigado a comunicar ao órgão que administra o tributo qualquer alteração que implique a cessação do benefício, no prazo de 30 dias, a contar da data em que ocorrer a alteração (parágrafos 1º e 2º do artigo 4º do Decreto nº 16.099/94, modificado pelo Decreto nº 17.958/96).
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

EDUARDO ALVES DE ÁLMEIDA NETO

ATO DECLARATÓRIO Nº140-DAT/SUREC/SEF, DE 19 DE MARÇO DE 1999

Isenção quanto ao IPTU e TLP para aposentados/pensionistas.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência prevista no artigo 70, do Decreto n.º 16.106, de 30.11.94, declara:
Isentos do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e da Taxa de Limpeza Pública - TLP, no exercício de 1998, a aposentada/pensionista, abaixo relacionado, no tocante ao respectivo imóvel:

N.º PROCESSO	INTERESSADO	IMÓVEL
044000755/98	ANTÔNIA CAETANA DE S. MONTEIRO	QD 302 CJ F LT 28 - SANTA MARIA - DF

Vale lembrar que o benefício deve ser reconhecido anualmente pela Secretaria de Fazenda e Planejamento, mediante requerimento do interessado protocolado até o último dia útil do mês de janeiro (parágrafos 3º e 4º do art. 12 do Decreto nº 16.100 de 29.11.94).
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

EDUARDO ALVES DE ÁLMEIDA NETO

ATO DECLARATÓRIO Nº141-DAT/SUREC/SEF, DE 19 DE MARÇO DE 1999

Isenção quanto ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU.

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência prevista no artigo 70, do Decreto n.º 16.106, de 30.11.94, e fundamentada na Lei n.º 215, de 23.12.91, e considerando ainda o que consta do processos seguinte, declara:
Isento do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, no exercício de 1999, os ex-combatentes, abaixo relacionados, no tocante ao respectivos imóveis:

N.º PROCESSO	INTERESSADO	IMÓVEL
040000176/99	ARLINDO LOUCHARDS AMORIM	CSB 6 LT 7 APT 601 ED. BAURÃO DE CAPANEMA - TAGUATINGA - DF
040014330/98	JOSÉ ASSIS GONÇALVES	SQN 316 BL I APT 609 - BRASÍLIA - DF

Vale lembrar que o benefício deve ser reconhecido anualmente pela Secretaria de Fazenda e Planejamento, mediante requerimento do interessado protocolado até o último dia útil do mês de janeiro (parágrafos 3º e 4º do art. 12 do Decreto 16.100, de 29.11.94).
Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

EDUARDO ALVES DE ÁLMEIDA NETO

DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO
Em 4 de março de 1999

PROCESSO : 040.013081/98
INTERESSADO : MARILENE MOREIRA DE CARVALHO
ASSUNTO : ISENÇÃO ITCD- LEI Nº 1.343/96

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência prevista no art. 70, do Decreto n.º 16.106, de 30.11.94, decide:
Indeferir o pedido de isenção do ITCD referente à transmissão *causa mortis* dos bens deixados por SUDARIA MOREIRA DE CARVALHO, falecida em 07.09.98, por falta de amparo legal, tendo em vista que o imóvel objeto da partilha não servia de moradia ao "de cujus".
Cabe ressaltar que o interessado tem o prazo de vinte dias para recorrer da presente decisão, conforme o disposto no parágrafo 3º, inciso II, do art. 70 do Dec. nº 16.106/94.

Em 5 de março de 1999

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência prevista no artigo 70, do Decreto n.º 16.106, de 30.11.94, decide:

Indeferir o pedido de isenção do IPTU/TLP referente ao exercício de 1998 para o imóvel abaixo, pertencente a aposentado/pensionista, tendo em vista o requerente possuir mais de um imóvel no Distrito Federal, contrariando o disposto no artigo 3º da Lei nº 1.362, de 30.12.96:

N.º PROCESSO	INTERESSADO	IMÓVEL
044000231/98	MARIA DA SILVA DOS SANTOS	QD 9 LT 31 ST OESTE - GAMA - DF

Cabe ressaltar que o interessado tem o prazo de vinte dias para recorrer da presente decisão, conforme o disposto no parágrafo 3º, inciso II, do art. 70 do Dec. nº 16.106/94.

Em 19 de março de 1999

O SUBSECRETÁRIO DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência prevista no artigo 70, do Decreto n.º 16.106, de 30.11.94, declara:
Indeferir o pedido de isenção do IPTU/TLP, referente ao exercício de 1998, para o imóvel abaixo relacionado, pertencente a aposentado/pensionista, tendo em vista constatarmos através do Cadastro Imobiliário da SEFP, o requerente não ser titular do imóvel, contrariando o disposto no artigo 3º da Lei nº 1.362, de 30.12.96:

N.º PROCESSO	INTERESSADO	IMÓVEL
045000222/98	MANOEL SOUZA NETO	SLR QD 10 CJ N LT 9 VL BURITIS - PLANALTINA - DF

Cabe ressaltar que o interessado tem o prazo de vinte dias para recorrer da presente decisão, conforme o disposto no parágrafo 3º, inciso II, do art. 70 do Dec. nº 16.106/94.

EDUARDO ÁLVES DE ÁLMEIDA NETO

DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO
DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO Nº 10-DAR/DAT/SUREC/SEF

O CHEFE DA DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º da Lei 937/95, de 13/10/95, regulamentada pelo Decreto nº 17.106/96, e o Decreto nº 16.106/94 e na Ordem de Serviço nº 096 de 14/09/95, DECLARA que foi autorizada as seguintes compensações:

01– Pagamento em duplicidade da 3ª cota do IPVA-98 do veículo de placa JEU 7749, no valor de R$ 143,33, com os débitos inscritos em Dívida Ativa/Outras Receitas em nome de João Batista Ibiapina Parente, CPF nº 225.343.501-53 (processo nº 040.011.432/98).

02 – Pagamento em duplicidade do IPVA-96 do veículo de placa BE 1957, no valor de R$ 15,22, com os débitos inscritos em Dívida Ativa/Outras Receitas em nome de William Aparecido Rodovalho, CPF nº 238.503.531-68 (processo nº 040.006.862/96).

03 – Recolhimento indevido do ICMS referente ao período de novembro de 1995, no valor de R$ 1.285,23, com os débitos inscritos em Dívida Ativa/Outras Receitas em nome da Jorlan S/A Veículos Automotores Importação e Comércio Nortway, CGC nº 01.542.240/0004-23 (processo nº 040.002.404/96).

04 – Pagamento em duplicidade da 1ª cota do IPTUTLP-97 e das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª cotas do IPTU/TLP-98 do imóvel de inscrição nº 30935539, no valor de R$ 146,67, com os débitos inscritos em Dívida Ativa/Outras Receitas em nome Valter Oliveira da Silva, CPF nº 143.672.031-15 e em nome de Sebastião Adailson Pacheco, CPF nº 097.329.771-91 (processo nº 040.005.455/98).

ANANIAS LOPES ZEDES

ATO DO CHEFE

O CHEFE DA DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pela Ordem de Serviço nº 096, de 11/09/95, resolve:

01 – Tornar sem efeito a **Retificação** do ATO DECLARATÓRIO Nº 030/97 DAR/DAT/SUREC/SEFP publicado no DODF nº 196 de 10/10/97, retificação essa publicada no DODF nº 129 de 10/07/98.

ANANIAS LOPES ZEDES

DESPACHOS DO CHEFE
Em 18 de março de 1999

De acordo com a Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC/SEFP, de 11/09/95, AUTORIZO as restituições discriminadas abaixo:

Processo nº	Interessado	Imposto	Valor em R$
040.004.548/99	COMANDO DO 7º DISTRITO NAVAL	OUTRAS RECEITAS	1.833,37
043.000.796/97	RAMIRO DA SILVA LEONE	ISS	1.071,33
044.000.138/98	ARGENTINA MARIA DE JESUS	TLP	11,52
040.006.498/97	CENTRO DE IMAGEM RADIOLÓGICA DE BRASÍLIA S/C LTDA	ISS - RETENÇÃO	15.427,97
040.003.499/97	EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS AMAZONAS LTDA	OUTRAS RECEITAS	355,19

Em 23 de março de 1999

De acordo com a Ordem de Serviço nº 096/95 - SUREC/SEFP, de 11/09/95, AUTORIZO as restituições discriminadas abaixo:

Processo nº	Interessado	Imposto	Valor em R$
040.010.016/98	ONEIDA DIVINA DA SILVA	IPTU/TLP	162,59
040.011.123/97	JOSE ANTONIO RIBEIRO FILHO	IPVA	273,21
046.001.622/98	CELITA ARAÚJO DOS SANTOS	IPTU/TLP	77,67
040.009.598/98	MARIA RENILZA DA COSTA E SILVA	IPTU/TLP	279,42
040.010.347/98	JULIA MARIA SILVA DINO	IPTU/TLP	87,63
046.001.565/98	MARIA DE LOURDES TAVARES DO AMARAL	IPTU/TLP	44,91
042.001.348/98	JOÃO TEIXEIRA SOBRINHO	IPTU/TLP	286,42
040.010.752/98	JOSE VILANOVA DA SILVA	IPTU/TLP	15,75
040.010.891/98	VALMIR FARIAS	TAXA DE ALVARÁ	101,65
040.012.900/98	MÁRCIO BRAGA DE RESENDE	IPVA	253,78
040.012.850/98	ADIVALDO MARTINS GOMES	IPVA	103,34
040.014.663/97	ONICE ALVES DAMASCENO	IPVA	94,48
040.012.103/98	ALTINA ZEFERINA DE SOUZA MACHADO	IPTU/TLP	73,44
040.011.040/98	JANETE JANE XAVIER NERY	IPVA	189,54
040.011.511/98	IONE TEREZINHA DA FONSECA MARQUES	IPVA	73,97
042.000.919/98	VALDA GOMES DA SILVA	IPTU	12,46
040.012.257/98	OSWALDO ARRELARO	IPVA	42,77
040.012.354/98	JALMIR FERNANDES DE OLIVEIRA	IPVA	458,76
040.011.769/98	PRÓ-ALERGO - CLINICA DE ASMA E ALERGIAS LTDA	TLP	230,83
040.011.957/98	JULIETA JOSE DA SILVA BRAGA	IPTU/TLP	93,04
040.004.780/98	JOVIANO PEREIRA DA NATIVIDADE NETO	IPVA	358,40
040.012.219/98	HILSON FUMAGALI	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS	243,46
040.015.123/97	MARCIO PEREIRA SEREJO	ITCD	3.394,34
046.001.639/98	HORÁCIO BEZERRA DOS SANTOS	IPTU/TLP	83,89
043.001.581/98	ARAMIS SERGIO BELTRAMI	AIA	2.507,97
040.013.424/98	MARINALVA VENOZINA DOS SANTOS MOREIRA	TAXA DE OCUPAÇÃO	621,29
042.001.345/98	MARIA HELENA ROMÃO DE CARVALHO	IPTU/TLP	50,38
040.010.828/98	FRANCISCO SOARES CAMPELO	IPTU/TLP	67,24
042.001.455/98	JOÃO JOSÉ DE SOUZA	IPTU/TLP	183,33
046.001.696/98	ROMANA CAMELLO SOARES	IPTU/TLP	92,14
040.012.426/98	EDWARD CATTETE PINHEIRO FILHO	IPTU/TLP	362,19
042.001.209/98	HERMINA PEREIRA DA SILVA	IPTU/TLP	34,14
040.013.177/98	MARIA RAMOS DE OLIVEIRA	IPTU/TLP	81,36

ANANIAS LOPES ZEDES

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

DESPACHOS

CONSULTA Nº : 03/99
PROCESSO Nº : 040.014.144/98
INTERESSADO : ASSOCIAÇÃO DE ENSINO UNIFICADO DO DISTRITO FEDERAL S/C LTDA.
RESUMO DA CONSULTA : ISS – ECF - EQUIPAMENTO EMISSOR DE CUPOM FISCAL – OBRIGATORIEDADE – ESTABELECIMENTO DE ENSINO

Senhora Chefe,
O estabelecimento de ensino acima qualificado apresenta consulta sobre a obrigatoriedade de utilização de equipamento emissor de cupom fiscal – ECF, disposta na Lei Complementar nº 53, de 26/12/97, formulando as seguintes indagações:
1 – Sendo a interessada estabelecimento de ensino de 3º grau e pós-graduação, está sujeita à instalação da máquina a que se refere a Lei Complementar acima?
2 – Em caso afirmativo, que tipo de equipamento deverá ser instalado?
3 – Quais documentos fiscais deverão ser emitidos para cálculo do ISS?
4 – Sendo todos os recebimentos da AEUDF feitos por intermédio da rede bancária e caixa próprio da tesouraria, como proceder?

5 – Calcula-se ISS sobre outros recebimentos que não sejam os operacionais (mensalidades de alunos), quais sejam: aluguéis de salas, juros sobre mensalidades e taxas diversas? Caso afirmativo, como proceder para registro e cálculo do ISS?
6 – Qual a data-limite para instalação do equipamento?
A Divisão da Receita de Brasília procedeu ao preparo processual nos termos do art. 48 do Decreto nº 16.106/94, às fls. 03/08.
É o relatório.
Responderemos aos questionamentos da consulente na ordem em que foram apresentados.
1 – O art. 1º da Lei Complementar nº 53/97 determinou a obrigatoriedade de uso de equipamento emissor de cupom fiscal – ECF às empresas prestadoras de serviços e às que exercem atividade de venda ou revenda de bens a varejo.
Sendo a consulente prestadora de serviço de ensino superior, constante do item 39 da lista de serviços tributados pelo ISS, a que se refere o art. 1º do Decreto nº 16.128/94 – Regulamento do ISS, está sujeita à obrigação de usar o ECF.

2 – A Portaria SEFP nº 790, publicada no DODF de 30/12/97, dispõe sobre o uso de equipamento emissor de cupom fiscal – ECF, e em seus arts. 42 a 44 estabelece as características e especificações que o equipamento deve apresentar.
3 – Não há que se falar em emissão de documento fiscal para efetuar o cálculo do ISS a ser recolhido. No entanto, lembramos à consulente da obrigação de emitir Nota Fiscal de Serviço modelo 3 A e 3 B, conforme sejam os tomadores de seus serviços pessoa jurídica ou física (art. 46, incs. II e III do Decreto nº 16.128/94).
4 – O pagamento à consulente dos serviços por ela prestados independe da obrigatoriedade da mesma de emitir o documento fiscal. Portanto, os recebimentos das mensalidades por meio bancário ou na própria tesouraria não interfere na emissão de cupom ou nota fiscal.

Não obstante, informamos que à consulente é facultado o direito de pleitear a adoção de um regime especial para emissão de documentos fiscais de maneira diversa da disposta na legislação, conforme preceitua o art. 74 do Decreto nº 16.106/94 – Regulamento do Processo Administrativo Fiscal. Os arts. 75 a 86 do citado Diploma Legal *explicitam a forma pela qual o requerimento de adoção de regime especial deve ser formalizado.*
5 – O ISS incide sobre a prestação de serviços listados no art. 1º do Decreto nº 16.128/94 – Regulamento do ISS. No caso concreto da consulente, o serviço de ensino está elencado no item 39 da referida lista de serviços. Por outro lado, a locação de imóvel próprio, que não constitui prestação de serviços a terceiros não sofre a oneração do imposto.

Sendo assim, na prestação dos serviços listados no art. 1º do RISS, o art. 26 do mesmo Diploma Legal define que a base de cálculo do imposto é o preço do serviço cobrado pelas empresas prestadoras. Acrescenta o § 1º do referido art. 26 que o preço do serviço cobrado, para fins do ISS, compreende tudo o que for recebido em virtude da prestação, incluindo:
- os valores acrescidos a qualquer título e os encargos de qualquer natureza, inclusive valores porventura cobrados em separado, a título de ISS;
- descontos, diferenças ou abatimentos concedidos sob condição; e
- ônus relativos à concessão de crédito, ainda que cobrados em separado.

Conforme explicitado na resposta da questão 3, a escrituração deve ser efetuada no Livro Registro de Serviços Prestados, nos termos do art. 74 do Regulamento do ISS (Dec. 16.128/94).
6 – A data-limite para o início do uso do equipamento emissor de cupom fiscal está prevista na Cláusula Sexta do Convênio ECF nº 01 de 18/02/98, publicado no DODF de 25/02/98, alterado pelo Convênio ECF nº 02, publicado no DODF de 17/12/98, e tem como critério para a estipulação do prazo o valor da receita bruta anual do contribuinte.

À consulente não se aplica o benefício da consulta, previsto no art. 44 do Decreto nº 16.106/94, por não se tratar de matéria de natureza controvertida.
É o entendimento s.m.j.

Brasília, 23 de março de 1999.
VÂNIA NASCIMENTO DE CASTRO
Auditora Tributária
Mat. 46.233-0

De acordo. Submetemos à aprovação o parecer supra.

Brasília, 23 de março de 1999.
CARLOS HENRIQUE AZEVEDO OLIVEIRA
Serviço de Orientação e Consulta
Chefe

No uso da competência delegada a esta Chefia, pela Ordem de Serviço nº 096-SUREC/SEFP, de 11 de setembro de 1995, APROVO o parecer do Serviço de Orientação e Consulta desta Divisão.
Esclarecemos que a consulente poderá recorrer da presente decisão ao Sr. Secretário de Fazenda e Planejamento, no prazo de 20 (vinte) dias contado da data da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, conforme o artigo 53 do Decreto nº 16.106/94.
Publique-se e cientifique-se a consulente. Após, à Divisão da Receita de Brasília, para conhecimento e devidas anotações.

Brasília, 23 de março de 1999.
IVAN SOARES RASLAN
Divisão de Tributação
Chefe

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 15 de março de 1999

Recurso Voluntário nº 055/98
Recorrente : **ACDK SPORTS ACADEMIA E VENDAS DE MATERIAL ESPORTIVO LTDA**
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas/RA-XI
ACDK SPORTS ACADEMIA E VENDAS DE MATERIAL ESPORTIVO LTDA, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 139.001066/97, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 490/97, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 23 de Dezembro de 1997 (documentos de fls. 15). Embora tempestivo, **DEIXO DE RECEBÊ-LO,** negando seguimento ao feito, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94, combinado com o artigo 89, §§ 1º e 3º, do Decreto nº 16.106, de 30/11/94, porquanto o recorrente não fez prova da legitimidade da sua representação, embora notificada a fazê-lo (documento de fls. 27). Publique-se. Após, restituam-se os autos à primeira instância.

Recurso Voluntário nº 260/97
Recorrente : **COMERCIAL DE ALIMENTOS JULIANA-ME**
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas/RA-XII
COMERCIAL DE ALIMENTOS JULIANA-ME, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 142.000142/97, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 432/97, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 1 de Abril de 1997 (documentos de fls. 06). Embora tempestivo, **DEIXO DE RECEBÊ-LO,** negando seguimento ao feito, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94, combinado com o artigo 89, §§ 1º e 3º, do Decreto nº 16.106, de 30/11/94, porquanto o recorrente não fez prova da legitimidade da sua representação, embora notificada a fazê-lo (documento de fls. 11). Publique-se. Após, restituam-se os autos à primeira instância.

Recurso Voluntário nº 439/98
Recorrente : **MARILDA FRANCISCA DE SOUSA**
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas/RA-I
MARILDA FRANCISCA DE SOUSA, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 141.001135/97, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 19453/97, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 29 de Agosto de 1997 (documentos de fls. 07). Embora tempestivo, **DEIXO DE RECEBÊ-LO,** negando seguimento ao feito, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94, combinado com o artigo 89, §§ 1º e 3º, do Decreto nº 16.106, de 30/11/94, porquanto o recorrente não fez prova da legitimidade da sua representação, embora notificada a fazê-lo (documento de fls. 18). Publique-se. Após, restituam-se os autos à primeira instância.

Recurso Voluntário nº 447/98
Recorrente : **VALDIVINO FRANCISCO DOS SANTOS**
Recorrido : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas/RA-VIII
VALDIVINO FRANCISCO DOS SANTOS, irresignado com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 136.000429/98, pertinente ao Auto de Infração nº 739/98, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 29 de Julho de 1998 (documentos de fls. 14). Constata-se, porém, que o apelo é **INTEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória ocorreu em 8 de Julho de 1998 (recibo de fls. 11), evidenciando-se, portanto, a inobservância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94. **DEIXO, POIS, DE RECEBER O RECURSO,** negando seguimento ao feito, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. Publique-se. Após, restituam-se os autos à primeira instância.

Recurso Voluntário nº 486/98
Recorrente : **SINTS - SINDICATO DOS TRAILLERS, QUIOSQUES E SIMILARES DO DF**
Recorrida : Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas/RA-II
SINTS - SINDICATO DOS TRAILLERS, QUIOSQUES E SIMILARES DO DF, irresignado com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 131.001140/98, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 1757/98, interpôs recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 10 de Agosto de 1998 (documentos de fls. 07). Embora tempestivo, **DEIXO DE RECEBÊ-LO,** negando seguimento ao feito, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94, combinado com o artigo 89, §§ 1º e 3º, do Decreto nº 16.106, de 30/11/94, porquanto o recorrente não fez prova da legitimidade da sua representação, embora notificada a fazê-lo (documento de fls. 17). Publique-se. Após, restituam-se os autos à primeira instância.

Recurso de Ofício nº 587/98
Recorrente : Subsecretaria da Receita
Recorrido : **CONFECÇÕES SANTA CATARINA LTDA**
Advogado : JUDIVAN BENTO DOS SANTOS
A autoridade julgadora de primeira instância, proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, no processo fiscal nº 040.015560/96, pertinente ao Auto de Infração nº 2153, de 17 de Outubro de 1996, recorreu de ofício nos termos do artigo 28 da Lei 657, de 25/01/94, combinado com o artigo 96 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **1. RECEBO, POIS, O RECURSO,** com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. **2.** Audiência prévia da douta Representação **Fazendária. 3. Distribua-se e publique-se.**

Recurso Voluntário nº 626/98
Recorrente : **CONFECÇÕES SANTA CATARINA LTDA**
Advogado : JUDIVAN BENTO DOS SANTOS
Recorrida : Subsecretaria da Receita
CONFECÇÕES SANTA CATARINA LTDA, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 040.015560/96, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 2153/96, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso às fls. 407), recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 16 de Outubro de 1998 (documentos de fls. 452). Constata-se, porém, que o apelo é **INTEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória em 22 de Setembro de 1998 (fls. 450), evidenciando-se, assim, a inobservância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **DEIXO, POIS, DE RECEBER O RECURSO,** negando seguimento ao feito, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. Publique-se. Após, restituam-se os autos à primeira instância.

Recurso Voluntário nº 690/98
Recorrente : **CIMENTO TOCANTINS S/A**
Advogado : ORLANDO DA SILVA LEITE JÚNIOR E/OU
Recorrida : Subsecretaria da Receita
CIMENTO TOCANTINS S/A, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 040.004210/97, pertinente ao Auto de Infração e Apreensão nº 595/97, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso às fls. 97), recurso a este egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, em 7 de Outubro de 1998 (documentos de fls. 78). Constata-se, porém, que o apelo é **INTEMPESTIVO**, eis que a notificação da decisão condenatória em 9 de Setembro de 1998 (fls. 77), evidenciando-se, assim, a inobservância do prazo previsto no artigo 27 da Lei nº 657, de 25/01/94, combinado com os artigos 39 e 95 do Decreto nº 16.106, de 30/11/94. **DEIXO, POIS, DE RECEBER O RECURSO,** negando seguimento ao feito, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Regimento Interno deste Tribunal, baixado pelo Decreto nº 15.535, de 25/03/94. Publique-se. Após, restituam-se os autos à primeira instância.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

DESPACHOS DA SECRETÁRIA

PROCESSO Nº 082.000601/99; INTERESSADA: ALIANÇA IMÓVEIS LTDA; ASSUNTO: RECIBOS PAGAMENTO.
À vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos Artigos 80 e 81 do Decreto 16.098/94, RECONHEÇO a dívida, AUTORIZO a despesa e determino a emissão e liquidação das Notas de Empenho no valor total de R$ 5.336,83 (cinco mil, trezentos e trinta e seis reais e oitenta e três centavos), em favor da Aliança Imóveis Ltda.

PROCESSO Nº: 082.003236/99; INTERESSADA: SEÇÃO DE REGISTRO FINANCEIRO; ASSUNTO: FOLHA PAGAMENTO..
À vista das instruções contidas no presente processo e de acordo com as disposições do Decreto nº 17.954, de 30/12/96, autorizo a despesa e determino a emissão e liquidação de Notas de Empenho, no valor total de R$ 172.480,53 (cento e setenta e dois mil, quatrocentos e oitenta reais e cinquenta e três centavos), para pagamento da Folha Suplementar - V.2 - Contrato Temporário do mês de março/99, conforme Proposição da DOC.

PROCESSO Nº: 082.003235/99; INTERESSADO:SEÇÃO DE REGISTRO FINANCEIRO ASSUNTO: FOLHA DE PAGAMENTO.
À vista das instruções contidas no presente processo e de acordo com as disposições do Decreto 17.954, de 30.12.96, AUTORIZO a despesa e DETERMINO a emissão e liquidação das Notas de Empenho,no valor total de R$ 455.842,34(quatrocentos e cinquenta e cinco mil e oitocentos e quarenta e dois reais e trinta e quatro centavos), e, ainda, o cancelamento parcial da 99NE 00003, para pagamento da Folha Suplementar - Versão 7 - Acertos - do mês de fevereiro/99.

SECRETARIA DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE NECRÓPOLES E SERVIÇOS FUNERÁRIOS

RELAÇÃO DE TÍTULOS DE PERPETUIDADE

O COORDENADOR DE ADMINISTRACAO DE NECROPOLES E SERVICOS FUNERARIOS, no uso da delegação que lhe é atribuída pela Portaria nº 10, de 03 de março de 1999, resolve:

Conceder Títulos de Perpetuidade aos abaixo relacionados:

1. CEMITÉRIO CAMPO DA ESPERANÇA

Quadra 101 Jazigo 273 Setor A, Ocupante: Fernando Gonçalves de Medeiros, Requerente: Miriam Cabral Gonçalves de Medeiros.
Quadra 114 Jazigo 058 Setor A, Ocupante: Vanda Lourença da Silva, Requerente: Rita de Cássia Silva.
Quadra 114 Jazigo 272 Setor A, Ocupante: José Luiz Dias, Requerente: Yolanda Afonso Tartuce.
Quadra 114 Jazigo 323 Setor A, Ocupante: Ana Medeiros dos Santos, Requerente: Valma Flausino de Lucena.
Quadra 114 Jazigo 352 Setor A, Ocupante: Lucas Evangelista Marques, Requerente: Maria da Conceição Marques.
Quadra 201 Jazigo 281 Setor A, Ocupante: Sebastião Belchior de Sousa, Requerente: Absalão de Souza.
Quadra 209 Jazigo 029 Setor C, Ocupante: Manoela Cândida dos Santos, Requerente: Márcia Gomes da Silva.
Quadra 215 Jazigo 068 Setor C, Ocupante: Douralina Moesia de Lima, Requerente: Norma de Lima Costa.
Quadra 217 Jazigo 528 Setor C, Ocupante: Eli Kozlowski, Requerente: Elço Kozlowski.
Quadra 217 Jazigo 703 Setor C, Ocupante: Francisco Soares de Araújo, Requerente: Francisca Pinho de Araújo.
Quadra 218 Jazigo 398 Setor C, Ocupante: Raimundo Martins de Souza, Requerente: Neli Pereira de Souza.
Quadra 302 Jazigo 03 Setor A, Ocupante: Elizabeth Pereira Santos, Requerente: Edna Pereira.
Quadra 302 Jazigo 340 Setor C, Ocupante: Nathanael Moreira Miranda, Requerente: Maria Sueli Miranda.
Quadra 305 Jazigo 041 Setor C, Ocupante: Alceste Maria Calvet de Castro, Requerente: Luiz Braulio Calvet de Castro.
Quadra 305 Jazigo 225 Setor C, Ocupante: Raimundo Gonçalves Duarte, Requerente: Maria Rodrigues Duarte.
Quadra 306 Jazigo 259 Setor C, Ocupante: Giovanni Batista da Silva, Requerente: Mario Emílio Leopoldino.
Quadra 308 Jazigo 09 Setor A, Ocupante: Jader de Almeida Campos, Requerente: Ester de Melo Campos e Silva.
Quadra 311 Jazigo 05 Setor C, Ocupante: Julio Cesar Moesia de Lima, Requerente: Norma de Lima Costa.
Quadra 311 Jazigo 048 Setor C, Ocupante: Moacyr Albino Macêdo, Requerente: Maria Zulmira Pinto Macêdo.
Quadra 312 Jazigo 155 Setor A, Ocupante: Ana Claudia Parente Livino, Requerente: José Livino Neto.
Quadra 314 Jazigo 168 Setor A, Ocupante: Adilton de Souza Corado, Requerente: Maria Pereira Corado.
Quadra 316 Jazigo 06 Setor C, Ocupante: Wilma Valda Pinto, Requerente: Regina Elena Pinto.
Quadra 316 Jazigo 116 Setor C, Ocupante: Evandro Pereira Brasil, Requerente: Ederes Monteiro Brasil.
Quadra 316 Jazigo 254 Setor C, Ocupante: Jandyra Soares Coelho, Requerente: Nilcéa Soares Coelho.
Quadra 402 Jazigo 255 Setor A, Ocupante: Archias Cecílio Coelho, Requerente: Nilcéa Soares Coelho.
Quadra 403 Jazigo 120 Setor C, Ocupante: João José Maia de Oliveira, Requerente: Emilce Maia de Oliveira.

Quadra 407 Jazigo 08 Setor C, Ocupante: Oscar D`Albuquerque Lima Filho, Requerente: Julieta Amorim D`Albuquerque.
Quadra 407 Jazigo 144 Setor C, Ocupante: Rodrigo Marques Borba, Requerente: Maria da Graça Marques Borba.
Quadra 408 Jazigo 182 Setor A, Ocupante: José Lourenço de Oliveira, Requerente: Marli Aparecida de Oliveira.
Quadra 411 Jazigo 170 Setor A, Ocupante: Aluizio Ferreira Lima, Requerente: Marlene Mencarini Lima.
Quadra 414 Jazigo 217 Setor C. Ocupante: Gina Francisca de Azevedo, Requerente: Sebastiana Pereira de Souza.
Quadra 414 Jazigo 254 Setor C, Ocupante: José Bonilha Rolin, Requerente: Maria Higina Rolin.
Quadra 415 Jazigo 029 Setor C, Ocupante: Agenor Ferreira da Silva, Requerente: Maria Alves da Silva.
Quadra 415 Jazigo 091 Setor C, Ocupante: Isabel Maria Pereira, Requerente: Manoel Ricardo Pereira.
Quadra 415 Jazigo 196 Setor C, Ocupante: Jorge Luiz Geremias, Requerente: Maria Teresinha Geremias.
Quadra 415 Jazigo 204 Setor C, Ocupante: Juliane Carneiro Campina, Requerente: Evanilson Andrade Campina.
Quadra 415 Jazigo 261 Setor C, Ocupante: Maria das Neves Moreira, Requerente: Francisco das Chagas Nóbrega da Silva.
Quadra 416 Jazigo 221 Setor C, Ocupante: Ibrantina Cruz, Requerente: Gescer Luiz Matusalem.
Quadra 416 Jazigo 288 Setor C, Ocupante: Divaldo Barreto de Mello, Requerente: Frederico Ponce de Leon Barreto de Melo.
Quadra 417 Jazigo 228 Setor C, Ocupante: Leda Wright da Silva, Requerente: Marcos da Silva.
Quadra 418 Jazigo 387 Setor C, Ocupante: Aracina Gomes Dumont, Requerente: Raymundo Temistocles Dumont.
Quadra 419 Jazigo 074 Setor C, Ocupante: Divino Zamor Borges, Requerente: Maria das Dores Borges.
Quadra 420 Jazigo 151 Setor C, Ocupante: Filipe Gustavo Gomes de Paula Pessoa, Requerente: Rita Bomfim Gomes.
Quadra 501 Jazigo 091 Setor B, Ocupante: Arlene Salviano Gréco, Requerente: Aniello Olyntho Guimarães Grecó.
Quadra 503 Jazigo 172 Setor B, Ocupante: Odemar Medeiros Pontes, Requerente: Ednalda Pereira Pontes.
Quadra 505 Jazigo 107 Setor B, Ocupante: Francisca Marques de Souza, Requerente: Maria Neuza Marques de Souza.
Quadra 505 Jazigo 010 Setor B, Ocupante: Moacir Levy, Requerente: Mara Rubia Levy dos Santos.
Quadra 505 Jazigo 172 Setor B, Ocupante: José Joaquim dos Santos Frota, Requerente: Marco Túlio Taveira Frota.
Quadra 507 Jazigo 011 Setor B, Ocupante: Norma Kimie Nakagomi, Requerente: Osvaldo Hizasi Nakagomi.
Quadra 507 Jazigo 239 Setor B, Ocupante: Areovaldo Machado de Vasconcelos, Requerente: Magda Catarina Alves de Vasconcelos.
Quadra 509 Jazigo 170 Setor A, Ocupante: Neftali Afonso Rodrigues, Requerente: Yolanda Afonso Tartuce.
Quadra 514 Jazigo 197 Setor C, Ocupante: José Carvalho Fontinel, Requerente: Egidio Honorato de Carvalho.
Quadra 602 Jazigo 026 Setor B, Ocupante: João Ferreira da Silva, Requerente: José Ferreira da Silva.
Quadra 603 Jazigo 040 Setor C, Ocupante: Raimundo Lopes Furtado, Requerente: Raimunda Magalhães Lopes.
Quadra 604 Jazigo 011 Setor B, Ocupante: Kamilo Morais Sangi, Requerente: Noemia Ferreira de Morais.

Quadra 605 Jazigo 047 Setor B, Ocupante: Rita Barroso Cavalcante, Requerente: Iracema Barroso Cavalcante.
Quadra 608 Jazigo 176 Setor B, Ocupante: Danielle de Oliveira Damascena, Requerente: Eliane Pereira Damascena.
Quadra 610 Jazigo 018 Setor A, Ocupante: Francisco Sivi de Lima, Requerente: Maria de Jesus Lopes Lima.
Quadra 610 Jazigo 114 Setor C, Ocupante: Eduardo Montenegro, Requerente: Regina Elena Pinto.
Quadra 610 Jazigo 122 Setor A, Ocupante: Sebastião Lopes, Requerente: Maria de Jesus Lopes Lima.
Quadra 611 Jazigo 194 Setor C, Ocupante: Eduardo Franci Gonçalves, Requerente: Ubirajara Pires Gonçalves.
Quadra 703 Jazigo 078 Setor B, Ocupante: Maria José Marques de Almeida, Requerente: Anna Maria Marques de Almeida.
Quadra 704 Jazigo 124 Setor B, Ocupante: Simão Batista de Moura, Requerente: Zildete Soares de Almeida.
Quadra 702 Jazigo 04 Setor B, Ocupante: Zélia Magalhães Baião, Requerente: Geraldo Paulo Baião.
Quadra 807 Jazigo 106 Setor C, Ocupante: José Mangolini, Requerente: Igor Corrêa Mangolini.
Quadra 814 Jazigo 103 Setor C, Ocupante: João Leopoldo de Souza, Requerente: Maria Sacramento de Souza.

2. CEMITÉRIO DE TAGUATINGA

Quadra 097 Jazigo 181 Setor F, Ocupante: Iracy Vieira de Araújo, Requerente: Maria Senhorinha de Jesus.
Quadra 099 Jazigo 156 Setor F, Ocupante: Adão Isídio Pereira, Requerente: Pedrina Senhorinha Lopes Pereira.
Quadra 100 Jazigo 488 Setor F, Ocupante: Cleriston Benedito Rodrigues, Requerente: Wellington Sousa Rodrigues.
Quadra 416 Jazigo 01 Setor A, Ocupante: Senhorinha Maria de Jesus, Requerente: Pedrina Senhorinha Lopes Pereira.
Quadra 421 Jazigo 03 Setor BI, Ocupante: Joaquina F. Lopes / Barnabe F, Lopes, Requerente: Maria Angélica Lopes.
Quadra 421 Jazigo 09 Setor B, Ocupante: Paulo Fausto Correia, Requerente: Raimunda Fagundes Leite Correia.
Quadra 507 Jazigo 07 Setor A, Ocupante: Leonardo Vieira Santos, Requerente: Francisca Maria Vieira.
Quadra 602 Jazigo 297 Setor E, Ocupante: Geraldo Luiz Rodrigues, Requerente: Elza Rodrigues de Freitas.
Quadra 607 Jazigo 015 Setor D, Ocupante: Anderson Rodrigues, Requerente: Valdenícia de Oliveira Rodrigues.

3. CEMITÉRIO DO GAMA

Quadra 02 Jazigo 354, Ocupante: Lúcia Aparecida Esteves Spolão, Requerente: Ana Maria Pereira Feliciana.
Quadra 02 Jazigo 392, Ocupante: José Albino Neto, Requerente: Aurora de Moraes Macedo.
Quadra 015 Jazigo 182, Ocupante: Jean Dias da Silva, Requerente: Antonio Dias da Silva.
Quadra 016 Jazigo 099 Setor A, Ocupante: Regina Maria da Conceição Requerente: Ana Maria Bezerra de Jesus.
Quadra 016 Jazigo 283 Setor A, Ocupante: José Maurício Honório Filho, Requerente: Expedita Ribeiro Honório.
Quadra 016 Jazigo 524, Ocupante: Benedito Guimarães Sousa, Requerente: Marlene Alves da Silva.
Quadra 023 Jazigo 756, Ocupante: Palmira Laurina de Jesus, Requerente: Clovis Dimas Martins.
Quadra 030 Jazigo 432, Ocupante: Ivan Sabiá da Silva, Requerente: Carlos Sabiá da Silva.
Quadra 030 Jazigo 607 Setor, Ocupante: Maria Soares da Mota, Requerente: Gumercina Soares Rodrigues.

Quadra 031 Jazigo 092, Ocupante: Mário Alves de Lima, Requerente: Amine Mamede Israel de Lima.
Quadra 033-C Jazigo 309, Ocupante: Valdemar Francisco da Silva, Requerente: Valdineia Lopes da Silva.
Quadra 036 Jazigo 917, Ocupante: Severino Leôncio de Assis, Requerente: Alzira Bezerra de Assis.

4. CEMITÉRIO DE SOBRADINHO

Quadra 022 Jazigo 04 Setor B, Ocupante: Geraldo José Ribeiro, Requerente: Claudia Luciana da Silva Ribeiro.

5. CEMITÉRIO DE BRAZLÂNDIA

Quadra F-2, Jazigo 073, Ocupante: Maritana Cardoso de Oliveira, Requerente: Manoel Abadio Cardoso de Oliveira.
Quadra X Jazigo 022, Ocupante: Luciana Silva Pereira, Requerente: Judite Silva Pereira.

JORGE DIEB PIMENTEL

SECRETARIA DE OBRAS

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA

C.G.C. 00.00.698/0001-11
COMPANHIA ABERTA
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 1998

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais, a Administração da Companhia Energética de Brasília - CEB tem a satisfação de submeter à apreciação da Assembléia Geral Ordinária o Relatório Anual da Administração, juntamente com as Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores, relativos ao Exercício Social de 1998.

A CEB, em 1998, concentrou esforços internamente visando equipar-se para enfrentar a competitividade decorrente das mudanças da economia brasileira num cenário de globalização dos mercados e da reestruturação do setor elétrico. Procuramos equacionar o equilíbrio econômico-financeiro e melhorar o atendimento aos nossos clientes.

A Companhia trabalhou, junto com os técnicos e gerentes da empresa, na definição dos norteadores de suas ações e projetos, tendo definido os seguintes objetivos empresariais: 1) melhorar a qualidade do atendimento ao cliente; 2) valorizar pessoas; 3) atender às demandas de interesse público; 4) melhorar a eficiência econômica; 5) expandir os negócios e 6) modernizar-se empresarialmente.

A CEB intensificou seus investimentos em 1998, visando a melhoria da qualidade do atendimento à população do DF e a segurança operativa do sistema elétrico da Companhia, destacando as seguintes realizações: ampliação da Subestação Ceilândia Sul; da Subestação Brasília Centro; início da construção da Subestação de Monjolo; construção de 70,75 km de redes de distribuição subterrâneas; 435,25 km de redes aéreas e instalação de 13.651 pontos de Iluminação Pública.

No plano econômico-financeiro, registrou-se o lucro líquido de R$ 30.591 mil, cabendo destacar que neste valor está incluso o valor de R$ 6.235 mil referente ao Imposto de Renda a Compensar.

ATENDIMENTO AO MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA NO DISTRITO FEDERAL

Ao final do exercício de 1998 a taxa de atendimento à população do Distrito Federal, área de concessão da CEB, estava próxima de 100%, representando o atendimento a 507.920 consumidores. Destaca-se deste contingente, a classe de consumidores residenciais, composta de 432.416 unidades, representando 85,1% do número total de consumidores, responsável por de cerca de 38,8% de toda a energia requerida no ano, cujo consumo médio mensal é de 257 kWh.

Foram agregados mais de 23.535 novos clientes, dos quais 78,7% são da classe residencial, devido não só às solicitações de novas ligações, mas também à regularização no faturamento de consumidores, representando um crescimento de 4,6% no número de clientes atendidos pela CEB.

Quanto à energia requerida pela CEB para distribuição em 1998, 2.773,3 GWh foram adquiridos de Furnas (72,7%); 939,0 GWh de Itaipu (24,6%), sendo os 102,0 GWh restantes obtidos de geração própria na Usina do Paranoá (2,7%). Esta hidrelétrica passa por uma série de reformas, buscando uma melhor performance da mesma.

O consumo de energia elétrica no Distrito Federal cresceu 7,4%, com destaque para a Classe Comercial. O setor comércio apresentou crescimento de 23,4% em 1998, com contribuição de 22,8% do comércio varejista, que representa 25,0% do consumo total da classe.

O sistema de iluminação pública cresceu 9,0% no período, passando de 152.172 para 165.823 pontos de luz.

ANÁLISE OPERACIONAL

A energia total comercializada em 1998 alcançou 3.442.095 MWh, representando um acréscimo de 6,9% em relação ao ano anterior. Este aumento foi decorrente do crescimento do consumo verificado na classe residencial de 5,9%, que representa 38,7% do mercado; comercial 12,3%, que representa 26,6% do mercado; industrial 7,3%, que representa 8,8% do mercado; e rural 10,3%, que representa 2,6% do mercado. A CEB manteve o fornecimento de energia elétrica a praticamente 100% das unidades consumidoras do DF. A demanda máxima do sistema registrada em 1998 atingiu 676,3 MWh/h (set/98). As perdas de energia foram 9,6%.

A produtividade da CEB, no ano atingiu 363 clientes por empregado. A receita operacional atingiu o montante de R$ 465.657, superior em 10,8% a 1997. As classes responsáveis pelo aumento foram residencial 9,9%, comercial 15,4%, industrial 7,5% e rural 22,9%. O crescimento verificado no consumo e no faturamento da classe rural deve-se à absorção da Cooperativa de Eletrificação Rural do Distrito Federal - COERB pela CEB.

A CEB recolheu aos cofres do Governo do Distrito Federal a importância de R$ 88.911 mil referente a ICMS, o que a posiciona como maior contribuinte desse tributo no DF.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

O lucro operacional foi de R$ 43.379 mil, 10,7% inferior ao verificado em 1997. Basicamente o resultado foi afetado pelo crescimento das despesas operacionais em 15,0%, destacando-se o crescimento de 13,0% na energia comprada, 44,4% nas depreciações e 39,1% nos serviços de terceiros.

O lucro líquido do exercício foi de R$ 30.591 mil considerando-se o valor de R$ 6.235 mil referente a créditos de tributos federais.

A CEB encerrou o exercício com um endividamento de R$ 23.911 mil, correspondendo a 5,9% do patrimônio líquido. Cabe destacar que a Companhia não tem financiamentos em moeda estrangeira.

INVESTIMENTOS

A CEB, em 1998, investiu R$ 55.316 mil. Deste montante, foram investidos R$ 46.402 mil em obras de Geração, Transformação, Distribuição e Instalações Gerais, onde foram aplicados R$ 2.875 mil em Geração; R$ 7.858 mil em Transformação; R$ 888 mil em Transmissão; R$ 2.940 mil em Instalações Gerais e R$ 31.841 mil em Distribuição, correspondendo a 57,6% do total investido no ano. Isso mostra o compromisso da empresa na melhoria da sua principal atividade, destacando-se os empreendimentos em Geração, em parceria com a CEMIG para a construção de AHE Queimado e na INVESTCO, para a exploração do AHE Lajeado. Foram investidos em 1998, R$ 8.822 mil em Lajeado e R$ 2.156 mil em Queimado. Além disso, a CEB investiu de R$ 92 mil em outras participações acionárias.

Com a conquista das Concessões de AHE Queimado em MG e de AHE Lajeado em TO, a CEB deixará de ser apenas uma empresa de distribuição de energia elétrica. Aos 25 MW gerados pela Usina do Paranoá, serão agregados 37 MW do AHE Queimado e 170 MW do AHE Lajeado, relativo à participação da CEB nestes empreendimentos, atingindo 232 MW de produção própria.

EMPREENDIMENTO	AHE Queimado	AHE Lajeado
Localização	Cabeceira Grande-MG	Lajeado - TO
Valor aproximado do empreendimento	R$100 milhões	R$ 820 milhões
Potência	105 MW	850 MW (5 Unidades)
Consórcio	CEMIG e CEB	Empresas do Grupo REDE, Eletricidade de Portugal S/A – EDP, Companhia Paulista de Energia Elétrica e CEB
Participação da CEB	35%	20%
Assinatura da Concessão	18/12/97	
Início da operação da 1ª máquina	julho/2001	março/2002
Valor investido até 1998	R$ 2,23 milhões	R$ 10,13 milhões
Energia assegurada anual		4.468.476 MWh

RECURSOS HUMANOS

O número total de empregados que em dezembro de 1997 era de 1.350, passou para 1.397 em 1998. No decorrer do exercício foram demitidos e/ou aposentados 87 empregados e admitidos 136 novos empregados, alocados principalmente na melhoria do atendimento ao cliente. O incremento de 1997 para 1998 corresponde a um aumento de 3,5% no número total de empregados.

No ano, ocorreram 3.977 participações em treinamento, sendo 3.431 internos e 546 externos, perfazendo um total de 99.395 horas/aulas em cursos técnicos, administrativos, operacionais, informática e pós-graduação. Foram investidos em capacitação profissional R$ 1.020 mil, sendo que 40% deste montante foram aplicados em treinamentos externos. As ações de treinamento foram voltadas para as etapas da reestruturação produtiva da empresa, objetivando a consolidação do Projeto Despertar, o qual foi transformado em Sistema de Qualidade e Participação. Além disso, a empresa mantém a modalidade de ressarcimento aos empregados de até 50% das despesas com educação com o objetivo de promover o autodesenvolvimento, atingindo o valor de R$ 178,2 mil, perfazendo um montante de investimento em capacitação profissional de R$ 1.198,2 mil.

Na área de segurança do trabalho, 670 empregados foram treinados em cursos de primeiros socorros, além da campanha dos 5 passos da segurança, a qual foi levada a todas as áreas operacionais da empresa. O resultado foi a redução em 38% no número de acidentes de trabalho. Foram desenvolvidas campanhas preventivas sobre o tema "A Saúde da Mulher", vacinações contra gripe, tétano e febre amarela e realização do curso "Como Parar de Fumar".

A CEB, dentro de sua política de Recursos Humanos, possibilita a seus empregados o acesso à prevenção e tratamento curativo de doenças, com os benefícios oferecidos pelo seu Plano Assistencial, que é administrado pela FACEB – Fundação de Assistência dos Empregados da CEB, por convênio, onde os mesmos usufruem de uma rede credenciada de hospitais, clínicas médicas e odontológicas e laboratórios.

A empresa oferece, através da FACEB, aposentadoria complementar aos seus empregados, destacando um papel social de relevância, possibilitando a manutenção do poder aquisitivo do aposentado e pensionista, tendo repassado, neste exercício, o valor de R$ 13.809 mil.

AÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS

A CEB, com a visão e entendimento de que uma empresa de serviços públicos tem que estar sintonizada com a eficiência empresarial, e plenamente integrada à comunidade na qual está inserida, vem se tornando cada vez mais uma empresa socialmente comprometida.

O exemplo disso foi o título de "Empresa Cidadã", conferido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE).

No campo cultural a empresa patrocinou o evento Temporadas Populares realizado nos meses de janeiro e julho com aproximadamente 160 apresentações, com a presença de milhares de espectadores, no valor total de R$ 409 mil, o que representou 0,09% da receita operacional.

A Companhia patrocinou o projeto Quadra Viva – pintura de subestações de distribuição de energia, localizadas nas superquadras residenciais do Plano Piloto, ao custo de R$ 96,6 mil.

A empresa também patrocinou a FECITEC – Feira Educativa de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, oportunidade em que alunos de escolas públicas e particulares do DF mostraram os mais interessantes projetos e experiências científicas, elaboradas e produzidas nos laboratórios escolares, contribuindo com R$ 25 mil.

A CEB só patrocina um evento quando este gera algum tipo de benefício para a população do DF e contribui para melhorar sua imagem institucional.

NOVOS NEGÓCIOS

A CEB, através das Leis nºs 1.787 e 1.788, de 27.11.97, foi autorizada a construir e operar sistemas de produção, transmissão, distribuição e comercialização de energéticos, a participar em serviços de telecomunicações, transmissão de dados e prestação de serviços de consultoria e autorizada a criar a CEB Participações S.A., que tem como finalidade comprar e vender participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados.

A empresa, buscando consolidar a concessão para exploração de gás natural canalizado e impulsionar o desenvolvimento da região, assinou o protocolo de intenções entre o Estado de Goiás, o Distrito Federal e a PETROBRÁS, com interveniência da ELETROBRÁS, para estudos de viabilidade técnico-econômica da oferta de gás natural e instalação de Usinas Termelétricas para atendimento do mercado da região Centro-Oeste.

PROGRAMA DE QUALIDADE

O Projeto Despertar tem por objetivo desenvolver e implantar um sistema de gestão participativa e competitiva. Este projeto mostrou que, com determinação e compromisso da direção e do corpo técnico, é possível contribuir para uma gestão empresarial eficaz e eficiente, tornando a empresa competitiva para enfrentar qualquer desafio dentro do novo modelo do Setor Elétrico Brasileiro.

MELHORIA DO ATENDIMENTO AO CLIENTE

A Companhia padronizou suas agências, melhorando a ambiência e a funcionalidade das mesmas, com o objetivo de: eliminar filas; informar ao cliente o tempo de espera e um correto direcionamento por assunto (2ª via, orientação técnica, prazo, atendimento preferencial, etc.).

Foi realizada a substituição do equipamento da Central 120/196 por outro mais eficiente, ampliação no número de 14 para 18 posições de atendimento, ampliação de linhas troncos de 20 para 40 e informatização do sistema de reclamação de faltas de energia e iluminação pública.

A CEB está desenvolvendo um sistema para prover auto-atendimento aos seus clientes, com o objetivo de melhorar a qualidade de atendimento. Para tanto, um quiosque experimental foi disponibilizado na Praça do Cidadão na Rodoviária de Brasília.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

A atuação da CEB neste campo tem a finalidade de reduzir o consumo de energia elétrica e de servir de demonstração para o público, considerando que o KW economizado é mais barato que o construído.

A empresa vem atuando nos seguintes projetos:

• Programa de Eficientização da Iluminação Pública através de contratos celebrados com a Eletrobrás, o que possibilitou a melhoria do nível de iluminação das diversas regiões administrativas do DF com redução de consumo de energia elétrica. Neste aspecto foi feita a substituição de 23.873 lâmpadas de vapor de mercúrio por vapor de sódio, proporcionando uma redução de consumo na ponta de carga de 3,5 MW com investimento de R$ 2,9 milhões.

• Iluminação residencial, com a substituição de 19.497 lâmpadas incandescentes de 40, 60 e 100W por fluorescentes compactas de 11, 15 e 20W, respectivamente, em 10.000 residências, num investimento total de R$ 360 mil. Previsão de redução de 450kW de demanda na ponta de carga.

• Restrição de Carga com instalação de 4.000 gerenciadores, com investimento de R$ 800 mil e previsão de redução de 1,2 MW de demanda na ponta de carga.

• Projeto de Eficiência Energética nas Escolas Públicas do DF - eficientização em iluminação de 280 escolas, com previsão de reduzir 1,05 MW de demanda na ponta de carga. Para este projeto foi investido R$ 700 mil.

PADRONIZAÇÃO DA REDE AÉREA COMPACTA PROTEGIDA

Trata-se de uma nova concepção de construção de redes aéreas de distribuição que melhora, consideravelmente, a qualidade do fornecimento quando comparado com a rede aérea convencional.

Foram construídos 35 km de redes aéreas compactas protegidas, em substituição à rede aérea convencional, desde a subestação do Núcleo Bandeirante até o Setor de Mansões Park Way, sendo investido neste empreendimento R$ 1,42 milhões.

Foram construídas, também, 7,3 km de circuito tronco, em rede aérea de distribuição compacta protegida, objetivando o acréscimo de um alimentador para a Cidade de São Sebastião, a um custo de R$ 213,6 mil.

Encontra-se em fase de licitação a contratação de serviços de substituição de rede aérea convencional por rede aérea compacta protegida, na Cidade de Planaltina, com substituição de 91,1 km de redes a um custo de R$ 2,8 milhões e no Lago Sul, com previsão de substituição de 45 km de redes a um custo de R$ 1,5 milhões.

ASSUNÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DA COERB

Após a conclusão do processo de liquidação voluntária da COERB, e em decorrência de dívidas do consumo de energia da Cooperativa, a CEB receberá as instalações elétricas de propriedade da COERB como acerto de contas, o qual custou à CEB o valor aproximado de R$ 2,2 milhões. Deste montante, R$ 1,5 milhões refere-se às instalações elétricas que serão incorporadas ao ativo da CEB. Com a liquidação da COERB, a área de concessão da CEB, não possuirá mais qualquer permissionária para distribuição de energia elétrica.

PROJETO GEOCEB

O objetivo do projeto é otimizar o nível de informações georeferenciadas da rede de distribuição de energia elétrica da CEB como instrumento de gestão.

Na primeira etapa foi feita a digitalização dos cadastros da rede de distribuição subterrânea, digitalização dos cadastros da rede rural e serviços de levantamento cadastral e digitalização da rede de distribuição aérea urbana em base cartográfica, com fornecimento de hardware e software para tratamento centralizado.

Na segunda etapa haverá a complementação do cadastro e a utilização descentralizada do mesmo. Na terceira etapa serão desenvolvidos os aplicativos.

MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DO SISTEMA DE GESTÃO COMERCIAL

Foi realizado o processo licitatório e contratada empresa visando o desenvolvimento e implementação de um novo sistema de gestão comercial em ambiente de rede, objetivando a melhoria dos serviços prestados aos clientes com previsão de conclusão em 12 (doze) meses. O valor previsto do projeto é de R$ 1,0 milhão.

MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DO SISTEMA DE GESTÃO OPERACIONAL

Está em andamento o processo de substituição do Sistema de Supervisão de Subestações por um moderno Sistema de Gerenciamento de Energia – SAGE.

Foram implantados um sistema alternativo de comunicação de dados em todas as subestações do sistema e uma nova central de comunicação no Centro de Operação do Sistema e foi realizado convênio com a CELG para a disponibilização de 32 canais de rádio digital na faixa de microondas que garantirá maior confiabilidade na comunicação de dados e voz do sistema.

Foi realizada a implantação de enlace ótico entre a repetidora do Colorado e o Centro de Operação do Sistema.

A CEB disponibilizou fibra ótica nas subestações 04, 03, BC, 06 e Centro de Operação do Sistema que garantirá confiabilidade no processo de supervisão de subestações.

Foi implantado, ainda, o sistema de telemedição em dois consumidores de grande porte, possibilitando o monitoramento on line dos valores medidos, garantindo flexibilidade no calendário de leituras e maior confiabilidade e agilidade nos valores a serem faturados. Existem projeto e verba destinados para o ano de 1999, com o objetivo de ampliar o benefício para outros 150 (cento e cinqüenta) consumidores especiais.

CAMPANHA DE MELHORIA DE ADIMPLÊNCIA/REDUÇÃO DE PERDAS

A CEB continuou, em 1998, com as atividades de fiscalização, visando combater as fraudes e ligações clandestinas. As inspeções e fiscalizações nas instalações elétricas das unidades consumidoras, visaram a preservação das condições normais de operação do sistema para minimizar os acidentes e reduzir as perdas elétricas (comerciais e térmicas).

O Plano de Ação da CEB, sobre este assunto, compreendeu as seguintes ações:

- Inspeção e substituição de 10% dos medidores na área rural que se encontravam defeituosos;
- Realização de Campanha de Moralização do Lacre para identificação de irregularidades nos pontos de medição de energia dos consumidores, que consistiu na substituição dos lacres de chumbo por de plástico, a qual possibilitou a substituição em aproximadamente 50.000 unidades consumidoras.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Os indicadores de desempenho, demonstrados no quadro a seguir, evidenciam o esforço da empresa na busca contínua da melhoria de seus resultados, como vem acontecendo em anos anteriores. Cabe ressaltar que, comparativamente a 1997, houve uma evolução positiva na maioria dos indicadores, principalmente considerando-se que no exercício anterior o desempenho foi altamente satisfatório.

INDICADORES	1998	1997
LIQUIDEZ CORRENTE	1,23	1,28
ENDIVIDAMENTO GERAL (%)	21,47	23,29
MARGEM LÍQUIDA (%)	8,64	8,54
ÍNDICE DE RENTABILIDADE (%)	7,50	7,26
ROTAÇÃO DOS ATIVOS (%)	76,81	74,98
RELAÇÃO OPERACIONAL (%)	87,75	85,02
RECEITA OPERAC. LÍQUIDA POR CONSUMIDOR (R$)	697	669
NÚMERO DE CONSUMIDORES POR EMPREGADO	363	358
PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO (DIAS)	45	49
PREÇO MÉDIO DE VENDA (R$/MW)*	102,20	98,79
PREÇO MÉDIO DE COMPRA (R$/MWh)	36,82	35,58
NÚMERO DE EMPREGADOS	1.397	1.350
ENERGIA FATURADA POR EMPREGADO (MWh)	2.457,76	2.367,76

* Não considerando o consumo próprio.

CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da Companhia, em 1998, é de R$ 257.484 mil, representado por 2.288.216.491 ações ordinárias, 656.501.135 ações preferenciais nominativas classe "A" e 1.631.715.356 ações preferenciais nominativas classe "B".

O quadro a seguir demonstra a composição acionária em 31.12.98.

Acionistas	Ordinárias		Preferenciais PNA		Preferenciais PNB		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Distrito Federal	2.042.682.155	89,27	0	0,00	1.131.883.006	69,37	3.174.565.161	69,37
Empresas GDF	76.893.464	3,36	0	0,00	42.607.903	2,61	119.501.367	2,61
Eletrobrás	0	0,00	97.188.959	14,80	53.853.964	3,30	151.042.923	3,30
Outros	168.640.872	7,37	559.312.176	85,20	403.370.483	24,72	1.131.323.531	24,72
TOTAL	**2.288.216.491**	**100**	**656.501.135**	**100**	**1.631.715.356**	**100**	**4.576.432.982**	**100**

BALANÇO SOCIAL

1 - Bases de Cálculo	1998 Valor (R$ mil)	1997 Valor (R$ mil)
1.1 - Faturamento Bruto	465.657	420.390
1.2 - Lucro Operacional	43.379	48.554
1.3 - Folha de Pagamento Bruta	76.939	70.221

2 - Indicadores Laborais	1998 Valor (R$ mil)	1998 % sobre 1.3	1998 % sobre 1.2	1997 Valor (R$ mil	1997 % sobre 1.3	1997 % sobre 1.2
2.1 - Alimentação	2.922	3,8	6,7	3.195	4,6	6,6
2.2 - Encargos Sociais Compulsórios	22.975	29,8	53,0	19.460	27,7	40,0
2.3 - Previdência Privada	13.809	17,9	31,8	13.077	18,6	26,9
2.4 - Saúde	7.122	9,3	16,4	7.524	10,7	15,5
2.5 - Educação	136	0,2	0,3	139	0,2	0,3
2.6 - Participação no Resultado	4.933	6,4	11,4	3.924	5,6	8,1
2.7 - Outros Benefícios	3.215	4,2	7,4	3.092	4,4	6,4
Total - Indicadores Laborais (2.1 a 2.7)	**55.112**	**71,6**	**127,1**	**50.411**	**71,8**	**103,8**

3 - Indicadores Sociais	1998 Valor (R$ mil)	1998 % sobre 1.1	1998 % sobre 1.2	1997 Valor (R$ mil	1997 % sobre 1.1	1997 % sobre 1.2
3.1 - Impostos (excluídos Enc. Sociais)	132.322	305,0	28,4	124.695	256,8	29,6
3.2 - Contrib. para a Sociedade/ Investimento na Cidadania	1.269	2,9	0,3	930	2,0	0,2
Total dos Indicadores Sociais (3.1 a 3.2)	**133.591**	**307,9**	**28,7**	**125.625**	**258,8**	**29,8**

4 - Indicadores do Corpo Funcional	1998 Nº de Empregados	1997 Nº de Empregados
4.1 - Nº de empregados ao final do período	1.397	1.350
4.2 - Nº de admissões durante o período	136	2
4.3 - Nº de mulheres que trabalham na empresa	223	224
4.4 - Percentual de cargos de chefia ocupados por mulheres	5,4	6,2

5 - Outras Informações Relevantes Quanto ao Exercício da Responsabilidade Social	1998 Quantidade	1997 Quantidade
5.1 - Nº de portadores de deficiência física (convênio)	24	13
5.2 - Nº de conveniados com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do DF	15	25

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	1998 Valor (R$ mil)	1997 Valor (R$ mil)
Receitas de Vendas, Serviços e Rédito não Operacional (1)	464.396	419.387
Custo de Energia Comprada	(136.701)	(120.976)
Serviços de Terceiros	(26.644)	(19.153)
Materiais	(4.948)	(4.390)
Outros Custos Operacionais	(19.982)	(25.204)
Subtotal (2)	188.275	169.723
Valor Adicionado Bruto (1 - 2)	**276.121**	**249.664**
Quotas de Reintegração	(29.067)	(20.136)
Valor Adicionado Líquido Gerado	247.055	229.528
Receitas Financeiras	4.148	2.975
Valor Adicionado a Distribuir	**251.203**	**232.503**

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1998	%	1997	%
Remuneração do Trabalho	81.872	32,6	74.145	31,9
Impostos GOVERNO	132.322	52,7	124.695	53,6
Despesas Financeiras	6.060	2,4	5.368	2,3
Aluguéis	358	0,1	625	0,3
Lucro Total	30.591	12,2	27.670	11,9
Total	**251.203**	**100,0**	**232.503**	**100,0**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(R$ mil)

Reclassificado	Legislação Societária	
ATIVO	**1998**	**1997**
CIRCULANTE	**94.839**	**102.311**
Disponibilidades	12.978	12.573
Consumidores e Revendedores	58.560	55.762
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.295)	(2.591)
Almoxarifado	2.057	2.423
Créditos com Empregados	1.829	3.174
Gastos a Reembolsar	1.742	1.477
Títulos de Créditos a Receber	8.761	6.465
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	5.527	1.716
Cauções e Depósitos Vinculados	15	3.864
Adiantamentos a Fornecedores	648	5.817
Outros Créditos	8.006	7.924
Serviços em Curso	494	3.397
Despesas Pagas Antecipadamente	517	310
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**14.978**	**12.230**
Depósito Judicial Vinculado a Litígio	12.258	12.143
Títulos de Créditos a Receber	2.712	0
Outros Créditos	8	87
PERMANENTE	**460.892**	**432.185**
Investimentos	11.747	1.528
Imobilizado	449.145	430.657
TOTAL DO ATIVO	**570.709**	**546.726**

Reclassificado	Legislação Societária	
PASSIVO	**1998**	**1997**
CIRCULANTE	**76.979**	**79.767**
Fornecedores	23.972	22.640
Tributos e Contribuições Sociais	11.979	18.620
Empréstimos e Financiamentos	7.276	5.823
Dividendos Propostos	7.641	6.840
Provisão para Abono Assiduidade	7.845	8.619
Provisão de Férias	5.591	5.825
Encargos do Consumidor a Recolher	4.316	4.616
Consumidores	403	611
Adiantamentos para Aumento de Capital	2.827	1.363
Eletrobrás - Juros de Empréstimos Compulsórios	745	615
Consignações em Favor de Terceiros	371	243
Outras Obrigações	4.013	3.952
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**85.937**	**85.887**
Empréstimos e Financiamentos	16.635	18.877
Provisão para Abono Assiduidade	8.585	5.655
Provisão Vinculada a Litígio	12.143	12.143
Provisões Trabalhistas e Cíveis	8.159	6.170
Outras Obrigações	43	4.719
Obrigações Especiais	**40.372**	**38.323**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**407.793**	**381.072**
Capital Realizado	257.484	194.166
Reservas de Capital	56.880	104.535
Reservas de Lucros	92.066	82.371
Recursos Destinados a Aumento de Capital	1.363	
TOTAL DO PASSIVO	**570.709**	**546.726**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(R$ mil)

Reclassificado	Legislação Societária	
	1998	**1997**
RECEITA OPERACIONAL	**465.657**	**420.390**
Fornecimento de Energia Elétrica	439.793	395.802
Suprimento de Energia Elétrica	904	2.390
Outras Receitas	24.960	22.198
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	**(111.648)**	**(96.319)**
Quota p/ Reserva Global de Reversão - RGR	(7.860)	(7.370)
Impostos e Contribuições s/ a Receita	(103.788)	(88.949)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**354.009**	**324.071**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	**(310.630)**	**(275.517)**
Pessoal	(76.939)	(70.221)
Participação dos Empregados no Resultado	(4.933)	(3.924)
Material	(4.948)	(4.390)
Serviços de Terceiros	(26.644)	(19.153)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(136.701)	(120.976)
Depreciação e Amortização	(29.067)	(20.136)
Provisão Vinculada a Litígio	(2.303)	(5.513)
Quota para Consumo de Combustível - CCC	(8.816)	(8.175)
Receitas Financeiras	4.148	2.975
Despesas Financeiras	(6.060)	(5.368)
Outras Despesas Operacionais	(18.367)	(20.636)
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	**43.379**	**48.554**
Receita não Operacional	503	974
Despesa não Operacional	(1.764)	(1.977)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	**(1.261)**	**(1.003)**
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**42.118**	**47.551**
IMPOSTO DE RENDA	**(6.522)**	**(14.892)**
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO	**(5.005)**	**(4.989)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**30.591**	**27.670**
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES-R$	**6,68**	**9,39**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (Pela Legislação Societária)

(R$ mil)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS				LUCROS ACUMULADOS	SUB-TOTAL	RECURSOS DESTINADOS A AUMENTO DE CAPITAL	TOTAL
		JUROS S/ OBRAS	SUBVENÇÕES P/ INVESTIMENTO	CORREÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVA RETENÇÃO LUCROS A DISTRIBUIR	RESERVA RETENÇÃO LUCROS P/ INVEST.	RESERVA DE LUCROS A REALIZAR				
SALDO EM 31.12.96	**194.166**	**25.113**	**76.889**	**75.834**	**8.402**	**975**	**17.909**	**23.773**		**423.061**	**0**	**423.061**
Remuneração das Imobilizações em Curso - Capital Próprio		2.533								2.533		2.533
Estorno da Correção Monetária Especial - Lei nº 8.200/91				(65.352)						(65.352)		(65.352)
Recursos Destinados a Aumento de Capital										0		0
Reversão da Reserva de Capital -CME				(10.482)					10.482	0		0
Realização da Reserva de Lucros a Realizar								(1.073)	1.073	0		0
Dividendos Sobre Lucros Realizados									(268)	(268)		(268)
Lucro Líquido do Exercício									27.670	27.670		27.670
Destinação do Lucro Líquido Proposta à AGO:												
Reserva Legal					1.383				(1.383)	0		0
Reserva de Retenção de Lucros/Investimentos							19.714		(19.714)	*0*		*0*
Reserva de Retenção de Lucros							11.288		(11.288)	0		0
Reserva de Lucros a Realizar										0		0
Dividendos Propostos (R$ 1,74)									(6.572)	(6.572)		(6.572)
SALDO EM 31.12.97	**194.166**	**27.646**	**76.889**	**0**	**9.785**	**975**	**48.911**	**22.700**	**0**	**381.072**	**0**	**381.072**
Aumento do Capital Social												
Incorporação de Reservas AGO/AGE	63.318	(27.646)	(22.417)		(9.785)		(3.470)			0		0
Recursos Destinados a Aumento de Capital											1.363	1.363
Remuneração das Imobilizações em Curso - Capital Próprio		2.408								2.408		2.408
Realização da Reserva de Lucros a Realizar						(975)	975	(1.504)	1.504	0		0
Reversão da Reserva de Capital - CME										0		0
Dividendos sobre Lucros Realizados									(376)	(376)		(376)
Lucro Líquido do Exercício									30.591	30.591		30.591
Destinação do Lucro Líquido Proposta à AGO:												
Reserva Legal					1.530				(1.530)			
Reserva de Retenção de Lucros p/ Investimento							22.924		(22.924)	0		0
Reserva de Retenção de Lucros a Distribuir										0		0
Reserva de Lucros a Realizar										0		0
Dividendos Propostos (R$ 1,67)									(7.265)	(7.265)		(7.265)
SALDO EM 31.12.98	**257.484**	**2.408**	**54.472**	**0**	**1.530**	**0**	**69.340**	**21.196**	**0**	**406.430**	**1.363**	**407.793**

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(R$ mil)

	Legislação Societária	
	Reclassificado	
	1998	1997
SALDO INICIAL	0	0
Realização da Reserva de Lucros a Realizar	1.504	1.073
Reversão da Reserva de Capital - CME	0	10.482
Reserva de Retenção de Lucros	0	(11.288)
Dividendos sobre Lucros Realizados	(376)	(268)
Lucro do Exercício	30.591	27.670
Destinação do Lucro Proposta à AGO:		
Reserva Legal	(1.530)	(1.383)
Reserva de Retenção de Lucros	(22.924)	(19.714)
Dividendos Propostos	(7.265)	(6.572)
SALDO FINAL	0	0

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(R$ mil)

	Legislação Societária	
	Reclassificado	
	1998	1997
ORIGENS DOS RECURSOS		
Das Operações:		
Lucro Líquido do Exercício	30.591	27.670
Despesas que não afetam o capital circulante líquido		
Depreciação e Amortização	29.067	20.136
Variação Monetária e Cambial a Longo Prazo	1.959	1.162
Juros		648
	62.265	**48.968**
Dos Acionistas:		
Recursos Destinados a Aumento de Capital	1.363	
	1.363	
De Terceiros:		
Acréscimo do Exigível a Longo Prazo	243	16.877
Contribuição do Consumidor	2.049	1.794
Financiamentos Obtidos a Longo Prazo	2.395	986
Desativações Líquidas	1.386	1.126
	6.073	**20.783**
TOTAL DAS ORIGENS	**69.701**	**69.751**
APLICAÇÕES DOS RECURSOS		
Das Operações:		
Dividendos	7.641	6.840
Aquisições do Imobilizado	46.533	43.383
Aumento do Realizável a Longo Prazo	2.748	2.376
Transferência do Exigível a Longo Prazo para o Circulante	7.244	12.380
Aquisições de Investimento	10.219	
TOTAL DAS APLICAÇÕES	**74.385**	**64.979**
AUMENTO/DIMINUIÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	**(4.684)**	**4.772**
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
Ativo Circulante		
No Início do Exercício	102.311	90.888
No Fim do Exercício	94.839	102.311
	(7.472)	**11.423**
Passivo Circulante		
No Início do Exercício	79.767	73.116
No Fim do Exercício	76.979	79.767
	(2.788)	**6.651**
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	**(4.684)**	**4.772**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998 E 1997 (Valores em R$ mil)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Brasília - CEB, cuja criação foi autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, sob a denominação de Companhia de Eletricidade de Brasília - CEB, tendo sido essa denominação alterada para a atual pela Lei nº 383, de 16.12.92, é uma sociedade de economia mista, fazendo parte do complexo administrativo do Governo do Distrito Federal, regida pela Legislação Federal sobre Energia Elétrica e Legislações Aplicáveis às Sociedades por Ações.

Em 4 de julho de 1994, a CEB teve deferido o seu registro como companhia aberta pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, através do Ofício CVM/SEP/RIC 018/94 daquela data, listada nas principais bolsas de valores sob o código de pregão CEB. E como conseqüência, passou a ficar sujeita ao cumprimento das normas emanadas da referida Autarquia.

A Lei Distrital nº 1.787, de 27 de novembro de 1997, autorizou a CEB a construir e a operar sistemas de produção, transmissão, distribuição e comercialização de energéticos e prestar serviços de telecomunicações/transmissão de dados.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão apresentadas na forma societária, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, que não requer a apresentação dessas demonstrações em moeda de capacidade aquisitiva constante, Lei nº 9.249/95, que extinguiu a Correção Monetária, a partir de 1996, sobre o Ativo Permanente, o Patrimônio Líquido e demais itens não monetários do Balanço Patrimonial, com observância às instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e normas específicas aplicáveis aos concessionários de energia elétrica - ANEEL.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 - Apuração do Resultado, Ativos, Passivos Circulantes e a Longo Prazo

a) O regime contábil é o de competência;

b) A classificação em circulante e longo prazo, do realizável e do exigível, obedece aos artigos 179 e 180 da Lei 6.404/76;

c) Os bens e direitos são demonstrados pelos valores de realização e as obrigações por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os rendimentos, encargos e as variações monetárias incorridos, até a data do balanço;

3.2 - Reclassificação

Através da Resolução nº 001, de 24 de dezembro de 1997, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL instituiu um novo Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica. Com o novo Plano de Contas foram efetuadas determinadas reclassificações em relação ao ano anterior, sem, contudo, afetar o resultado.

3.3 - Consumidores

Abrange o fornecimento de energia elétrica faturado aos consumidores, bem como, a receita relativa ao fornecimento não faturado até o final deste exercício, tendo como regime de contabilização o de competência.

3.4 - Almoxarifado

Os estoques são segregados de acordo com o plano de contas do setor elétrico, em imobilizações em curso e materiais de manutenção e consumo, registrados e avaliados ao custo médio de aquisição. Os bens destinados às imobilizações são classificados no permanente.

3.5 - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Foi constituída com base na expectativa de perda que possa ocorrer nos créditos oriundos da atividade econômica da Companhia e de acordo com a Lei nº 9.430/96, num montante de R$ 6.295 mil (R$ 2.591 mil em 31.12.97), sendo excluídos, para efeito de constituição da Provisão, os créditos vencidos de responsabilidade dos Poderes Públicos Federal e do Distrito Federal. A evolução dos valores provisionados decorre, em parte, à fixação de novos critérios propostos por uma comissão formalizada pela Companhia.

3.6 - Investimentos

Os investimentos decorrentes de participações societárias estão avaliados ao custo corrigido.

3.7 - Imobilizado

Estes ativos estão registrados ao custo de aquisição ou custo de construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, e a depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas anuais definidas pela Resolução nº 2 de 24 de dezembro de 1997, da ANEEL, que alterou os percentuais tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro (vide nota 8.1). Essa resolução possibilitou, opcionalmente, a partir de 1998, a utilização das novas taxas, procedimento esse adotado pela Companhia.

3.8 - Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda registrado no resultado é calculado com base no Lucro Real às alíquotas aplicáveis, segundo a legislação vigente (25% e mais adicional de 10%). A Contribuição Social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis à alíquota de 8% (em 1998 e 1997).

4 - ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

São os recursos financeiros repassados à FURNAS a título de pré-compra de energia, necessários à execução dos serviços de construção da LT Itumbiara - Brasília Sul de 333 km, interligando, em 345 kV, as Subestações, ambas de propriedade de FURNAS, visando o reforço do sistema de transmissão que atende a região onde se situa a área de concessão desta Companhia. O valor total do contrato estabelecido foi de R$ 8.400.000,00 (oito milhões e quatrocentos mil reais), liberado em 12 (doze) parcelas mensais iguais e sucessivas no valor de R$ 700.000,00 (setecentos mil reais), sendo a primeira devida em 25 de abril de 1996 e a última em 25 de março de 1997, onde FURNAS se obriga a emitir, mensalmente, como reembolso dos recursos recebidos, 24 (vinte e quatro) certificados de energia, com vencimentos mensais e sucessivos, cada um com valor de face de 14.200.000 kWh (quatorze milhões e duzentos mil quilowatt-hora), atualmente, a Companhia vem descontando os referidos certificados, tendo em 31.12.98 um saldo a compensar no valor de R$ 648 mil.

5 - IMPOSTO DE RENDA A COMPENSAR

Foi contratada pela Companhia uma Consultoria Tributária, a fim de rever os procedimentos dos cálculos dos tributos federais, no período de 1993 a 1997, apurando um crédito de R$ 6.235 mil de Imposto de Renda a Compensar. Neste exercício foi compensado o montante de R$ 2.254 mil com o imposto a pagar.

6 - DEPÓSITO JUDICIAL VINCULADO A LITÍGIO (LP)

Refere-se basicamente a depósitos judiciais relativos à COFINS, onde a Companhia questiona junto ao Governo Federal a sua constitucionalidade. Durante o período de setembro de 1996 a abril de 1997, a Companhia depositou os valores da referida contribuição, totalizando um montante de R$ 12.143 mil, passando a recolher normalmente a referida contribuição, aguardando a decisão final do julgamento.

7 - ATIVO PERMANENTE - Investimentos

	R$ mil	
	1998	**1997**
AHE Lajeado	10.127	
OUTROS	1.620	1.528
Total	**11.747**	**1.528**

AHE Lajeado

Em 31 de julho de 1998, foi assinado um instrumento particular de acordo de acionistas entre esta Companhia e a Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A, Companhia de Energia Elétrica do Estado de Tocantins - CELTINS, Companhia Paulista de Energia Elétrica - CPEE e EDP BRASIL LTDA, todos acionistas titulares de ações ordinárias, e, as Centrais Elétricas Brasileiras S.A - ELETROBRÁS, como acionista titular de ações preferenciais, e, ainda, como interveniente anuente a INVESTCO S/A, cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidrelétrico de Lajeado e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 - ANEEL.

Até o ano de 1998 foi realizado um aporte de capital num montante de R$ 10.127 mil, onde a CEB participa com 20% na INVESTCO S/A. O início da geração comercial deverá ocorrer até 1º de janeiro de 2002 e a potência instalada do empreendimento será de 850 MW.

8 - PERMANENTE - Imobilizado

	R$ mil		
8.1 - Imobilizado	**1998**	**1997**	**Taxas de Depreciação**
Em Serviço			
Intangíveis	111	111	
Terrenos	5.035	5.023	
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.150	1.150	2,0 a 7,7%
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	45.969	41.652	2,0 a 4,0%
Máquinas e Equipamentos	554.313	514.428	3,3 a 6,7%
Veículos	8.403	8.124	20%
Móveis e Utensílios	3.698	3.466	10%
	618.679	573.954	
(-) Depreciação Acumulada	(222.785)	(194.643)	
	395.894	379.311	
Em curso	53.251	51.346	
	449.145	**430.657**	

	R$ mil			
8.2 - Imobilizado em Serviço	**Custo Histórico**	**Depreciação Acumulada**	**1998 Líquido**	**1997 Líquido**
Produção	12.218	(7.363)	4.855	5.287
Distribuição	548.279	(197.769)	350.510	331.959
Administração	58.182	(17.653)	40.529	42.065
Total	**618.679**	**(222.785)**	**395.894**	**379.311**

A disposição do quadro acima está de acordo com a aplicação do novo Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, a partir de 01.01.98. As gerações hidráulica e térmica passaram a compor o grupo Produção; os saldos do Sistema de Transmissão passaram para a Distribuição, conforme Instrução nº 51 do Plano de Contas, considerando que todas as linhas, redes e subestações da Companhia são de tensões inferiores a 230 kV. O restante foi considerado no grupo Administração pelas suas próprias características.

8.3 - AHE Queimado

Em 16 de janeiro de 1998 foi constituído um consórcio entre a CEB e a CEMIG, cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidrelétrico de Queimado e Sistema de Transmissão, localizado no Rio Preto entre os municípios de Unaí-MG e Cristalina-GO, com potência instalada de 105 MW, onde o investimento orçado total está estimado em R$ 101 milhões e a participação da CEB é de 35%, com início previsto da geração comercial da primeira turbina para 2001.

8.4 - Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os arts. 63 e 64 do Decreto nº 41019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção e distribuição de energia elétrica. São vinculados a esses serviços, não podendo os mesmos serem retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia monetária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

8.5 - COERB

A Companhia assinou um Termo de Transação com a Cooperativa de Energia, Telefonia e Desenvolvimento Rural do DF - Ltda - COERB, que resultará na transferência para a CEB de todas as instalações elétricas de propriedade da COERB, excetuando-se as Subestações Individuais, de uso e propriedade exclusiva de cooperados que estejam instaladas em áreas particulares. Com a presente transação não restará à COERB nenhum outro patrimônio em redes e instalações elétricas de distribuição de energia que estejam interligadas com o sistema elétrico CEB.

9 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos em milhares de reais, cujo vencimento final ocorrerá até o ano de 2022, é demonstrado como segue:

	R$ mil			
ENTIDADES	**1998**	**1997**	**GARANTIAS**	**ENCARGOS**
BNH/CEF	171	322	Sem garantia	Juros de 6% a.a. + variação da UPC
ELETROBRÁS	23.249	23.650	Sem garantia	Juros de 8% a.a + 2% tx. Adm + variação da UFIR ou IGP-M
FINEP	491	728	Sem garantia	TJLP + spread de 3,5% a.a.
TOTAL	**23.911**	**24.700**		
Passivo Circulante	**7.276**	**5.823**		
Exigível a Longo Prazo	**16.635**	**18.877**		
VENCIMENTOS	**1998**	**1997**		
	1998		5.823	
	1999	7.276	5.778	
	2000 a 2022	16.635	13.099	

10 - PROVISÕES

10.1 - Contingências Trabalhistas e Cíveis

A Companhia tem ações trabalhistas e cíveis em andamento que envolvem responsabilidades contingenciais. Com base na análise individual dos processos e tendo como suporte o Parecer da Procuradoria Jurídica, efetuou-se um complemento da Provisão para Contingências Trabalhistas e Cíveis, no valor de R$ 1.989 mil, totalizando R$ 8.159 mil neste exercício e R$ 6.170 mil em 31.12.97, que representa a perda provável nessas ações.

10. 2 - Vinculada a Litígio

A Companhia questionou a legalidade da cobrança da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidente sobre a venda de energia elétrica. Durante o período de setembro de 1996 a abril de 1997, a Companhia depositou em juízo e provisionou os valores da referida contribuição, totalizando um montante de R$ 12.143 mil, passando a recolher normalmente a partir de maio de 1997 a referida contribuição, aguardando a decisão final do julgamento.

11 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

	R$ mil	
	1998	**1997**
Reversão - RGR	724	724
Contribuição do Consumidor	39.648	37.599
	40.372	38.323

As contribuições do consumidor, obrigações especiais, destinam-se à contabilização da participação financeira do consumidor prevista na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica, para possibilitar a execução imediata ou futura de empreendimento de pedido de fornecimento de energia elétrica feito pelo consumidor participante.

Em virtude de sua natureza, essas contas não representam obrigações financeiras efetivas, e, desta forma, não devem ser consideradas como exigibilidades para fins de determinação de indicadores econômico-financeiros.

12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

12.1 - Capital Social

O Capital Autorizado é de R$ 368.724 mil, conforme art. 7º do Estatuto da Companhia sendo o capital subscrito e integralizado no valor de R$ 257.484 mil (R$ 194.166 mil -1997), sem valor nominal e está assim apresentado:

	Quantidade de Ações	
	31/12/98	31/12/97
Ações Ordinárias	2.288.216.491	2.288.216.491
Ações Preferenciais "A"	656.501.135	656. 501.135
Ações Preferenciais "B"	1.631.715.356	
	4.576.432.982	**2.944.717.626**

12.2 - Reservas

Composição das Reservas de Capital e de Lucros

	R$ mil	
	1998	**1997**
Reservas de Capital:		
- Doações e Subvenções para Investimento	54.472	76.889
- Remuneração de Bens e Direitos Constituídos com Capital Próprio	2.408	27.646
Subtotal	**56.880**	**104.535**
Reservas de Lucros:		
- Legal	1.530	9.785
- Lucros a Realizar	21.196	22.700
- Retenção de Lucros	69.340	49.886
Subtotal	**92. 066**	**82.371**
Recursos Destinados a Aumento de Capital	**1.363**	
TOTAL	**150.309**	**186.906**

12.3 - Dividendos Propostos

	R$ mil	
	1998	**1997**
Dividendos sobre Ações Preferenciais "A"	3.693	4.329
Dividendos sobre Ações Preferenciais "B"	1.871	
Dividendos sobre Ações Ordinárias	2.077	2.511
Total	**7.641**	**6.840**

a) - Dividendos de Ações Preferenciais

O art. 9º do Estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo prioritário de 10% (dez por cento) ao ano para Ações Preferenciais Classe "A", calculado sobre o valor da ação corrigido monetariamente até a data das demonstrações contábeis, correspondente à apuração do resultado que estiver sendo distribuído e será sempre assegurado às Ações Preferenciais Classe "B" o recebimento de dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os pagos às ações ordinárias.

	R$ mil	
	1998	**1997**
Lucro Líquido do Exercício	30.591	27.670
(-) Reserva Legal	(1.530)	(1.383)
(-) Dividendos Obrigatórios – 25%	(7.265)	(6.572)
(-) Reserva de Retenção de Lucros	(21.796)	(19.715)
Preferenciais - Classe "A"		
Valor das Ações Preferenciais	36.937	43.287
Dividendo Mínimo Prioritário Preferencial "A" (10%)	3.693	4.329
Preferenciais - Classe "B"		
Dividendos das Ações Ordinárias (Obrigatório 25% + 10%)	1.871	

b) - Dividendos de Ações Ordinárias

Nos termos do art. 40, inciso IV do Estatuto, o dividendo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) incide sobre o lucro líquido ajustado em conformidade com o art. 202 da Lei nº 6.404/76:

	R$ mil	
	1998	**1997**
Realização da Reserva de Lucros a Realizar no Exercício de 1998	1.504	1.073
(-)Retenção da Reserva de Lucros a Realizar para Investimento	(1.128)	(805)
(+) Dividendo Obrigatório 25% (diferença das ações preferenciais)	1.701	2.243
Total dos Dividendos das Ações Ordinárias	2.077	2.511

c) - Reserva de Retenção de Lucros

A Administração propõe reter R$ 21.796 mil do Lucro Líquido do Exercício e R$ 1.128 mil da Realização da Reserva de Lucros a Realizar, para investimento em geração e distribuição de energia elétrica e instalações na Companhia, conforme preceitua o art. 196 da Lei nº 6.404/76, tendo em vista orçamento de investimento para 1999.

13 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA FATURADA POR CLASSE

	Nº DE CONSUMIDORES		MWh		R$ mil	
	1998	**1997**	**1998**	**1997**	**1998**	**1997**
FORNECIMENTO						
Residencial	432.416	413.886	1.333.805	1.258.912	199.270	181.271
Industrial	1.743	1.707	302.290	281.638	23.682	22.019
Comercial	63.962	59.939	915.413	815.368	121.778	105.502
Rural	6.468	5.888	90.527	82.104	7.808	6.353
Poder Público	3.159	2.811	410.468	390.942	59.749	55.449
Iluminação Pública	19	19	195.001	185.857	14.426	13.804
Serviço Público	99	82	185.982	181.658	10.564	10.125
Fornec. não Faturado Líquido					2.516	1.279
Subtotal	507.866	484.332	3.433.486	3.196.479	439.793	395.802
Suprimento	1	1	8.609	22.952	904	2.390
ICMS Faturado					(88.911)	(80.141)
Consumo Próprio	54	50	5.570	5.060	824	745
TOTAL	**507.921**	**484.383**	**3.447.665**	**3.224.491**	**352.610**	**318.796**

14 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	R$ mil	
	1998	**1997**
Contribuição Social no Exercício	5.062	4.989
(-) Contribuição Social a Compensar	(57)	
Imposto de Renda no Exercício	12.757	14.892
(-) Imposto de Renda a Compensar (nota 5)	(6.235)	
TOTAL	**11.527**	**19.881**

15 - SEGUROS

A Companhia, em 31 de dezembro de 1998, apresenta contrato de seguro contra incêndio e danos elétricos, referente a cobertura de bens do seu ativo imobilizado, obedecendo aos critérios de riscos, constantes de relatório técnico, segundo princípios de utilização, pelo período de 1 ano, vencível em 2 de agosto do ano seguinte, no valor de R$ 107.384 mil.

16 - LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação em 1998 diminuiu, tendo em vista a criação da Classe B das Ações Preferenciais, com uma bonificação referente à capitalização de reservas, distribuída a todos os acionistas, conforme 35ª AGO e 58ª AGE.

17 - CONCESSÃO

A Companhia detém concessão junto ao Órgão Regulador do Serviço Público de Energia Elétrica para Geração e Distribuição no Distrito Federal, com prazo até 30 de outubro de 1999, podendo ser prorrogada na forma da Lei. O pedido de renovação da concessão foi apresentado à ANEEL em 22 de junho de 1998.

18 - PARTICIPAÇÃO EM FUNDO DE PENSÃO

A Companhia é patrocinadora da FACEB - Fundação de Assistência dos Empregados da CEB, que tem por objetivo suplementar os benefícios assegurados pela Previdência Social aos empregados da CEB, FACEB e aos seus dependentes.

O regime atuarial é o de capitalização. A contribuição mensal da Companhia é de 7,74% sobre o custo total da folha de pagamento, sendo que, por um prazo de 240 (duzentos e quarenta) meses, a contar de agosto/93, a Companhia assumiu o compromisso de complementar sua contribuição mensal em 12%, totalizando 19,74% sobre o custo da folha de pagamento, para fazer face ao Plano de Seguridade dos empregados, aprovado naquele ano. Neste exercício, a Companhia repassou contribuições para a FACEB no valor de R$ 13.809 mil (em 1997, R$ 13.077 mil).

A FACEB, em 31.12.98, congregava cerca de 1.430 associados e mais 684 assistidos, através do pagamento da suplementação de benefícios da previdência social (em 1997, congregava cerca de 1.343 associados e mais 557 assistidos).

Em 31.12.1998 a Diretoria da CEB, ciente da existência de um déficit técnico na FACEB, tomou a decisão de não aportar mais recursos no referido Plano nem majorar a sua participação na receita de contribuição, decisão suportada por não existir dispositivo legal que obrigue a Companhia a aportar novos recursos no referido plano.

Conforme parecer dos atuários independentes, Atuas Atuários Associados S/C Ltda., datado de 11 de fevereiro de 1999, o Fundo apresentou déficit técnico no montante de R$ 40.915 mil, (R$ 7.042 mil em 1997). Para que o equilíbrio seja restabelecido há necessidade de adequação dos planos de benefícios de forma a suprir uma eventual necessidade de majoração da contribuição. Caso contrário, e segundo este parecer, haveria a necessidade de uma majoração na receita de contribuição equivalente a 4,87% sobre a folha de salários, inclusive sobre o 13º salário, considerando os encargos sociais.

19 - "BUG" DO MILÊNIO

Em atendimento, a Instrução CVM nº 276, de 08.05.98, informamos que a Companhia vem trabalhando desde 1997 na adequação de seus sistemas informatizados com o objetivo de evitar os efeitos do chamado "BUG DO MILÊNIO". Atualmente estamos com a maioria de nossos sistemas administrativos já adaptados, faltando apenas dois sistemas, com previsão de término para 20.03.99 e 30.06.99. No que diz respeito aos equipamentos, controles e processos e automação, a Companhia está seguindo os prazos estabelecidos ao setor elétrico pela Resolução nº 379/98 da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

Além disso, a CEB estuda a possibilidade da certificação de aderência ao ano 2000, por instituição idônea de reconhecida competência no mercado.

O orçamento para adequação do parque computacional e dos sistemas de informação é estimado em R$ 1,16 milhão para 1999, sendo R$ 674 mil, investimento. Em 1998, foram gastos R$ 1,29 milhão com serviços de adaptação dos softwares existentes.

Os valores previstos para 1999 serão realizados de acordo com a necessidade e em conformidade com os resultados dos testes em andamento nos equipamentos.

20 - EVENTO SUBSEQÜENTE

Como é de conhecimento público, no final da primeira quinzena de janeiro de 1999 o Banco Central do Brasil alterou a política cambial, extinguindo a denominada banda cambial que administrava a margem de flutuação do real em relação ao dólar norte-americano, deixando ao mercado a livre negociação da taxa do câmbio. Como conseqüência dessa mudança, o real vem acumulando uma desvalorização acelerada em relação ao dólar norte-americano, comparada à cotação de 31 de dezembro de 1998. A energia elétrica adquirida de ITAIPU para revenda é feita em dólar americano e a manutenção deste custo depende da estabilização da moeda, conjugada com os fatores de negociação de preço e revisão das tarifas atuais. Atualmente, o passivo em dólar da Companhia é de US$ 5.064 mil, referente a energia requerida de ITAIPU.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e acionistas
CEB – Companhia Energética de Brasília

1. Examinamos os balanços patrimoniais da CEB – Companhia Energética de Brasília, em 31 de dezembro de 1998 e de 1997, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos em conformidade com as normas de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e os sistemas contábil e de controles internos da entidade; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade e da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos

os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEB – Companhia Energética de Brasília em 31 de dezembro de 1998 e de 1997, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária, descritas na nota 2.

4. Conforme nota explicativa nº 18, a entidade é patrocinadora da FACEB - Fundo de Previdência Privada e, conforme parecer dos atuários independentes, datado de 11 de fevereiro de 1999, o fundo apresentou déficit técnico. Para que o equilíbrio atuarial seja restabelecido, há necessidade de implementação das medidas que estão sendo adotadas pela administração da entidade e da fundação.

Brasília, 19 de fevereiro de 1999

Trevisan Auditores Independentes - CRC/nº SP 13.439/S-DF e Paulo Sérgio Barbosa - Contador - CRC/SP nº 120.359/S - DF - 1.244.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Energética de Brasília-CEB, em conformidade com o previsto no inciso II do art. 37 do Estatuto da Companhia, conheceu o Relatório Anual da Administração, examinou as Demonstrações Financeiras previstas no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, levantadas em 31 de dezembro de 1998 e, ainda, a Proposta de Destinação do Resultado do Exercício, tudo elaborado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e Instruções da CVM e, tendo em vista os termos contidos no Parecer dos Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, em 19.02.99, concluiu que os mesmos estão em ordem e adequados, em seus aspectos relevantes, sendo de opinião que se encontram em condições de serem submetidos à deliberação final da Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas.

Brasília, 10 de março de 1999

Presidente: Maurício de Albuquerque Wanderley. Membros Efetivos: Fábio Resende da Silva, Armando Casado de Araújo, Pedro Murrieta Santos Neto e Adalberto Santos de Vasconcelos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: José Carlos Vidal. Membros Titulares: Rubem Fonseca Filho, Wagner José Soares, Léliton de Souza, Márcia Kubitschek, Gamaliel Herval, Lourival Novaes Dantas. Membros Suplentes: Francisco Ivaldo Andrade Frota, João Luiz Homem de Carvalho, Paulo Brasileiro do Valle Filho, Antônio Augusto Huebel Rebello e Arnóbio Viana David.

DIRETORIA COLEGIADA

José Carlos Vidal - Diretor-Presidente; Nelson José Hubner Moreira - Diretor de Distribuição; Hélio Morito Shinoda - Diretor de Operação e Produção e Francisco Ivaldo Andrade Frota - Diretor de Gestão e de Relações com o Mercado. Contador: Eli Soares Jucá - CRC-DF 00.9.770/0-3.

SECRETARIA DE TRANSPORTES

PORTARIA Nº 9, DE 25 DE MARÇO DE 1999

O SECRETÁRIO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 31, inciso III e V, do Regimento aprovado pelo Decreto n.° 15.061, de 24 de setembro de 1999, e tendo em vista as razões apresentadas pela Presidente da Comissão de Inventário de Bens Patrimoniais designada pela Portaria n.° 003/ST, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

1 - Prorrogar por 45 (quarenta e cinco) dias, a contar do dia 13 de março de 1999, o prazo para Comissão de Inventário de Bens Patrimoniais instituída pela Portaria n.° 003/ST, de 26 de janeiro de 1999, desenvolver os trabalhos e apresentar o relatório final.

2 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABDALA CARIM NABUT

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 17 de março de 1999

Processo n.° : 030.000.807/99
Interessado : Secretaria de Transportes.
Assunto : Serviços telefônicos.

Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei n.° 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade da licitação em favor da TELEBRASÍLIA - Telecomunicações de Brasília S/A, objetivando atender despesas com serviços telefônicos para esta Secretaria de Transportes, em reforço aos empenhos conforme demonstrativo abaixo, relativas ao mês de fevereiro/99. A inexigibilidade foi reconhecida com fundamento no caput do artigo 25 da citada Lei n.° 8.666/93, e suas alterações. Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Administração Geral/ST, para demais providências.

EMPRESA	NE	VALOR
TELEBRASÍLIA - DSV	00043	1.000,00
TELEBRASÍLIA - ST/DCP	00044	3.700,00

Em 19 de março de 1999

Processo n.° : 030.000.808/99
Interessado : Secretaria de Transportes.
Assunto : Serviços de telefonia celular.

Ratifico, nos termos do artigo 26 da Lei n.° 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade da licitação em favor da TELEBRASÍLIA CELULAR S/A., objetivando atender despesas com serviços de telefonia celular para esta Secretaria de Transportes, em reforço ao empenho conforme demonstrativo abaixo, relativas ao mês de fevereiro/99. A inexigibilidade foi reconhecida com fundamento no caput do artigo 25 da citada Lei n.° 8.666/93, e suas alterações. Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Administração Geral/ST, para demais providências.

EMPRESA	NE	VALOR
TELEBRASÍLIA CELULAR -ST	00041	800,00

ABDALA CARIM NABUT

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS
Em 24 de março de 1999

PROCESSO N.° : 030.002.320/98
INTERESSADO : EMBRATEL - Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A
ASSUNTO : Reconhecimento de Dívida

A vista das instruções contidas no presente processo, e no disposto nos artigos 80 e 81 do Decreto n° 16.098/94, e de acordo com o que estabelece o item I, do artigo 38, combinado com o item II, do artigo 39, do citado diploma legal, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa e determino a emissão de nota de empenho, nota de lançamento e programação de desembolso, no valor de R$ 191,10 (cento e noventa e um reais e dez centavos), a favor da Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A - EMBRATEL, referentes a serviços de DATAFAX, correndo à conta da dotação do elemento de despesa 34.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores, alocada no Programa de Trabalho 16.007.0021.8501-0035 - Outras Despesas Correntes, do Orçamento desta Secretaria. Publique-se e encaminhe-se o presente processo à DAG/ST, para as devidas providências.

PEDRO MAURICIO CABRAL TEIXEIRA

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 22 de março de 1999

REFERENCIA: Processo 052.000.282/99
INTERESSADO: POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
ASSUNTO: Ratificação de ato de inexibilidade de Licitação

Com base no artigo 26 da lei n.° 8.666, de 21 de junho de 1993, ratifico os atos praticados pela Polícia Civil do Distrito Federal relativos a inexigibilidade de licitação, nos termos do inciso I do Artigo 25, da referida Lei, em favor de EDITORA NDJ LTDA. , para fazer face a despesas com assinatura de periódicos (ILC - Informativo de Licitações e Contratos e BLC - Boletim de Licitações e Contratos), durante o exercício de 1999, conforme proposta da empresa, no valor de R$ 1.496,00 (hum mil, quatrocentos e noventa e seis reais).
Publique-se e restitua à Polícia Civil do Distrito Federal.

PAULO CASTELO BRANCO

SECRETARIA DE CULTURA

PORTARIA DE 18 DE MARÇO DE 1999

A SECRETÁRIA DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

Designar o servidor **FABIANO DE OLIVEIRA LAGO,** Chefe da Seção de Serviços Gerais, matrícula nº 46.425-2, para Executor do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 02/98, celebrado entre o Distrito Federal, por meio desta Secretaria e a Telecomunicações de Brasília S/A, conforme Processo nº 150.000.167/98, objetivando a prestação de serviço com instalação de PABX-Virtual com 38 (trinta e oito) ramais, cabendo-lhe acompanhar e atestar a execução dos serviços, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, par ao exercício de 1999.

MARIA LUIZA DORNAS

PORTARIA DE 22 DE MARÇO DE 1999

A SECRETÁRIA DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

Designar IONE COELHO DA SILVA, matricula nº 73.131-5, funcionária da Divisão Regional de Cultura-DRC da Administração Regional do Lago Norte-RA XVIII, para na qualidade de EXECUTORA e sem prejuízo de suas funções normais, acompanhar, avaliar, supervisionar e fiscalizar a execução do projeto "George Durand", referente ao processo nº 150.000.530/95, de interesse de GEORGE DA COSTA CARDOSO, a quem foi concedido apoio financeiro para viabilizar o projeto à conta do Fundo de Apoio à Arte e à Cultura-FAAC, conforme determina os arts. 28 e 29, do Decreto nº 14.085/92.

MARIA LUIZA DORNAS

DESPACHO DA SECRETÁRIA
Em 8 de março de 1999

REFERÊNCIA : Processo n.° 150.00.012/99 e outros
INTERESSADO : BANCO DE BRASÍLIA S/A e outros
ASSUNTO : Inexigibilidade de Licitação

Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a Inexigibilidade de Licitação em favor do credores, conforme discriminação abaixo para fazer face as despesas com aquisição de vales transporte destinados aos servidores desta Secretaria, no mês de MARÇO, do corrente exercício.

EMPRESAS	PROCESSO	N.E.	VALOR
BANCO DE BRASILIA S/A	150.000.012/98	99NE00056	3.760,10
VIAÇÃO ANAPOLINA LTDA	150.000.013/98	99NE00057	253,90
EMPRESA SANTO ANTÔNIO TRANSP. E TURISMO LTDA.	150.000.014/98	99NE00058	33,60

A Inexigibilidade foi fundamentada de acordo com o Caput do artigo 25, da Lei 8.666/93, de 21/06/93, tendo em vista as justificativas e documentos constantes dos processos acima citados.
Publique-se e devolva-se à Divisão de Administração Geral, para as devidas providências.

MARIA LUIZA DORNAS

CONSELHO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL

RECOMENDAÇÃO Nº 1, DE 18 DE MARÇO DE 1999

O Conselho de Cultura do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais, em sua 69ª Reunião Extraordinária, realizada em 18 de março de 1999.
RECOMENDA:
À Secretaria de Cultura do DF, que seja instalada uma sindicância para apurar os fatos ocorridos, quanto ao desaparecimento dos documentos na sala da Secretaria do Conselho de Cultura do DF.

ANTONIO CÉLIO RODRIQUES PIMENTEL
Presidende do Conselho

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 13, DE 23 DE MARÇO DE 1999

Estabelece normas e critérios para pontuação e classificação das empresas pleiteantes de incentivo econômico do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal - PRODECON/DF, com vistas à pré-indicação de terrenos no Setor de Expansão Econômica de Sobradinho, criado pela Lei nº 762/94.

O Secretário de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos XII e XIII, do Artigo 40 da Resolução nº 099/93 - CDE/DF, de 29 de outubro de 1993, com as alterações introduzidas pela Resolução nº 041/94 - CDE/DF, de 27 de abril de 1994, e tendo em vista o consenso quanto às normas e ao cronograma desta fase do procedimento de seleção, alcançado em reunião realizada em 11 de março de 1999, no auditório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE com a participação de representantes da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, AMPES - Associação de Micro e Pequenos Empresas e ACIS - Associação Comercial e Industrial de Sobradinho, e:

Considerando a absoluta necessidade de desencadear um processo de desenvolvimento no Distrito Federal, através de um procedimento seletivo menos burocrático de forma a agilizar a concessão do incentivo econômico e a geração de novos empregos;

Considerando que 61 (sessenta e uma) empresas da etapa II e 13 (treze) empresas da etapa III do Setor de Expansão Econômica de Sobradinho, foram habilitadas em vistoria do processo de seleção;

Considerando finalmente, a necessidade de se complementar o processo de seleção, resolve:
Art. 1º - Convocar todas as empresas/firmas habilitadas, que participaram do processo de seleção da Etapa II e Etapa III, do Setor de Expansão Econômica de Sobradinho, para comparecerem dia 30 de março de 1999, às 09:00 horas no auditório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Setor bancário Norte Quadra 02 Bloco K 2º Subsolo, para que seja definida a pré-indicação de terrenos.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAZARO MARQUES NETO

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 19 de março de 1999

Processo nº: 094.001 100/95
Interessado: ASSEMAE - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO
Assunto : realização de despesa

Acolho a proposta do Diretor Administrativo-Financeiro e, com fundamento no *caput* do artigo 25 da Lei nº 8.666/93, reconheço a situação de inexigibilidade de licitação para a realização de despesa com a pagamento da taxa de inscrição semestral desta Autarquia na ASSEMAE - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO, ratificando-a para os efeitos do art. 26 da mesma Lei.

Em decorrência, com fulcro nas disposições contidas nos artigos 38, inciso I e, 39, incisos I e II, das Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil, aprovadas pelo Decreto nº 16.098/94, autorizo a realização da despesa e a emissão de Nota de empenho - ordinária -, no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais).

Publique-se e encaminhe-se à DIOF, para as providências seguintes.

Em 22 de março de 1999

Processo Nº: 094.000.080/98
Interessado : ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO RECANTO DAS EMAS - AREMAS
Assunto : Reconhecimento de Dívida.

À vista do contido nos autos, RECONHEÇO A DÍVIDA no valor de R$59,11 (cinquenta e nove reais e onze centavos), com amparo nos artigos 80 e 81, do Decreto nº 16.098/94, em favor da ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO RECANTO DAS EMAS - AREMAS, referente a serviços de limpeza em vias e logradouros públicos, objeto do Convênio 013/96, realizados no mês de dezembro/98, bem assim AUTORIZO a realização da despesa, a emissão de Nota de Empenho - ORDINÁRIO - e respectivo pagamento, com base nos artigos 38, inciso I e 39, incisos II e IV, do supramencionado diploma legal, correndo a despesa a conta do Elemento 3490:92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, condicionando o pagamento à existência de recursos na dotação orçamentária própria e as disponibilidades desta Autarquia.

Processo Nº: **094.000.173/99**
Interessado : **DISERG**
Assunto : **Manutenção corretiva em carimbo numerador.**
À vista do contido nos autos e com base na instrução oferecida pelo Diretor Administrativo-Financeiro, RECONHEÇO A SITUAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, em favor da **JAWA – MAQUINAS E QUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA**, visando a execução do serviço de manutenção corretiva de 01 (um) carimbo numerador datador, marca IRCE, modelo CDN-06, tombamento N.º2532, amparado pelo inciso I do artigo 25, da Lei nº 8.666/93, RATIFICANDO-A, para os efeitos do artigo 26, do mesmo diploma legal. Em decorrência, AUTORIZO a realização da despesa e a emissão de Nota de Empenho – ORDINÁRIO -, no de **R$279,50 (duzentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos).**, em favor da citada empresa para cobrir a despesa com a mencionada manutenção corretiva, com base nos artigos 38, inciso I e 39, incisos I e II, ambos do Decreto nº 16.098/94.

LUIZ ANTONIO PERES FLORES

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 21, DE 5 DE MARÇO DE 1999

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 7 de dezembro de 1988, e o que consta do processo nº 030.001.041/99, resolve:

I - Aprovar, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa da Secretaria de Comunicação Social, aprovado pelo Decreto nº 20.004, de 13 de janeiro de 1999.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

LEONEL PAIVA

ANEXO I

ORÇAMENTO FISCAL

A C R É S C I M O

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
260101/00001 15101 SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL				505.237
03.007.0023.2056 EDIÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL				
Ref. 000240 0001 EDIÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL	34.90.92	100	5.237	
				5.237
03.007.0023.8505 PUBLICIDADE E PROPAGANDA				
Ref. 000239 0001 PUBLICIDADE E PROPAGANDA	34.90.92	104	500.000	
				500.000
00054/1 - 200080 * As transferências não constam do Total			TOTAL	505.237

ANEXO II

ORÇAMENTO FISCAL

R E D U Ç Ã O

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
260101/00001 15101 SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL				505.237
03.007.0023.2056 EDIÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL				
Ref. 000240 0001 EDIÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL	34.90.39	100	5.237	
				5.237
03.007.0023.8505 PUBLICIDADE E PROPAGANDA				
Ref. 000239 0001 PUBLICIDADE E PROPAGANDA	34.90.34	104	500.000	
				500.000
00054/2 - 200081 * As transferências não constam do Total			TOTAL	505.237

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 3400

Aos 16 dias do mês de março de 1999, às 15 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros RONALDO COSTA COUTO, MARLI VINHADELI, JORGE CAETANO e MAURÍLIO SILVA, o Conselheiro-Substituto JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS e a representante do Ministério Público junto a esta Corte, Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, o Presidente em exercício, Conselheiro JOSÉ EDUARDO BARBOSA, declarou aberta a sessão.

Ausente, por motivo justificado, o Senhor Presidente, Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS.

E X P E D I E N T E

Foram aprovadas as atas das Sessões Ordinária nº 3399 e Extraordinárias Reservada nº 116 e administrativa nº 283, todas de 11.3.99.

O Senhor Presidente deu conhecimento ao Plenário dos seguintes documentos:

- Ofício nº 127/99-PG, de 05 de março de 1999, mediante o qual o Procurador-Geral do Ministério Público junto a esta Corte, JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES, indica, nos termos do art. 100 do Regimento Interno, a Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA para comparecer às Sessões Ordinárias dos dias 16 e 18 do corrente mês.

- Ofício nº 161/99-CF, de 12 de março de 1999, mediante o qual a Procuradora do Ministério Público junto a esta Corte, CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, comunica que, nos termos do art. 100, parágrafo único do Regimento Interno, estará substituindo o titular daquele órgão, que se encontra em gozo de férias.

J U L G A M E N T O S

RELATADOS PELO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

PROCESSO Nº 4495/82 - Revisão dos proventos da aposentadoria de WANDA DOS SANTOS SCHMIDT PATIER-SE. - DECISÃO Nº 1213/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu baixar os autos em diligência junto à Secretaria de Educação do DF, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam ultimadas as seguintes providências: I. juntar aos autos documento expedido pela Secretaria Municipal de Ensino/RJ, declarando se houve recebimento de alimentação, fardamento, material escolar e parcela de renda auferida com a execução de encomendas para terceiros; II. discriminar nas certidões pertinentes ao tempo prestado como aluno-aprendiz as eventuais faltas injustificadas, suspensões disciplinares, licenças médicas ou outros afastamentos referentes ao aluno em aprendizagem; III. anexar ao processo Certidão de Tempo de Serviço expedida pela Secretaria Geral de Educação e Cultura/DF, discriminando as faltas e licenças porventura ocorridas, bem como informando o tempo líquido trabalhado.

PROCESSO Nº 1941/85 - Revisão dos proventos da aposentadoria de ANA DE CARVALHO ROSA-FEDF. - DECISÃO Nº 1214/99.- Havendo a Conselheira MARLI VINHADELI pedido vista do processo, foi adiado o seu julgamento.

PROCESSO Nº 0857/86 - Revisão dos proventos da aposentadoria de LENA BRANDÃO DE ALMEIDA-SEA. - DECISÃO Nº 1215/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3888/86 (apenso o de nº 111.003.579/86 e 1 volume) - Contendo o Ofício nº 39/99-PRESI, mediante o qual a Companhia Imobiliária de Brasília solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para cumprimento de decisão da Corte. - DECISÃO Nº 1216/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu conceder a prorrogação de prazo, nos termos solicitados, até 12.04.99.

PROCESSO Nº 3288/90 - Revisão dos proventos da aposentadoria de CAMERINO DE OLIVEIRA MOURA-SEA. - DECISÃO Nº 1217/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1106/91 - Revisão dos proventos da aposentadoria, com pedido de reexame de decisão desta Corte, de FRANCISCA RIBEIRO LIMA BRITO-SEA. - DECISÃO Nº 1218/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. tomar conhecimento das providências adotadas pela Jurisdicionada, em cumprimento à Decisão n.º 15.474/95; II. considerar regular a revisão de proventos.

PROCESSO Nº 2716/91 (apenso o de nº 082.006.211/98) - Revisão dos proventos da aposentadoria de LEOPOLDO CARDOSO MONTEIRO-FEDF. - DECISÃO Nº 1219/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu baixar os autos em diligência junto à FEDF, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam ultimadas as seguintes providências: I. retificar o ato de fl. 88 do apenso, para excluir de sua fundamentação o art. 186, inciso I, parágrafo 1º, da Lei n.º 8112/90, e fazer constar em seu lugar o art. 190 do mesmo diploma legal, tendo em vista que a alteração dos proventos decorreu de fato superveniente previsto no aludido dispositivo; II. elaborar abono provisório, observando a Decisão Normativa n.º 02/93 - TCDF, a fim de consignar os proventos do servidor resultantes da revisão realizada.

PROCESSO Nº 2969/91 - Aposentadoria de IVONE DAIUTO-FEDF. - DECISÃO Nº 1220/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 5200/92 - Aposentadoria de EDMAYRE GOMIDE LIMA JESUS-FEDF. - DECISÃO Nº 1221/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1391/93 - Aposentadoria de MARISA MÜLLER-FEDF. - DECISÃO Nº 1222/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3486/93 (apenso o de nº 030.002.135/92) - Pensão civil concedida a IZABEL ESTEVES DE ANDRADE-SEA. - DECISÃO Nº 1223/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu baixar os autos em diligência junto à SEA/DF, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam ultimadas as seguintes providências: a) anexar aos autos a certidão referente ao tempo de serviço prestado pelo Sr. DILSON MOREIRA DE ANDRADE ao Ministério da Guerra, no período de 07.06.55 a 03.05.56, conforme especificado no documento de fl. 14 - verso do Processo n.º 030.002.135/92; b) elaborar novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 14 do Processo n.º 030.002.135/92, para excluir 180 (cento e oitenta) dias de licença especial e 176 (cento e setenta e seis) dias referentes à contagem em dobro prevista na Lei n.º 22/89, considerando que o servidor faleceu em atividade e que tais benefícios só podem ser computados para fins de aposentadoria; c) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 4055/93 (apenso o de nº 030.002.525/90) - Pensão civil concedida a JOSEFA DE MELO AMORIM e outros-SEA. - DECISÃO Nº 1224/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu baixar os autos em diligência junto à SEA/DF, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam ultimadas as seguintes providências: I - quanto à concessão com base na Lei n.º 6.782/80 a) refazer o demonstrativo de tempo de serviço de fl. 37, do Apenso n.º 030.002.525/90, emitida pelo antigo INPS; b) anexar aos autos o "Mapa de incorporação de quintos" e os atos de designação e dispensa das funções exercidas pelo ex-servidor, até a data de seu falecimento; c) esclarecer por que motivo não foram incluídas no título de pensão de fl. 21 do apenso n.º 030.002.525/90 as parcelas "Adicional da Lei n.º 6.732/79", "Grat. Opção 55% DAI" e "Rep. DFG/DFA"; d) tornar sem efeito o documento substituído; II - quanto à integralização da pensão a) formalizar a respectiva revisão de pensão, com efeitos a partir de 01.01.92, fundamentando o ato no § 5º do art. 40 da Constituição Federal e nos artigos 215 e 248 da Lei nº 8.112/90; b) anexar comprovante da formal comunicação ao INSS, dando conta da integralização da pensão pelo DF, a partir de 01.01.92; c) anexar declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto no art. 225 da Lei nº 8.112/90.

PROCESSO Nº 4730/93 (apenso o de nº 030.008.780/92) - Pensão civil concedida a DAGMAR BRITO RAMOS-SEA. - DECISÃO Nº 1225/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu baixar os autos em diligência junto à SEA/DF, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam ultimadas as seguintes providências: a) editar ato para tornar sem efeito o Decreto de 06.08.97 (fls.62/64 do Processo n.º 030.008.780/92, na parte referente à retificação da pensão vitalícia concedida a DAGMAR BRITO RAMOS; b) editar ato para retificar a Portaria de 02 de setembro de 1992, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal n.º 180, de 03 de setembro de 1992, que concedeu pensão vitalícia a DAGMAR BRITO RAMOS, efetuando as seguintes alterações: b.1) considerar o ex-servidor Gildo Simões Ramos posicionado no Padrão III, da 2ª Classe, do cargo de Técnico de Administração Pública; b.2) excluir de sua fundamentação legal os artigos 217, item I, alínea "a", e 224 da Lei n.º 8.112/90, de 11 de dezembro de 1990, e incluir o artigo 248 do mesmo dispositivo legal e o § 5º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial; c) informar a data de admissão do Sr. Gildo Simões Ramos, matrícula 20.643-1, considerando que, aparentemente, a data mencionada no demonstrativo de fl. 69 do Processo n.º 030.008.780/92 foi retirada do documento de fl. 23 do mesmo apenso, que não diz respeito ao instituidor da pensão em exame; d) definida a data correta, efetuar as alterações necessárias na contagem do tempo de serviço demonstrado à fl. 69 do Processo n.º 030.008.780/92 e no percentual do ATS consignado no título de pensão de fl. 41 do mesmo apenso, considerando o posicionamento especificado no item b.1; e) reiterar os documentos de fls. 15/39 do Processo nº 030.008.780/92, tendo em vista que os mesmos não se referem ao Sr. Gildo Simões Ramos, instituidor da pensão em tela; f) tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 2021/94 - Aposentadoria de LUZIA ELIZABETH PACHECO-FEDF. - DECISÃO Nº 1226/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2033/94 (apenso o de nº 030.010.266/93) - Pensão civil concedida a MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA-SEA. - DECISÃO Nº 1227/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu baixar os autos em diligência junto à SEA/DF, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam ultimadas as seguintes providências: a. editar ato para tornar sem efeito a Portaria de 10.2.94 (fl. 21 do Processo nº 030.010266/93); b. retificar o ato de fl. 17 do Processo nº 030.010266/93 para excluir "com as vantagens da 2ª Classe, Padrão V, de acordo com o previsto no art. 192, item Instrução, da Lei 8112/90, de 11 de dezembro de 1990" e incluir "com as vantagens da 2ª Classe, Padrão IV, de acordo com o previsto no artigo 184, item Instrução, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952"; c. elaborar novo Título de Pensão, em substituição ao de fl. 22 do Processo nº 030.010266/93, para que o cálculo das parcelas seja efetuado com base no Padrão IV, da 2ª Classe, do cargo de Técnico de Administração Pública e o percentual do ATS alterado para 16%; d. elaborar novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 15 do Processo nº 030.010266/93, para efetuar as seguintes alterações: d1. excluir 360 dias de licença especial e incluir as faltas e as licenças médicas que constam no demonstrativo de fls. 90/91 do referido processo; d2. efetuar a apuração do tempo de serviço até 08.03.78 (data em que o inativo completou 70 anos), observando a alteração do ATS para 16%; e. efetuar a revisão dos proventos do ex-servidor para inclusão da vantagem prevista no art. 184, I, da Lei 1711/52, com vigência a contar de 5.10.88, em conformidade com a Decisão nº 5445, exarada na Sessão Ordinária de 11.10.94, na apreciação do Processo nº 1982/86, elaborando também o respectivo abono provisório; f. tornar sem efeito os documentos substituídos; g. anexar aos autos a declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto no art. 225, da Lei 8112/90, que veda a percepção cumulativa de mais de duas pensões; h. juntar comprovação de que a interessada vivia sob a dependência econômica do ex-servidor.

PROCESSO Nº 0720/95 (apenso o de nº 102.121.743/96) - Inspeção realizada no Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal, em cumprimento à Decisão n.º 1375/97, para verificar casos de desvio de função e ações trabalhistas. - DECISÃO Nº 1228/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. tomar conhecimento dos resultados da inspeção e dos documentos acostados às folhas 224/230 e 233/234; II. autorizar: a) a desapensação do Processo n.º 102.121.743/96 - IDHAB-SF, para devolvê-lo àquele Órgão; b) o arquivamento dos autos; III. retornar o Processo à 3ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 1513/95 - Pensão civil concedida a KIMIE SUDA-SEA. - DECISÃO Nº 1229/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a. conhecer do pedido de prorrogação de prazo tratado no Ofício nº. 103/99 GAB/SEA; b. conceder, excepcionalmente, a prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para cumprimento da diligência determinada pelo Tribunal no Processo nº 030.014.050/94, de interesse de Kimie Suda.

PROCESSO Nº 3402/95 (apenso o de nº 030.001.718/95) - Pensão civil concedida a ELENA MARIA DO AMARAL-SEA. - DECISÃO Nº 1230/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu baixar os autos em diligência junto à SEA/DF, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam ultimadas as seguintes providências: a) retificar o ato de fls. 15/16 - Processo n.º 030.001.718/95, para incluir a filha FLÁVIA MARIA DO AMARAL ALVES, que era menor de 21 (vinte e um) anos em 01.01.92, (fls. 05, 30 e 35 do Processo n.º 030.001.718/95); b) anexar certidão da NOVACAP para comprovar 2.404 (dois mil, quatrocentos e quatro) dias prestados a ela no período de 11.04.59 a 08.11.65 (fl. 53 do Processo n.º 030.001.718/95); c) anexar demonstrativo de licenças concedidas ao servidor (fl. 53 do Processo n.º 030.001.718/95); d) elaborar novo título de pensão, em substituição ao de fl. 54 - Processo n.º 030.001.718/95, com vistas a incluir a beneficiária FLÁVIA MARIA DO AMARAL ALVES (item "a"); e) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 3618/95 - Aposentadoria de ELVANIR DE MARIA VILANOVA DA ROSA-FEDF. - DECISÃO Nº 1231/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4076/95 (apensos os de nºs 4254/90 e 030.005.304/95) - Pensão civil concedida a MARIA RAIMUNDA DA SILVA e outra-SEA. - DECISÃO Nº 1232/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu baixar os autos em diligência junto à SEA/DF, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam ultimadas as seguintes providências: a) efetuar a revisão dos proventos do ex-servidor, para excluir a vantagem prevista no item II, do artigo 184, da Lei n.º 1.711/52 e

incluir a do item I do artigo 192 da Lei n.º 8.112/90, a contar de 1º.03.93 (data dos efeitos da Lei n.º 427/93), elaborando o respectivo abono provisório; b) efetuar a revisão dos proventos do ex-servidor, para excluir a vantagem prevista no item I do artigo 192 da Lei n.º 8.112/90 e incluir a do item II, do mesmo dispositivo legal, a contar de 1º.03.94, elaborando o respectivo abono provisório; c) retificar o ato concessório de fls. 19/22 do Processo n.º 030.005304/95, na parte referente à pensão instituída pelo Sr. José Grigório da Silva, para fazer constar a vantagem prevista no item II do artigo 192 da Lei n.º 8.112/90; d) elaborar novo título de pensão, em substituição ao de fl. 23 do Processo n.º 030.005304/95, para incluir no rol das parcelas integrantes do mesmo a vantagem especificada no item "c"; e) anexar aos autos declaração de não-acumulação ou acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei n.º 8.112/90, que veda a percepção cumulativa de mais de duas pensões; f) tornar sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 5575/95 (apenso o de nº 111.000.467/95) - Prestação de contas dos dirigentes da Companhia Imobiliária de Brasília, referente ao exercício de 1994. - DECISÃO Nº 1233/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos constantes do Processo n.º 111.000.467/95-4, apenso, referente à prestação de contas anual dos administradores da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, exercício de 1994, bem como dos acostados às fls. 26/152; b) aguardar a conclusão dos Processos nºs 2449/87, 2193/91, 5431/91,1826/92, 922/93, 1668/94, 1713/94, 2061/96,3723/96, 5749/96 e 3083/97 para decidir sobre o julgamento das contas em apreço; c) devolver os autos à 3ª ICE, para continuidade de acompanhamento dos fatos constantes do Processo.

PROCESSO Nº 5948/95 (apenso o de nº 030.000.949/95) - Aposentadoria de JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS-SEA. - DECISÃO Nº 1234/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e considerando que o pedido de reexame refere-se apenas à adoção da Decisão Normativa, não ensejando qualquer manifestação de discordância quanto ao seu mérito, decidiu pela manutenção da Decisão recorrida.

PROCESSO Nº 6218/95 - Aposentadoria de MARIA GUILHERMINA DE CARVALHO MENEZES-FEDF. - DECISÃO Nº 1235/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0318/96 - Aposentadoria de FRANCISCO DE OLIVEIRA MENDONÇA-FZDF. - DECISÃO Nº 1236/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a. tomar conhecimento do Ofício nº. 045/99 GAB/FZDF; b. conceder excepcionalmente, por 30 (trinta) dias, a prorrogação de prazo solicitada para o cumprimento da diligência determinada no Processo nº 0318/96-TCDF (073.003.522/95-GDF).

PROCESSO Nº 0751/96 (apenso o de nº 101.001.481/95) - Aposentadoria de CASSIANO PEREIRA DE ANDRADE-FSSDF. - DECISÃO Nº 1237/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu baixar os autos em diligência junto à FSS/DF, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam ultimadas as seguintes providências: I - informar qual o motivo do servidor perceber proventos integrais, haja vista que a moléstia ensejadora da aposentadoria não se encontra elencada dentre as que permitem a invalidez qualificada (§ 1º, art. 186, Lei 8112/90), bem como não consta da fundamentação legal o dispositivo pertinente. Conforme o que for apurado, adotar uma das seguintes providências: a. se for verificado que se trata de invalidez qualificada, juntar laudo médico classificando a patologia dentre as indicadas no § 1º do art. 186 da Lei 8.112/90 e retificar o ato concessório para incluir esse dispositivo na fundamentação da aposentadoria; b. se for apurado que se trata de invalidez simples, elaborar abono provisório, em substituição ao de fl. 13 - apenso, observando a Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, a fim de calcular os proventos proporcionais ao tempo de serviço; II - esclarecer as divergências sobre as licenças concedidas ao servidor. O documento de fl. 09 do apenso não indica nenhuma licença no ano de 1988 e apenas 9 dias de licença em 1992. O demonstrativo de tempo de serviço informa 2 dias de licença em 1988 e 23 dias em 1992; III - excluir a parcela "Salário Família" do abono provisório, conforme Decisão nº 636/98 (Processo nº 3024/97) IV - elaborar novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 10 - apenso, para adequar os totais de licença dos anos de 1988 e 1992 ao apurado consoante o item II, excluir o Salário Família e corrigir o tempo para adicionais do ano de 1995 e os totais de tempo para aposentadoria e adicionais; V - tornar sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 1096/96 (apensos os de nºs 4119/95, 6224/95 e 1097/96) - Convênios firmados entre o Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal e a Associação dos Carroceiros do Riacho Fundo. - DECISÃO Nº 1238/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu autorizar a realização da auditoria proposta pela instrução.

PROCESSO Nº 3671/96 (apenso o de nº 101.000.497/95) - Aposentadoria de NOEL LOPES BEZERRA-FSSDF. - DECISÃO Nº 1239/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu determinar o sobrestamento dos autos na Jurisdicionada, devendo a mesma, tão logo receba do INSS o ofício de ratificação da Certidão de Tempo de Serviço (fl. 13-apenso), providenciar o encaminhamento do processo a este Tribunal, para análise do cumprimento da diligência.

PROCESSO Nº 4548/96 (apenso o de nº 082.020.349/95) - Aposentadoria de MARIA ROSA DA SILVA-FEDF. - DECISÃO Nº 1240/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 5294/96 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Fundação Educacional do Distrito Federal para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 1241/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a. tomar conhecimento do Ofício nº.119/99-Dex/FEDF; b. conceder, por 60 (sessenta) dias, a prorrogação solicitada para o cumprimento da diligência determinada no Processo nº 5294/96-TCDF (082.022.296/95-GDF); c. recomendar à FEDF que doravante apresente justificativas fundamentando seu pedido de prorrogação, conforme prevê o § 1º do art. 200 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 38/90.

PROCESSO Nº 6259/96 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Fundação Educacional do Distrito Federal para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 1242/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a. tomar conhecimento do Ofício nº.112/99-Dex/FEDF; b. conceder, por 60 (sessenta) dias, a prorrogação solicitada para o cumprimento da diligência determinada no Processo nº 6259/96-TCDF (082.023.528/95-GDF); c. recomendar à FEDF que doravante apresente justificativas fundamentando seu pedido de prorrogação, conforme prevê o § 1º do art. 200 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 38/90.

PROCESSO Nº 7969/96 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Fundação Educacional do Distrito Federal para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 1243/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a. tomar conhecimento do Ofício nº.119/99-Dex/FEDF; b. conceder, por 60 (sessenta) dias, a prorrogação solicitada para o cumprimento da diligência determinada no Processo nº 7969/96-TCDF (082.009.934/96-GDF); c. recomendar à FEDF que doravante apresente justificativas fundamentando seu pedido de prorrogação, conforme prevê o § 1º do art. 200 do RI, aprovado pela Resolução nº 38/90.

PROCESSO Nº 0743/97 (apensos os de nºs 1738/81 e 030.007.590/96) - Pensão civil concedida a LOURDES CHAVES DOS SANTOS-SEFP. - DECISÃO Nº 1244/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, baixou os autos em diligência junto à SEFP, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam ultimadas as seguintes providências: da aposentadoria: a. juntar aos autos o Apenso nº 1738/81 os documentos necessários à formalização da revisão de proventos fundada na Lei nº 99/90; b. apensar ao Processo nº 030.009.663/89. da pensão: a. elaborar novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 19 do apenso pensão nº 030.007.590/96, corrigindo os afastamentos do instituidor do benefício, em conformidade com os demonstrativos relativos à sua aposentadoria (fls. 04 e 05 do apenso aposentadoria nº 1738/81); b. elaborar novo Título de Pensão, em substituição ao de fl. 23 do apenso pensão nº 030.007.590/96, corrigindo o valor da parcela ATS, que deve corresponder a 22%; c. tornar sem efeito os documentos de fls. 19 e 23 do apenso pensão nº 030.007.590/96 e os porventura substituídos; d. juntar a declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei 8112/90.

PROCESSO Nº 1744/97 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal para conclusão da tomada de contas especial constante do Processo nº 061.039.154/97. - DECISÃO Nº 1245/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a. tomar conhecimento dos expedientes de fls. 63 e 64 e conceder à Fundação Hospitalar prorrogação do prazo, até 30.03.99, para conclusão dos trabalhos relativos ao Processo de Tomada de Contas Especial nº 061.039.154/97, remetendo-o, em seguida, à Secretaria de Fazenda para as providências pertinentes ao Controle Interno, observando, no que couber, as disposições contidas na Resolução nº 102/98; b. esclarecer àquela entidade que, se o valor do prejuízo apurado no referido processo for inferior ao limite estabelecido no § 8º do art. 2º da Emenda Regimental nº 01/98, hoje correspondente a R$ 3.224,10, deve informar a esta Corte, no prazo de 05 (cinco) dias, além de adotar as medidas referidas no art. 14 da mencionada norma; c. recomendar à Fundação envidar esforços para conclusão da mencionada Tomada de Contas Especial, haja vista o longo tempo já decorrido desde a comunicação do fato.

PROCESSO Nº 2464/97 (apenso o de nº 2767/97) - Relação encaminhada pela então Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal das entidades que não cumpriram os prazos de entrega de suas prestações de contas anuais, referentes ao exercício de 1996. - DECISÃO Nº 1246/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, tomou conhecimento de informação constante do processo e determinou o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 3062/97 - Concurso público para provimento de cargos de Fiscal Tributário e Técnico Tributário, da Carreira Auditoria Tributária do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, aberto pelo Edital nº 78/97-IDR. - DECISÃO Nº 1247/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. tomar conhecimento dos documentos de fls. 116/117; II. determinar o retorno dos autos à 4ª ICE, para posterior análise das admissões oriundas do concurso, conforme determina o inciso III do art. 78 da Lei Orgânica do DF.

PROCESSO Nº 3414/97 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Polícia Civil do Distrito Federal para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 1248/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) tomar conhecimento do Ofício nº 022/99-PCDF; b) conceder, por 60 (sessenta) dias, a prorrogação solicitada para o cumprimento da diligência determinada no Processo nº 3414/97-TCDF (050.001.282/92-PCDF).

PROCESSO Nº 3418/97 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Fundação Zoobotânica do Distrito Federal para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 1249/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a. tomar conhecimento do Ofício nº. 045/99- GAB/FZDF; b. conceder, excepcionalmente, por 60 (sessenta) dias, a prorrogação de prazo solicitada para o cumprimento da diligência determinada no Processo nº 3418/97-TCDF (073.001.492/97-GDF).

PROCESSO Nº 4728/97 (apensos os de nºs 5663/96, 2002/97, 3050/97 e 3336/97) - Tomadas de contas especiais instauradas pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal, de conformidade com o art. 12 da Resolução n.º 102/98 - TCDF. - DECISÃO Nº 1250/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. tomar conhecimento das tomadas de contas especiais constantes dos autos; II. determinar à Jurisdicionada que, caso ainda não o tenha feito, adote as medidas de sua alçada, estabelecidas no art. 12 da Resolução n.º 102/98, para ressarcimento do dano e regularização patrimonial; III. esclarecer que as medidas tomadas deverão constar nos Processo nºs 061.005.203/97, 061.039.204/97, 061.022.132/97 e 061.006.035/96, sendo que a efetividade dessas medidas ficará registrada no demonstrativo a que se refere o art. 14 da mesma Resolução, o qual deverá ser anexado à prestação de contas anual de 1998; IV. determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 4956/97 - Informação da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal sobre o encaminhamento à Fundação Zoobotânica do DF do Processo de TCE n.º 073.011.179/96, à vista do que determina o art. 17 da Resolução TC-102/98. - DECISÃO Nº 1251/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. tomar conhecimento do Ofício n.º 309/97-GAB/FZDF e do Ofício n.º 257/GAB-SUAUD (fls. 01 e 20); II. esclarecer à Jurisdicionada que as medidas estabelecidas no art. 12 da Resolução n.º 102/98 deverão constar no Processo n.º 073/001.179/96 e a efetividade dessas medidas ser registrada no demonstrativo a que se refere o art. 14 da mesma resolução, a ser anexado à prestação de contas anual de 1998; III. determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 4991/97 - Representação nº 11/97, do Ministério Público junto à Corte, a respeito do convênio firmado entre a PMDF e a Associação Comercial do Distrito Federal, para monitoramento de sistemas de alarme eletrônico, com a interveniência do Sr. LUIZ EDMUNDO BICA COIMBRA. - DECISÃO Nº 1252/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I- tomar conhecimento: a) da inspeção realizada na PMDF; b) dos documentos acostados aos autos às fls. 44 a 49; II- informar ao denunciante: a) a impossibilidade jurídica da PMDF em firmar o convênio com a ACDF, constatada no Processo n.º 3565/97; b) a denúncia do Convênio n.º 008/97, promovido pelo Sr. Comandante-Geral da PMDF, publicado no DODF em 26 de março de 1998; c) que nenhum valor foi repassado à PMDF pela ACDF nos termos previstos na Cláusula Segunda - Das Obrigações dos Convenentes; III- autorizar a apensação dos autos ao Processo n.º 3565/97, por se tratar de matéria correlata.

PROCESSO Nº 5322/97 (apenso o de nº 094.001.029/97) - Pensão civil concedida a CARMELITA MARTA DE OLIVEIRA e outra-SLU. - DECISÃO Nº 1253/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0396/98 (apensos os de nºs 618/87 e 3116/87) - Representação da 3ª ICE, informando que a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal ainda não remeteu a TCE constante do Processo n.º 111.002.326/91-6, apesar de já ter sido prorrogado o prazo. - DECISÃO Nº 1254/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu fixar o prazo de 30 (trinta) dias para que a SHDU encaminhe, por intermédio da Secretaria de Fazenda, a referida TCE, alertando-a para as penalidades do art. 57, inc. IV, da Lei Complementar n.º 01/94.

PROCESSO Nº 0783/98 - Auditoria realizada na Região Administrativa II - Gama para exame e avaliação do Sistema de Controle Interno, em atendimento ao Plano Geral de Auditoria para 1998. - DECISÃO Nº 1255/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. tomar conhecimento do Ofício n.º 1221/98-SUCAR-SEG (fl. 45), do Subsecretário de Coordenação das Administrações Regionais, dos documentos que o acompanham (fls. 47 a 58), bem como do Ofício n.º 1308/98-GAB/RA-II, do Administrador do Gama e dos documentos anexos às fls. 59 a 66; II. considerar cumprida a diligência ordenada por meio da Decisão n.º 8678/98 (OFs GP n.º 3664//98 - S.O. n.º 3375 e 3665/98 - S.O. n.º 3375, fls. 43/44); III. alertar o novo Administrador Regional do Gama: a) para tomar conhecimento das deficiências identificadas no sistema de controle interno daquela RA, encaminhadas mediante OF GP N.º 3665/98 - SO n.º 3375; b) para as medidas saneadoras adotadas para aprimorar o sistema pelo predecessor (OF n.º 1221/98-SUCAR-SEG e OF n.º 1308/98-GAB/RA-II); c) que a efetivação das medidas saneadoras serão verificadas, oportunamente, em futuras inspeções e/ou auditorias a serem realizadas naquela Administração; d) que é de sua responsabilidade planejar, instalar e supervisionar o sistema de controle interno, como também adotar as medidas tendentes ao seu fortalecimento e adequação e que a falta de providências ou a adoção de medidas insuficientes poderá ensejar a responsabilização da Administração, por omissão ou desídia, caso se identifique ocorrência de irregularidades resultantes da fragilidade dos controles avaliados; IV. autorizar o arquivamento do processo e o retorno dos autos à 1ª ICE, para as providências pertinentes.

PROCESSO Nº 0904/98 - Resultado de inspeção realizada na Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil para acompanhamento das ações de cobrança promovidas pelo INSS. - DECISÃO Nº 1256/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. tomar conhecimento dos trabalhos da inspeção realizada na NOVACAP, bem como dos documentos de fls. 78/182; II. retornar os autos à 3ª ICE, para continuidade do acompanhamento dos processos de cobrança do INSS à NOVACAP, conforme autorizado na Decisão n.º 5367/98.

PROCESSO Nº 0998/98 (apensos os de nºs 1969/97, 3192/97, 4691/97 e 1 volume) - Balancetes trimestrais da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal, referentes ao ano de 1997. - DECISÃO Nº 1257/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) tomar conhecimento dos balancetes da FUNAP referentes aos quatro trimestres de 1997, relevando os atrasos verificados; b) alertar a FUNAP para a observância ao disposto no art. 113, III, "c" do RI/TCDF; c) assinar prazo de 30 dias para que a FUNAP apresente esclarecimentos circunstanciados acerca das diferenças de saldos existentes entre os termos de conferência de almoxarifado, firmado por comissão própria, e o respectivo saldo contábil (Conta 1.1.3.1.1.01.00), referentes aos 4 trimestres de 1997, e, ainda, as razões para a não-aplicação no mercado financeiro dos recursos disponíveis em conta corrente, a exemplo do verificado em relação a conta bancária BRB 835.105-7, no período de fevereiro a agosto/97; d) autorizar, ainda, a juntada do processo à prestação de contas anual da FUNAP, com vistas a subsidiar a apreciação da mesma, à luz, inclusive, dos esclarecimentos prestados.

PROCESSO Nº 0999/98 - Tomada de contas especial instaurada pela Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília para apurar responsabilidades pelo prejuízo causado ao erário, no serviço de recarga de extintores. - DECISÃO Nº 1258/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, em face do disposto no art. 99, inciso II, do Regimento Interno, decidiu, preliminarmente, encaminhar os autos à douta Procuradoria, inclusive quanto à aplicabilidade do disposto no art. 9º, inciso II, do C.P.C.

PROCESSO Nº 1004/98 - Ata da 2158ª Reunião do Conselho de Administração da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. - DECISÃO Nº 1259/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1264/98 (apenso o de nº 081.002.874/97) - Aposentadoria de JOSÉ RIBEIRO FILHO-FCDF. - DECISÃO Nº 1260/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, baixou os autos em diligência junto à FCDF, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, esclareça as divergências existentes nos autos, no tocante ao posicionamento funcional do servidor, uma vez que no ato de fl. 100 foi enquadrado no cargo de Auxiliar de Administração Pública, Classe Especial, Padrão II, enquanto que os documentos de fls. 06, 97, 104 e 105 demonstram estar posicionado na Classe Especial, Padrão III, do mesmo cargo, devendo ser adotadas as providências que o caso requer.

PROCESSO Nº 1813/98 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 1261/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, ao tomar conhecimento dos expedientes de fls. 31/34, concedeu novo prazo de 30 (trinta) dias à Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, a contar do recebimento desta Decisão, para atendimento à determinação de que trata a Decisão nº 4471/98.

PROCESSO Nº 2444/98 (apenso o de nº 196.000.108/98) - Aposentadoria de IVO GRACIANO DE SOUZA-FPEB. - DECISÃO Nº 1262/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, baixou os autos em diligência junto à FPEB, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam ultimadas as seguintes providências: I. definir o real posicionamento do interessado na respectiva Carreira (Padrão), visto que há divergência nos autos, pois, apesar do ato concessório ter sido publicado como Padrão III, a base de cálculo usada no abono provisório correspondente foi o Padrão IV. Proceda às devidas alterações no ato concessório de fl. 15 - apenso, se for o caso, ou no abono provisório de fl. 18 - apenso; II. apurar as quantias porventura pagas indevidamente ao servidor caso tenha sido enquadrado no padrão incorreto, para fins de ressarcimento ao erário, nos termos do art. 46 da Lei n.º 8.112/90; III. tornar sem efeito os documentos substituídos, caso necessário.

PROCESSO Nº 2533/98 (apenso o de nº 082.018.944/98) - Edital nº 01/98-FEDF/PS-3, da Fundação Educacional do Distrito Federal, objetivando a contratação temporária, mediante processo seletivo, de professores de níveis 2 e 3. - DECISÃO Nº 1263/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) tomar conhecimento do Processo n.º 082.018.944/98 (apenso), considerando cumprido o item II da Decisão n.º 7353/98 (fl. 16); b) autorizar a devolução do Processo n.º 082.018.944/98 à Fundação Educacional do Distrito Federal; c) autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE para oportuno exame dos atos de admissão decorrentes do processo seletivo.

PROCESSO Nº 0618/99 - Representação nº 03/99-MP, do Ministério Público junto à Corte, versando sobre notícia veiculada na imprensa local de possíveis desvios de recursos em convênio assinado entre o Ministério da Educação e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. - DECISÃO Nº 1264/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu encaminhar os autos à ICE competente, para Instrução, inclusive realizando Inspeção.

RELATADOS PELA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

PROCESSO Nº 7016/94 - Tomada de contas especial instaurada pela Companhia Imobiliária de Brasília para apurar responsabilidades por possíveis prejuízos causados em decorrência de repasses irregulares de recursos à ASTER. - DECISÃO Nº 1265/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, ao tomar conhecimento do Ofício n.º 070/99 - PRESI/TERRACAP, decidiu conceder, pela última vez, na forma solicitada pela Jurisdicionada, prorrogação de prazo para conclusão da Tomada de Contas Especial a que alude o inciso I da Decisão n.º 7825/98, instaurada pela Portaria 292/98 - PRESI.

PROCESSO Nº 2864/96 (apensos os de nºs 030.002.352/94, 030.001.600/95, 040.002.037/95, 040.005.008/95, 040.007.027/95 e 1 volume) - Tomada de contas anual dos ordenadores de despesa da Secretaria de Educação do Distrito Federal, referente ao exercício de 1994. - DECISÃO Nº 1266/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, decidiu determinar à Secretaria de Educação do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta decisão, dê cumprimento à diligência objeto da Decisão n.º 3.306/97, encaminhada mediante Ofício GP n.º 1.369/97, reiterada pela Decisão n.º 7.359/98, encaminhada por intermédio do OF. GP. n.º 3.151/98, de 30 de setembro de 1998.

PROCESSO Nº 6034/96 - Edital da Tomada de Preços nº 48/96, objetivando a construção de Escola Classe Provisória, localizada no Condomínio Privê, Ceilândia-DF. - DECISÃO Nº 1267/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, em parte, e o parecer do Ministério Público, decidiu tomar conhecimento dos resultados da inspeção realizada em atendimento à Decisão n.º 2170/98 e determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 2800/97 (apensos os de nºs 7382/96, 2780/97 e 2798/97) - Contratos nºs 102 a 110/96 celebrados entre o Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal e diversos. - DECISÃO Nº 1268/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, ao tomar conhecimento dos documentos constantes a fls. 98/243, 260, 236/243 do Apenso nº 2800/97 e 142/179 do Apenso nº 7382/96, decidiu: I) considerar satisfatoriamente cumprida a diligência ordenada por meio da Decisão nº 8073/97, relevando o atraso apontado pela instrução; II) alertar o SLU no sentido de que: a) a alteração permitida no art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93 refere-se a aumento ou supressão do valor inicial do contrato e não das propostas de preços apresentadas no procedimento licitatório; b) a fixação dos valores dos contratos deve ser efetuada de modo a refletir os reais custos incorridos nos ajustes, de maneira que não mais repitam as falhas ocorridas nos Contratos nºs 104 a 112/96, onde as estimativas inicialmente estipuladas ficaram muito aquém dos gastos efetivamente realizados durante a execução das avenças; III) em atendimento ao Ofício nº 388/98 (fls. 140/141), aqui conhecido como se Pedido de Reexame fosse, reformular os termos da alínea "c" da Decisão nº 136/98, de maneira que a referida deliberação passe a ter a seguinte redação: "determine ao SLU/DF que, se ainda não o fez, promova licitação para contratação de caminhões tipo basculante e pipa, levando em conta as atuais necessidades, de modo que os contratos daí decorrentes sejam ultimados tão logo se conclua o procedimento licitatório, observado o prazo máximo de seis meses a contar de 08.11.98"; IV) autorizar a apensação do Processo nº 1458/98 aos autos, bem assim o arquivamento dos Processos nºs 2798/97, 2780/97 e 7382/96; V) devolver o processo "sub examine" à Inspetoria própria para que, além das providências pertinentes, acompanhe a nova licitação ordenada no item III do presente "decisum", atentando para o cumprimento da recomendação formulada na Decisão nº 10462/98, adotada no Processo nº 1458/98.

PROCESSO Nº 3557/97 - Representação conjunta formulada pelos Inspetores das 1ª, 2ª e 3ª Inspetorias de Controle Externo, motivada por notícias jornalísticas acerca do evento denominado "Micarecandanga", realizado em Brasília, durante o mês de agosto de 1997. - DECISÃO Nº 1269/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, decidiu determinar às Secretarias de Transportes e de Comunicação Social que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta decisão, dêem cumprimento à diligência objeto da Decisão n.º 8.978/97, enviada àquelas Pastas por meio dos Ofícios GP nºs 4222 e 4226, respectivamente, ambos de 17 de dezembro de 1997, reiterada pela Decisão n.º 7.369/98, encaminhada mediante Ofícios GP. nºs 3150 e 3149, de 30.09.98, respectivamente.

PROCESSO Nº 5231/97 - Ofício nº 1031/98-DEx, mediante o qual a Fundação Educacional do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para conclusão de processo de tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 1270/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta, em parte, a instrução, decidiu: I) determinar à Fundação Educacional do Distrito Federal que, caso não tenha ocorrido o encerramento da TCE de que trata o Processo 082.017.927/97, nas formas previstas no art. 13 da Resolução-TCDF nº 102/98, encaminhe, no prazo de 30 (trinta) dias, as referidas Contas ao Tribunal, observando, no que couber, o referido ato normativo; II) alertar o titular da Fundação Educacional de que a reincidência no descumprimento dos prazos fixados pela Corte poderá ensejar aplicação das sanções previstas no art. 57 da Lei Complementar nº 01/94; III) restituir os autos à Inspetoria própria, para os fins pertinentes.

PROCESSO Nº 0787/98 - Auditoria de Regularidade realizada no Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, com o objetivo de avaliar o seu sistema de controle interno. - DECISÃO Nº 1271/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, decidiu reiterar ao Serviço de Limpeza Urbana do DF os termos da Decisão nº 7708/98 (OF GP nº 3266/98), alertando o respectivo dirigente para que o descumprimento de prazo estabelecido pela Corte poderá ensejar aplicação das sanções previstas no art. 57 da Lei Complementar nº 01/94.

PROCESSO Nº 1116/98 (apenso o de nº 1249/98) - Ofício nº 804/98 e outros, mediante os quais a Secretaria de Fazenda do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 90 (noventa) dias, para envio da prestação de contas anual da PROFLORA - Florestamento e Reflorestamento - em liquidação, referente ao exercício de 1996. - DECISÃO Nº 1272/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, decidiu: I) de acordo com o § 2º do art. 200 do RI/TCDF, considerar prorrogado o prazo a que aludem os Ofícios nºs 804/98 e 1462/98, ambos da então Secretaria de Fazenda e Planejamento; I) tomar conhecimento do Ofício n.º 114/99 da Secretaria de Fazenda e deferir o pedido de prorrogação de prazo para encaminhamento do Processo n.º 074.000.067/96, na forma solicitada; II) devolver os autos à Inspetoria competente, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 2571/98 - Representação formulada pela Procuradora do Ministério Público junto a este Tribunal, CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, versando sobre a possível inconstitucionalidade da Lei Distrital nº 1.291/96. - DECISÃO Nº 1273/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu, preliminarmente, restituir o processo "sub examine" à Inspetoria própria, para nova instrução, à luz do que vier a ser decidido no Processo nº 2670/98.

PROCESSO Nº 2925/98 - Contendo o Ofício nº 317/99-GAB/SES, mediante o qual a Fundação Hospitalar do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo para conclusão de processo de tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 1274/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta, em parte, a instrução, decidiu: I) tomar conhecimento do Ofício nº 317/99-GAB/SES (fls. 15) e, relevando o atraso apontado na instrução, conceder à Fundação Hospitalar do DF prorrogação de prazo por mais 90 (noventa) dias, para conclusão do Processo de TCE nº 061.045.242/98; II) esclarecer à jurisdicionada que: a) nos termos do art. 200, § 1º, do RI/TCDF, os pedidos de prorrogação devem ser efetuados antes do vencimento do prazo anteriormente fixado, sob pena de serem liminarmente rejeitados; b) na condução da Tomada de Contas deverão ser observadas as disposições da Resolução-TCDF nº 102/98, bem assim as situações previstas no item III da Decisão nº 9013/98, prolatada no Processo 5859/96-TCDF, verbis: "III- alertar todas as jurisdicionadas no sentido de que, de acordo com a Lei Complementar nº 01/94 (art. 9º, § 3º), a Emenda Regimental nº 01/98 (art. 2º, § 8º) e a Resolução nº 102/98 (arts. 13 e 14), as tomadas de contas especiais de valor inferior ao de alçada (3300 UFIRs), bem assim as encerradas por ausência de prejuízo, ressarcimento integral do dano, reposição do bem pelo responsável, reaparecimento ou recuperação dos bens extraviados/danificados, como também aquelas cujas apurações concluírem que a responsabilidade pela reparação do dano deve recair exclusivamente sobre terceiros (não vinculados à Administração Pública), passaram a ser registradas em demonstrativos que, por sua vez, deverão ser anexados à correspondente tomada ou prestação de contas anual, não sendo cabível, portanto, o encaminhamento dessas contas especiais em processos apartados.".

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JORGE CAETANO

PROCESSO Nº 3115/93 (apenso o de nº 030.012.297/92) - Integralização da pensão civil concedida a GLÓRIA RODRIGUES MASCARENHAS DE OLIVEIRA-SEA. - DECISÃO Nº 1275/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, determinou o retorno dos autos apensos à Secretaria de Administração do Distrito Federal, em nova diligência, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam adotadas as seguintes providências: I - esclareça a data de admissão do instituidor da pensão, tendo em vista constar datas diferentes nos documentos de fls. 12 e 55; II - anexe aos autos certidão referente ao tempo de serviço prestado pelo ex-servidor à Fundação Educacional do Distrito Federal, no período de 14/08/61 a 31/05/63, conforme especificado à fl. 17-verso; III - elabore novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 17, para excluir a contagem em dobro prevista na Lei nº 22/89, considerando que o servidor faleceu em atividade e que tal benefício só pode ser computado para fins de aposentadoria, tornando sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 3254/93 (apenso o de nº 030.001.855/92) - Integralização da pensão civil concedida a ÁGUIDA MARIA DE AMORIM-SEA. - DECISÃO Nº 1276/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, determinou o retorno dos autos apensos à Secretaria de Administração do Distrito Federal, em nova diligência, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam adotadas as seguintes providências: I - complemente a Classificação Funcional de fl. 10, fazendo constar o cargo de Técnico de Administração Pública, 2ª Classe, Padrão I, a partir de 1º/05/91, de acordo com o Decreto nº 13.166/91; II - retifique o Decreto de 07/05/97, fls. 22/24, para considerar a Classificação Funcional do ex-servidor, posicionando-o no cargo de Técnico de Administração Pública, 2ª Classe, Padrão I; III - elabore novo: a) demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 15, com base na cópia do processo de aposentadoria do instituidor, fls. 66, 67 e 78; b) Título de Pensão, em substituição ao de fl. 16, para fazer constar a Classificação Funcional do ex-servidor como 2ª Classe, Padrão I, do cargo ali referido, atentando para o valor do vencimento correspondente; IV - torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 3936/93 (apenso o de nº 030.008.840/92) - Integralização da pensão civil concedida a PEDRILHA ROSA DOS SANTOS e outros-SEA. - DECISÃO Nº 1277/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, determinou o retorno dos autos apensos à Secretaria de Administração do Distrito Federal, em nova diligência, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam adotadas as

seguintes providências: I - esclareça a data de admissão do instituidor da pensão, tendo em vista constar datas diferentes nos documentos de fls. 17 e 43; II - elabore novo Título de Pensão, em substituição do de fl. 61, para corrigir os valores das cotas dos beneficiários tornando sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 2062/95 (apenso o de nº 061.027.928/94) - Aposentadoria de SÔNIA BENEDITA ARAÚJO CAETANO-FHDF. - DECISÃO Nº 1278/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de SÔNIA BENEDITA ARAÚJO CAETANO, visto à fl. 13 do processo apenso; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, "a posteriori", junte aos autos apensos nova cópia da certidão de tempo de serviço expedida pelo INSS, em substituição à de fl. 22, que se mostra ilegível, tornando sem efeito o documento substituído; III - alertar a mesma entidade sobre o direito de a interessada pleitear o acréscimo, na proporcionalidade de seus proventos, de 25/30 avos para 27/30 avos, com efeitos financeiros a contar de 24/01/95, data da concessão inicial.

PROCESSO Nº 3052/95 (apenso o de nº 061.013.170/94) - Aposentadoria de SÔNIA MARIA GALVÃO RODRIGUES-FHDF. - DECISÃO Nº 1279/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3053/95 (apenso o de nº 061.033.082/95) - Aposentadoria de FRANCINAIDE MIGUEL-FHDF. - DECISÃO Nº 1280/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3861/95 (apenso o de nº 061.030.327/95) - Aposentadoria de BIATINO NERI DE BARROS-FHDF. - DECISÃO Nº 1281/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3865/95 (apenso o de nº 061.022.124/95) - Aposentadoria de MARIA INÊS MENDES GONÇALVES-FHDF. - DECISÃO Nº 1282/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3866/95 (apenso o de nº 061.030.509/95) - Aposentadoria de MARIA DE LOURDES SANTANA-FHDF. - DECISÃO Nº 1283/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3881/95 (apenso o de nº 061.022.405/95) - Aposentadoria de RAILDA SANTOS PEREIRA-FHDF. - DECISÃO Nº 1284/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3896/95 (apenso o de nº 061.033.146/95) - Aposentadoria de FRANCISCA RODRIGUES DO NASCIMENTO-FHDF. - DECISÃO Nº 1285/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3897/95 (apenso o de nº 061.022.157/95) - Aposentadoria de VITORIA DA SILVA FERREIRA-FHDF. - DECISÃO Nº 1286/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4539/96 (apenso o de nº 061.033.012/96) - Aposentadoria de MARIA ZADY RIBEIRO DA SILVA-FHDF. - DECISÃO Nº 1287/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 6155/96 (apenso o de nº 061.036.061/96) - Aposentadoria de CLEMIA SOARES DE QUEIROZ-FHDF. - DECISÃO Nº 1288/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato concessório, visto à fl. 22 do processo apenso; II - determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que "a posteriori" promova a regularização do Abono Provisório, fl. 25 do referido feito, apondo carimbo, assinatura da autoridade competente para fixar os proventos da inativa e data, consoante exigência contida no item II da Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, o que será objeto de verificação em futura auditoria; III - alertar a mesma entidade sobre o direito de a interessada pleitear a incorporação, a seus proventos, da Parcela Pecuniária instituída pela Lei nº 1062/96, não consignada no Abono Provisório.

PROCESSO Nº 6850/96 (apenso o de nº 082.027.998/95) - Aposentadoria de CLERES MARIA DE CASTRO LIMA-FEDF. - DECISÃO Nº 1289/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar atendida a diligência interna ordenada pelo *despacho singular de fl. 10; II - determinar:* a) o retorno dos autos à Fundação Educacional do Distrito Federal, em diligência preliminar, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, justifique a prestação de serviço concomitante à Secretaria de Administração do Estado do Piauí e à própria Fundação, no período de 17/05/89 a 31/03/91, mesmo que na averbação (fls. 09 e 14 dos autos apensos), esse período tenha sido desconsiderado; b) que, posteriormente, junte aos autos apensos, documento que comprove o direito à percepção, pela inativa, da Gratificação de Titulação, o que será objeto de verificação em futura auditoria.

PROCESSO Nº 4849/97 - Contendo pedido de prorrogação de prazo, formulado pela Região Administrativa VI - Planaltina, para atendimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 1290/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício nº 096/99-GAB/RA-VI, fl. 75, relevando o atraso apontado; II - conceder a prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, até 27/04/99, para que a Região Administrativa VI - Planaltina cumpra a diligência constante da Decisão nº 10941/98, a ela transmitida pelo OF GP nº 4471/98.

PROCESSO Nº 0427/98 (apenso o de nº 061.023.279/96) - Aposentadoria de JOSÉ AURILO SANTANA ALVES-FHDF. - DECISÃO Nº 1291/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0546/98 (apenso o de nº 061.030.750/97) - Aposentadoria de LUZIA DE FÁTIMA ARAÚJO NOGUEIRA-FHDF. - DECISÃO Nº 1292/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1583/98 (apenso o de nº 061.027.545/97) - Aposentadoria de TERESA DA CONCEIÇÃO DA SILVA-FHDF. - DECISÃO Nº 1293/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1670/98 (apenso o de nº 061.042.589/97) - Aposentadoria de MARIA LÚCIA AFONSO RAMOS-FHDF. - DECISÃO Nº 1294/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1850/98 (apenso o de nº 061.033.724/97) - Aposentadoria de MARIA ALICE CÂNDIDO-FHDF. - DECISÃO Nº 1295/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato concessório, visto à fl. 22 do processo apenso; II - alertar a Fundação Hospitalar do Distrito Federal sobre a possibilidade de a interessada exercitar o direito de pleitear o cômputo da jornada semanal de 40 horas, no cálculo do valor da Parcela Pecuniária - Lei nº 1062/96, considerada a menos como de 24 horas semanais.

PROCESSO Nº 2007/98 (apenso o de nº 061.027.411/97) - Aposentadoria de JOSÉ DUTRA DOS REIS-FHDF. - DECISÃO Nº 1296/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2208/98 (apenso o de nº 061.042.687/97) - Aposentadoria de NECI NEVES LIMA MOREIRA-FHDF. - DECISÃO Nº 1297/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2222/98 (apenso o de nº 061.010.909/96) - Aposentadoria de TEREZINHA DE JESUS BISPO PAULA-FHDF. - DECISÃO Nº 1298/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2632/98 (apenso o de nº 061.047.045/98) - Aposentadoria de IRIA QUEIROZ NETO-FHDF. - DECISÃO Nº 1299/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0382/99 - Edital de Concorrência nº 01/99, desta Corte de Contas. - DECISÃO Nº 1300/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do Edital de Concorrência nº 01/99 deste Tribunal, fls. 03/16, relevando as falhas apontadas pela instrução; II - alertar a Diretoria-Geral de Administração sobre a necessidade de serem observadas as disposições contidas nas alíneas "c" e "d" do inciso XIV e no § 1º do artigo 40 da Lei nº 8.666/93; III - autorizar o arquivamento dos autos, sem prejuízo de futuras averiguações.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO MAURÍLIO SILVA

PROCESSO Nº 1212/83 - Revisões dos proventos da aposentadoria de CARLOS SILVA-SEA. - DECISÃO Nº 1301/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, determinou à Secretaria de Administração do Distrito Federal que no prazo de 60 (sessenta) dias: I) com referência à 1ª Revisão: a) elabore nova Certidão de Tempo de Serviço, em substituição à de fl.97, contando o período prestado ao Ministério do Exército (564 dias - fls.08 e 10) para todos os efeitos; b) confeccione o Abono Provisório concernente à revisão de proventos; c) torne sem efeito o documento de fl. 97; *II*) com referência à 2ª Revisão: a) elabore novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 108, corrigindo o posicionamento do servidor para 1ª Classe, Padrão III (fl.104) e o percentual de Adicional por Tempo de Serviço para 31% (11.650 dias); b) torne sem efeito o documento de fl. 108.

PROCESSO Nº 0219/86 (apenso o de nº 1454/85) - Contrato nº 596/85 celebrado entre a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal e a firma ENGEMAXI - Engenharia Ltda. - DECISÃO Nº 1302/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) determinar à Procuradoria-Geral do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta decisão, conclua os trabalhos atinentes ao Processo de TCE nº 061.030.577/98, remetendo-o, em seguida, à Secretaria de Fazenda para as providências de sua alçada; b) orientar àquela Fundação que atente para o disposto nos artigos 13 e 14 da Resolução nº 102 combinados com o parágrafo oitavo do artigo 2º da Emenda Regimental nº 01 desta Corte de Contas.

PROCESSO Nº 1009/86 (apensos os de nºs 020.000.543/86 e 030.010.267/86) - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Agricultura do Distrito Federal para apurar responsabilidades diante das irregularidades ocorridas na operação de beneficiamento e envazamento de óleo de soja bruto degomado, objeto do contrato firmado entre a SAB e a firma RICOEX - Refinaria, Indústria, Comércio e Exportação de Óleos Ltda. - DECISÃO Nº 1303/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0826/87 (apensos os de nºs 2392/89 e 111.003.587/88) - Balancete Patrimonial, Sintético e Analítico da Companhia Imobiliária de Brasília, referente a dezembro de 1986. - DECISÃO Nº 1304/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 5017/92 (apenso o de nº 1145/93 e 2 volumes) - Convênio nº 001/92 celebrado entre o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação, e o GDF, com a interveniência da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, para ampliação da Fábrica de Argamassa Armada. - DECISÃO Nº 1305/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do resultado da Inspeção realizada na NOVACAP com o fim de dar cumprimento aos termos da Decisão n.º 1.868/97; relevar as falhas apontadas pela instrução; b) devolver o apenso à origem e os autos à 3ª Inspetoria de Controle Externo para arquivamento, alertando-a, ainda, para o obrigatório exame do estágio da regularização do imóvel onde funciona a Fábrica de Argamassa Armada, quando da realização de futuras auditorias programadas na NOVACAP.

PROCESSO Nº 3757/93 - Pensão civil concedida a ROSA MARIA DE MARIA e outro-SEA. - DECISÃO Nº 1306/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4919/93 - Pensão civil e integralização de pensão concedidas a MARIA OLINDINA DA MOTA-SEA. - DECISÃO Nº 1307/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 5089/93 (apenso o de nº 030.002.681/92) - Pensão civil concedida a MARIA ROCHA DE LIMA-SEA. - DECISÃO Nº 1308/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 5616/94 (apenso o de nº 030.007.155/94) - Pensão civil concedida a SARA DE OLIVEIRA SANTOS-SEA. - DECISÃO Nº 1309/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou o retorno dos autos à SEA/DF, a fim de que, no prazo de 60 (sessenta) dias: 1) anexe ao processo a declaração de não-acumulação ou de acumulação lícita de pensão, nos termos do art. 225 da Lei n.º 8112/90; 2) confeccione novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 17-apenso, para: a) excluir os 180 dias relativos à Licença-Prêmio, tendo em vista que o instituidor do benefício aposentou-se em 1970, quando vigorava a Lei n.º 1711/52; b) fazer constar o tempo de serviço até 27.04.70; 3) elabore novo Título de Pensão, em substituição ao de fl. 25-apenso, com o objetivo de fazer constar a parcela do Adicional por tempo de serviço com o percentual de 9%; 4) torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 0290/95 (apensos os de nºs 2322/95, 5445/95, 2567/96, 3088/96, 3089/96, 3564/96, 4507/96, 4984/96, 5280/96, 5955/96, 1746/97, 2122/97, 2312/97, 2422/97, 2443/97, 3390/97, 3821/97, 4277/97, 4278/97, 4958/97, 5261/97, 5262/97, 5315/97, 118/98, 524/98, 525/98, 679/98, 1167/98, 2549/98, 2614/98, 2812/98 e 2975/98) - Tomadas de contas especiais instauradas pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal, em conformidade com a Resolução nº 102/98-TCDF. - DECISÃO Nº 1310/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0924/95 (apenso o de nº 030.012.963/94) - Aposentadoria de LUIZ JACINTHO DE MELLO-DER. - DECISÃO Nº 1311/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0993/95 - Aposentadoria de SUEIDER CONCEIÇÃO CHAVES FERREIRA-FEDF. - DECISÃO Nº 1312/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou o retorno dos autos à Fundação Educacional do DF, a fim de que, no prazo de 60 (sessenta) dias, informe se a servidora faz jus à percepção da parcela Gratificação de Regência de Classe, e, em caso positivo, elabore novo abono provisório em substituição ao de fl. 21.

PROCESSO Nº 1498/95 (apenso o de nº 030.002.568/95) - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Administração do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo oficial. - DECISÃO Nº 1313/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento do resultado da tomada de contas especial em apreço, cuja instauração foi comunicada via Of. n.º 372/95-GAB/SEA, decidiu: a) considerar regular o ressarcimento efetivado pelo servidor FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUZA, e, observado o disposto na Decisão n.º 50/98-TCDF, considerá-lo quite com o erário no presente caso e autorizar a baixa de sua responsabilidade; b) determinar o arquivamento dos autos e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO Nº 2737/95 - Pedido de prorrogação de prazo, formulado pela Polícia Civil do Distrito Federal, para cumprimento de diligência determinada pela Corte. - DECISÃO Nº 1314/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) tomar conhecimento do OF nº 022/99-PCDF; b) conceder a prorrogação do prazo, por mais 60 (sessenta) dias, para o cumprimento das diligências determinadas pelo Tribunal no Processo nº 2737/95 (050.000.918/95-PCDF).

PROCESSO Nº 4987/95 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria de Fazenda do Distrito Federal para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 1315/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) tomar conhecimento do OF nº 102/99/SUAUD-SEF; b) conceder à Secretaria de Fazenda a prorrogação do prazo, por 60 (sessenta) dias, esclarecendo-a que a efetividade de sua providência para o cumprimento do item "d" da Decisão nº 7782/87, será verificada oportunamente por este Tribunal; c) determinar a realização de futura inspeção a ser realizada na Secretaria de Fazenda para os fins da alínea anterior.

PROCESSO Nº 5062/95 (anexo o de nº 1168/98) - Concurso público para preenchimento de cargos de Agente de Educação, da Fundação Educacional do Distrito Federal, aberto pelo Edital Normativo nº 190/95-FEDF. - DECISÃO Nº 1316/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento do resultado de auditoria realizada, decidiu: a) considerar legais, para fins de registro, as seguintes admissões para cargos de Agente de Educação, Área Administração Geral, da Fundação Educacional do Distrito Federal, oriundas do concurso público regulado pelo Edital n.º 190/95-IDR: Especialidade: Serviços de Copa – Maria da Conceição Serra Tavares de Almeida, Maria Margareth dos Santos, Maria Rilza Soares de Souza, Maria Rita Costa Ramalho dos Santos, Odalia Batista de Oliveira, Renata Neves de Oliveira, Valdete Martins da Silva - Especialidade: Serviços de Cozinha - Abraão Lincoln Alves Vieira, Adavia de França Galvão Sousa, Adriana Pereira Torres Feitosa, Agnelo Jose de Almeida, Aguida Cristina de Sousa Murici Martins de Moura, Alessandra Aparecida Faria Pires, Alessandra Gonçalves Gaviano, Alice Ferreira Nunes, Alicia Pereira Lima, Alvina Maria de Jesus Neta, Ana Andrea Martins, Ana Claudia Barbosa, Ana Claudia Paulo Sousa, Ana Gosaves de Souza, Ana Lucia Rodrigues Lemos, Ana Maria Granato Antunes de Paiva, Ana Maria Rodrigues dos Reis, Ana Paula Cruz Souza, Angela Maria Luiza Fonseca, Angela Mendes Madureira, Antonia Cleuda da Silva, Antônia Ferreira da Silva, Antonia Freire de Araújo, Antonio Sandro Souza Santiago, Anub Ribeiro Santos, Aparecida de Fatima Vieira Silva, Aparecida de Lourdes Pereira, Aricelma Zago Capanema Pereira, Arlete Ferreira da Silva, Auxiliadora Francisca de Souza, Avanir Rodrigues da Silva, Aynoan Gomes de Almeida Santos, Bartiria do Socorro Lima Veras, Bernadete de Fatima Oliveira e Castro, Carlinda Maria da Conceição, Carlos Alberto Lima, Cartima de Araújo Rego, Celia Maria Pereira Lopes, Cintia Moreira da Paixão, Cláudia de Melo Oliveira, Cleide Ferreira Lima, Cleide Pereira Soares, Cleonice de Fátima Dutra Miranda, Cleonice Francisco da Silva Ribeiro, Cleuza Aparecida dos Santos Coura, Conceição de Maria Batista, Creusa Fernandes de Menezes Souza, Cristina Barbosa Lobo, Cristina Xavier Silva, Dalva Maria de Carvalho Rodrigues, Darci Vieira Batista, Delane Fernandes Leite, Diane Pinheiro Flores de Sousa, Divina Maria Lima Souza, Djanira Gonçalves da Silva, Donizete de Carvalho, Doraci Procopio dos Santos, Dorilda Carlos Teixeira, Dorivan Rodrigues de Oliveira, Dorotianne Mesquita Pinheiro, Dulce Tania Lima do Nascimento, Edelzira Chaves Freitas, Edilva de Souza Silva, Edinalva Salviano da Ponte, Edna de Brito Almeida, Edna Jussara Macedo Souza, Edna Maria Santana Lobo, Edneide Maria de Oliveira Nogueira, Elda Maria Ramos Laurindo, Elen Marcia Guerra, Elen Sandra Rosa da Silva, Eliana Alves de Brito, Eliane de Guadalupe Viveiros de Almeida, Eliane Gomes Aguiar, Eliene Souza Santos Vaz, Eliete Lopes Viana, Elisabete Ramos Sousa, Elizabete de Oliveira Silva, Elizabeth da Costa Freire, Elizabeth dos Santos, Elizabeth Ferreira Santos, Elizabeth Luzia Bezerra, Elizete Maria da Costa Barbosa, Elizete Ribeiro Trentin, Eloisa Aparecida Santana Meireles, Elza Aparecida Gomes da Silva, Elza Pereira dos Anjos, Emelinha Moreno da Silva, Eneida Maria de Amorim Padua, Eni de Sousa Amorim, Espedita Maria da Silva, Eulalia Costa, Eunice Carneiro dos Santos, Eunice Mendonça dos Reis, Eurenes Miranda Lima, Evanice Carneiro Gomes Silva , Everaldo Gramacho de Souza, Everane Guedes de Lucena, Feliciana Brandão dos Santos, Feliciana Rodrigues da Silva Reis, Fellipe Jose Salles de Sant'anna, Francilene Moreira Spindola Costa, Francinete Ferreira, Francisca das Chagas Medeiros Moura, Francisca Monteiro dos Santos Silva, Francisco de Assis Lopes da Silva, Francismar Lima Araújo, Geni Maria de Jesus Miranda, Genoveva Vieira do Carmo Costa, Geovani Soares de Souza Rodrigues, Geremias de Souza Mesquita, Gersimario Guedes Brandão, Gildeci Rodrigues Ribeiro, Gisele Soares dos Reis, Hedylane Maria Rodrigues da Costa, Helena da Mota Fernandes, Helena Ferreira de Oliveira, Helena Rita Pereira, Heloisa Helena Lobão Bentes, Heloisa Silva Almeida, Hermelinda Gomes de Farias, Ieda Marcia de Lima Paixão, Ilda Pereira de Oliveira, Ilma Aparecida Soares, Ionete Constancio de Sousa, Iraci Ines da Fonseca, Iraide Rodrigues de Macedo, Irani de Sousa Lima, Iris de Abreu Faria, Ironilda Nisolita de Paula Freitas, Isabel Maria Rodrigues Gomes, Isaura Pereira de Jesus, Italia Vadala, Ivaneide Candido Couto, Ivanilde dos Santos Silva, Ivete Gomes de Souza, Ivone Dias dos Santos, Ivoneide Maximiano de Messias Silva, Izabel Teixeira de Assunção, Izilda Aparecida da Silva, Jaime Martins Noleto Filho, Jandira Matias dos Santos, Janete Batista de Oliveira, Janete Pereira de Sousa, Janice Candida dos Santos, Joana D' arc Freitas Bacelar Mourão, Joana Darc dos Santos, Joana Darq Rodrigues da Silva, Joana Maria de Fátima Gomes Correia, Joana Rosa de Souza, Joana Stylianos Kokkinos, João Batista da Silva, Joaquim Moura do Nascimento, Jovania Gomes de Oliveira, Jovina Pereira Amaral, Jozeneiva de Oliveira Alves, Juranilde Batista da Silva, Katia Eugenia da Silva, Kester Brito Silva, Laudeci Marques Ferreira, Leila Cristina Pereira Lopes, Leila Maria Garces Ferreira, Leila Rocha Viana Farias, Leny Maria Leal Rocha, Leonardo Antonio de Moraes Filho, Leonice Lima de Farias, Ligia Rosana Tiberio, Lionita Gonçalves de Jesus, Lolia Cavalcanti, Luciana Bandeira Adelino, Lucicleide Roberta da Silva Vogado, Luciene Dantas Gomes, Luciene Ferreira da Silva, Lucimar Custódio da Silva, Lucimere Vieira de Almeida, Lucivalda Maria da Conceição, Luiz Carlos dos Santos Villanova, Lurdete Barbosa, Luzia Balduino Ferreira, Luzia Victor de Almeida, Mabel Barbara Braga, Magda Lucia Barreto, Marcelo Cruz, Marcelo Maia da Costa, Marcia Alves Pires, Marcia Aparecida Alves, Marcia Cristina Damasceno de Oliveira, Margarete de Jesus Mendes, Margarida Feitosa Machado, Margarida Oliveira Lima Sousa, Maria Alice de Sousa Silva, Maria Aparecida da Silva, Maria Aparecida de Almeida Sousa, Maria Aparecida de Oliveira, Maria Aparecida de Oliveira Borges, Maria Aparecida de Salles Fernandes, Maria Aparecida Pereira, Maria Aparecida Pereira Leal, Maria Aparecida Pereira Ramos, Maria Aparecida Silva, Maria Auxiliadora Guarino dos Santos, Maria Auxiliadora Moreira de Sousa, Maria Belarmina Pereira Santana, Maria Célia Moreira Dutra, Maria Cleonice Tome, Maria Cleria Leite, Maria Conceição Pereira dos Santos, Maria Cristina Gomes dos Santos, Maria da Conceição Sousa Araújo, Maria da Glória Martins da Silva, Maria da Paz Soares Nora, Maria da Penha Ribeiro da Silva, Maria das Dores de Sousa Silva, Maria das Graças Azevedo de Queiroz, Maria das Graças Miranda Viana, Maria das Graças Pereira Lopes, Maria das Graças Silva Moura, Maria das Neves de Lima Souza, Maria das Neves Rodrigues Ferreira, Maria de Fatima Abrantes, Maria de Fatima dos Santos Silva, Maria de Fátima Ferreira, Maria de Fátima Marques de Sousa, Maria de Fatima Oliveira Matsumoto, Maria de Jesus Monteiro da Silva, Maria de Jesus Teixeira Marques, Maria de Lourdes Carvalho, Maria do Carmo Borges Fernandes, Maria do Carmo de Carvalho Freires, Maria do Carmo Magalhães de Pinho, Maria do Carmo Neves, Maria do Rosario Rocha Caxanga, Maria do Socorro dos Santos Ferreira, Maria do Socorro Dutra Leal, Maria do Socorro Miranda Porfirio, Maria do Socorro Rocha Pinto, Maria do Socorro Santos Alves, Maria Domingues Barcelos de Almeida, Maria Dulcimar Rocha, Maria Dulcimar Silva Lira Vaz, Maria Edna Pereira Lopes, Maria Edy Morais Barros, Maria Elcivania de Freitas, Maria Elisabete Marcos de França Silva, Maria Eunice dos Santos Lima, Maria Eunice Vieira, Maria Eva Alves Ribeiro, Maria Generosa da Rocha, Maria Geralda dos Reis Camilo, Maria Jose Araújo de Freitas, Maria Jose Costa da Silva, Maria Jose de Sousa Meireles, Maria Jose de Sousa Santos, Maria Jose de Souza Nunes, Maria Jose Fernandes Afonso, Maria Josineuza Vieira, Maria Julia Pazzi Alves da Rocha, Maria Lucia Ferreira Silva, Maria Lucia Pereira Gomes, Maria Luiza Bessa , Maria Luzia Costa Alves, Maria Nadir Nascimento dos Santos, Maria Nasalucia Jaco Leite, Maria Nilva Gonçalves de Amorim, Maria Pereira dos Santos, Maria Raquel Pereira da Silva, Maria Rita Alves, Maria Sebastiana Gonçalves Araújo, Maria Selma da Silva, Maria Socorro Camilo da Silva, Maria Socorro Ferreira, Maria Sueli de Souza, Maria Teresa Pires, Maria Thereza Moreira de Freitas, Maria Veralucia Soares Silveira, Maria Zelia de Oliveira, Marien de Souza de Oliveira, Marilea Mendes Viana, Marileide Gomes dos Santos, Marilene Martins Costa Bezerra, Marilene Vieira de Souza, Marina Maria da Silva Patriota, Marinalva Dias da Silva, Marinalva Mota Vieira, Marines Carmo dos Santos Vieira, Marisa Araújo dos Santos, Marisa de Mattos Souza Leite, Maristela Alves da Cunha Queiroz, Marlene Alves Ribeiro, Marlene Francisca Bezerra, Marlene Luiza Santana de Oliveira, Marlene Nobre Garcia, Marlene Tavares da Costa, Marli Lopes Oliveira, Marluce Silva de Sousa Alves, Marly Ferreira Farias Silva Cortez, Marly Luis Martins Silva, Martha Batista Trindade, Mary Lucy Goulart, Mary Rose da Silva da Costa, Matilde Fernandes Rocha Cavalcante, Miguel Ribeiro de Souza, Milton dos Santos Peres, Miralva Mendes dos Santos, Miraneide de Deus Costa, Mirian Moreira Rodrigues, Mirian Prado da Silva, Mônica Samara de Sousa Rocha, Neide Fernandes Ricardo, Neusa Ponciano de Sousa, Nilce de Oliveira Nascimento, Nilza Barbosa de Almeida, Noeli Teresinha Fritsch, Osmarina Silva Cavalcante Lopes, Patricia Aparecida dos Santos, Patricia Chaves, Percilia Julia Toledo, Raimunda Aparecida Vieira Alves, Regina Celia Alves Vitor, Regina Ramos Lopes, Ricardo Pereira de Souza, Rita Maria Pereira de Carvalho, Roberto da Conceição, Rogerio Alves de Melo, Rosa de Meideiros Landim, Rosalia George de Oliveira, Rosalina Monteiro dos Santos, Rosangela Maria da Silva Oliveira, Rose Mary Carvalho Marques, Roseane Maria de Souza Rodrigues, Roselene Mendes Rodrigues, Rosemary Franca Felix Bastos, Rosemary Laurentino de Lima, Rosilene Nascimento dos Santos, Rosilene Rodrigues Bonfim, Rosilene Xerente da Silva, Rosinete Freitas Vieira, Rozilda da Silva Soares, Ruy Bicalho Sobrinho, Samuel Eduardo Costa da Silva, Sandra Batista do Rego, Sandra Cristina Rocha Gomes, Sandra Regina Borges, Sandra Rodrigues Soares, Sandrimar Fonceca de Lima, Sara Denise Alves Nascimento, Sebastiana Ferreira dos Santos, Sebastiana Pereira de Souza, Shirley Lopes de Oliveira, Silvana Pereira Silva de Andrade, Simone de Paula Santos, Sirleide dos Santos Nunes, Solange Francisca de Queiroz, Solange Maria Leão Sanches, Sonia Maria de Oliveira Sousa, Sonia Maria Ferreira da Silva, Sonia Maria Holanda Martins, Sonia Maria Martins Aragão, Sonia Maria Quirino do O, Sueli Eneas de Sousa Neves, Sueli Gadelha Alves, Sueli Maria Morais Ribeiro, Suely de Fatima Bertolazi de Miranda, Suzana Capello, Tania Aparecida Viana, Teresinha Dutra Costa, Terezinha de Fátima Costa dos Santos, Terezinha Batista Diniz, Uiária Maria de Lira Franca, Valdenice Maria dos Santos Firmino, Valdice de Souza Carvalho, Valdina Martins da Silva, Valeni Valina Barreto, Valeria Barbosa de Oliveira, Valeria de Melo Meireles, Valeria Maria Ribeiro da Silva, Vania Lucia Bezerra da Silva, Vania Maria Bezerra Carneiro, Vanir Jose dos Santos, Vera Lucia de Souza Marques, Vera Lucia do Nascimento, Vera Lucia Limeira da Silva, Veronice Santana Lima, Walquiria Alves de Oliveira, Walquiria de Oliveira Lobo, Wanderleia Couto de Castro Paulo, Zilah Alves de Sales, Zilda Sousa Porto Santos - Especialidade: Portaria - Aledes Santos Barros, Ana Alice Batista, Ana Lucia Queiroz, Andre Luis Martins Gomes de Alencar, Antonia de Mesquita Sousa, Antônia de Souza Sobrinho, Antônio Amauri Malaquias de Pinho, Antônio Lisboa Carreiro de Melo, Antonio Rodrigues de Souza, Aparecida Neto de Oliveira Soares, Artur Camilo Nascimento, Avila Maria Damasceno Neves, Candice Rocha de Aguiar, Carlos Alves de Souza, Carlos Antonio Ferreira Dantas, Carlos Aurelio Veras, Celia Maria dos Santos Marquinho, Celma Carneiro de Souza, Claucia Maria Araújo, Cláudia Pereira, Claudio de Souza Lima, Cleide Paes Landim dos Santos Martins, Cleone Gordo da Silva, Clevenilta Djalma de Almeida, Dalva Cristina da Silva, Dalva Pereira Macedo, Daria de Souza Santos Alarcão, Darlei Souza Silva, Delvair Mendes de Souza, Diana Mendes de Oliveira, Dilene Santos Rolim, Dilton Campos Pinto, Divino de Oliveira Campos, Doralice Vilarindo dos Reis, Edimar Costa Portela, Edis Pessoa de Moura, Edite Santiago de Almeida, Edna Maria Lima dos Santos, Edson da Mota Fernandes, Eduardo Silva do Rosário, Elcy Maria de Brito, Elda Maria dos Santos, Elena Aparecida Pereira, Eleni Rodrigues Dourado da Silva, Eliane Almeida Borba, Elias Pereira da Silva, Elizete Gomes Ribeiro, Elk Soares, Elza Ribeiro de Souza, Ezequiel Rodrigues Viana, Fabio Santana de Oliveira, Fernando Jose Assis Rocha, Francisca de Paula Fernandes, Francisco Catarino de Almeida, Francisco Erly Carvalho Basilio, Geralda Sueli Soares, Geraldo Martins Maia, Gilmara Santos de Oliveira, Giselia Dantas da Silva Arcanjo, Glicela Aparecida Ramos da Silva Paulo, Grimaldi Jose de Macedo, Hamilton Luis Comis Correa, Hermogino Jose Guedes, Iolanda Barbosa Fernandes, Iolanda de Araújo Filha Costa, Iremar Gomes Campos, Irene Colona dos Santos Passos, Irisvanda Maria do Nascimento, Irondina Araújo Ramos, Itamara Ferreira de Almeida, Ivan Costa Santos, Jair Humberto da Silva, Jeane Cristina dos Santos Alves, João Batista Ferreira da Silva, João Bosco Alves de Almeida, João Damasceno Soares da Costa, Joelma de Sousa Lima Peres, Jorge Luiz Braz da Cruz, Jose Anchieta de Araújo Oliveira, Jose Avelino de Souza, Jose Maria da Costa, Jose Pereira Mendes, José Romualdo Ferreira da Crus, Jose Souza Santos Filho, Jose Tavares da Silva Filho, Josefina Conceição dos Santos, Josivaldo Oliveira Santos, Juraci Alves Taveira, Katia Alves da Silva, Kleber Batista Cordeiro da Silva, Leda Maria Salvador de Araújo, Leoneide Miguel da Silva Amaral, Leoni de Asevedo Souza, Lígia Alves de Sousa, Lizete Cavalcante Miranda, Lucia Aparecida de Souza e Silva, Luciana da Silva Menezes, Luciene Neves Ramos, Lucileide Ana da Silva Tomazette, Lucilene Antonio Ribeiro, Luis Carlos Souza Silva, Luiz Ricardo Rezende, Luiz Sergio dos Santos, Lusalete da Conceição Pires Silva, Manoel Francisco da Silva, Manoel Messias de Andrade, Manoel Rogerio do Nascimento, Marcia Cristina Martins, Marcilene Cirqueira Rodrigues, Marco Aurelio Pereira da Silva, Maria Aparecida Gomes do Amaral, Maria de Deus Sales, Maria de Fatima Ferreira Araújo, Maria de Fátima Pereira de Macedo, Maria de Lourdes Alves Camargo, Maria do Perpétuo Socorro Esmeraldo Prado, Maria Dulcinea Jesus Alves, Maria Ester da Silva Lima, Maria Julia Mendes, Maria Luzinete Farias Calado, Maria Rita Silveira, Maria Zelia Oliveira Freitas, Marice Rosalia da Silva, Marilena da Paixão Costa Alves, Marilene Gomes Rabelo, Marisbela Trindade Rodrigues, Marlene Euclides da Silva, Marlene Ferreira da Silva, Marlene Viana da Silva, Marlene Vieira dos Santos, Marly dos Reis da Silva Cortes, Mauro Alves Paixão, Max Fernandes dos Anjos, Meire Aparecida Soares Pereira, Milton Alves da Silva, Miria Nascimento Gomes, Miriam Lopes da Silva, Mônica Barbosa da Silva, Nerissa Maria de Oliveira, Neusa Helena Caixeta de Souza, Nilvacema Antunes da Silva, Nilza Neves Silva, Odair de Jesus Nascimento, Paulo Marcio de Aquino Mendes, Paulo Pereira de Carvalho, Railda Pereira Mendonça, Raimunda Sarmento Rosa, Raimundo Leunes Rezende, Raimundo Nonato Sousa Sales, Regina Maria Silva Batista, Ricardo Rodrigues dos Santos, Rita de Cassia Araújo Ferreira, Rita do Espírito Santo Ferreira de Oliveira Alves, Rizia Castanheiro, Robson Roberto de Jesus Santos, Ronam de Oliveira Fernandes, Rosemari Oliveira Amorim, Salete Ferreira Lopes, Santana Silva, Semião Calixto da Silva, Sheila Vieira da Silva Lopes, Sidele de Jesus Silveira, Socorro de Sousa Pereira, Sonia Maria da Silva, Suelene de Almeida Pinto, Sueli Barbosa Alencar, Sueli Cordeiro Moura, Sueli Gomes de Oliveira, Suzana de Brito, Telma Marilia Menezes Noronha, Tomaz Luiz Ribeiro Neto, Valdivina Venancio de Aquino Ywata, Vanderley Vieira da Silva, Vania Isabel Fonseca, Varcirley Ribeiro, Vilce Teixeira, Vladimir Ambrósio Taveira, Wagner Ferreira Xavier, Waldir Alves de Souza, William Epitacio Alkimin, Wilson de Souza Oliveira, Wilson Ferreira Lopes, Wolder de Almeida Alves - Especialidade: Vigilância - Abimael Moura Couto, Adailton Alves Borges, Adailton Fernandes Sousa, Adalton de Almeida Ferreira, Adão de Jesus, Adilson Alemar, Adilson Cardoso Silva, Adilson Ferreira Dias, Adilson Jose Mendes Ribeiro, Adlon Felisbino de Jesus, Admilton Alves de Aquino, Afonso Carvalho Neto, Agnaldo Ferreira de Azevedo, Ailton Cardoso Silva, Ailton da Silva Souza, Alcino Cordeiro de Queiroz, Alcy Marciano Junior, Alexandre Kerry Picanco, Almir Melo dos Santos, Aloisio Rios, Amadeu das Neves Monteiro Junior, Amaral Pereira da Vitória, Anderson Pereira da Silva, Antônio Alves da Rocha, Antonio Augusto do Carmo Junior, Antônio Batista Almeida, Antônio Belfort Martins, Antônio Benedito da Silva Filho, Antônio Braz Soares, Antonio Carlos Aragão, Antônio Carlos dos Anjos Lima, Antonio Carlos dos Santos Sobrinho, Antônio Carlos Freitas de Araújo, Antônio Carlos Tavares, Antônio de Padua Costa Galeno, Antônio de Paulo Silva dos Santos, Antônio Donizetti Ferreira, Antônio Eliseu de Oliveira, Antônio Fernandes Pereira de Moura, Antônio Heveraldo Aguiar, Antônio Irismar de Almeida, Antônio Jose da Costa Rodrigues, Antônio Jose de Souza, Antônio Joseval Carneiro de Oliveira, Antônio Luis Cordeiro da Silva, Antônio Luis da Silva Reis, Antônio Mariano Sousa de Assis, Antônio Martins da Silva Primo, Antônio Merivaldo de Carvalho, Antonio Muniz Leite, Antonio Neto Gomes Jorge ,

Antonio Roberto da Silva, Antônio Rocinio Pimenta, Antônio Rodrigues Lima, Antônio Rodrigues Marques, Antonio Valdinar Oliveira da Silva, Ariovaldo Gonçalves Barbosa, Armando Pedroso, Arnaldo Pereira de Carvalho, Artur Cláudio da Silva Neto, Astrogildo Paulo Pereira, Atelino Brito Lisboa, Aurivaldo da Silva Lopes, Benedito da Silva Melo, Benildo Alves Ponce, Benilton Leandro, Carlos Alberto Gonçalves Cardoso, Carlos Alexandre de Almeida Guedes, Carlos Augusto Matias Carlos, Carlos de Jesus Renildo, Carlos Jose de Abreu, Cesar Luis Alves, Cezar Batista Laureano, Cícero Ribeiro de Souza Junior, Clarimundo Candido de Oliveira Neto, Cláudio de Souza Alves, Claudio do Nascimento e Silva, Claudio Luiz de Lima, Cláudio Santos da Silva, Clodomir Lima Ferreira, Dagoberto Souza Carvalho, Damião Gomes Procópio, Daniel Soares de Menezes, Davi Monteiro Fernandes, Davi Oliveira e Silva, David Ferreira Bernardo, Dionisio Ferreira de Sousa, Divino José Belarmino, Divino Luiz Pacheco, Djalma Francisco de Carvalho, Djalma Ramos Filho, Doralina Maria Simeão Pereira, Durval de Jesus Mota Fernandes, Eber Schriter Costa, Edilenio Francisco Pereira, Edimar Antônio Xavier, Edimar Rodrigues Alves, Edimirson Rodrigues Alves, Edinaldo Cardoso da Silva, Edivaldo Pereira de Lima, Edmilson de Santana, Edmilson Fagundes de Oliveira, Edmilton Cabral de Sousa, Edmundo Cezario Leite, Edson Bernardo, Edson dos Santos Ramos, Edson Flávio dos Reis, Edson José de Oliveira, Edson Pereira da Silva, Edson Schafer, Eduardo Jose dos Santos, Edvaldo Pereira da Costa, Eli Bras da Silva, Elias Antonio Dias, Elias Bispo dos Santos, Elis Moreira da Silva, Eliton Freire de Almeida, Elivonete Reis dos Santos, Emery Alves Castelo Branco, Emilton Rocha Meira, Emival Pinto Frazão, Enaldo Nunes da Silva, Erivaldo Lopes de Almeida, Ernane Silva Almeida, Eulampio Carlos Gonçalves, Eustaquio Ribeiro Costa, Eva Silva do Rosario, Evandro Matos Limas, Ezio Guimarães Souza, Francisca Paula de Sousa, Francisco Adelino Gomes, Francisco Antônio da Silva, Francisco Antonio Marques de Oliveira, Francisco Carlos Ramos da Paixão, Francisco da Silva Pereira, Francisco das Chagas da Cunha Lopes, Francisco das Chagas Martins Barbosa, Francisco das Chagas Oliveira, Francisco das Chagas Rosa do Nascimento, Francisco de Assis Avelino de Oliveira, Francisco de Assis Lima, Francisco de Assis Pereira da Silva, Francisco de Assis Rodrigues de Lima, Francisco de Sousa Carvalho, Francisco Ferreira Campos, Francisco Freire de Souza Filho, Francisco Jose Pereira Candido, Francisco Juracy Lima Alves, Francisco Pinheiro Sampaio Neto, Francisco Tadeu Oliveira Nepomuceno, George Antunes de Lima, Geovando Jerônimo Lopes, Geraldo Leite Jaco, Geraldo Magela de Sena, Gildesio Oliveira do Nascimento, Gildo Francisco Pereira de Santana, Gilmar Gomes da Silva, Gilmar Jorge dos Santos, Gilson da Costa Alencar, Gilvan Oliveira de Brito, Giovane Marques Ferreira, Haymar de Morais Sobrinho, Helcio Lopes dos Santos, Helio Ney Simões, Hélio Viveiros Cardoso, Heliton Luiz Correa, Herminio Costa Santos, Hilario Barbosa de Oliveira, Hosano Jorgeidas Neves, Humberto Alves da Silva, Ijaria Silva Chaves, Ilcimar Alves da Silva, Iremar da Silva Ribeiro, Isac Gomes de Oliveira, Israel da Silva, Israel Dantas Longuinho, Itamar Alves de Oliveira, Ivan Lima Costa, Ivan Pereira, Ivanaldo Geraldo Freire, Ivaney de Sousa Ribeiro, Ivo Azevedo Bonfim, Jadir da Silva Botelho, Jadir Lopes da Silva, Jaime Martins de Souza, Jamenson dos Santos Lima, Janilton Alves dos Santos, Jason Ribeiro dos Santos, Jesus Jose Leandro, João Andrade Lima, João Aparecido Borges de Barros, João Arnaudo de Souza, João Batista da Silva Felix, João Batista Mendes Cardia, João Bernardino de Sousa, João Bosco Barbosa Gomes, João Carlos Figueiredo, João da Silva Ferreira, João de Sousa Ferreira, João Eduardo Lessa Matos, João Lemos do Prado, João Luiz Gomes, João Pedro dos Santos, João Reinaldo de Sousa, João Sampaio Abreu, Joaquim do Carmo Ferreira, Joaquim Ribeiro Neto, Joaquim Soares de Andrade, Joarez Francisco da Cunha, Jocilon dos Santos Santana, Jofre Rafael da Costa, Jonas do Espírito Santo Torres, Jorcelans Bandeira Viana, Jorge Antonio Neri Pereira, Jorge de Freitas, Jorge Martins dos Santos, Jorge Miguel Cury, Jose Aldenison de Souza, Jose Aleir Batista Magalhães, Jose Almir Almeida Galvão, José Aluízio Cassiano Barbosa, Jose Alves Armando, Jose Carlos de Sousa, Jose Carlos Ferreira Silva, Jose Carlos Marques Dias, José Carlos Pereira Santana, Jose Carlos Ribeiro, José Cassio de Souza, Jose Cicero Ferreira da Silva, José de Assis Oliveira, Jose Divino dos Reis, José do Socorro Maciel Isacksson, José dos Santos, José Enilton de Araújo, Jose Eudes Jesus de Sousa, José Evandro Santos de Araújo, Jose Ferreira de Lima, Jose Figueiredo Soares, Jose Geraldo de Oliveira, Jose Goretti Freire Rodrigues, Jose Heles Rodrigues de Moraes, José Ivo Rolim Bezerra, Jose Jair Lucindo Ferreira, Jose Lima de Sousa, José Luiz Cardoso Pimentel, Jose Marcos Alves Ferreira, José Marcos de Aquino, Jose Maria de Sousa, José Maria Portela da Silva, José Nilson de Sousa, Jose Paulo da Silva, Jose Paulo Santos Camara, Jose Pereira da Silva, José Pires de Siqueira, Jose Plínio Bastos Filho, José Ribamar Jardim Fonseca, Jose Ribamar Tavares de Sousa, Jose Roberto Ferreira, José Rodrigues da Silva, Jose Soares Batista, Jose Vicente Ferraz de Souza, José Vieira Carneiro, Josimario Jose da Silva, Josinaldo de Sousa Marinho, Josivaldo Machado de Brito, Josue Barros Neto, Juarez de Souza Araújo, Juarez Lima Oliveira, Juarez Lopes de Oliveira Araújo, Juraci Gonzaga Martins, Jurandir Simões da Silva, Juscelino Nascimento Damasceno, Jusselino Rufino dos Santos, Kleber de Aquino Macedo, Kleber Teixeira da Silva, Lamarck Lalys Rodrigues Barbosa, Lauremi Jose Trindade, Ledis Antônio Damasceno, Leir Gomes Ferreira, Leomar da Costa Assunção, Levi Dias Rodrigues, Levy Ferreira Costa, Lucio Otavio, Ludemberg Gomes de Carvalho, Luis Campelo da Silva Junior, Luis Carlos da Silva, Luis Carlos Oliveira Ferreira, Luiz Antonio Ribeiro Matos, Luiz Carlos Gomes de Brotas , Luiz Fernando de Souza, Luiz Gomes de Souza, Luizito Farias de Lima, Luzinete de Souza Rocha, Manoel da Silva Brito, Manoel Fernandes Olimpio Gonçalves, Manoel Lemos da Cruz, Manoel Pereira dos Santos, Marcelino Morais Bonfim, Marcelo Faria de Lima, Marcelo Ferreira das Chagas, Marcelo Lopes Teixeira Marinho, Márcio Gonçalves Dias, Márcio Zenóbio dos Santos, Marco Antônio de Lima, Marco Antônio Freitas Silva, Marcos Aurelio de Sousa Dias, Marcos Sanches de Barros, Marcos Urias Lemos, Marcus Antônio de Souza, Marcus Vinicius da Silva Rubens, Mardoqueu do Vale de Carvalho, Maria Neves Sena, Maria Silva Dourado, Mario Jose de Souza, Marusan Jose de Santana, Maurício Correa Peres, Maurício de Sousa Braga, Mauro Ricardo da Silva, Miguel Queiroz Lima Filho, Modesto Oliveira Reis Filho, Moises Tavares da Silva, Napoleao Sousa de Freitas, Narciso Marques da Silva, Neivaldo Rodrigues de Matos, Nelson Viana Pereira, Nilton Gonçalves Pereira, Nivaldo Batista da Silva, Olair Verneque, Oneildo Moraes Filho, Osias de Mesquita Pinto, Pascoal de Araújo Maciel, Paulino Tavares da Câmara Filho, Paulo Cesar de Freitas, Paulo de Sales Riotinto, Paulo Fidelis de Araújo, Paulo Jose Barbosa, Paulo Jose de Carvalho, Paulo Roberto da Silva Gomes, Paulo Sergio da Silva, Paulo Sérgio Moreira, Paulo Sergio Sena Santos, Pedro Alvino Rodrigues Neto, Pedro de Assis Gaio , Pedro Lopes de Oliveira, Plorival Esteves da Silva, Raimundo Araújo da Silva, Raimundo Medeiros Santos, Raimundo Nonato Oliveira, Raimundo Nonato Sampaio, Raimundo Nonato Souza dos Santos, Raimundo Ornelas de Barros, Rejaine Magaly Paixão, Ricardo Cunha de Oliveira, Ricardo de Brito Ayrão, Roberto Carlos do Carmo, Roberto Constantino dos Santos, Robson Vieira Melo, Rogerio Dias dos Santos, Romerio Soares Batista, Ronaldo Alves da Costa, Ronaldo de Almeida Dantas, Ronaldo Francisco da Silva, Ronilson Pereira dos Reis, Rosalino da Silva Costa, Rosana Cogui Ambrosio, Rosangela Menezes Barbosa, Rosiane Ferreira da Silva, Rosineide Santana, Rubenildo Gonçalves Beserra, Salviano Alves dos Santos, Samaritana Costa Barros Leal, Sandra de Lima, Saulo Rodrigues Doca, Sebastião Lima de Medeiros, Sergio Aloisio da Silva, Sergio Wanderley dos Santos, Severino Joaquim da Silva, Teofilo de Souza Neves, Uneidson dos Reis Almeida, Vadilson Jose de Oliveira, Valdair Mason, Valdemir dos Santos Paulino, Valderi Peres Ribeiro, Valdir Gomes Liberal, Valdy Coelho Pinheiro, Valmir de Souza Breguedo, Valter de Lima Cordeiro, Valter dos Santos Falcão Filho, Valter Lima Correia, Vanilda Porcino de Almeida, Waldo Cabral, Wallace Nunes de Menezes, Walmy Pereira dos Santos, Walter de Lima Carvalho, Wanderlei Pereira dos Santos, Wanderley Garcia Costa, Wellington Elias Peres, Wesley Vieira da Cunha, William Carson Mendes, Wilmar de Castro Silva, Wilson de Souza Malaquias, Zenildo Nobrega da Silva , Zenon da Pena Rodrigues da Silva, b) sobrestar a apreciação da legalidade das admissões dos servidores a seguir relacionados, até que se tenha ciência da decisão das demandas judiciais resultantes da Instrução publicada em 09.10.96, que revogou parte das nomeações da Instrução publicada em 26.08.96: - Especialidade: Vigilância - Agamenon Nunes da Silva; Antônio Moreira de Novais, Bernardo Gomes da Silva; Cláudio da Silva Memória, Francimar Viana dos Santos; Izaney Lima de Oliveira, Laci Emídio Cardoso Costa; Lucas da Silva, Marcelo Silva Carvalho; Marco Antônio Ferreira Nascimento, Marco Vinício Vieira Lima; Messias Francisco da Silva, Paulo Ferreira Damaceno; Raimundo Cleano Lira, Rosival Pereira da Costa; Sebastião Vieira da Silva, Vilmar Valter de Rezende - Especialidade: Serviços de Cozinha - Alideljan Viana de Souza; Ana Lucia Batista, Ana Raquel da Fonseca Ferreira; Cristiane Rodrigues Linhares, Edna Moreira Nunes; Emerson Pereira da Silva, Fabiano Machado de Oliveira; Francisca Vilalba Melo de Sousa, Janaina de Fatima Ferreira Ribeiro; Jocineide da Silva Conceição, Lazara Elisangela Rodrigues Venancio; Luciana de Souza Mota, Marcia Tenorio Almeida; Nilvalciana Pereira Gonçalves, Raquel Mendes Feitoza; Sandra Alves Borges, Simonia Aparecida da Silva; Suzana Bezerra de Souza, Tatiane da Conceição Oliveira - Especialidade: Portaria - Francisca Claudina dos Santos Rodrigues; Luzinete Ribeiro de Souza, Simone Ferreira de Souza; c) conceder à Fundação Educacional do Distrito Federal o prazo de 30 (trinta) dias para que apresente circunstanciados esclarecimentos a respeito dos seguintes fatos, constatados no aludido procedimento de fiscalização e controle realizado pela 4ª Divisão Técnica da 4ª Inspetoria de Controle Externo naquela entidade fundacional: c.1) posse de Carlos Augusto Alves da Rocha e Regina Celi Borges da Silva fora do prazo previsto no § 1º do art. 13 da Lei n.º 8.112/90, c.2) Instrução de 16.09.96, publicada no DODF de 18.09.96, que tornou sem efeito a nomeação, dentre outros, dos candidatos José Pires de Siqueira, Eva Silva do Rosário, Vânia Isabel Fonseca, Rosemari Oliveira Amorim e Roseane Maria de Souza Rodrigues, que tomaram posse dentro dos prazos legais; c.3) posse dos candidatos relacionados na Instrução de 03.03.98, publicada no DODF de 08.04.98, sem que houvesse ocorrido uma renomeação anterior à posse dos mesmos; c.4) nomeação dos candidatos relacionados na Instrução de 23.08.96, publicada no DODF de 26.08.96, sem que houvesse disponibilidade de recursos; d) devolver os autos à 4ª Inspetoria de Controle Externo, para os fins pertinentes.

PROCESSO Nº 3661/96 - Contrato nº 71/95 celebrado entre a Secretaria de Obras do Distrito Federal e a Companhia Energética de Brasília. - DECISÃO Nº 1317/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu autorizar o arquivamento do feito.

PROCESSO Nº 4714/96 (apenso o de nº 082.010.021/95) - Aposentadoria de AMANDA MARIA CAPUTO FERREIRA-FEDF. - DECISÃO Nº 1318/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou à FEDF que, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) elabore novo demonstrativo de tempo de serviço, em substituição ao de fl. 27-apenso, para incluir o tempo averbado prestado ao Ministério das Relações Exteriores (fls. 05-apenso) na contagem do Adicional por Tempo de Serviço; b) junte aos autos documentação comprobatória de que a inativa faz jus à percepção da vantagem "Gratificação de Titulação" (art. 1º, inciso IV, da Lei n.º 771/94); c) atentando para o resultado da alínea anterior, confeccione novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 28-apenso, a fim de considerar o Adicional por Tempo de Serviço no percentual de 24%, em decorrência do contido na alínea "a"; d) torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO Nº 7398/96 (apenso o de nº 050.000.905/96) - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem. - DECISÃO Nº 1319/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 8045/96 (apenso o de nº 054.001.771/96) - Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelos fatos constantes do Processo nº 054.001771/96. - DECISÃO Nº 1320/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0808/97 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Polícia Civil do Distrito Federal para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 1321/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento do OF nº 022/99-PCDF; b) conceder a prorrogação do prazo, por mais 60 (sessenta) dias, para o cumprimento das diligências determinadas pelo Tribunal no Processo nº 808/97- TCDF (052.000.284/96-PCDF).

PROCESSO Nº 1557/97 - Auditoria programada realizada junto ao Banco de Brasília S.A., objetivando o exame da regularidade dos atos de admissão de pessoal. - DECISÃO Nº 1322/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1602/97 (apenso o de nº 082.018.798/96) - Aposentadoria de MARIA CÉLIA DA ROCHA LACERDA-FEDF. - DECISÃO Nº 1323/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, determinou à FEDF, que, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) esclareça os períodos em que a servidora exerceu regência de classe e/ou alfabetização, informando se a mesma faz jus ao recebimento das parcelas "Gratificação de Regência de Classe" (Lei n.º 202/91, alterada pela de n.º 696/94) e "Gratificação de Alfabetização" (Lei n.º 654/94) demonstrando, em caso positivo, os seus respectivos cálculos percentuais; b) se for o caso, elabore abono provisório com as parcelas referentes à Gratificação de Regência de Classe e/ou Gratificação de Alfabetização, atentando para que os cálculos das mesmas são realizados sobre o valor integral do vencimento da servidora; c) torne sem efeito os documentos porventura substituídos.

PROCESSO Nº 2128/97 (apenso o de nº 082.006.933/98) - Denúncia sobre possível provimento irregular de cargo de Professor de Violoncelo na Escola de Música de Brasília. - DECISÃO Nº 1324/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento da documentação de fls. 133 a 166, considerando parcialmente cumprida a determinação contida no item 2 da deliberação plenária vista à fl. 130; b) conceder à Fundação Educacional do Distrito Federal o prazo de 30 (trinta) dias para que: b1- informe se o servidor José Ocelo Mendonça Ferreira foi exonerado em virtude de não ter apresentado, no prazo fixado em documento de compromisso de posse, o registro de Professor, devendo apresentar, em caso negativo, os motivos de sua permanência nos quadros da entidade; b2- dê cumprimento ao disposto no art. 40 da Lei n.º 3.857/60 e ao constante nas alíneas "a" e "b", inciso IX, do art. 1º da Portaria-MEC n.º 399, de 28.06.89; c) autorizar a restituição dos autos em apenso à sua origem.

PROCESSO Nº 2776/98 - Representação da 2ª Inspetoria de Controle Externo sobre o não encaminhamento, por parte da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, de processo de tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 1325/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta decisão, conclua os trabalhos atinentes ao Processo de TCE nº 061.030.577/98, remetendo-o, em seguida, à Secretaria de Fazenda para as providências de sua alçada; b) orientar àquela Fundação para que atente para o disposto nos artigos 13 e 14 da Resolução nº 102/98, combinados com o parágrafo oitavo do artigo 2º da Emenda Regimental nº 01 desta Corte de Contas.

PROCESSO Nº 3655/98 - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Secretaria da Criança e Assistência Social do Distrito Federal para remessa de tomada de contas especial. - DECISÃO Nº 1326/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) tomar conhecimento dos OFs nºs 626 e 775/98/GAB/SECRAS; b) conceder à Secretaria da Criança e Assistência Social a prorrogação de prazo, por 120 (cento e vinte), a vencer em 24.3.99, para a conclusão da tomada de contas especial relativa ao Processo nº 102.123.387/97.

PROCESSO Nº 4837/98 - Pedido de prorrogação de prazo para remessa de tomada de contas especial formulado pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal. - DECISÃO Nº 1327/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) tomar conhecimento do OF nº 046/PRESI; b) conceder à Fundação do Serviço Social do Distrito Federal prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, a contar de 26.2.99, para a conclusão da Tomada de Contas Especial relativa ao Processo nº 101.000.057/97, remetendo-o, em seguida, à Secretaria de Fazenda para as providências de sua alçada; c) orientar aquela Fundação para que atente ao disposto nos artigos 13 e 14 da Resolução nº 102/98, combinados com o parágrafo oitavo, do artigo 2º, da Emenda Constitucional nº 01.

PROCESSO Nº 5140/98 - Auditoria realizada na Procuradoria Geral do Distrito Federal para verificação do atendimento de decisões do Tribunal lançadas em processos de aposentadoria, pensão e revisão de proventos. - DECISÃO Nº 1328/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0696/99 (apensos os de nºs 040.005.184/98, 052.001.086/98, 052.001.107/98 e 140.000.575/98) - Prestação de contas de suprimento de fundos repassados a servidores da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, Polícia Civil do Distrito Federal e Região Administrativa VII - Paranoá. - DECISÃO Nº 1329/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO-SUBSTITUTO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

PROCESSO Nº 4743/92 (apensos os de nºs 7216/93 e 6825/94) - Convênio nº 045/92 e Contrato nº 502/93 celebrados entre a Polícia Militar do Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. - DECISÃO Nº 1330/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I) tomar conhecimento dos resultados obtidos em inspeção, bem como dos documentos de fls. 409 a 439; II) considerar que, dentro do alcance da Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF, estão sendo tomadas as medidas possíveis para regularizar a situação dominial de seu Centro Odontológico; III) autorizar o arquivamento dos Processos nºs 7216/93 e 6825/94, apensados aos autos em apreço; IV) determinar que o acompanhamento do assunto tratado nos autos ocorra por meio do Inventário Físico mencionado no artigo 140, item IV, do RITCDF, autorizando, assim, o seu arquivamento.

PROCESSO Nº 3581/93 (apenso o de nº 030.010.237/92) - Pensão civil concedida a CÍCERA SILVA SANTOS e outros-SEA. - DECISÃO Nº 1331/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0871/94 - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo oficial. - DECISÃO Nº 1332/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento do resultado de diligência determinada, considerando-a parcialmente cumprida; II - recomendar à Fundação que adote medidas eficazes quanto ao ressarcimento do valor equivalente a 2.093,6784 UFIRs, não contemplado na ação judicial movida contra o Sr. ANTÔNIO CARLOS DA SILVA; III - autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 0542/95 - Aposentadoria de DILMA ALVES DA COSTA-SE. - DECISÃO Nº 1333/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, determinou diligência, para a Secretaria de Educação, no prazo de 60 (sessenta) dias, juntar aos autos o termos de opção pela TIDEM, da servidora, bem como a declaração de dedicação exclusiva.

PROCESSO Nº 2311/97 - Ofício nº 958/98, da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, informando sobre tomada de contas especial que se encontra no Conselho Fiscal da entidade para apreciação. - DECISÃO Nº 1334/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou à Fundação Hospitalar que remeta, imediatamente, a TCE de que trata o Processo nº 061.012.557/94.

PROCESSO Nº 3886/97 - Tomada de contas especial instaurada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, constatado quando da realização do inventário de Bens Patrimoniais, realizado no exercício de 1996. - DECISÃO Nº 1335/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento dos documentos de fls. 6/8; II - ante a devida recomposição patrimonial, dar por encerradas as contas em apreço; III - determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 4396/97 (apenso o de nº 082.001.616/97) - Aposentadoria de MARIA BARREIROS LEMOS-FEDF. - DECISÃO Nº 1336/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4445/97 - Contendo o Ofício PRESI-037/99, mediante o qual o Banco de Brasília S.A. solicita prorrogação de prazo para conclusão dos trabalhos referentes ao Processo de TCE nº 041.000.441/97. - DECISÃO Nº 1337/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, ao tomar conhecimento do expediente de fls. 39, relevou o atraso verificado e concedeu a prorrogação de prazo solicitada.

PROCESSO Nº 1770/98 (apensos os de nºs 2119/97, 3555/97, 4442/97 e 121.144.282/98) - Balancetes da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central, referentes aos quatro trimestres do exercício de 1997. - DECISÃO Nº 1338/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) tomar conhecimento dos balancetes da CODEPLAN referentes aos 4 trimestres do exercício de 1997, relevando os atrasos apontados no encaminhamento; b) assinar prazo de 30 (trinta) dias para que a CODEPLAN apresente esclarecimentos quanto: b.1) diferenças existentes entre os Termos de Conferência de Almoxarifado e os respectivos saldos contábeis (3º e 4º Trimestre), no valor de R$ 989,79 e R$ 6.663,98. No primeiro trimestre a diferença indica a existência de sobras, já no último reporta a existência de faltas; b.2) utilização de Conta Bancária em outra Unidade da Federação - Goiânia (contas bancárias nºs 0158002377 e 0158002385), bem como a não-aplicação dos saldos das mesmas, em aplicações de curto prazo (exceto a conta 0155002385 no 1º trimestre/97); c) autorizar, após cumprida a diligência, a juntada do processo em apreço aos autos de prestação de contas anual da CODEPLAN, versão 1997, para fins de apreciação conjunta.

PROCESSO Nº 2098/98 - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Transportes do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelos prejuízos decorrentes do pagamento de multas pela TCB. - DECISÃO Nº 1339/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu determinar à Secretaria de Transportes que, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe a TCE de que o trata a Portaria nº 20/ST, de 15.05.98.

PROCESSO Nº 2240/98 - Auditoria de regularidade realizada na área de receitas da Centrais de Abastecimento do Distrito Federal. - DECISÃO Nº 1340/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) tomar conhecimento dos documentos de fls. 1 a 67; II) determinar à CEASA/DF que: a) adote para as novas ocupações dos boxes do Setor de Comércio Especial, permissão de uso ou concessão de uso como instrumento jurídico regulador das relações contratuais entre a Empresa e os feirantes, com a escolha estando dentro da competência discricionária de seus Dirigentes.; b) exclua, das autorizações de uso vigentes, cláusulas que, direta ou indiretamente, admitam a indicação de candidatos pelos usuários desistentes; c) não inclua, nos novos instrumentos jurídicos - permissão de uso ou concessão de uso, cláusulas que, direta ou indiretamente, admitam a indicação de candidatos pelos usuários desistentes; d) realize procedimento licitatório, a partir da ciência desta Decisão, para a ocupação de boxes da Feira dos Importados, em conformidade com o art. 2º da Lei nº 8.666/93, abandonando a prática de indicação de candidatos pelos feirantes iá instalados; III) encaminhar cópia do Relatório de fs. 68-88 à CEASA/DF, a fim de subsidiar o atendimento desta decisão; IV) autorizar o retorno dos autos à 2ª ICE para fins de prosseguimento da Auditoria.

PROCESSO Nº 3212/98 (apenso o de nº 082.018.199/97) - Aposentadoria de JOÃO ANUNCIAÇÃO GOMES-FEDF. - DECISÃO Nº 1341/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério Público, decidiu determinar à Fundação Educacional do DF que, no prazo de 60 (sessenta) dias, envie à Corte esclarecimento sobre a informação de fls. 8-v-apenso, que registra aprovação "sub judice" do inativo em concurso interno para fins de efetivação e transposição para a carreira Assistência à Educação da FEDF.

PROCESSO Nº 3557/98 (apensos os de nºs 2336/98, 3372/98 e 5 volumes) - Balancetes da Companhia Energética de Brasília, referentes aos dois primeiros trimestres do exercício de 1998. - DECISÃO Nº 1342/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) tomar conhecimento das Cartas nºs 205/98, 224/98, 352/98 e 387/98-PR, bem como dos documentos por elas encaminhados; b) autorizar o retorno dos autos à 3ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 3867/98 (apenso o de nº 101.000.756/98) - Aposentadoria de LUIZ LOURENÇO DOS SANTOS-FSSDF. - DECISÃO Nº 1343/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3882/98 (apenso o de nº 082.000.365/98) - Aposentadoria de RITA GOMES DA SILVA-FEDF. - DECISÃO Nº 1344/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3907/98 (apenso o de nº 082.014.184/97) - Aposentadoria de ORMESINDA NOGUEIRA FRANÇA-FEDF. - DECISÃO Nº 1345/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4117/98 (apenso o de nº 082.006.797/98) - Aposentadoria de ANTÔNIO ALVES PEREIRA-FEDF. - DECISÃO Nº 1346/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu considerar legal a concessão em apreço, com recomendação à Fundação de, posteriormente: a) elaborar abono provisório, em substituição ao de fl. 27 do processo apenso, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, a fim de adequar a parcela referente à Gratificação por Exercício em Escola Rural à proporcionalidade dos proventos, qual seja, 30/35 avos; b) tornar sem efeito o documento substituído; c) providenciar o ressarcimento ao erário das importâncias recebidas indevidamente pelo servidor, nos termos do art. 46 da Lei nº 8112/90.

PROCESSO Nº 4435/98 (apenso o de nº 082.007.925/98) - Aposentadoria de GUARACI DA SILVA BECA-FEDF. - DECISÃO Nº 1347/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu considerar legal a concessão, com a recomendação de, posteriormente, elaborar novo Ato Concessório de Abono Provisório, em substituição ao de fls. 23 do processo apenso, corrigindo o cálculo dos proventos que deverá ter por base 27/30 avos.

PROCESSO Nº 4479/98 - Auditoria realizada na Fundação do Serviço Social, no período de 06.10. a 06.11.98, com o objetivo de verificar a regularidade dos procedimentos relativos ao pagamento de proventos de aposentadoria e pensões. - DECISÃO Nº 1348/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do Relatório de Auditoria em apreço, especificamente das medidas adotadas pela Fundação do Serviço Social do DF - FSS/DF, objetivando o cumprimento da Decisão nº 3.274/97, bem como quanto à efetivação das correções posteriores determinadas por esta Corte; II - aceitar como correta a simbologia utilizada rotineiramente pela jurisdicionada no que se refere a abreviação dos cargos que compõem a tabela de empregos permanentes da referida entidade, conforme precedentes, Decisões nºs 7373/98 e 8091/98; III - determinar à FSS/DF que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: a) calcule os proventos de Francisco Rodrigues da Costa à base de 9/35 avos em vez de 10/30 avos, providenciando o ressarcimento ao erário das quantias recebidas indevidamente; b) corrija o percentual do ATS de Francy Dantas R. Carneiro de 25% para 24%, bem como esclareça a divergência entre o posicionamento alcançado na aposentadoria (1ª Classe, Padrão IV) e o atual (1ª Classe, Padrão VI), providenciando o ressarcimento ao erário das quantias recebidas indevidamente; c) corrija o pagamento de Aldenor Maranhão G. de Sá que vem recebendo com base na 2ª Classe, Padrão VI, em vez de 1ª Classe, Padrão I, posto que a aposentadoria se deu com base na 1ª Classe, Padrão I, do Cargo de Assistente Superior em Serviços Sociais de acordo com a Instrução de 18.01.95 que concedeu promoção funcional ao servidor para a referida classe; d) corrija o posicionamento de Maria Isabel de São José, visto que a mesma aposentou-se na 1ª Classe, Padrão I, e vem recebendo na 1ª Classe, Padrão III, providenciando o ressarcimento ao erário das quantias recebidas indevidamente; e) corrija o percentual do ATS de Camila Pereira Batista de Souza de 17% (67,09) para 19% (74,98), cuja aposentadoria foi considerada legal pelo Tribunal com base nesse percentual; f) apostile nos assentamentos funcionais do servidor Idemilson de Souza a reestruturação do Cargo de Assistente Jurídico para o de Procurador Fundacional Especial (Lei nº 335/92); g) corrija o posicionamento de Maria da Consolação S. Mendes, visto que aposentou-se na 2ª Classe, Padrão VI e está recebendo na 1ª Classe, Padrão I, bem como de Maria Neusa Ribeiro, pois está recebendo 29/30 avos da Classe Especial, Padrão I e aposentou-se com base em 29/30 avos da 1ª Classe, Padrão V, providenciando o ressarcimento ao erário das quantias recebidas indevidamente pelos servidores mencionados; h) apostile nos assentamentos funcionais do servidor Nelson Bezerra de Medeiros o reenquadramento da Classe Única, Padrão VI, para a 1ª Classe, Padrão III, do Cargo de Assistente Básico em Serviços Sociais (Lei nº 427/93); i) corrija o posicionamento do servidor Osvaldo da Silva Costa, visto que está recebendo com base na Classe Especial, Padrão I, quando o correto é na Especial, Padrão III, devido à vantagem 192-I, Lei nº 8112/90, cuja aposentadoria foi considerada legal com a referida vantagem; j) informar os motivos da divergência encontrada nas fichas financeiras dos servidores ativos da FSS/DF no que tange à inclusão, no mês de janeiro/98, da parcela denominada "DEV. P.S.S. DECISÃO J", visto que não houve o efetivo pagamento da mesma, indicando o número da Nota de Empenho e o seu respectivo cancelamento; IV - recomendar à Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, em relação às concessões de aposentadorias e pensões, que: a) envide esforços no sentido de serem evitadas incorreções nos Demonstrativos de Tempo de Serviço - DTS dos inativos, no que tange à data de encerramento, cômputo de licenças e totais apurados, bem como cômputo em duplicidade dos períodos de licença prêmio por assiduidade não gozados, os quais, às vezes, são inseridos na apuração do tempo averbado e incluídos em separado no campo próprio do DTS; b) evidencie os posicionamentos corretos dos servidores, à época da aposentadoria, evitando-se divergências como as que estão sendo observadas nos processos que se encontram em análise neste Tribunal; c) mantenha no órgão de origem os processos já considerados legais pendentes, tão-somente, de correções posteriores para fins de análise em futuras auditorias; V - alertar a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal: a) sobre a possibilidade de o servidor José Martins Gomes exercitar o direito de pleitear a concessão de mais 1 (um) Padrão a que faz jus, nos termos do Parágrafo único, Art. 2º, Lei 427/93, visto que possui mais de 10 (dez) anos de serviço público distrital; b) sobre a possibilidade de o servidor Nelson Bezerra de Medeiros exercitar o direito de pleitear a concessão de mais 2 (dois) Padrões a que faz jus (Art. 2º, Parágrafo único, da Lei nº 427/93), visto que possui mais de 18 (dezoito) anos de serviço público distrital; c) sobre a possibilidade de o servidor Osvaldo da Silva Costa exercitar o direito de pleitear a manutenção da percepção do ATS no percentual de 14%, com o aproveitamento, para esse fim, dos 74 dias prestados ao SLU e certificados pelo INSS, desde que providenciada a Certidão emitida pelo próprio órgão. Caso contrário, o referido percentual deverá ser reduzido para 13%, consoante Decisão nº 14.358/95; d) sobre a possibilidade de o servidor Idemilson de Souza exercitar o direito de pleitear a alteração no percentual de anuênios de 25% para 26%, a que faz jus a partir da vigência da Lei nº 8.112/90 no DF.

PROCESSO Nº 4674/98 - Tomada de contas especial instaurada pela Companhia Imobiliária de Brasília para apurar responsabilidades pelos fatos constantes do Processo nº 111.521.850/81-0. - DECISÃO Nº 1349/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu tomar conhecimento do Ofício nº 64-A/99-PRESI e conceder a prorrogação de prazo solicitada.

PROCESSO Nº 0512/99 - Contratos celebrados entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e terceiros. - DECISÃO Nº 1350/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu tomar conhecimento dos documentos de fls. 01 a 172 e determinar o arquivamento dos autos.

Encerrada a fase de julgamento de processos ostensivos, o Presidente em exercício, Conselheiro JOSÉ EDUARDO BARBOSA, convocou Sessões Extraordinárias, de caráter reservado, a realizarem-se a seguir, para que o Tribunal apreciasse, na forma do disposto no art. 97, parágrafo 1º, da Lei Orgânica desta Corte, matérias sigilosa e administrativa.

Nada mais havendo a tratar, às 16h15, a Presidência declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, ROBERTO PARENTONI MARTINS, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata -contendo 138 processos- que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente em exercício, Conselheiros, Conselheiro-Substituto e representante do Ministério Público junto à Corte.

JOSÉ EDUARDO BARBOSA, RONALDO COSTA COUTO, MARLI VINHADELI, JORGE CAETANO, MAURÍLIO SILVA, JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 3401

Aos 18 dias do mês de março de 1999, às 10 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros RONALDO COSTA COUTO, MARLI VINHADELI, JORGE CAETANO e MAURÍLIO SILVA, o Conselheiro-Substituto JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS e a representante do Ministério Público junto a esta Corte, Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, o Presidente em exercício, Conselheiro JOSÉ EDUARDO BARBOSA, declarou aberta a sessão.

EXPEDIENTE

Foram aprovadas as atas das Sessões Ordinária nº 3400 e Extraordinárias Reservada nº 117 e Administrativa nº 284, todas de 16.3.99.

O Presidente em exercício deu conhecimento ao Plenário do Ofício nº 169/99-PG, do Ministério Público junto a esta Corte, solicitando que seja interrompido o período de férias da Procuradora MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS, por ter entrado em gozo de licença gestante, a partir do dia 09 do corrente mês.

JULGAMENTOS

RELATADOS PELO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

PROCESSO Nº 3049/88 (anexos os de nºs 3997/90, 2079/95 e 6794/96) - Revisão dos proventos da aposentadoria de ADELAIDE PEREIRA DE OLIVEIRA-SEA. - DECISÃO Nº 1351/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu julgar ILEGAL o ato de revisão de proventos em exame, determinando à SEA/DF que: a) torne sem efeito o Ato de fls. 209/210 (5ª Revisão); b) torne sem efeito o Abono Provisório de fl. 212 referente à 5ª Revisão; c) registre nos assentamentos funcionais da servidora, via apostilamento, as alterações decorrentes das Leis 8911/94 (5/5) e Lei 1004/96 (10/10).

PROCESSO Nº 1316/93 - Contratos nºs 2916 e 2917/93 celebrados entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e terceiros. - DECISÃO Nº 1352/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. tomar conhecimento: a) do resultado da ação fiscalizadora autorizada no item IV da Decisão n.º 2968/97; b) dos Primeiro e Segundo Termos Aditivos aos Contratos nºs 3459/95 e 3460/95 e do Termo de Rescisão Unilateral do Contrato n.º 3462/98; c) dos documentos de fls. 145/347; II. relevar, em caráter excepcional, o não-atendimento à determinação contida no item III da Decisão n.º 2698/97, em razão dos fatos apontados na Instrução; III. autorizar o retorno dos autos à 3ª ICE, para fins de arquivamento, sem prejuízo de averiguações futuras.

PROCESSO Nº 5773/93 (apensos os de nºs 2246/91, 1702/92, 4384/92, 1074/93, 1054/94, 5802/94, 092.005.109/94 e 072.000.129/95) - Representação do Ministério Público junto à Corte, objetivando levantar o grau de dependência financeira dos fundos e serviços de saúde de servidores da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Distrito Federal, ante as vedações existentes no § 3º, art. 206, da Lei Orgânica do Distrito Federal. - DECISÃO Nº 1353/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. conhecer das Informações contidas às fls. 482 a 513; II. declarar irregulares os repasses efetuados entre a data de promulgação da LODF e da Emenda n.º 002/95; III. autorizar a 3ª ICE a promover a citação dos ordenadores de despesa relativamente aos repasses referidos no item anterior, consoante o disposto no art. 57, II, da Lei Complementar n.º 01/94.

PROCESSO Nº 7016/93 - Contratos celebrados entre a Companhia Energética de Brasília e terceiros. - DECISÃO Nº 1354/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I. tomar conhecimento: a) da inspeção realizada; b) da Carta n.º 468/98 - PR; c) dos documentos acostados às folhas 549/564; II. determinar à CEB que: a) recorra à via judicial necessária para o ressarcimento das importâncias pagas à mais às empresas BKP - Engenharia e Consultoria Ltda. (R$ 24.667,24) e Energética Consultoria, Representação e Prestação de Serviços Ltda. (R$ 40.172,48), considerando que houve incorreção na conversão para URV e no cálculo do expurgo da expectativa inflacionária estipulado no Decreto n.º 15.635/94; b) informe esta Corte, no prazo de 60 (sessenta) dias, acerca dos procedimentos adotados; III. autorizar o retorno dos autos à 3ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 1680/94 - Contrato nº 125/94 celebrado entre a Centrais de Abastecimento do Distrito Federal e a firma SANMARKAN - Assistência Técnica de Máquinas para Escritório. - DECISÃO Nº 1355/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento da defesa do Sr. Victor Frade Almeida, apresentada pelo Ofício n.º 210/97 (fl. 70); b) autorizar o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 4787/94 (apensos os de nºs 082.007.015/94, 082.014.025/94 e 2 volumes) - Pedido de prorrogação de prazo formulado pela Fundação Educacional do Distrito Federal para cumprimento de determinação da Corte. - DECISÃO Nº 1356/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu conceder a prorrogação de prazo na forma solicitada, a contar da data do recebimento desta Decisão, para que a Fundação Educacional do Distrito Federal dê cumprimento à diligência de que trata a Decisão n.º 8245/98, alertando aquela Entidade para a disposição contida no § 1º do art. 200 do RI/TCDF, no sentido de que os pedidos de prorrogação de prazo sejam efetuados antes do vencimento do prazo anteriormente fixado.

PROCESSO Nº 6549/96 (apenso o de nº 040.012.922/96) - Resultado de Auditoria realizada pela Secretaria de Fazenda do Distrito Federal na folha de pagamento da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal. - DECISÃO Nº 1357/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do Relatório de Auditoria n.º 011/96-DAIN/SUAUD, da Secretaria de Fazenda e Planejamento, fls. 03/20-apenso, dos demais documentos que compõem o Processo n.º 040.012.922/96-SEFP e dos expedientes de fls. 01/06 e 29; II - considerar saneadas as impropriedades observadas com relação à folha de pagamento da FZDF, objeto do relatório supracitado; III - determinar a devolução do Processo n.º 040.012.922/96 ao órgão de origem.

PROCESSO Nº 6959/96 (apensos os de nºs 1110/96, 6958/96, 7713/96, 4224/97 e 8 volumes) - Auditoria levada a efeito pela 2ª Inspetoria de Controle Externo no Departamento de Trânsito e no Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, visando ao exame de contratos celebrados entre aquelas entidades e terceiros. - DECISÃO Nº 1358/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I) tomar conhecimento do OF N.º 526/98-GDB/DER/DF e do Volume VII - ANEXO, do OF N.º 479/GAB-DETRAN - constante do Volume VI - ANEXO; dos Termos Aditivos acostados às folhas 08/18 do Processo n.º 1110/96; e dos expedientes acostados às folhas 761 a 818 dos autos; II) considerar cumprida a diligência determinada pela Decisão n.º 1268/98; III) determinar ao DETRAN/DF que se abstenha de prorrogar os Contratos nºs 055/96 e 056/96 decorrentes da Concorrência n.º 001/95, por contrariar o disposto no inciso II do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93, vez que à época da publicação do edital não existia a possibilidade de prorrogação de prazo e com o advento da nova redação dada pela Lei n.º 9.648/98, as prorrogações só podem ocorrer por "igual e sucessíveis períodos", opção não prevista no ato convocatório; IV) determinar ao DER/DF que se abstenha de prorrogar os Contratos nºs 040/96 e 041/96 decorrentes da Concorrência n.º 005/95, por contrariar o disposto no inciso II do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93, vez que à época da publicação do edital não existia a possibilidade de prorrogação de prazo e com o advento da nova redação dada pela Lei n.º 9.648/98, as prorrogações só podem ocorrer por "igual e sucessíveis períodos", opção não prevista no ato convocatório; V) determinar ao DETRAN/DF e ao DER/DF que adotem novos procedimentos licitatórios tempestivos com vistas a dar continuidade aos serviços objeto das Concorrências nºs 001/95 e 005/95, respectivamente, caso tenham interesse em continuar com tais serviços, de maneira a selecionar propostas mais vantajosas, não só em função de novos concorrentes no mercado, bem como em função da evolução tecnológica; VI) encaminhar, após as comunicações cabíveis, os autos à douta Procuradoria, conforme por ela solicitado.

PROCESSO Nº 8097/96 (apenso o de nº 3649/97) - Contrato DIRAD/DESEG nº 96/056 celebrado entre o Banco de Brasília S.A. e a Associação Brasileira dos Bancos Estaduais - ASBACE. - DECISÃO Nº 1359/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 2231/97 - Atas das 1466ª a 1548ª Reuniões da Diretoria Colegiada do Banco de Brasília S.A. - DECISÃO Nº 1360/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento das atas referidas, relevando o atraso verificado; II - determinar o arquivamento dos autos, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO Nº 3403/97 (apensos 4 volumes) - Inspeção levada a efeito na Companhia de Água e Esgotos de Brasília para apurar possíveis irregularidades no Plano de Cargos, Carreiras e Salários daquela jurisdicionada. - DECISÃO Nº 1361/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 0900/98 (apenso 1 volume) - Contrato nº 5127/97 celebrado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e a Associação dos Deficientes Físicos de Brasília. - DECISÃO Nº 1362/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, determinou a realização de Inspeção junto à CAESB para se verificar o cumprimento da determinação constante da Decisão nº 8561/98.

PROCESSO Nº 1790/98 - Atas de órgãos colegiados da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal. - DECISÃO Nº 1363/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento das atas referidas, relevando o atraso verificado; II - determinar o arquivamento dos autos, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO Nº 4675/98 - Resultado de auditoria realizada na Fundação Hemocentro de Brasília em atendimento ao Plano Geral de Auditoria para o exercício de 1998. - DECISÃO Nº 1364/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I) tomar conhecimento da auditoria; II) determinar à 4ª ICE o acompanhamento dos atos que vierem a ser praticados para a extensão da carreira de Assistência Pública à Saúde à Fundação Hemocentro, com enfoque no aspecto legal da solução pretendida; III) determinar à FHB: a) que observe as disposições da Lei 8.666/93 no que tange ao planejamento, licitação, contratação e fiscalização das obras; b) que, em trinta dias, aponte o responsável pela realização do Convite n.º 71/98 na modalidade licitatória indevida, em desacordo com o que dispõe o § 5º, do artigo 23, da Lei 8.666/93, por referir-se a parte da mesma obra contratada por meio do Convite n.º 64/98, abrindo-se-lhe, desde logo, o mesmo prazo para a apresentação das razões de defesa, por estar sujeito à penalidade prevista no artigo 57, II, da Lei Complementar n.º 1/94; IV) dar conhecimento à Presidente da Fundação Hemocentro dos prejuízos causados em virtude da não-retenção dos valores do ISS devido nos Processos 063.000.023/98 e 063.000.283/98, alertando-a para que sejam observadas as disposições da Resolução n.º 102, de 15/07/98, deste Tribunal; V) recomendar à FHB a adoção das medidas saneadoras de modo a evitar a ocorrência futura das falhas apontadas no quadro de fls. 8, alertando-a de que a falta de providências ou a adoção de medidas insuficientes poderá ensejar a responsabilização da Administração; VI) assinar prazo de 60 dias para que a Fundação Hemocentro se manifeste e indique as medidas saneadoras a serem implementadas com vistas ao fortalecimento dos controles internos em relação às falhas apontadas nas folhas 8 a 10 do relatório, autorizando a remessa de cópias das mesmas; VII) recomendar à Secretaria de Saúde do Distrito Federal que promova gestões junto ao Ministério da Saúde, a fim de que os recursos do SUS, atualmente transferidos pela União diretamente para a Fundação Hemocentro de Brasília, sejam repassados para o Fundo de Saúde; VIII) autorizar o retorno dos autos à 2ª ICE, para as providências cabíveis.

RELATADOS PELA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

PROCESSO Nº 5347/90 - Aposentadoria de MARIA AMÉLIA BORGES FRANCISCHETTI-SEA. - DECISÃO Nº 1365/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, determinou o sobrestamento da análise dos autos, até atendimento das providências solicitadas no Processo nº 5342/96, que trata da outra aposentadoria da servidora, esta junto à Fundação Educacional do Distrito Federal, também apreciado nesta oportunidade.

PROCESSO Nº 5947/94 - Aposentadoria de CINIRAN ROCHA RAMOS-FEDF. - DECISÃO Nº 1366/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3638/95 - Aposentadoria de AIDÊ RODRIGUES DE OLIVEIRA ORTEGAL-FEDF. - DECISÃO Nº 1367/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 4040/95 - Aposentadoria de MARIA GRACIETE ALVES CAVALCANTE-FEDF. - DECISÃO Nº 1368/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e, em parte, o parecer do Ministério Público, decidiu: I) considerar legal, para fins de registro, o ato de inativação em apreço; II) determinar à Fundação Educacional do Distrito Federal que: a) retifique o ato de fls.20, para incluir no fundamento legal da concessão os Incentivos Funcionais de que trata a Lei 66/89; b) corrija, no abono provisório de fls. 25, a parcela "Incentivos Funcionais" que deverá incidir somente sobre o vencimento básico; III) autorizar a 4ª ICE a incluir os autos em roteiro de auditoria na FEDF para verificar o fiel cumprimento desta decisão.

PROCESSO Nº 4052/95 - Aposentadoria de ANTONIO NABOR COELHO VIANA-DER-DF. - DECISÃO Nº 1369/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4725/95 - Aposentadoria de MARIA APARECIDA PIZA SANTANA-FEDF. - DECISÃO Nº 1370/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, determinou a baixa dos autos em diligência preliminar junto à Fundação Educacional do Distrito Federal para que, no prazo de 60 (sessenta) dias: I) retifique o ato de fls.14 para incluir no fundamento legal da concessão os Incentivos Funcionais de que trata a Lei 66/89, para posicionar a servidora no "Nível 2", bem assim para grafar seu nome de acordo com o documento de identidade de fls. 03; II) junte aos autos documentação probante do direito à percepção das vantagens "Gratificação de Titularidade" e "Gratificação de Titulação", comprovando que os títulos e certificados atinentes a esta última não foram utilizados para concessão de progressão por merecimento e tampouco para "Incentivos Funcionais"; III) corrija, no abono provisório de fls. 19, a parcela "Incentivos Funcionais" que deverá incidir somente sobre o vencimento básico; IV) justifique o posicionamento da servidora no padrão 25, haja vista contar com apenas 23 anos, 06 meses e 19 dias na FEDF, bem assim por ter utilizado a licença especial (não gozada), na contagem para aposentadoria.

PROCESSO Nº 1084/96 - Contrato nº 030/95 celebrado entre a Companhia Energética de Brasília e o Banco do Brasil S.A. - DECISÃO Nº 1371/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, autorizou o arquivamento dos autos, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO Nº 1093/96 - Contratos nºs 11 e 12/95 celebrados entre o Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal e as firmas TYPE - Máquinas e Serviços Ltda. e a MAQPLAN - Máquinas para Escritório. - DECISÃO Nº 1372/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, autorizou o arquivamento dos autos, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO Nº 1644/96 (apenso o de nº 101.001.476/95) - Aposentadoria de MARLON MACHADO REZENDE-FSS. - DECISÃO Nº 1373/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, determinou a baixa dos autos em nova diligência junto à Fundação do Serviço Social para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: I) informe o correto posicionamento do servidor na respectiva Carreira, tendo em conta a divergência entre o ato de fls. 07-apenso (Padrão I) e o abono provisório de fls. 28-apenso (Padrão II), procedendo às modificações que se fizerem necessárias; II) apure, se for o caso, as quantias pagas indevidamente em decorrência do constante na alínea anterior, com vista ao ressarcimento ao erário, na forma do art. 46 da Lei 8.112/90; III) torne sem efeito os documentos porventura substituídos.

PROCESSO Nº 5099/96 (apenso o de nº 082.005.035/95) - Aposentadoria de ZÉLIA REZENDE DE MELO SILVA-FEDF. - DECISÃO Nº 1374/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a

instrução, decidiu: I) considerar legal, para fins de registro, o ato de inativação em apreço; II) determinar à Fundação Educacional do DF que, posteriormente, promova a regularização dos autos, na forma a seguir: a) elabore nova certidão de tempo de serviço, em substituição à de fl. 31-apenso, indicando corretamente o tempo para efeito de adicionais, tendo em vista que o período averbado junto à Prefeitura Municipal de Anhanguera (fl. 05), deve ser computado para tal fim, vez que o cargo da servidora era regido anteriormente pela Lei nº 1.711/52; b) confeccione novo abono provisório, em substituição ao de fl. 44-apenso e atendendo o teor da D.N. TCDF nº 02/93, para ajustá-lo ao solicitado no item anterior; c) providencie o acerto financeiro com a servidora, a título de adicional por tempo de serviço, juntando aos autos comprovante das medidas adotadas; d) torne sem efeito os documentos substituídos; III) autorizar a 4ª ICE incluir os autos em roteiro de auditoria na FEDF com vista a verificar o cumprimento desta decisão.

PROCESSO Nº 5342/96 (apenso o de nº 082.028.780/94) - Aposentadoria de MARIA AMÉLIA BORGES FRANCISCHETTI-FEDF. - DECISÃO Nº 1375/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, determinou a baixa dos autos em diligência preliminar junto à Fundação Educacional do Distrito Federal para que, em 60 (sessenta) dias: I) junte aos autos cópia do processo de anistia; II) informe a carga horária exercida pela inativa anteriormente à rescisão de seu contrato, esclarecendo, ainda, se foi preenchido o requisito mínimo para carrear para a inatividade o regime de 40 horas; III) apresente esclarecimentos acerca da transformação do cargo de Inspetor de Ensino, exercido pela inativa à época da rescisão de seu contrato, informando as bases legais para tal, haja vista que seu retorno, após a anistia, deu-se no cargo de Professor, no qual foi-lhe concedida aposentadoria, nos termos exigidos pelo art. 41, III, "b", da LODF; IV) informe, ainda, as funções desempenhadas e a correta lotação da servidora após seu retorno ao serviço.

PROCESSO Nº 6028/96 (apenso o de nº 082.028.783/94) - Aposentadoria de MARIA ADALCI BORGES GONZAGA-FEDF. - DECISÃO Nº 1376/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 7698/96 - Contrato nº 068/96-G.SSU/CEB celebrado entre a Companhia Energética de Brasília e a empresa SDT - Sistemas Técnicos Digitais S.A. - DECISÃO Nº 1377/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, autorizou o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 0724/97 (apenso o de nº 082.013.997/96) - Aposentadoria de IRENE DINIZ FERREIRA-FEDF. - DECISÃO Nº 1378/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0837/97 (apensos os de nºs 054.000.173/97 e 054.000.259/97) - Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo oficial. - DECISÃO Nº 1379/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, decidiu: I) relevar o atraso apontado na instrução; II) nos termos dos arts. 2º, § 7º, da Emenda Regimental nº 01/98 e 13, II, da Resolução nº 102/98, ter por encerrada a tomada de contas especial, por perda de objeto, em razão da recuperação do bem danificado às expensas do servidor responsabilizado, dentro dos padrões da Corporação, conforme Parecer Técnico nº 64/97 (fls. 27, deste); III) autorizar a Secretaria de Fazenda do DF a proceder à baixa de responsabilidade do Cabo PM José Fernandes Lopes de Sousa, referente ao Certificado de Auditoria nº 051/97-DADI-SUAUD; IV) devolver o processo "sub examine" à Inspetoria própria para fins de arquivamento e a devolução dos apensos à origem.

PROCESSO Nº 2221/97 - Tomada de contas especial instaurada pelo Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo oficial. - DECISÃO Nº 1380/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução, decidiu: a) considerar encerrada a tomada de contas especial de que trata o Processo nº 096.000.976/98; b) esclarecer ao DMTU que as providências de sua alçada a serem adotadas, estabelecidas nos artigos 12, 14, itens I a VIII, e § 1º deste último, todos da Resolução nº 102, de 15.07.98, deverão constar do aludido processo, sendo que a efetividade dessas medidas fará parte de demonstrativo a ser elaborado pela entidade, na forma do art. 14 da citada Resolução, que, por sua vez, deverá ser anexado à Prestação de Contas Anual; c) autorizar o arquivamento do feito.

PROCESSO Nº 3146/97 (apenso o de nº 101.000.616/97) - Aposentadoria de MARIA APARECIDA VANNUCCI-FSS. - DECISÃO Nº 1381/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 3260/97 (apenso o de nº 101.000.726/97) - Aposentadoria de MARIA JOSÉ CASTELO BRANCO DE ARAGÃO FREIRE-FEDF. - DECISÃO Nº 1382/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1847/98 (apenso o de nº 061.010.524/97) - Aposentadoria de DINA MARIA DA SILVA DE CARVALHO-FHDF. - DECISÃO Nº 1383/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, determinou a baixa dos autos em diligência junto à Fundação Hospitalar do Distrito Federal para que, no prazo de 60 (sessenta) dias: I) retifique o ato concessório (fls. 17/18-apenso) para excluir de sua fundamentação legal o § 1º do art. 186 da Lei 8.112/90, haja vista o motivo ensejador da inativação, segundo laudo da junta médica, não ser doença especificada em lei e sim, moléstia profissional; II) comprove, por laudo médico, o nexo de causalidade entre a moléstia motivadora da invalidez e a atividade exercida pela servidora, consoante determina o art. 131, § 2º, do RI/TCDF.

PROCESSO Nº 3800/98 (apenso o de nº 061.033.133/98) - Aposentadoria de LUCIA PEREIRA DOS SANTOS-FHDF. - DECISÃO Nº 1384/99.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e, em parte, o parecer do Ministério Público, determinou a baixa dos autos em diligência preliminar junto à Fundação Hospitalar do Distrito Federal para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, esclareça o correto posicionamento da servidora na Carreira, ante a divergência de fls. 28-apenso (Padrão V, em 1998) e as peças de fls. 23, 27, 29, 30v e 31-apenso (Padrão II), juntando aos autos a documentação necessária.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JORGE CAETANO

PROCESSO Nº 6504/91 - Aposentadoria de MARIA HELENA DE CARVALHO RAMOS-FEDF. - DECISÃO Nº 1385/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu considerar cumprida a determinação contida na Decisão nº 1650/95 e legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1478/92 - Aposentadoria de MARIA DAS GRAÇAS SOARES MOTTA-FEDF. - DECISÃO Nº 1386/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu considerar cumprida a determinação contida na Decisão nº 11759/95 e legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2115/93 - Aposentadoria de ADAGMAR BATISTA CARNEIRO-FEDF. - DECISÃO Nº 1387/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu considerar cumprida a determinação contida na Decisão nº 4629/95 e legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2217/93 - Aposentadoria de RACHEL BASTOS MACHADO-FEDF. - DECISÃO Nº 1388/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu considerar cumprida a determinação contida na Decisão nº 5380/95 e legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3477/93 - Pensão civil concedida a IVONE MARIA DOS SANTOS e outra-SEA. - DECISÃO Nº 1389/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar legal, para fins de registro, o ato concessório, visto à fl. 12 dos autos; II - determinar à Secretaria de Administração que torne sem efeito o ato de fls. 47/49, no que tange à concessão em exame; III - alertar a mesma Secretaria para que inclua no Título de Pensão de fl. 51 a parcela referente à Opção 55% do DF-5.

PROCESSO Nº 4373/93 (apenso o de nº 082.010.649/93 e 2 volumes) - Representação nº 001/93, das 2a. e 3a. Inspetorias de Controle Externo, propondo medidas visando a corrigir irregularidades relativas ao pagamento de férias dos servidores da Fundação Educacional do Distrito Federal, verificadas no decorrer de auditoria naquela Entidade. - DECISÃO Nº 1390/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento dos documentos anexados aos autos e do resultado parcial da Inspeção determinada pela Decisão nº 4306/97; II - considerar irregulares os pagamentos relativos a verbas de férias efetuados aos seguintes servidores da Fundação Educacional do Distrito Federal: a) Sinval Lucas de Souza Filho, Matrícula nº. 62264-8, nos meses de junho de 1992 e janeiro, março e abril/93, pela ausência do devido ressarcimento em decorrência do cancelamento do gozo das suas férias, e em novembro/93, pela complementação indevida dos valores percebidos em agosto do mesmo ano, uma vez que a fruição das férias relativas ao exercício de 1993 somente ocorreu no período de 31/12/93 a 19/01/94; b) José Lima do Nascimento, Matrícula nº. 40761-5, nos meses de julho e setembro/93, por ter cancelado o gozo das férias e não ter ocorrido o ressarcimento; c) Margarida Helena Camurça Martins, Matrícula nº. 56460-5, nos meses de junho e julho/93, pelo cancelamento do gozo das férias sem que tenha havido o correspondente ressarcimento; d) Suely Sousa Dias, Matrícula nº. 61593-5, em novembro/93, pela complementação dos valores percebidos em julho do mesmo ano, uma vez que a fruição das férias relativas ao exercício de 1993 somente ocorreu no período de 31/12/93 a 30/01/94; e) Maria da Cruz Alves Ribeiro, Matrícula nº 53665-2, em julho/93, pela complementação dos valores percebidos em março/93, uma vez que o gozo somente ocorreu no período de 16/06 a 05/07/93; III - determinar à Fundação Educacional do Distrito Federal que tome as providências necessárias com vistas ao ressarcimento dos valores pagos irregularmente aos servidores nominados no item anterior, informando a esta Corte de Contas, em 30 (trinta dias), as medidas adotadas, apresentando a documentação comprobatória; IV - devolver os autos à 4ª ICE, para que sejam finalizados os trabalhos determinados pela Decisão nº 4306/97, conferindo-lhe caráter prioritário. Decidiu, mais, mandar publicar, em anexo à presente ata, o relatório/voto do Relator.

PROCESSO Nº 4697/94 - Aposentadoria de VALDERES LAS CASAS GOUVEIA MOREIRA-FEDF. - DECISÃO Nº 1391/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu considerar cumprida a determinação contida na Decisão nº 2573/96, e legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1585/95 - Contrato nº 038/94-P.PJU/CEB celebrado entre a Companhia Energética de Brasília e a firma DALPLIN - Instaladora e Comercial de material Elétrico Ltda. - DECISÃO Nº 1392/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, autorizou o arquivamento dos autos, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO Nº 2144/95 - Aposentadoria de VANDA MAGDA RIBEIRO BATISTA-FEDF. - DECISÃO Nº 1393/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu considerar cumprida a determinação contida na Decisão nº 2198/96, e legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0174/96 (apenso o de nº 175/96 e 1 volume) - Contratos nºs 61 e 62/95 celebrados entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal e as firmas URBRÁS - Urbanização e Premoldados Ltda. e Construções e Topografia BASEVI S.A. - DECISÃO Nº 1394/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) tomar conhecimento da Informação nº 97/98, fls. 124/132, e dos documentos a ela vinculados; b) relevar a falha apontada pela instrução, no que respeita ao descumprimento da determinação contida no item II da Decisão nº 3.494/97; c) considerar cumprida a última etapa de auditoria; d) autorizar o arquivamento dos autos, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO Nº 1769/98 - Denúncia sobre irregularidades observadas no relacionamento entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER/DF e a Associação de Servidores do DER/DF - ASDER. - DECISÃO Nº 1395/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do Relatório de Inspeção nº 03/98 e dos documentos a ele pertinentes, acostados às fls. 116/196; II - determinar ao DER/DF que, no prazo de 30 (trinta) dias: a) avalie - em razão da ação judicial em curso, do estágio atual das obras de execução das redes de água e de energia elétrica dos imóveis ocupados pela ASDER e em função dos dispêndios ainda a incorrer -, a viabilidade do seu prosseguimento ou da sua paralisação; b) fixe, caso decida pela paralisação das obras, por estimativa e com base na demanda das instalações e equipamentos existentes nos imóveis, o valor a ser cobrado da ASDER, pelos serviços de água e energia elétrica por ela consumidos; c) informe a este Tribunal o estágio em que se encontra a ação ordinária proposta pela ASDER em curso na 5ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal; III - retornar os autos à 3ª ICE, para acompanhamento.

PROCESSO Nº 3313/98 - Contrato nº 009/98 celebrado entre o Instituto de Desenvolvimento Habitacional - IDHAB e a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos - FINATEC. - DECISÃO Nº 1396/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento do contrato em apreço, fls. 01/07, dos documentos acostados às fls. 11/72, 78/131 e 135, da Informação nº 299/98, fls. 136/148, e do despacho de fls. 152/53; II - determinar ao IDHAB que, no prazo de 30 (trinta) dias, em face da fundamentação legal constante do preâmbulo do contrato em exame, justifique: a) a escolha da FINATEC, os custos da contratação e os motivos pelos quais os serviços objeto do ajuste não foram realizados diretamente por essa entidade; b) a inobservância do disposto nos artigos 7º, §§ 2º e 9º, e 26, parágrafo único, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

PROCESSO Nº 4196/98 - Relatório de inspeção realizada no Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal e na Secretaria de Administração do Distrito Federal para verificar o cumprimento da Decisão nº 4107/98, bem como examinar possíveis ocorrências semelhantes à registrada nos autos do Processo nº 1279/93. - DECISÃO Nº 1397/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO MAURÍLIO SILVA

PROCESSO Nº 4709/91 (apenso o de nº 210.000.574/97) - Tomada de contas anual dos ordenadores de despesa do então Departamento de Turismo do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1990. - DECISÃO Nº 1398/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento do Processo nº 210.000.574/97, devolvendo-o à origem; b) considerar atendida a diligência objeto da Decisão nº 7133/97; c) com fundamento no art. 17, inciso I, da Lei Complementar nº 01/94, julgar regulares as Contas dos Ordenadores de Despesa, referentes ao exercício de 1990, do então Departamento de Turismo do Distrito Federal; d) observado o disposto na Decisão n.º 50/98, considerar quites os responsáveis a seguir relacionados: Maria Eulália Franco, Elze Campelo Nunes, Ismael da Silva Barão, Judite Serafim de Paula e Egídio Dantas da Gama, respectivamente, nos períodos de 01.01 a 31.12.90, 01.01 a 31.12.90, 16.11 a 31.12.90, 05.06 a 15.11.90, 01.01 a 04.06.90; e) devolver os autos à 3ª Inspetoria de Controle Externo para os devidos fins e posterior arquivamento, bem como a devolução do apenso à origem.

PROCESSO Nº 4074/92 - Aposentadoria de MARIA ANGÉLICA DE ARAÚJO BAHIA-FEDF. - DECISÃO Nº 1399/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu ter por cumprida a determinação de que trata a Decisão nº 4539/95 e considerar legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4909/92 - Representação nº 012/92 da Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, tratando de possíveis irregularidades na admissão do servidor anistiado no quadro de pessoal efetivo da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal. - DECISÃO Nº 1400/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu tomar conhecimento do OF. CJ-GAG/CGA/CERPA nº 117/98 (fls.

402/405) e reiterar os termos do item 3, da Decisão nº 2696/98, solicitando à Comissão Revisora criada pelo Decreto nº 18.412/97 que, no prazo de 60 (sessenta) dias, informe ao Tribunal sobre o resultado do reexame do ato de anistia concedido ao servidor Josué Antônio Pinheiro, para que se possa dar prosseguimento à discussão dos autos.

PROCESSO Nº 5166/92 - Aposentadoria de ERINÉA MARIA FERREIRA-FEDF. - DECISÃO Nº 1401/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu ter por cumprida a determinação de que trata a Decisão nº 4401/95 e considerar legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 0178/93 - Aposentadoria de ELISABET VIEIRA DA SILVA-FEDF. - DECISÃO Nº 1402/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu ter por cumprida a determinação de que trata a Decisão nº 5113/95 e considerar legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1193/93 (apensos 4 volumes) - Atas das 1292ª à 1295ª Reuniões do Conselho de Administração da Companhia Imobiliária de Brasília. - DECISÃO Nº 1403/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 1329/93 - Aposentadoria de MARIA DE LOURDES SALLES VAZ-FEDF. - DECISÃO Nº 1404/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu ter por cumprida a determinação de que trata a Decisão nº 15608/95 e considerar legal, para fins de registro, o ato concessório, determinando, ao depois, que a Fundação Educacional do Distrito Federal retifique o ato de fl.11, para incluir o nível do cargo da servidora (nível 3). Tal medida deverá ser objeto de verificação por parte da 4ª ICE, em futura auditoria a ser realizada naquela jurisdicionada.

PROCESSO Nº 4131/93 (apensos os de nºs 2720/80 e 030.003.581/87) - Integralização da pensão concedida a ERNESTINA PEREIRA DA SILVA e outros-SEA. - DECISÃO Nº 1405/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) considerar ilegal a concessão de pensão temporária a BENÍCIO FRANCISCO DA SILVA; b) determinar à SEA/DF que, em conformidade com o art. 78, inciso X, e art. 1º, inciso X, da LC nº 01/94, no prazo de 60 (sessenta) dias: b.1) retifique o ato de fl.46-apenso-pensão, para excluir o nome de BENÍCIO FRANCISCO DA SILVA, do rol dos beneficiários temporários da pensão; b.2) elabore outro Título de Pensão, em substituição ao de fl.103-apenso-pensão, para excluir o nome de BENÍCIO FRANCISCO DA SILVA do rol dos beneficiários temporários da pensão e nele fazer constar os valores corretos do rateio da pensão, de acordo com o percentual de cada beneficiária; b.3) torne sem efeito o documento substituído.

PROCESSO Nº 5042/93 - Aposentadoria de MARIA AUGUSTA MARTINS COELHO-FEDF. - DECISÃO Nº 1406/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu ter por cumprida a determinação de que trata a Decisão nº 5309/95, considerar legal, para fins de registro, o ato concessório e determinar, ao depois, que a Fundação Educacional do Distrito Federal elabore novo abono provisório, em substituição ao de fl.56, a fim de excluir a parcela "Grat. Regência de Classe Lei nº 202/91", vez que esta só lhe é devida a partir de 18.04.94, em conformidade com a Decisão nº 2283/98, dispensando-se o ressarcimento ao erário das importâncias recebidas a mais pela inativa.

PROCESSO Nº 1625/94 - Aposentadoria de MARIA IRACÊ MAGALHÃES DE PAIVA-FEDF. - DECISÃO Nº 1407/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu ter por cumprida a determinação de que trata a Decisão nº 6121/95 e considerar legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2394/94 (apenso o de nº 3948/94) - Demonstrativos referentes às aplicações financeiras de recursos disponíveis do tesouro do Distrito Federal, ocorridas no exercício de 1994, em Fundos de Aplicações Financeiras-FAF e Certificados de Depósitos Bancários-CDB. - DECISÃO Nº 1408/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 1170/95 - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. - DECISÃO Nº 1409/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos de fls. 33 a 105; b) ante os termos do art. 2º, § 7º , da Emenda Regimental nº 1/98, e artigo 13, inciso I, da Resolução nº 102, de 15.07.98, ter por encerrada a tomada de contas especial, por perda de seu objeto, em razão da recomposição do bem patrimonial; c) determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 1878/95 - Aposentadoria de ANADÁLIA ALVES FREITAS AMORIM-FHDF. - DECISÃO Nº 1410/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu ter por cumprida a determinação de que trata a Decisão nº 6310/96 e considerar legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4448/95 (apensos 2 volumes) - Representação apresentada pela firma GB - Equipamentos e Serviços Ltda. sobre possíveis irregularidades ocorridas na Concorrência Pública nº 01/94, patrocinada pelo Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal. - DECISÃO Nº 1411/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e, em parte, o parecer do Ministério Público, decidiu: a) negar provimento ao recurso interposto pelo Sr. Ricardo Medanha Ladeira, em 22.9.98, conhecendo-o como Pedido de Reexame, nos termos do artigo 47 da Lei Complementar nº 01/94, mantendo-se, na íntegra, os termos do item "b" da Decisão nº 3965/98; b) dar conhecimento desta decisão ao recorrente; c) devolver os autos à Inspetoria competente, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 2037/96 (apensos os de nºs 2040/96, 2148/96, 3506/96 e 3761/96) - Tomadas de contas especiais instauradas pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelos fatos constantes do Processo nº 061.030450/94. - DECISÃO Nº 1412/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) determinar à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, que, se ainda não o fez, adote no caso dos processos de Tomadas de Contas Especiais nºs 61.030.450/94, 61.030.337/94, 61.006.893/95, 61.033.238/96 e 61.946.193/95, as providências prescritas nos artigos 13 e 14 da Resolução nº 102/98 deste Tribunal, publicada no DODF de 20.07.98; b) esclarecer àquela Entidade que as medidas adotadas deverão constar do respectivo processo, sendo que a sua efetividade ficará registrada no demonstrativo a que se refere o artigo 14 da Resolução anteriormente mencionada, o qual deverá ser anexado à tomada de contas anual de 1998; c) determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 2453/96 (apenso 1 volume) - Auditoria especial levada a efeito na Secretaria de Administração pela 5ª Inspetoria de Controle Externo, com o fim de coletar informações necessárias à elaboração do Relatório Analítico sobre as Contas do Governador - exercício de 1995. - DECISÃO Nº 1413/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) tomar conhecimento da Portaria n.º 29/98, expedida pela Secretaria de Administração, considerando cumprida a diligência ordenada mediante a Decisão n.º 3235/97; b) relevar as falhas formais apontadas na instrução; c) autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 5550/96 (apenso o de nº 082.000.446/95) - Aposentadoria de SUELI APARECIDA MACHADO PAIXÃO-FEDF. - DECISÃO Nº 1414/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, determinando à Fundação Educacional do Distrito Federal que alerte formalmente a interessada a respeito da possibilidade da mesma exercitar o direito de pleitear a incorporação em seus proventos da Gratificação de Regência de Classe – GRC, de que trata a Lei nº 696/94.

PROCESSO Nº 5874/96 (apenso o de nº 031.000.074/96) - Tomada de contas anual dos Agentes de Material do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos, referente ao exercício de 1995. - DECISÃO Nº 1415/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 7069/96 (apenso o de nº 082.005.516/96) - Aposentadoria de ROSA MONTEIRO DOS SANTOS-FEDF. - DECISÃO Nº 1416/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu ter por cumprida a determinação de que trata a Decisão nº 7488/98 e considerar legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 7304/96 (apenso o de nº 082.000.404/96) - Aposentadoria de LEOLDINO JOSÉ DA SILVA-FEDF. - DECISÃO Nº 1417/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, determinando, ao depois, que a FEDF: a) verifique se o aproveitamento das licenças relativas aos períodos de 13.10.1982 a 26.04.1983 e 28.10.1984 a 15.02.1985 para fins de anuênios se deu em virtude dessas terem decorrido de acidente em serviço ou doença profissional. Em não se confirmando essa hipótese, excluir o tempo referente a esses períodos da apuração do Adicional por Tempo de Serviço; b) apure as quantias pagas indevidamente ao servidor, para fins de ressarcimento ao erário, nos termos do art. 46 da Lei nº 8112/90, uma vez que o tempo de licença para tratamento da própria saúde ultrapassou os 730 dias e foi computado indevidamente, para fins de anuênios, quando o servidor ainda estava na atividade; c) torne sem efeito o documento de fl.20-apenso, substituído pelo de fl.24-apenso. Tais providências deverão ser objeto de verificação por parte da 4ª ICE, em futura auditoria a ser realizada naquela jurisdicionada.

PROCESSO Nº 7998/96 - Resultados da ação fiscalizadora, levada a efeito pela 1ª Inspetoria de Controle Externo, considerando as informações extraídas dos relatórios gerados pelo Sistema Informatizado de Controle Externo-SISCOEX, objetivando verificar a regularidade dos dispêndios efetivados pelo Corpo de Bombeiros Militar do DF no exercício de 1996. - DECISÃO Nº 1418/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) tomar conhecimento dos resultados da inspeção ora apreciada, do informado às fls. 9/11 e documentos de fls 15/23; b) determinar ao Corpo de Bombeiros Militar do DF que: b.1) nas notas de empenho destinadas ao pagamento de mais de um credor faça constar, além do nome de um dos credores, a expressão e outros, com o fim de evitar o ocorrido na emissão das NE n.º s 00373, 00113 e 00366/96; b.2) nas contratações realizadas com dispensa ou inexigibilidade de licitação, faça constar dos processos os elementos mencionados no art. 26 da Lei n.º 8.666/93, que inexistem na contratação dos professores para os cursos de formação em 1996, 1997 e com a Fundação Universidade de Brasília em 1998; b.3) observe o que estatui o Decreto n.º 17.701/96, quando da assinatura de novos contratos, de modo a evitar a falha detectada quando da elaboração do contrato firmado com a referida entidade fundacional; b.4) observe com rigor os limites fixados no art. 23 da Lei n.º 8.666/93, a fim de que não mais ocorra a impropriedade verificada quando da realização da Tomada de Preços n.º 001/96-CBMDF; c) autorizar a juntada do processo àquele da Tomada de Contas Anual referente ao exercício de 1996; d) devolver os autos à 1ª Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 1630/97 - Comunicação de instauração de tomada de contas especial realizada pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal com o intuito de apurar os responsáveis pelo prejuízo decorrente de despesas financeiras por atraso no pagamento de aluguel do prédio localizado na 515 norte, bloco "B", lote 02, Brasília - DF. - DECISÃO Nº 1419/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, a instrução, decidiu: a) tomar conhecimento do O. I. nº 54/PR; b) determinar à Fundação do Serviço Social que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta decisão, conclua os trabalhos de que trata o ofício mencionado na alínea anterior, remetendo-o, em seguida, à Secretaria de Fazenda, para as providências de sua alçada; c) orientar aquela Fundação para que atente para o disposto nos artigos 13 e 14 da Resolução nº 102/98, combinados com o parágrafo oitavo do artigo 2º da Emenda Regimental nº 01 desta Corte de Contas.

PROCESSO Nº 0407/98 - Contendo o Ofício nº 319/99-SSP/DF, mediante o qual a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal solicita nova prorrogação de prazo, por mais 90 (noventa) dias, para conclusão da tomada de contas especial de que trata o Processo nº 050.000.065/98. - DECISÃO Nº 1420/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) tomar conhecimento dos Ofícios nºs 2377/98 e 319/99-SSP/DF; b) considerar automaticamente prorrogado, nos termos do artigo 200, § 2º do RI/TCDF, o prazo solicitado mediante o Ofício nº 2377/98-SSP/DF; c) conceder à Secretaria de Segurança Pública a prorrogação de prazo, por 90 (noventa) dias, até 13.6.99, para a conclusão da Tomada de Contas Especial relativa ao Processo nº 050.000.065/98.

PROCESSO Nº 4759/98 - Comunicação de instauração de tomada de contas especial realizada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal em cumprimento ao item IV, alínea "a", da Decisão nº 133/98. - DECISÃO Nº 1421/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) tomar conhecimento dos Ofícios nºs 2192/98, 307/99-SSP/DF e relevar a intempestividade na formulação do pedido; b) conceder à Secretaria de Segurança Pública a prorrogação de prazo, por 90 (noventa) dias, até 13.6.99, para a conclusão da Tomada de Contas Especial relativa ao Processo nº 050.000.065/98.

PROCESSO Nº 5109/98 - Resultados da ação fiscalizadora, levada a efeito pela 3ª Inspetoria de Controle Externo, considerando as informações extraídas dos relatórios gerados pelo Sistema Informatizado de Controle Externo-SISCOEX, objetivando verificar a regularidade dos dispêndios efetivados pelo Departamento de Estradas de Rodagem do DF no exercício de 1998. - DECISÃO Nº 1422/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, ao tomar conhecimento da ação fiscalizadora do Tribunal, levada a efeito via Sistema Informatizado de Controle Externo, decidiu: a) recomendar ao DER/DF que, ante as impropriedades constatadas no período de janeiro a agosto/98, coordene e planeje as aquisições de materiais de consumo, em especial de material de construção, a serem efetivadas por suas unidades administrativas, de modo a observar a disponibilidade de recursos financeiros e a modalidade licitatória, na forma do art. 23 da Lei n. 8.666/93 sob pena de na reincidência sofrer os efeitos do que estatui o art. 182, inciso II, do RITCDF, c/c o art. 57, inciso II, da Lei Complementar n.º 01/94; b) relevar, em caráter excepcional, as falhas apontadas na instrução; c) devolver os autos à 3ª Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 0146/99 - Comunicação de instauração de tomada de contas especial realizada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal com o intuito de apurar responsabilidade por furto de viatura policial. - DECISÃO Nº 1423/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) tomar conhecimento dos Ofícios nºs 2058, 2349, 2379/98 e 314/99-SSP/DF; b) considerar automaticamente prorrogado, nos termos do artigo 200, § 2º, do RI/TCDF, o prazo solicitado mediante o Ofício nº 2379/98-SSP/DF; c) conceder à Secretaria de Segurança Pública a prorrogação de prazo, por 90 (noventa) dias, até 11.6.99, para a conclusão da Tomada de Contas Especial relativa ao Processo nº 050.000.785/98.

PROCESSO Nº 0868/99 - Comunicação de instauração de tomada de contas especial realizada pela Polícia Militar do Distrito Federal com o intuito de apurar responsabilidade por acidente de trânsito que envolveu viatura oficial. - DECISÃO Nº 1424/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) tomar conhecimento dos Ofícios nºs 4134/98, 637/99 e relevar a intempestividade na formulação do pedido; b) conceder à Polícia Militar do Distrito Federal a prorrogação de prazo, por 60 (sessenta), até 25.05.99, para a conclusão da Tomada de Contas Especial relativa ao Processo nº 054.001.547/98; c) alertá-la para que atente para as disposições contidas no artigo 1º, § 7º, inciso IV, da Resolução nº 102, de 15.07.98, ou seja, o ato de instauração de TCE deve conter o valor real ou estimado do prejuízo.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO-SUBSTITUTO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

PROCESSO Nº 2860/89 (apensos 3 volumes) - Prestação de contas da Companhia Imobiliária de Brasília, relativa ao exercício de 1988. - DECISÃO Nº 1425/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a

instrução, decidiu autorizar a devolução à entidade de origem dos três volumes apensos aos autos, por serem dispensáveis ao prosseguimento do exame das contas em apreço, mantendo-se o sobrestamento dos autos conforme sugere a instrução.

PROCESSO Nº 4120/92 (apenso o de nº 055.001.605/92) - Tomada de contas especial instaurada pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. - DECISÃO Nº 1426/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos de fls. 73/76 e 477/636 do apenso; b) considerar cumprida a diligência ordenada, relevando o atraso verificado no seu cumprimento; c) considerar encerrada a TCE em apreço, com base no arts. 157, inciso I, do RI/TCDF; d) determinar o arquivamento dos autos e a devolução do processo apenso à origem.

PROCESSO Nº 6373/94 (apensos os de nºs 030.011.455/94 e 040.010.792/96) - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Administração do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo, envolvido em acidente de tráfego. - DECISÃO Nº 1427/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu autorizar, novamente, a notificação do responsável nominado à f. 70.

PROCESSO Nº 1393/95 - Aposentadoria de EVA BRAGA DE ATAIDE-FSSDF. - DECISÃO Nº 1428/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1887/95 - Aposentadoria de ARNO OLMIRO VARGAS GINDRI-FHDF. - DECISÃO Nº 1429/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 2882/95 (apenso o de nº 061.030.045/95) - Aposentadoria de CELINA MARTINS DOS SANTOS-FHDF. - DECISÃO Nº 1430/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3473/95 (apenso o de nº 061.013.478/94) - Aposentadoria de MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA-FHDF. - DECISÃO Nº 1431/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 6324/95 (apenso o de nº 030.004.680/95) - Pensão civil concedida a ADALGISA GOMES PIRETO-SEA. - DECISÃO Nº 1432/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3107/96 - Ata da 938ª Sessão do Conselho Fiscal da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, realizada em 27.02.96. - DECISÃO Nº 1433/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento da Ata 938ª Sessão do Conselho Fiscal da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, realizada em 27.02.96; II - autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 3783/96 - Tomada de contas especial instaurada pelo Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação - DEFER para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. - DECISÃO Nº 1434/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu determinar à Secretaria de Esportes e Valorização da Juventude o cumprimento, no prazo de 30 (trinta) dias, do disposto no item III, alíneas "a", "b", "c" e "d", da Decisão nº 4220/97, apresentando justificativas para o atraso verificado.

PROCESSO Nº 4518/96 (apenso o de nº 061.046.235/95) - Aposentadoria de REGINALDO REZENDE DA SILVA-FHDF. - DECISÃO Nº 1435/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4528/96 (apenso o de nº 061.036.005/96) - Aposentadoria de MARIA DE LOURDES MATÃO-FHDF. - DECISÃO Nº 1436/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4749/96 (apenso o de nº 061.043.140/95) - Aposentadoria de ADIVALDA RIBEIRO DA SILVEIRA-FHDF. - DECISÃO Nº 1437/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, determinando à Fundação Hospitalar do DF que, posteriormente, regularize o ato concessório de abono Provisório de fls. 26 do apenso, providenciando a assinatura da chefia responsável.

PROCESSO Nº 4760/96 (apenso o de nº 061.030.031/96) - Aposentadoria de ISABEL MACHADO-FHDF. - DECISÃO Nº 1438/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 4784/96 (apenso o de nº 061.022.481/95) - Aposentadoria de MARIA MADALENA DA SILVA-FHDF. - DECISÃO Nº 1439/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 5037/96 (apenso o de nº 061.001.111/95) - Aposentadoria de MARTHA MARGARETTA KARIN ENGEL DE SOUZA-FHDF. - DECISÃO Nº 1440/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 3826/97 (apenso o de nº 053.001.110/97) - Tomada de contas especial instaurada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. - DECISÃO Nº 1441/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu determinar a devolução do processo apenso à origem, para que, no prazo de 20 (vinte) dias, seja concluída a TCE, com a indicação dos valores atribuídos a cada um dos responsáveis, encaminhada à Secretaria de Fazenda, com vistas ao exercício do controle interno.

PROCESSO Nº 4485/97 (apenso o de nº 054.001.159/97) - Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial. - DECISÃO Nº 1442/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento das contas em apreço; b) determinar a citação do responsável para apresentar defesa, conforme dispõe o Regimento Interno.

PROCESSO Nº 5260/97 - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. - DECISÃO Nº 1443/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: I - tomar conhecimento dos documentos de fls. 22/30; II - considerar os servidores FRANCISCO ANTÔNIO XAVIER, JANE SOARES FERNANDES e FRANCISCA ELIANEIDE ALVES DE SANTANA, neste caso, quites com os cofres da Fundação Educacional do Distrito Federal; III - autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 3473/98 (apenso o de nº 082.018.262/97) - Aposentadoria de DEOCLÉCIO PAULO DE LIRA-FEDF. - DECISÃO Nº 1444/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame; II - alertar a Fundação Educacional do DF sobre a possibilidade de o interessado exercitar o direito de pleitear seja considerado o tempo de serviço já averbado, constante da certidão do INSS de fls. 15/17 - apenso, prestado à FZDF, à FSSDF e à Prefeitura Municipal de Alexânia, para fins de Adicional por Tempo de Serviço, desde que providenciada certidão emitida pelo próprio órgão/entidade.

PROCESSO Nº 5014/98 (apenso o de nº 082.007.818/98) - Aposentadoria de OLINDINA NEVES DE ANDRADE-FEDF. - DECISÃO Nº 1445/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

Nada mais havendo a tratar, às 11 horas, a Presidência declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, ROBERTO PARENTONI MARTINS, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata -contendo 95 processos- que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente em exercício, Conselheiros, Conselheiro-Substituto e representante do Ministério Público junto à Corte.

JOSÉ EDUARDO BARBOSA, RONALDO COSTA COUTO, MARLI VINHADELI, JORGE CAETANO, MAURÍLIO SILVA, JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA

ANEXO DA ATA 3401
Sessão Ordinária de 18.03.99

PROCESSO Nº	:	4373/93 (A) (ANEXO I)
APENSO Nº	:	082.010.649/93 (ANEXO I)
ÓRGÃO DE ORIGEM	:	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL
ASSUNTO	:	REPRESENTAÇÃO
EMENTA	:	Representação nº 01/93, formalizada no decorrer de Auditoria Operacional, visando esclarecer irregularidades constatadas no pagamento de férias a servidores. Diligência insatisfatoriamente cumprida. Inspeção determinada. Cumprimento parcial. Pedido de suspensão, para finalização no próximo exercício. Conhecimento. Faz determinação. Encaminhamento dos autos à 4ª ICE para continuidade dos trabalhos.

Cuidam os autos de Representação proposta para averiguar irregularidades no pagamento de férias a servidores da Fundação Educacional do Distrito Federal - FEDF, constatadas no decorrer de Auditoria Operacional levada a efeito nessa jurisdicionada no exercício de 1993, fls. 01 a 06. Ressalte-se que as irregularidades argüídas dizem respeito ao pagamento indevido de verbas de férias, pelo não ressarcimento dos valores recebidos quando a fruição era cancelada, e na oportunidade do efetivo gozo das férias havia novo pagamento ou a sua complementação, sem considerar a atualização monetária das parcelas já recebidas.

Apreciado em diversas oportunidades por este Egrégio Plenário, retornam os autos, nesta oportunidade, para exame dos resultados da Inspeção determinada pela Decisão nº 4306/97, fl. 69, por ter o Tribunal considerado insatisfatoriamente cumprida a diligência determinada pelo OF GP nº 1715/94, fl. 37, com o objetivo de suprir as omissões e esclarecer os pontos duvidosos remanescentes levantados pela 2 ª ICE, relacionados às fls. 56/57, decorrentes da análise dos Relatórios para Verificação do Período de Férias, constantes do Anexo I ao presente processo.

A Inspeção levada a efeito produziu o bem lançado Relatório nº 20/98, fls. 158/165, onde é informado que, em atendimento à sobredita Decisão, e aproveitando a realização da Auditoria de Regularidade na Área de Pessoal da FEDF, autorizada pela Decisão nº 3150/98 (Processo nº1396/98), foram realizados os trabalhos determinados, com o entendimento de que, como se tratava da mesma matéria - "Pessoal" -, as verificações *"in loco"* seriam facilitadas.

Em concomitância com o levantamento preliminar da referida Auditoria, deu-se início ao exame destes autos, com a verificação dos 1325 relatórios integrantes do retroreferido Anexo I, examinados anteriormente por amostragem, de acordo com as informações descritas no item 11 da Informação nº 36/97, fl. 56.

Da análise procedida, observou-se que os dados constantes em 656 relatórios, em confronto com as informações fornecidas pelas Diretorias Regionais de Ensino – DRE, denotavam provável ocorrência de irregularidade, pela inexistência e/ou incongruência total ou parcial de esclarecimentos, pelo que foram relacionamos os servidores envolvidos, conforme lista anexada às fls. 72 a 118. Desses 656 relatórios, numa primeira verificação, foram selecionados 112 servidores, em decorrência dos fortes indícios de pagamentos indevidos, para a comprovação da regularidade desses pagamentos.

Solicitadas informações a respeito da lotação desses servidores, para fins de exame dos registros funcionais, foram selecionados os dezesseis servidores lotados na Sede da Fundação (DGA, convênios, Diretoria Executiva, licenciados e aposentados), e requisitadas suas pastas funcionais e fichas de controle de férias, conforme documentos às fls. 127/128.

Após exame dos relatórios em confronto com as anotações funcionais, foi comprovada a regularidade do pagamento de três servidores.

Com relação aos demais treze servidores, confrontadas as incongruências anteriormente vislumbradas com as folhas de ponto e/ou fichas financeiras, foram verificadas as incorreções apontadas no item 11 do relatório, fls. 160/163, sendo que, com relação a cinco deles ficaram constatados pagamentos irregulares. Há que se apurar melhor as falhas apontadas em relação a uma servidora, o que poderá levar a outro caso de pagamento irregular. Quanto aos demais servidores, as falhas apuradas não configuraram pagamentos irregulares

Após essa análise inicial, percebendo que as verificações *in loco*, nas Diretorias Regionais de Ensino, Escolas e/ou Centros de Ensino, das Pastas Funcionais demandariam um tempo considerável, havendo, também, a necessidade de conferir algumas das informações em folhas de ponto e/ou fichas financeiras, obtidas mediante cópias de microfichas arquivadas na Sede da FEDF, e considerando que a matéria tratada na Auditoria de Regularidade (Processo nº 1396/98) mostrou-se substancialmente complexa, por envolver diversos assuntos afetos à área de pessoal entendeu, a equipe responsável, plausível concluir parcialmente a Inspeção, sugerindo que, após o Tribunal deliberar sobre os pagamentos indevidos efetuados, os autos sejam devolvidos à 2ª ICE, para a continuidade dos trabalhos determinados.

Manifestaram-se de acordo com as sugestões oferecidas, os titulares da Divisão de Auditoria e da Inspetoria.

VOTO

De fato, o percentual de quase 32% de pagamentos irregulares apurado pela equipe de inspeção é extremamente elevado, o que indica a necessidade deste Tribunal conferir maior importância à fiscalização das despesas com pessoal, que já representam a mais destacada parcela das despesas do Governo do Distrito Federal. Tal constatação torna-se ainda mais grave, se for considerado o fato de que dos 16 casos examinados, somente três foram considerados regulares.

Deixo, contudo, de acolher a sugestão contida em c.3, fl. 165, uma vez que os esclarecimentos solicitados poderão ser obtidos na próxima etapa dos trabalhos de inspeção.

Quanto à conclusão da Inspeção, com base na Resolução nº 98, de 02/07/98, devem os autos ser encaminhados à 4ª ICE.

Pelo exposto, entendendo que se deva conferir prioridade na conclusão da presente Inspeção, acolho parcialmente os termos e sugestões da instrução e VOTO no sentido de que este Egrégio Plenário:

I - tome conhecimento dos documentos anexados aos autos e do resultado parcial da Inspeção determinada pela Decisão nº 4306/97;

II - considere irregulares os pagamentos relativos a verbas de férias efetuados aos seguintes servidores da Fundação Educacional do Distrito Federal:

a) Sinval Lucas de Souza Filho, Matrícula nº. 62264-8, nos meses de junho de 1992 e janeiro, março e abril/93, pela ausência do devido ressarcimento em decorrência do cancelamento do gozo das suas férias, e em novembro/93, pela complementação indevida dos valores percebidos em agosto do mesmo ano, uma vez que a fruição das férias relativas ao exercício de 1993 somente ocorreu no período de 31/12/93 a 19/01/94;

b) José Lima do Nascimento, Matrícula nº. 40761-5, nos meses de julho e setembro/93, por ter cancelado o gozo das férias e não ter ocorrido o ressarcimento;

c) Margarida Helena Camurça Martins, Matrícula nº. 56460-5, nos meses de junho e julho/93, pelo cancelamento do gozo das férias sem que tenha havido o correspondente ressarcimento;

d) Suely Sousa Dias, Matrícula nº. 61593-5, em novembro/93, pela complementação dos valores percebidos em julho do mesmo ano, uma vez que a fruição das férias relativas ao exercício de 1993 somente ocorreu no período de 31/12/93 a 30/01/94;

e) Maria da Cruz Alves Ribeiro, Matrícula nº 53665-2, em julho/93, pela complementação dos valores percebidos em março/93, uma vez que o gozo somente ocorreu no período de 16/06 a 05/07/93;

III - determine à Fundação Educacional do Distrito Federal que tome as providências necessárias com vistas ao ressarcimento dos valores pagos irregularmente aos servidores nominados no item anterior, informando a esta Corte de Contas, em 30 (trinta dias), as medidas adotadas, apresentando a documentação comprobatória;

IV - devolva os presentes autos à 4ª ICE, para que sejam finalizados os trabalhos determinados pela Decisão nº 4306/97, conferindo-lhe caráter prioritário.

JORGE CAETANO
Conselheiro

RETIFICAÇÃO

Na ata da Sessão Ordinária nº 3394, de 24.2.99, na parte relatada pelo Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, as decisões corretas adotadas nos Processos nºs 3998/94 e 3431/97 são as seguintes:

PROCESSO Nº 3998/94 (apenso o de nº 094.000.218/94) - Tomada de contas do agente de material do então Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, referente ao exercício de 1993. - DECISÃO Nº 0499/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. tomar conhecimento do Ofício nº. 2049/95-GAB/SEFP, de 29.12.95, bem como dos documentos acostados às fls. 225/231 do apenso, tendo por parcialmente cumprida a diligência determinada pela Corte; II. julgar REGULARES COM RESSALVAS, de acordo com o artigo 17, inciso II da Lei Complementar nº 01/94, as Contas dos Agentes de Material do então Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, relativa ao exercício de 1993, em vista das falhas mencionadas no Relatório de Auditoria nº 135/94-DpA/SEFP, fls. 219, letras "j" a "q", e elencadas no parágrafo 5 da instrução, e considerar os senhores RONALDO DE SOUSA, Chefe da Seção de Material no período de 01.01 a 31.12.93 e CÁSSIO LUIZ DE OLIVEIRA, Encarregado do Almoxarifado no período de 01.01 a 31.12.93, quites com o erário distrital nos períodos respectivos; III. autorizar a devolução dos autos à 1ª ICE para as providências pertinentes e posterior arquivamento, bem como a devolução do apenso à origem.

PROCESSO Nº 3431/97 (apensos os de nºs 040.003.044/96 e 040.009.908/96) - Tomada de contas anual da Região Administrativa XV - Recanto das Emas, referente ao exercício de 1995. - DECISÃO Nº 0513/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento da tomada de contas anual dos ordenadores de despesa da Região Administrativa do Recanto das Emas, relativa ao exercício de 1995, e dos documentos acostados às fls. 02 a 36 dos autos; II - relevar o atraso no encaminhamento das Contas em apreço; III - considerar satisfatória a apresentação das contas não obstante a ausência do relatório do controle interno sobre a eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, previsto no art. 140, inciso VII, do RI/TCDF; IV - determinar à RA XV a observância dos prazos estabelecidos no artigo 91, inciso I do Decreto nº 16.098/94 para encaminhamento ao Departamento Geral de Contabilidade/SEFP dos demonstrativos especificados no referido dispositivo legal; V - determinar, ainda, àquela Regional que o controle dos bens patrimoniais da Unidade obedeça rigorosamente o disposto no Decreto nº 16.109 de 10 de dezembro de 1994; VI - na forma dos arts. 17, inciso I, da Lei Complementar nº 01/94 e 167, inciso I, do RI/TCDF, julgar REGULARES as contas dos ordenadores de despesas da RA XV referentes ao exercício de 1995, e considerar os Senhores BRAULIO ROCHA NOGUEIRA, Administrador Regional no período de 01.01 a 03.01.95 e JOSÉ SILVA SOUZA, Administrador Regional no período de 04.01 a 31.12.95, quites com o erário distrital nos períodos respectivos; VII - autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE para as providências pertinentes e a devolução dos apensos à origem.

Publicados no DODF nº 43, de 4/3/99, pág. 19.

Na ata da Sessão Ordinária nº 3398, de 9.3.99, na parte relatada pelo Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, as decisões corretas adotadas nos Processos nºs 2401/97 e 4478/98 são as seguintes:

PROCESSO Nº 2401/97 (apensos os de nºs 3847/97 e 071.000.071/97) - Prestação de contas anual da Centrais de Abastecimento do Distrito Federal, referente ao exercício de 1996. - DECISÃO Nº 0974/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I. tomar conhecimento Prestação de Contas em apreço e do Apenso n.º 071.000.071/97 encaminhado com atraso de 34 dias à SEFP, consoante o prazo determinado no art. 150, § 1º, do RI/TCDF; II. tomar conhecimento dos Apensos n.ºs 071.000.071/97 e 3.847/97 (071.000.096/96, 071.000.161/96, 071.000.216/96 e 071.000.055/97) referentes aos balancetes dos 1º, 2º, 3º e 4º trimestres de 1996, cujos exames conclusivos foram realizados em conjunto com as contas em apreço, e determinar o arquivamento dos mesmos; III. relevar, excepcionalmente, o descumprimento do art. 146, V, "c" e "d", e art. 147, incisos II, respectivamente, do RI/TCDF, em face do tempo já decorrido; IV. considerar: a) insatisfatório o esclarecimento prestado pelo presidente da CEASA/DF, Sr. Víctor Frade Almeida, em cumprimento ao item II da Decisão n.º 5.062/97, relevando-se entretanto a falha; b) descumprido o § 1º do art. 148 do Regimento Interno/TCDF, por não ter sido apresentado o Inventário Físico; c) prorrogado o prazo de encaminhamento da Prestação de Contas a esta Corte (art. 150 do RI/TCDF), na forma pleiteada pela SEFP em seu OF. n.º 882/97 - GAB/SEFP, com fulcro no inciso XXXVI do art. 84 do Regimento Interno desta Casa; V. recomendar à CEASA/DF que: a) observe as recomendações contidas no Relatório de Prestação de Contas n.º 020/97 - DAIN/SUAUD; b) proceda: 1. a devida provisão dos encargos sociais sobre as provisões de férias, indicada no subitem 1.2.1.2 do relatório de Prestação de Contas da SEFP referente às Contas de 1996; 2. o registro complementar da dívida junto à Receita Federal no valor de R$ 80.190,75 (oitenta mil, cento e noventa reais e setenta e cinco centavos), indicado no item 4.0 do citado relatório de Prestação de Contas da SEFP; VI. determinar à CEASA/DF que: a) proceda à instauração de Tomada de Contas Especial para apurar os fatos, quantificar o prejuízo e identificar os responsáveis pelo pagamento dos juros passivos, no valor de R$ 3.958,28 (três mil, novecentos e cinqüenta e oito reais e vinte e oito centavos), registrado na conta 3.0.1.6.0606 durante o exercício de 1996, sobre o IRPJ/94 e Contribuição Social; b) adote, no prazo de 120 dias, as medidas estabelecidas nos arts. 12 e 14 da Resolução TCDF nº 102, de 15/07/98, com relação aos números 1 a 3 abaixo, disso dando conhecimento a esta Corte: 1. pelo pagamento da multa por infração, conta 3.0.1.6.0608, no valor de R$ 181,94 (cento e oitenta e um reais e noventa e quatro centavos), durante o exercício de 1996, sobre o IRPJ/92 e a infração trabalhista prevista no art. 477, § 6º, alínea "b", da CLT; 2. pelo pagamento da multa no exercício de 1996, registrada na conta 3.0.1.9.0905, no valor de R$ 2.964,94 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e quatro centavos); 3. pelos fatos noticiados no subitem 111.114 do relatório de Prestação de Contas n.º 020/97 - DAIN/SUAUD, referentes à existência dos seguintes recibos de pagamentos no caixa, adotando as providências imediatas para recebimento, regularização e registros contábeis pertinentes: - recibo n.º 63.178, no valor de R$ 109,58 (cento e nove reais e cinqüenta e oito centavos), de agosto/95, em nome de Hamilton Barbosa Juvenal, restando receber a importância de R$ 57,88 (cinqüenta e sete reais e oitenta e oito centavos): - recibo n.º 63.337, no valor de R$ 179,13 (cento e setenta e nove reais e treze centavos), de julho/96, em nome de André Cosme de Oliveira, restando receber a importância de R$ 79,13 (setenta e nove reais e treze centavos); c) apresente circunstanciados esclarecimentos acerca da homologação do contrato s/n.º firmado com a firma Fonte Com. de Produtos Alimentícios Ltda., em 28.08.96, com os seguintes vícios, noticiados no subitem 111.113 do Relatório de Prestação de Contas n.º 020/97 - DAIN/SUAUD: 1. ausência de declaração de superveniência de fato impeditivo de sua habilitação; 2. falta de declaração com o timbre da firma de que "aceita e concorda" com os termos e condições da licitação; 3. ausência de fotocópia autenticada de documentos de constituição da empresa, inscrição no CGC, inscrição estadual e atestado de capacidade técnica; 4. apresentação dos seguintes documentos, após a assinatura do contrato, cujo edital de concorrência previu a entrega para habilitação com 30 (trinta) dias de antecedência à abertura dos envelopes: CRC - Certificado de Registro Cadastral em 08.01.97; Certidão da Dívida Ativa da União em 14.10.96, da Secretaria da Fazenda do Distrito Federal em 30.12.96, do FGTS em 11.1.2.96, e do INSS em 23.12.96; d) informe, no prazo de 30 dias, as providências adotadas para recuperação do cheque devolvido sem fundo de n.º 100.017 do UNIBANCO, no valor de R$ 1.755,71 (um mil, setecentos e cinqüenta e cinco reais e setenta e um centavos), emitido por Antonio Teles Góes Irmão, procedendo aos registros contábeis pertinentes (subitem 1.1.1.1.1.2 do citado relatório de Prestação de Contas DAIN/SUAUD); e) observe na elaboração das Demonstrações Financeiras o disposto nos artigos 176 a 188 da Lei n.º 6.404/76, suas alterações, e legislações pertinentes; f) cumpra nos registros patrimoniais os princípios fundamentais de Contabilidade, nos termos da Resolução n.º 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade e da Lei n.º 6.404/76; g) proceda ao devido tombamento dos bens patrimoniais de propriedade dessa empresa, identificados nos termos de responsabilidade juntados ao Relatório da Comissão de Inventário Físico de Bens Móveis e Imóveis referente ao exercício de 1996; h) adote medidas efetivas para corrigir os saldos invertidos existentes nas contas do Ativo Permanente intituladas "Urbanizações" e "Veículos - IPC/90"; i) observe criteriosamente o disposto no § 1º do art. 148 do Regimento Interno desta Corte; j) controle e acompanhe adequadamente as movimentações dos bens patrimoniais, estabelecendo procedimentos eficientes e eficazes; k) tome as devidas providências para receber o valor de R$ 26.353,53 (vinte e seis mil, trezentos e cinqüenta e três reais e cinqüenta e três centavos), pago a menos pela firma Makro Atacadista S/A, devido à aplicação de reajuste a menos sobre o valor do instrumento de concessão de uso, noticiado no subitem 1214 do referido relatório de Prestação de Contas da SEFP, e, não se obtendo êxito, instaure Tomada de Contas Especial nos termos do art. 9º da Lei Complementar º 01/94, c/c o art. 2º da Emenda Regimental nº 1/98: Período - Ago/95 a jul/96; Aluguel recebido (correção IPC-R) 87.686,50; Reajuste - 35,30%; Aluguel Correção IGP – DI - 100.810,27; Reajuste % - 55,50; Diferença em R$ 13.123,77. Período - Ago/96 a jun/97; Aluguel recebido (correção IPC-R) 106.323,84; Reajuste – 11,10%; Aluguel Correção IGP – DI - 119.553,60; Reajuste % - 8,70; Diferença em R$ 13.229,76. Total - Aluguel recebido (correção IPC-R) 194.010,34; Aluguel Correção IGP – DI - 220.363,87; Diferença em R$ 26.353,53; VII. sobrestar o julgamento das contas em apreço até que esta Corte aprecie em definitivo as medidas propostas no item VI, letras "a", "b", "c" e "k" das sugestões de fl. 83.

PROCESSO Nº 4478/98 - Resultado de inspeção realizada na Fundação Zoobotânica do Distrito Federal em cumprimento ao Plano Setorial de Ação - PSA 1998. - DECISÃO Nº 0980/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu: a) tomar conhecimento do resultado da referida auditoria, bem como da documentação de fls. 06/188; b) determinar à FZDF que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências, o que será objeto de verificação em futura auditoria: b.1 - reiterar, junto ao INSS, os pedidos de confirmação das certidões de tempo de serviço ainda não atendidos parágrafo 10 do relatório (fl. 191); b.2 - retificar as averbações de tempo de serviço deferidas aos servidores MANOEL GOMES VIEIRA, FELIX DA SILVA SANTAREM E JOÃO VIEIRA EVANGELISTA, objeto das Instruções de Serviço "P" de nos 159, 80 e 134, respectivamente de 27/04/1995, 22/05/1997 e 10/04/1996, para considerá-las apenas para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos do art. 103 da Lei n.º 8112/90, efetuando o ressarcimento ao Erário das quantias recebidas indevidamente, nos termos do art. 46, da Lei n.º 8112/90 (item VII do relatório - fls. 193/195); b.3 - excluir das remunerações dos seus servidores as parcelas referentes: "planos Bresser e Verão"; "reajuste de 100 % INPC - março/1985" e "equiparação com a FHDF", sendo estas pagas sobre a rubrica "Complementação de Vencimentos"; "Gratificação de representação de gabinete"; "Horas extras incorporadas"; "Auxílio para diferença de caixa" e "Adicional de periculosidade", que integram a rubrica "Vantagem pessoal". Concomitantemente, deverá ser verificado, caso a caso, a ocorrência de redução salarial, comparando-se a totalidade da remuneração praticada no momento imediatamente anterior com a vigente a partir da edição da Lei n.º 82/89. Caso seja constatada diferença a menos, esta deverá ser paga como vantagem pessoal nominalmente identificada, atualizando-se o seu valor até a presente data mediante a aplicação dos índices gerais de reajuste concedidos pelo governo do Distrito Federal; b.4 - rever a forma de pagamento do adicional de periculosidade, para adequá-lo a legislação efetivamente em vigor, haja vista que os dispositivos da Lei n.º 8270/91 só seriam aplicáveis se a mesma fosse recepcionada no âmbito do Distrito Federal; b.5 - adotar, em relação à incorporação dos chamados "quintos" de outra esfera de governo, o procedimento previsto na orientação contida no Processo n.º 1437/81, Decisão n.º 13170/95: "... omissis ... II - determinar à Secretaria de Administração do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, faça a correlação do cargo em comissão exercido pela inativa na área federal, que serviu para incorporação de vantagens aos seus proventos, com o cargo do GDF ao qual ficará enquadrada, a partir de 09/12/93, data da Decisão nº 7172/93, deste Tribunal. Tal correlação deverá levar em conta, em relação aos dois cargos: compatibilidade de atribuições, níveis de responsabilidade e complexidade, e remuneração, considerando, inclusive, a incidência da GADF no cargo exercido na União." c) dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente a título de vantagens "celetistas", haja vista a boa-fé em sua percepção; d) considerar correto o pagamento da parcela oriunda do aproveitamento dos servidores do convênio FZDF/Embrater; e) autorizar a remessa de cópia do Relatório de Auditoria à Fundação Zoobotânica, para ciência e orientação no atendimento das medidas determinadas.

Publicados no DODF nº 54, de 19/3/99, págs. 11 e 12, respectivamente.

Na ata da Sessão Ordinária nº 3399, de 11.3.99, na parte relatada pelo Conselheiro JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, a decisão correta adotada no Processo nº 0821/95 é a seguinte:

PROCESSO Nº 0821/95 (apenso o de nº 030.014.448/94) - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Administração do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial. - DECISÃO Nº 1206/99.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: a) relevar o atraso da defesa apresentada pelo Sr. Raimundo Ribeiro da Silva e tomar conhecimento da mesma, considerando-a improcedente; b) com esteio no § 1º do art. 13 da Lei Complementar nº 1/94, cientificar o nominado responsável dos termos desta decisão.

Publicado no DODF nº 54, de 19/3/99, pág. 22.

SEÇÃO II

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 20.122, DE 25 DE MARÇO DE 1999

Delega competência que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso XXI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e tendo em vista o disposto na alínea "d" do item VII do artigo 2º da Lei nº 408, de 13 de janeiro de 1993, decreta:

Art. 1º Fica delegada ao Secretário de Fazenda competência para representar o Distrito Federal nos ajustes referentes a recebimento de doações de bens imóveis.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 25 de março de 1999
111º da República e 39º de Brasília
JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

DECRETOS DE 25 DE MARÇO DE 1999

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, **RESOLVE:**

Nomear HUGO NOGUEIRA DINORAH SILVA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-11, de Assessor do Diretor Geral, do Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

Tornar sem efeito o Decreto de 1º de março de 1999, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 41, de 02 de março de 1999, página 15, que nomeou **EVARISTO CUBAS**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-08, de Chefe da Seção de Serviços Gerais, da Administração Regional do Lago Norte, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

Nomear **FABIANO BEZERRA DE MIRANDA**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-11, de Assessor da Coordenação Para Assuntos Internacionais, da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

Nomear **ANGELO FERNANDO FERNANDES**, para exercer o Cargo em Comissão, símbolo DFG-12, de Diretor da Divisão de Administração Geral, da Administração Regional de São Sebastião, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Nomear **PALMELINA FERNANDES FELICIANO**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Diretor da Divisão Regional de Desenvolvimento Social, da Administração Regional de São Sebastião, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Nomear **HÉLIO VILELA DE CARVALHO**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Diretor da Divisão Regional de Licenciamento de Obras, da Administração Regional de São Sebastião, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Nomear **MARA DE FÁTIMA DOS SANTOS ARAÚJO**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-11, de Chefe do Núcleo de Ordenamento Territorial, da Gerência de Planejamento, da Administração Regional de São Sebastião, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Tornar sem efeito o Decreto de 25 de fevereiro de 1999, publicado no Diário Oficial nº 39, de 26 de fevereiro de 1999, que Nomeou **ANA CLÁUDIA TEIXEIRA PIRES**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Diretor da Divisão Regional de Licenciamento de Obras, da Administração Regional de São Sebastião, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Tornar sem efeito o Decreto de 25 de fevereiro de 1999, publicado no Diário Oficial nº 39, de 26 de fevereiro de 1999, que Nomeou **MARIA HELENA ARAÚJO**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Diretor da Divisão Regional de Desenvolvimento Social da Administração Regional de São Sebastião, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal

Tornar sem efeito o Decreto de 25 de fevereiro de 1999, publicado no Diário Oficial nº 39, de 26 de fevereiro de 1999, que Nomeou **CIENE SODRÉ DE OLIVEIRA**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-11, de Assessor do Administrador Regional de São Sebastião, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Nomear **MARIA TEREZINHA MACHADO DA CRUZ**, para exercer o Cargo em Comissão, símbolo DFA-03, de Secretária Administrativa da Divisão Regional de Serviços Públicos, da Administração Regional de Sobradinho, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Nomear SANDRA ALMEIDA REZENDE LEITE, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-13, de Assessor da Diretoria de Planejamento, do Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal.

Nomear **PEDRO FRANCISCO FERNANDES FILHO**, para exercer o Cargo em Comissão, símbolo DFA-08, de Assistente da Divisão Regional de Obras da Administração Regional de Sobradinho, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Nomear **RENATO SOUZA SILVA**, para exercer o Cargo em Comissão, símbolo DFG-10, de Chefe do Serviço de Fiscalização de Zona Rural da Divisão Regional de Fiscalização de Obras e Posturas da Administração Regional de Sobradinho, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Nomear **LÚCIO EDUARDO LIMA DE SOUZA**, para exercer o Cargo em Comissão, símbolo DFG-12, de Diretor da Divisão Regional de Licencimento, da Administração Regional de Sobradinho, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Nomear **CLÁUDIO PONTES JUNQUEIRA**, para exercer o Cargo em Comissão, símbolo DFG-10, de Chefe Do Serviço de Exame e Aprovação de Projetos da Divisão Reigonal de Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos, da Administração Regional de Sobradinho, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Nomear **ARISTÓTELES NUNES FILHO**, para exercer o Cargo em Comissão, símbolo DFG-02, de Encarregado da Seção de Transporte da Divisão de Administração Geral da Administração Regional de Sobradinho, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Nomear **GILSON JOSÉ ASSIS GUIMARÃES**, para exercer o Cargo em Comissão, símbolo DFG-05, de Chefe da Seção de Transporte da Divisão de Administração Geral da Administração Regional de Sobradinho, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Nomear **VERA LÚCIA FERREIRA DOS SANTOS**, para exercer o Cargo em Comissão, símbolo DFA-03, de Secretária Administrativa da Divisão de Administração Geral da Administração Regional de Sobradinho, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Nomear **ARISTIDES COELHO NETO**, para exercer o Cargo em Comissão, símbolo DFG-11, de Chefe do Núcleo de Ordenamento Territorial, da Gerência de Planejamento, da Administração Regional de Sobradinho, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Nomear **LÉLIA DE ALMADA HORTA MADSEN**, para exercer o Cargo em Comissão, símbolo DFG-12, de Gerente de Planejamento, da Gerência de Planejamento, da Administração Regional de Sobradinho, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Vice-Governadoria do Distrito Federal.

Nomear **ANA PAULA SALIM BASTOS DE LIMA SANTOS**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-05, de Assistente, da Divisão de Proteção ao Consumidor, da Subsecretaria de Defesa do Consumidor – PROCON, da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

Exonerar **MARIANA VANESSA DO NASCIMENTO SANTOS**, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-10, de Chefe do Serviço de Atendimento e Orientação, da Subsecretaria de Defesa do Consumidor – PROCON, da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

Exonerar **ISA REGINA MORAES FLORES**, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-10, de Assessora do Posto de Atendimento Regional, da Administração Regional de Taguatinga, da Subsecretaria de Defesa do Consumidor – PROCON, da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

Exonerar **ADRIANO BEZERRA DE MOURA**, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-05, de Assistente, da Divisão de Proteção ao Consumidor, da Subsecretaria de Defesa do Consumidor – PROCON, da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

Exonerar **JOSEANE CECÍLIA DE SOUZA SANTOS**, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-11, de Assessora de Gabinete, da Subsecretaria de Defesa do Consumidor – PROCON, da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

Exonerar **FABIANO BEZERRA DE MIRANDA**, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-10, de Assessor da Assessoria Técnica, da Subsecretaria de Defesa do Consumidor – PROCON, da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

Exonerar **MARIA DA PAZ DIAS DA SILVA**, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Chefe do Posto de Atendimento Regional da Administração de Taguatinga, da Subsecretaria de Defesa do Consumidor – PROCON, da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

Nomear **MÉRCIA MARIA MACIEL DE FREITAS**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Chefe do Posto de Atendimento Regional da Administração de Taguatinga, da Subsecretaria de Defesa do Consumidor – PROCON, da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

Exonerar **MÉRCIA MARIA MACIEL DE FREITAS**, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-12, de Assessora do Posto Regional da Administração de Brazlândia, da Subsecretaria de Defesa do Consumidor – PROCON, da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

Nomear CESIVALDO DA SILVA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado do Serviço de Apoio, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Transportes do Distrito Federal.

Nomear CELSO DE ARRUDA LEITE FILHO, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-05, de Encarregado da Gerência de Fiscalização e Vistoria, do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos, da Secretaria de Transportes do Distrito Federal.

Nomear JAIR DE OLVEIRA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-05, de Encarregado da Gerência de Recursos Humanos, do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos, da Secretaria de Transportes do Distrito Federal.

Nomear, **GENER COSTA SANTOS**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-08, de Assistente da Divisão Regional de Obras, da Administração Regional de Ceilândia, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

Nomear DELCIDES RODRIGUES PEREIRA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe do Núcleo de Conservação Rodoviária, do 5º Distrito Rodoviário, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear GUILHERME RIBEIRO DE REZENDE, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe do Núcleo de Patrimônio, da Divisão de Material e Serviços, da Diretoria Administrativa e Financeira, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear FRANCISCO MACHADO DA SILVA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-13, de Chefe da Divisão Industrial, da Diretoria de Manutenção e Produção Industrial do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

EXONERAR, a pedido, ***EDNA LÚCIA LOPES FERNANDES***, matrícula nº 45.185-1, da Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Vice-Diretor da Escola Classe 19 de Ceilândia da Divisão Regional de Ensino de Ceilândia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***RENATA LOPES CORDEIRO***, matrícula nº 65.662-3, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Vice-Diretor da Escola Classe 19 de Ceilândia da Divisão Regional de Ensino de Ceilândia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***MARIA DE FÁTIMA CASTRO DE SOUZA***, matrícula nº 66.407-3, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Diretor da Escola Classe 26 de Ceilândia da Divisão Regional de Ensino de Ceilândia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

EXONERAR, por estar sendo Nomeada para outro cargo, ***MARIA DE FÁTIMA CASTRO DE SOUZA***, matrícula nº 66.407-3, da Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Vice-Diretor da Escola Classe 26 de Ceilândia da Divisão Regional de Ensino de Ceilândia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***MARTA MARIA SILVA ANDRADE DAMIÃO***, matrícula nº 42.992-9, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Vice-Diretor da Escola Classe 26 de Ceilândia da Divisão Regional de Ensino de Ceilândia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***SANDRA CRISTINA ANTUNES CARVALHO***, matrícula nº 27.306-6, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Vice-Diretor da Escola Classe 316 Norte da Divisão Regional de Ensino do Plano Piloto e do Cruzeiro da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***MARIA FILOMENA TÓRRES FERREIRA***, matrícula nº 61.193-X, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Vice-Diretor do Jardim de Infância 208 Sul da Divisão Regional de Ensino do Plano Piloto e do Cruzeiro da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***VIVIANE VIEIRA VENTURA***, matrícula nº 68.327-2, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Diretor do Jardim de Infância 208 Sul da Divisão Regional de Ensino do Plano Piloto e do Cruzeiro da Fundação Educacional do Distrito Federal.

EXONERAR, por estar sendo Nomeada para outro cargo, ***VIVIANE VIEIRA VENTURA***, matrícula nº 68.327-2, da Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Vice-Diretor do Jardim de Infância 208 Sul da Divisão Regional de Ensino do Plano Piloto e do Cruzeiro da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***SILMENIA JOSÉ PEREIRA***, matrícula nº 37.017-7, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Vice-Diretor da Escola Classe Estância da Divisão Regional de Ensino de Planaltina da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***SUELY MARIA DOS SANTOS RIBEIRO***, matrícula nº 53.976-7, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Diretor da Escola Classe Estância da Divisão Regional de Ensino de Planaltina da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***MARIA LUIZA TAVARES RODRIGUES***, matrícula nº 23.396-X, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Vice-Diretor da Escola Classe 113 Norte da Divisão Regional de Ensino do Plano Piloto e do Cruzeiro da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***ANTONIA LOPES MONTEIRO***, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-08, de Chefe da Seção de Apoio à Aprendizagem do Deficiente Sensorial da Divisão de Ensino Especial do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***MARIA DO CARMO RAMOS BRANDÃO***, matrícula nº 60.725-8, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-06, de Diretor do Centro Interescolar de Educação Física do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***SUELY SANTOS ALVES***, matrícula nº 22.991-1, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-06, de Chefe de Secretaria Escolar do Centro de Educação para o Trabalho do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***CLAUDEMIR NOGUEIRA DOS SANTOS PAIXÃO***, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-05, de Secretário Datilógrafo da Diretoria Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***WILTON ARAÚJO CÂMARA***, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-03, de Secretário-Datilógrafo da Divisão de Informática do Departamento Geral de Administração da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***RAQUEL DE ALMEIDA MONTENEGRO***, matrícula nº 20.739-X, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-03, de Secretário-Datilógrafo da Divisão de Material do Departamento Geral de Administração da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***PAULA TIMPONI SANTABOIA NOGUEIRA***, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-09, de Assistente da Divisão de Material do Departamento Geral de Administração da Fundação Educacional do Distrito Federal.

TORNAR SEM EFEITO o Decreto de Nomeação de ***VIVIANE ARONOWICZ CURI***, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-08, de Chefe da Seção de Estudos e Projetos da Divisão de Engeharia e Arquitetura do Departamento Geral de Administração da Fundação Educacional do Distrito Federal, publicado no DODF nº 18, página 13, de 26 de janeiro de 1999.

TORNAR SEM EFEITO o Decreto de Nomeação de ***ANTÔNIO AUGUSTO ROCHA LOPES***, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-08, de Chefe da Seção de Obras da Divisão de Engenharia e Arquitetura do Departamento Geral de Administração da Fundação Educacional do Distrito Federal, publicado no DODF nº 18, página 14, de 26 de janeiro de 1999.

NOMEAR ***ALLIED GONÇALVES TONIN***, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-08, de Chefe da Seção de Obras da Divisão de Engenharia e Arquitetura do Departamento Geral de Administração da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***IVANI MARIA CAIXETA MENDES PAMPLONA ARAÚJO***, matrícula nº 57.168-7, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-08, de Chefe da Seção de Estudos e Projetos da Divisão de Engenharia e Arquitetura do Departamento Geral de Administração da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***HELENICE DANTAS JARDIM DE AGUIAR***, matrícula nº 53.135-9, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-03, de Secretário-Datilógrafo da Divisão de Engenharia e Arquitetura do Departamento Geral de Administração da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***RENÊ PEREIRA***, matrícula nº 53.173-1, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-08, de Chefe da Seção de Topografia, Cadastro e Arquivo Técnico da Divisão de Engenharia e Arquitetura do Departamento Geral de Administração da Fundação Educacional do Distrito Federal.

ASSINATURA SEMESTRAL

Retirada no Anexo do Palácio do Buriti	Remessa via Correios
R$ 87,12	R$ 223,08

Anexo do Palácio do Buriti
telefones: (061) 225-7803
316-4137 e 213-6312

NOMEAR ***LUIS ROBERTO MARTINS PINHEIRO***, matrícula nº 60.944-7, para exercer a Fundação Gratificada, Símbolo FG-04, de Assistente da Escola de Música de Brasília do Deparetamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***ATAÍDE DE MATTOS***, matrícula nº 73.140-4, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Assistente da Escola de Música de Brasília do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***CLÁUDIA COUTO SIGILIÃO***, matrícula nº 78.306-4, para exercer a Função Gratificada, Simbolo FG-04, de Assistente da Escola de Música de Brasília do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***SANDRA APARECIDA BRANDÃO MAIA***, matrícula nº 91.614-5, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Assistente da Escola de Música de Brasília do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***MARIA DO LIVRAMENTO GUEDES SALVIANO***, matrícula nº 67.835-X, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Assistente da Escola de Música de Brasília do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***FLORISMAR GOES CARDOSO***, matrícula nº 97.443-9, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-06, de Chefe de Secretaria Escolar da Escola de Música de Brasília do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***GLEICE MOREIRA OLIVEIRA***, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-06, de Chefe de Secretaria Escolar do Centro Interescolar de Educação Física do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***CARLA ADRIANA BRITO SOARES***, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-03, de Secretário-Datilógrafo do Centro de Educação Física e Desporto Escolar do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***VERA LÚCIA PALMEIRA***, matrícula nº 61.834-9, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-08, de Chefe da Seção de Apoio e Aprendizagem ao Superdotado da Divisão de Ensino Especial do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***ROBERTO NÓBREGA***, matrícula nº 58.795-8, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-09, de Assistente do Centro de Educação Física e Desporto Escolar do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***PAULO ROBERTO DA SILVEIRA LIMA***, matrícula nº 63.626-6, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-08, de Chefe da Seção de Desporto Escolar do Centro de Educação Física e Desporto Escolar do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***MAGDA MACHADO GOMES***, matrícula nº 60.949-8, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Assistente do Centro Interescolar de Educação Física do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***MANOEL LUIZ PIMENTEL SOARES***, matrícula nº 66.644-0, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-05, de Vive-Diretor do Centro Interescolar de Educação Físicado Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***CLÁUDIA RIBEIRO DE CARVALHO SANTOS***, matrícula nº 23.045-6, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-03, de Secretário-Datilógrafo da Divisão de Ensino Especial do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***ÁDIMA VARGAS DE OLIVEIRA***, matrícula nº 77.083-3, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Chefe de Secretaria Escolar da Escola Classe 06 do Gama da Divisão Regional de Ensino do Gama da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***ALENOIR DE SOUZA***, matrícula nº 67.843-0, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Chefe de Secretaria Escolar da Escola Classe Casa Grande da Divisão Regional de Ensino do Gama da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***ELEN MÁRCIA GUERRA***, matrícula nº 29.038-6, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-04, de Chefe de Secretaria Escolar do Centro de Ensino de 1º Grau 104 Recanto das Emas da Divisão Regional de Ensino do Gama da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***ANA CLÁUDIA COUTINHO DE CARVALHO DE SOUSA***, matrícula nº 49.993-5, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-04, de Chefe de Secretaria Escolar do Centro de Ensino de 1º Grau 115 Recanto das Emas da Divisão Regional de Ensino do Gama da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***MOACIR MENEZES RODRIGUES***, matrícula nº 30.882-X, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-04, de Chefe de Secretaria Escolar do Centro de Ensino de 1º Grau 206 Recanto das Emas da Divisão Regional de Ensino do Gama da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***MARLUCE SOCORRO FERNANDES FERREIRA***, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-04, de Chefe de Secretaria Escolar do Centro de Ensino de 1º Grau 16 de Taguatinga da Divisão Regional de Ensino de Taguatinga da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***NARA CRISTINA DO PRADO FONSECA BIAS***, matrícula nº 63.989-3, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-06, de Diretor do Centro Educacional 02 de Taguatinga da Divisão Regional de Ensino de Taguatinga da Fundação Educacional do Distrito Federal.

EXONERAR, por estar sendo Nomeada para outro cargo, ***NARA CRISTINA DO PRADO FONSECA BIAS***, matrícula nº 63.989-3, da Função Gratificada, Símbolo FG-05, de Vice-Diretor do Centro Educacional 02 de Taguatinga da Divisão Regional de Ensino de Taguatinga da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***RAQUEL AYAKO WATANABE***, matrícula nº 61.892-6, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-05, de Vice-Diretor do Centro Educacional 02 de Taguatinga da Divisão Regional de Ensino de Taguatinga da Fundação Educacional do Distrito Federal.

EXONERAR, por estar sendo Nomeada para outro cargo, ***RAQUEL AYAKO WATANABE***, matrícula nº 61.892-6, da Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Assistente da Divisão Regional de Ensino de Taguatinga da Fundação Educacional do Distrito Federal.

EXONERAR, a pedido, ***LAERTE DE SOUZA JÚNIOR***, matrícula nº 65.105-2, da Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Diretor da Escola Classe 26 de Ceilândia da Divisão Regional de Ensino de Ceilândia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***ELVIRA NOGUEIRA BRITO OLIVEIRA***, matrícula nº 45.643-8, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Diretor do Jardim de Infância 305 Sul da Divisão Regional de Ensino do Plano Piloto e do Cruzeiro da Fundação Educacional do Distrito Federal.

EXONERAR, por estar sendo Nomeada para outro cargo, ***ELVIRA NOGUEIRA BRITO OLIVEIRA***, matrícula nº 45.643-8, da Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Vice-Diretor do Jardim de Infância 305 Sul da Divisão Regional de Ensino do Plano Piloto e do Cruzeiro da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***RENATA SAYÃO ARAÚJO MANSO***, matrícula nº 26.118-1, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Vice-Diretor do Jardim de Infância 305 Sul da Divisão Regional de Ensino do Plano Piloto e do Cruzeiro da Fundação Educacional do Distrito Federal.

EXONERAR, por estar sendo Nomeada para outro cargo, a contar de 26 de fevereiro, ***IRENE RUTE DE***

FREITAS, matrícula nº 45.091-X, da Função Gratificada, Símbolo FG-02 de Vice-Diretora da Escola Classe 512 de Samambaia da Divisão Regional de Ensino de Samambaia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

EXONERAR, por estar sendo Nomeada para outra função, ***JERÔNIMA APARECIDA MONTEIRO DE SOUZA***, matrícula nº 41.566-9, da Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Vice-Diretor da Escola Classe INCRA 09 da Divisão Regional de Ensino de Brazlândia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***JERÔNIMA APARECIDA MONTEIRO DE SOUZA***, matrícula nº 41.566-9, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Diretor da Escola Classe INCRA 09 da Divisão Regional de Ensino de Brazlândia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***MAGDA PEREIRA CARVALHO BELTRÃO***, matrícula nº 29.911-1, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Chefe de Secretaria Escolar da Escola Classe 04 de Planaltina da Divisão Regional de Ensino de Planaltina da Fundação Educacional do Distrito Federal.

EXONERAR, a pedido, a contar de 10 de fevereiro de 1999, ***LUIZ CLÁUDIO RIBEIRO***, matrícula nº 63.397-6, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Chefe de Secretaria Escolar da Escola Classe 04 de Planaltina da Divisão Regional de Ensino de Planaltina da Fundação Educacional do Distrito Federal.

EXONERAR, por estar sendo Nomeada para outro cargo, ***NOÊMIA CRISÓSTOMO PEREIRA***, matrícula nº 94.962-0, da Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Vice-Diretor da Escola Classe 01 de Taguatinga da Divisão Regional de Ensino de Taguatinga da Fundação Educacional do Distrito Federal.

EXONERAR, por estar sendo Nomeado para outro cargo, ***ROMERO ANDERSON SANTANA PEREIRA***, matrícula nº 53.422-6, da Função Gratificada, Símbolo FG-05, de Diretor do Centro de Ensino de 1º Grau 04 de Brasília da Divisão Regional de Ensino do Plano Piloto e do Cruzeiro da Fundação Educacional do Distrito Federal.

EXONERAR, a pedido, ***FERNANDO JOSÉ CRUZ***, matrícula nº 27.445-3, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Vice-Diretor da Escola Classe 303 de Samambaia da Divisão Regional de Ensino de Samambaia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

TORNAR SEM EFEITO o Decreto de Nomeação de ***CRISTIANE ALVES PEREIRA***, matrícula nº 49.994-3, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-01, de Chefe de Secretaria Escolar da Escola Classe Rural Curralinho da Divisão Regional de Ensino de Brazlândia da Fundação Educacional do Distrito Federal, publicado no DODF nº 26, de 05 de fevereiro de 1999, página 19.

TORNAR SEM EFEITO o Decreto de Nomeação de ***ANA CARMINA PINTO DANTAS SANTANA CRAVO***, matrícula nº 59.724-4, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Chefe da Seção Integração Escola Comunidade da Divisão Regional de Ensino do Paranoá da Fundação Educacional do Distrito Federal.

EXONERAR, ***INÊS MARIA DE ARRUDA***, matrícula nº 71.764-9, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-11, de Diretor da Divisão Regional de Ensino do Gama da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***INÊS MARIA DE ARRUDA***, matrícula nº 38.564-6, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-11, de Diretor da Divisão Regional de Ensino do Gama da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA PAULA***, matrícula nº 62.831-X, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-09, de Assistente da Divisão de Engenharia e Arquitetura do Departamento Geral de Administração da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***BEATRIZ FERNANDES ALVES BITTAR***, matrícula nº 58.096-1, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-09, de Assistente da Divisão de Engenharia e Arquitetura do Departamento Geral de Administração da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***CARLOS ANTONIO DA SILVA SOBREIRA***, matrícula nº 61.320-7, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Chefe do Setor de Topografia da Divisão de Engenharia e Arquitetura do Departamento Geral de Administração da Fundação Educacional do Distrito Federal.

EXONERAR, a pedido, a contar de 1º de fevereiro de 1999, ***ANDREA RODRIGUES ANHOLETE***, matrícula nº 29.162-5, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-08, de Chefe da Seção de Desenvolvimento da Divisão de Informática do Departamento Geral de Administração da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***ANA CARMINA PINTO DANTAS SANTANA CRAVO***, matrícula nº 59.724-4, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-09, de Assistente da Divisão de Ensino Médio do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***SÉRGIO RUST***, matrícula nº 57.637-9, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Chefe do Setor de Execução de Exames do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***ADRIANA CAMPOS UCHÔA***, matrícula nº 59.227-7, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Diretor do Centro de Educação Física e Desporto Escolar do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***MARIA TEREZA BARBOSA XAVIER***, matrícula nº 42.118-9, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Chefe do Setor de Programação e Aquisição da Divisão de Apoio Escolar do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***SYLOANE ASSUNÇÃO LIMA CRUZ***, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-09, de Assistente da Divisão de Ensino Médio do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***MARIA GALIANA DE SOUSA***, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Diretor da Divisão de Ensino Médio do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***SHIRLEY GUIMARÃES PIMENTA***, matrícula nº 67.661-6, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-03, de Secretário-Datilógrafo da Divisão de Ensino Fundamental do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***GLEICI APARECIDA TORRES MENDES RODRIGUES***, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Assistente da Divisão de Ensino Fundamental do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***ROMERO ANDERSON SANTANA PEREIRA***, matrícula nº 53.422-6, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-09, de Assistente do Centro de Educação Física e Desporto Escolar do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***CÁTIA DE QUEIROZ DOMINGUES***, matrícula nº 37.323-0, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Diretor da Escola da Natureza, do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

EXONERAR ***IRACEMA CAVALCANTE DE PAULA***, matrícula nº 62.625-2, da Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Diretor da Escola da Natureza do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***ALESSANDRA BOMFIM CAVALCANTE***, matrícula nº 27.726-6, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-01, de Assistente da Escola da Natureza do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***EDNÉA SILVEIRA BRAGA PASSOS***, matrícula nº 77.090-6, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Chefe da Seção de Expediente da Divisão Regional de Ensino de Taguatinga da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***ELIANA MOYSÉS MUSSI FERRARI***, matrícula nº 77.226-7, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-09, de Assistente da Divisão Regional de Ensino de Taguatinga da Fundação Educacional do Distrito Federal.

EXONERAR, por estar sendo Nomeada para outro cargo, ***ELIANA MOYSÉS MUSSI FERRARI***, matrícula nº 77.226-7, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Chefe da Seção de Coordenação Pedagógica da Divisão Regional de Ensino de Taguatinga da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***NOÊMIA CRISÓSTOMO PEREIRA***, matrícula nº 94.962-0, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Chefe da Seção de Coordenação Pedagógica da Divisão Regional de Ensino de Taguatinga da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***MARIA MARTA ALVES DE ALCÂNTARA***, matrícula nº 44.953-9, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Chefe da Seção de Apoio Escolar da Divisão Regional de Ensino de Taguatinga da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***SIMONE CRISÓSTOMO DE QUEIROZ***, matrícula nº 49.991-9, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-03, de Secretário-Datilógrafo da Divisão Regional de Ensino de Taguatinga da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***LÉIA RIBEIRO TONETE***, matrícula nº 43.742-5, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-03, de Secretário-Datilógrafo da Divisão Regional de Ensino de Santa Maria da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***JOÃO BATISTA COELHO***, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Chefe de Secretaria Escolar da Escola Classe 20 do Gama da Divisão Regional de Ensino do Gama da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***LINDALVA PAULA LIMA***, matrícula n.º 45.803-1, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-04, de Chefe de Secretaria Escolar do Centro Integrado do Ensino Especial do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

EXONERAR, ***DORIVAL CANEZIN***, matrícula nº 71.799-1, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Chefe da Seção de Expediente da Divisão Regional de Ensino de Sobradinho da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***JEANNE VELOSO PEIXOTO***, matrícula nº 61.548-X, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Chefe da Seção de Expediente da Divisão Regional de Ensino de Sobradinho da Fundação Educacional do Distrito Federal.

EXONERAR, a pedido, ***MARTA REGINA MORAIS SIMÕES***, matrícula nº 67.002-2, da Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Vice-Diretor da Escola Classe 01 do Guará da Divisão Regional de Ensino do Guará da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***FAELMA BARROS CORREIA***, matrícula nº 40.274-5, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Vice-Diretor da Escola Classe 01 do Guará da Divisão Regional de Ensino do Guará da Fundação Educacional do Distrito Federal.

EXONERAR, a pedido, ***ALMERINDA RODRIGUES DE LIMA***, matrícula nº 48.351-6, da Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Diretor da Escola Classe Lobeiral da Divisão Regional de Ensino de Sobradinho da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***LEILA MARIA FERNANDES PENEDO***, matrícula nº 74.222-8, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Diretor da Escola Classe Lobeiral da Divisão Regional de Ensino de Sobradinho da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***IVANA CRISTINA EUCLIDES DA SILVA***, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Chefe de Secretaria Escolar da Escola Classe Estância de Planaltina da Divisão Regional de Ensino de Planaltina da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***WILMA ANAECE NERI***, matrícula nº 47.102-X, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Diretor da Escola Classe Reino das Flores da Divisão Regional de Ensino de Planaltina da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***MATILDES DA ROSA CARDOSO***, matrícula nº 68.758-8, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Diretor da Escola Classe Itapeti da Divisão Regional de Ensino de Planaltina da Fundação Educacional do Distrito Federal.

EXONERAR, a pedido, ***JOSÉ OZIZ CARDOSO PINTO***, matrícula nº 58.447-9, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Chefe de Secretaria Escolar da Escola Classe Estância de Planaltina da Divisão Regional de Ensino de Planaltina da Fundação Educacional do Distrito Federal.

EXONERAR ***ELISABETE CAVALCANTE DE SOUZA***, matrícula nº 40.657-0, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Chefe de Secretaria Escolar da Escola Classe Capão Seco da Divisão Regional de Ensino de Planaltina da Fundação Educacional do Distrito Federal.

EXONERAR, por estar sendo Nomeada para outro cargo, ***STELA RODRIGUES PEREIRA***, matrícula nº 45.081-2, da Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Vice-Diretor do Centro de Ensino de 1º Grau 02 de Samambaia da Divisão Regional de Ensino de Samambaia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***STELA RODRIGUES PEREIRA***, matrícula nº 45.081-2, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-06, de Diretor do Centro de Ensino de 1º Grau 02 de Samambaia da Divisão Regional de Ensino de Samambaia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***EMILIA MARIA COSTA E ARRUDA***, matrícula nº 67.596-2, para exercer o Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Vice-Diretor do Centro de Ensino de 1º Grau 02 de Samambaia da Divisão Regional de Ensino de Samambaia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

EXONERAR, a pedido, a contar de 09 de março de 1999, ***ANA LÚCIA FARIAS DE OLIVEIRA***, matrícula nº 23.773-6, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Chefe da Seção de Apoio Escolar da Divisão Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***ANDRÉ LUIZ DE SOUZA CASTRO***, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Chefe do Setor de Construções da Divisão de Engenharia e Arquitetura do Departamento Geral de Administração da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***JUNIA ELIZABETH MENDES RIBEIRO***, matrícula nº 48.746-5, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-02, de Vice-Diretor do Jardim de Infância 316 Sul da Divisão Regional de Ensino do Plano Piloto e do Cruzeiro da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***FREDERICO HABERMAN***, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Chefe do Setor Gráfico da Divisão de Serviços Gerais do Departamento Geral de Administração da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***ELENA MARGARITA HERRERA PERAZA***, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-11, de Assessor de Gabinete da Diretoria Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***MARCELO ANTÔNIO PAIVA***, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Chefe do Setor de Manutenção Física de Patrimônio da Divisão de Patrimônio do Departamento Geral de Administração da Fundação Educacional do Distrito Federal.

EXONERAR ***HELENA OLIVEIRA BARBOSA***, matrícula nº 56.952-6, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Chefe do Setor de Programação de Compras da Divisão de Material do Departamento Geral de Administração da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***ALIOMAR PINTO DE CASTRO***, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Chefe do Setor de Programação de Compras da Divisão de Material do Departamento Geral de Administração da Fundação Educacional do Distrito Federal.

EXONERAR, a contar de 24 de março de 1999, ***VANESSA TEREZINHA ALVES TENTES***, matrícula nº 43.442-6, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-06, de Chefe da Seção de Planejamento da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação da Diretoria Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***IOMARA MARIA PEREIRA***, matrícula nº 23.974-7, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-08, de Chefe da Seção de Orientação Educacional da Divisão de Ensino Fundamental do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***RITA DE CÁSSIA MORENO SAMPAIO***, matrícula nº 68.067-2, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-03, de Secretário-Datilógrafo da Divisão de Serviços Gerais do Departamento Geral de Administração da Fundação Educacional do Distrito Federal.

EXONERAR ***TATIANE CARDOSO DO NASCIMENTO***, matrícula nº 71.787-8, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-03, de Secretário-Datilógrafo da Divisão de Serviços Gerais do Departamento Geral de Administração da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***LUCI CLENIDE VIEIRA DE SOUZA***, matrícula nº 73.677-5, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-08, de Chefe da Seção de Promoções Culturais do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***NÚBIA VANESSA MOTA TORQUATO***, matrícula nº 35.587-9, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Assistente da Escola Técnica Industrial de Taguatinga do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***MARIA JANETE DE FARIA***, matrícula nº 78.386-2, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Assistente da Escola Técnica Industrial de Taguatinga do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***RAIMUNDO NONATO ALVES PAMPLONA***, matrícula nº 79.682-4, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Assistente da Escola Técnica Industrial de Taguatinga do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***ONOFRE VITO DA SILVA***, matrícula nº 53.620-2, para exercer a Função Gratificada, Símbolo FG-04, de Assistente da Escola Técnica Industrial de Taguatinga do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***DAISY MARIA COLLET DE ARAÚJO LIMA***, matrícula nº 56.444-3, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-08, de Chefe da Seção de Apoio à Profissionalização da Divisão de Ensino Especial do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***MÁRCIA ALESSANDRI PORTILHO***, matrícula nº 47.412-6, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-08, de Chefe da Seção de Diagnóstico e Apoio Psicopedagógico e Social da Divisão de Ensino Especial do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

Nomear **SAMUEL BATISTA MELO,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-06, de Chefe da Seção de Transportes Setorial do Departamento de Engenharia e Mecanização Agrícola da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal.

Tornar sem efeito o Decreto de 12 de março de 1999, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal n.º 52, de 17 de março de 1999, página 16, que nomeou **CLARIVAL MOREIRA DE PAIVA,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-06, de Chefe da Seção de Expediente do Departamento Agropecuário da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal.

Tornar sem efeito o Decreto de 12 de março de 1999, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal n.º 52, de 17 de março de 1999, página 16, que nomeou **KATIA REGINA RODRIGUES,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-06, de Chefe da Seção de Registros Contábeis Fiscais do Departamento de Comercialização de Material Agropecuário da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal.

Nomear **KATIA REGINA RODRIGUES,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-06, de Chefe da Seção de Expediente do Departamento Agropecuário da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal.

Nomear, FABÍOLA BERENICE PACHECO, para exercer o Cargo em Comissão, Código DFA-03, de Secretário Administrativo, do Coordenador de Desenvolvimento Urbano, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal.

Nomear ROGÉRIO NASCIMENTO MOURA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Coordenador do Plantão Técnico, do Centro de Educação, Integração e Apoio a Menores e Famílias, da Diretoria de Operações, da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições de que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Nomear **FRANCISCO FLAUZINO DIAS,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado de Equipamentos. Rodoviários do 1º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear **JOAQUIM ANTÔNIO RIBEIRO,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado de Lubrificação I do 1º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear **LINDONOR G. DOS REIS,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-01, de Encarregado de Obras de Arte II do 1º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear **SEBASTIÃO AUGUSTO DE OLIVEIRA,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado de Manutenção. Rodoviária II do 1º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear **MÁRIO DA CONCEIÇÃO RODRIGUES DA PAIXÃO,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado de Equipamento. Rodoviários do 2º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear **JOSÉ SOUSA RAMOS,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado de Lubrificação I do 2º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear **JOSÉ ALVES MOREIRA,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-01, de Encarregado de Obras de Arte II do 2º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear **JOSÉ AMAURI DE CARVALHO,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado de Manutenção Rodoviária II do 2º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear **LUIZ DE ALMEIDA FREIRE,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado de Equipamentos Rodoviários do 3º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear **DIVINO SEBASTIÃO RIBEIRO,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado de Lubrificação I do 3º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear **ARTUR PEREIRA DA CONCEIÇÃO,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-01, de Encarregado de Obras de Arte II do 3º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear **VALDEMAR FRANCISCO BARBOSA,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado de Manutenção Rodoviária II do 3º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear ELIAN AVELAR OLIVEIRA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-06, de Assistente da Procuradoria Jurídica, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear PEDRO PAULO CORDEIRO CARAPITO, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Gerente de Controle, da Coordenação de Planejamento, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear MARIA GORETTI DA SILVA PRADO, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe do Núcleo de Contratos e Convênios, da Coordenação de Planejamento, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear OSMAR QUIRINO DA SILVA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Gerente de Análise e Programação, do Centro de Informatização, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear SANDRA CRISTINA GOMES DURÃES, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-04, de Secretário Administrativo I, da Diretoria Geral, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear ANDRÉA FRANÇA DO NASCIMENTO, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-04, de Secretário Administrativo I, da Diretoria Geral, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear JOÃO BATISTA ROMUALDO DA SILVA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-11, de Assessor da Diretoria Geral, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Exonerar MARIA ANTONIA DA SILVA SOARES, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-06, de Assistente da Diretoria Geral, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear JOSÉ MORBECK NETO, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-06, de Assistente da Diretoria Geral, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear MARIA ANTONIA DA SILVA SOARES, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe do Núcleo de Biblioteca, da Diretoria Administrativa e Financeira, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Exonerar MARIA SÔNIA OLIVEIRA DE MORAIS, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-06, de Assistente da Coordenação de Planejamento, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear JOSIAS SAMPAIO CAVALCANTE JUNIOR, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Gerente de Projetos, da Divisão de Estudos e Projetos da Diretoria Técnica, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear ROBERTO LÊDA SALDANHA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Gerente de Orçamento de Obras, da Divisão de Estudos e Projetos da Diretoria Técnica, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear OSMAR FRANCISCO RIBEIRO, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe do Núcleo de Topografia, da Divisão de Estudos e Projetos da Diretoria Técnica, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear CARLOS ALBERTO MUNDIM PENA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-13, de Chefe da Divisão de Tecnologia, da Diretoria Técnica, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear CARMO AUGUSTO DE CAMPOS CURADO, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Gerente de Geotecnia, da Divisão de Tecnologia da Diretoria Técnica, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear PAULO ROBERTO DA SILVA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Gerente de Geologia e Pesquisa, da Divisão de Tecnologia da Diretoria Técnica, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear JÚLIO ALVES, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe do Núcleo de Tráfego, da Divisão de Tecnologia, da Diretoria Técnica, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear CLAUBER SANTOS CAMPELLO, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Gerente de Pavimento, da Divisão de Tecnologia da Diretoria Técnica, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear LUIZ CARLOS MARTINS ROZ, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe do Núcleo de Detalhamento de Projetos, da Divisão de Estudos e Projetos, da Diretoria Técnica, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear JOSÉ FLORENTINO CAIXETA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Gerente de Estudos e Topografia, da Divisão de Estudos e Projetos, da Diretoria Técnica, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear CÉLIA MARIA SIQUEIRA LEAL, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-13, de Chefe da Divisão de Material e Serviços da Diretoria Administrativa e Financeira, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear IVANILDES LIRA DOUDEMENT, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe do Núcleo de Comunicação e Documentação da Divisão de Material e Serviços da Diretoria Administrativa e Financeira, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear NILSON MARCOS DOS REIS, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe do Núcleo de Serviços Gerais da Divisão de Material e Serviços da Diretoria Administrativa e Financeira, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear CARLOS GERALDO CAIXETA CRUZ, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-13, de Chefe da Divisão de Orçamento e Finanças, da Diretória Administrativa e Financeira, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear ELIÉSIO DA SILVA NUNES, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Gerente de Contabilidade, da Divisão de Orçamento e Finanças, da Diretoria Administrativa e Financeira, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear RONEI FERREIRA DE VASCONCELOS, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Chefe de Tesouraria, da Diretoria Administrativa e Financeira, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear TÂNIA CAETANO DA SILVA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Gerente de Administração de Pessoal, da Divisão de Recursos Humanos, da Diretoria Administrativa e Financeira, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear ELIANE CAVALCANTE SANTOS, , para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe do Núcleo de Recrutamento, Seleção e Treinamento de Pessoal, da Divisão de Recursos Humanos, da Diretoria Administrativa e Financeira, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear RICARDO FAVA CORSATTO, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe do Núcleo de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, da Divisão de Recursos Humanos, da Diretoria Administrativa e Financeira, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Exonerar SUELI BARBOSA DE SOUSA, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-06, de Assistente da Diretoria Administrativa e Financeira, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear SUELI BARBOSA DE SOUZA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe do Núcleo de Almoxarifado, da Divisão de Material e Serviços, da Diretoria Administrativa e Financeira, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear RAIMUNDO DE SOUSA LIMA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe do Núcleo de Operação do 3º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear JOÃO JOSÉ DE DEUS, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe do Núcleo de Operação do 4º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear JOÃO LUÍS DE MIRANDA E SILVA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe do Núcleo de Levantamento Topográfico do 4º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear VAINI OLIVEIRA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Gerente de Obras do 4º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear JOÃO ALBERTO LEGEY DE SIQUEIRA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Gerente de Conservação do 4º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear CÍCERO PEREIRA DE FARIA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe do Núcleo de Conservação Rodoviária do 4º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear JOÃO BATISTA FERREIRA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo do 4º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear OSMÍRIO CÂNDIDO DE BARROS, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe do Núcleo de Operação do 5º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear MARIA DE FÁTIMA MENDONÇA DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Gerente de Obras, do 5º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear WANDERLEY GONÇALVES NERES, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo do 1º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear ANTONIO NERES DE SOUZA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe do Núcleo de Consrvação Rodoviária do 1º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear JOSÉ VICENTE FILHO, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe do Núcleo de Operação do 1º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear LAURO DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Gerente de Conservação do 1º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear FABER CASAL, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Gerente de Conservação do 2º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear ADALBERTO DE LIMA SABATE, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo do 2º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear GILMAR FERREIRA DE LIMA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe do Núcleo de Levantamento Topográfico do 2º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear PAULO ISIDORO DA SILVA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe do Núcleo de Conservação Rodoviária do 2º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear SEBASTIÃO LUIZ DE SOUSA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe do Núcleo de Operação do 2º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear ELCY OZÓRIO DOS SANTOS, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Gerente de Conservação do 3º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear JOSÉ VIDAL DA MOTA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo do 3º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear ADÃO RIBEIRO DA SILVA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe do Núcleo de Levantamento Topográfico do 3º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear JILMÁ OLIVEIRA COSTA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe do Núcleo de Conservação Rodoviária do 3º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear VITOR CÉSAR BATISTA AVEIRO, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-13, de Chefe da Divisão de Manutenção, da Diretoria de Manutenção e Produção Industrial, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear WILAME MOURA SILVA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe do Núcleo de Asfalto, da Diretoria de Manutenção e Produção Industrial, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear LUIZA LUNA NASCIMENTO, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo, da Divisão de Manutenção, da Diretoria de Manutenção e Produção Industrial, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear WANDERLY GONÇALVES NERES, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe do Núcleo de Transportes, da Divisão de Manutenção, da Diretoria de Manutenção e Produção Industrial, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear JOSÉ EUSTÁQUIO DE LIMA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe do Núcleo de Manutenção Volante, da Divisão de Manutenção, da Diretoria de Manutenção e Produção Industrial, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear HELIANA PEREIRA DE SOUZA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo, da Divisão Industrial, da Diretoria de Manutenção e Produção Industrial, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear JOSÉ CÂNDIDO DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe do Núcleo de Fabricação de Placas, da Divisão Industrial, da Diretoria de Manutenção e Produção Industrial, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Designar LUIZ MARUNO, para responder, interinamente, pelo Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Gerente de Produção, da Divisão Industrial, da Diretoria de Manutenção e Produção Industrial, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear **VALDECI BUENO KUHN,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado de Equipamentos Rodoviários do 3º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear **VALTER LÚCIO PEREIRA,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado de Lubrificação I do 4º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear **COSME LUIZ DE OLIVEIRA,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-01, de Encarregado de Obras de Arte II do 4º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear **SAULO LUIZ RAMOS,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado de Manutenção Rodoviária II do 4º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear **DOMINGOS GOMES DE BRITO,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado de Equipamentos Rodoviários do 5º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear **MANOEL PEREIRA DA SILVA**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado de Lubrificação I do 5º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear **DOMINGOS FRANCISCO NETO,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-01, de Encarregado de Obras de Arte II do 5º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear **NICANOR SIMÃO DE SÁ,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado de Manutenção Rodoviária II do 5º Distrito Rodoviário, da Diretoria de Obras, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear **VANDERLEY DE JESUS JOAQUIM DA ROSA,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado de Almoxarifado I, da Diretoria de Administrativa e Financeira, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear **BALTAZAR HENRIQUE MARIANO DE ALMEIDA,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado da Zeladoria do Ed. Sede I, da Diretoria de Administrativa e Financeira, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear **EDSON ENEDINO DAS CHAGAS,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado de Vigilância I, da Diretoria de Administrativa e Financeira, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear **PEDRO PAULO DA SILVA,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado de REPROGRAFIA I, da Diretoria de Administrativa e Financeira, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear **SUELENE BARBOSA DA TRINDADE,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-04, de Secretário Administrativo I, da Divisão de Estudos e Projetos da Diretoria Técnica, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear **HAMILTON DE PAULA PEREIRA,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Chefe do Núcleo de Laboratório De Asfalto e Concreto, da Divisão de Tecnologia da Diretoria Técnica, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear **PAULO BENEVAL CAVALCANTE,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-01, de Encarregado de Lavagem, Borracharia e Lubrificação II, da Divisão de Manutenção da Diretoria de Manutenção e Produção Industrial, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear **JOSÉ RODRIGUES DE SOUSA,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado de Transportes da Sede I, da Divisão de Manutenção da Diretoria de Manutenção e Produção Industrial, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear **RICARDO CASTRO SILVA,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-01, de Encarregado de Torno e Serralheria II, da Divisão de Manutenção da Diretoria de Manutenção e Produção Industrial, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear **JOSÉ BARBOSA DE SOUSA,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado de Lanternagem e Pintura I, da Divisão de Manutenção da Diretoria de Manutenção e Produção Industrial, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear **ALBERTO PAULINO,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado de Veículos a Diesel I, da Divisão de Manutenção da Diretoria de Manutenção e Produção Industrial, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear **VICENTE MOREIRA DE ASSIS,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-01, de Encarregado de Máquinas Pesadas I, da Divisão de Manutenção da Diretoria de Manutenção e Produção Industrial, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear **JOSÉ CARLOS MENDES DE SOUSA,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02 de Encarregado de Revisão e Regulagem de Veículos I, da Divisão de Manutenção da Diretoria de Manutenção e Produção Industrial, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear **JOSÉ NUNES DE SOUSA,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02 de Encarregado de Eletricidade de Rede e Veículos I, da Divisão de Manutenção da Diretoria de Manutenção e Produção Industrial, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear **SEBASTIÃO DE SOUZA DIAS,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-01, de Encarregado de Ferramentaria II, da Divisão de Manutenção da Diretoria de Manutenção e Produção Industrial, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Nomear **JOSÉ MARIA PINHEIRO CUNHA,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02 de Encarregado de Pré-Moldados e Gabiões I, da Divisão Industrial da Diretoria de Manutenção e Produção Industrial, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Exonerar a pedido, o servidor RUI CORRÊA VIEIRA, matrícula nº93.068-7 do cargo em comissão de Assessor do Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, símbolo DFA-11,a partir de 05 de março de 1.999.

Dispensar a pedido, o servidor RUI CORRÊA VIEIRA, matrícula nº93.068-7 de responder pelo cargo de Coordenador de Planejamento do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, símbolo DFG-14, a partir de 05 de março de 1.999.

NOMEAR ***MARIA IZABEL DA SILVA***, matrícula nº 53.975-9, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-11, de Diretor da Divisão de Orientação e Assistência do Departamento de Inspeção do Ensino da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
NOMEAR ***JOBECI CORREA MONTEIRO***, matrícula nº 23.148-7, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Chefe da Seção de Expediente do Departamento de Inspeção do Ensino da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
NOMEAR ***NYRES MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA***, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-05, de Chefe da Seção de Autenticação da Vida Escolar da Divisão de Orientação e Assistência do Departamento de Inspeção do Ensino da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
NOMEAR ***FRANCISCA DE FÁTIMA ARAÚJO DE ARRUDA***, matrícula nº 49.567-0, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-05, de Assistente da Divisão de Reconhecimento e Inspeção do Departamento de Inspeção do Ensino da Secretaria de Educação do Distrito Federal..

EXONERAR **MARIA DO SOCORRO MENEZES,** do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-05, de Asssitente da Gerência de Estudo e Apoio ao Planejamento Regional, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Secretaria de Governo.

Nomear MARLY CRISTINA BARROS, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-11, de Chefe da Divisão de Estudos Técnico, do Departamento do Sistema Viário, da Secretaria de Transportes do Distrito Federal.

Nomear ANTONIO DE PÁDUA SILVA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-06, de Gerente Administrativo, da Diretoria Executiva, da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

Nomear **IDELMA SILVA**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-10, de Secretário Executivo da Secretaria da Solidariedade do Distrito Federal.

Nomear **MANOEL FERNANDES OLÍMPIO GONÇALVES**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo do Departamento de Execução Programática, da Secretaria da Solidariedade do Distrito Federal.

Nomear **RENATO DA SILVA FERREIRA**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Chefe do Núcleo de Cestas do Departamento de Execução Programática, da Secretaria da Solidariedade do Distrito Federal.

Nomear **AMARO SOARES DA SILVA**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado do Serviço de Apoio da Divisão de Administração Geral, da Secretaria da Solidariedade do Distrito Federal.

Tornar sem efeito o Decreto de 15 de março de 1999, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 51, de 16 de março de 1999, que nomeou **ALDELITA DE SOUZA VAZ**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo do Departamento de Execução Programática, da Secretaria da Solidariedade do Distrito Federal.

Tornar sem efeito o Decreto de 15 de março de 1999, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 51, de 16 de março de 1999, que nomeou **AUGUSTO CRISTIANO GOMES DA SILVA**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado do Serviço de Apoio da Divisão de Administração Geral, da Secretaria da Solidariedade do Distrito Federal.

Tornar sem efeito o Decreto de 15 de março de 1999, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 51, de 16 de março de 1999, que nomeou **NEUZA DE ARAÚJO CALDAS**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Chefe do Núcleo de Cestas do Departamento de Execução Programática, da Secretaria da Solidariedade do Distrito Federal.

Tornar sem efeito o Decreto de 15 de março de 1999, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 51, de 16 de março de 1999, que nomeou **DJALMA ALVES CALDAS**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-10, de Secretário Executivo da Secretaria da Solidariedade do Distrito Federal.

Nomear **ARITANAN LIMA DA SILVA**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-05, de Assistente, da Divisão de Economia e Fomento, da Secretaria de Turismo, Lazer e Juventude do Distrito Federal.

Tornar sem efeito o Decreto de 16 de março de 1999, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 52, de 17 de março de 1999, que nomeou **CHRISTINA VIEIRA DE OLIVEIRA**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Encarregado do Serviço de Pessoal da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Agricultura do Distrito Federal.

Tornar sem efeito o Decreto de MISLENE PORTELA SOARES, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-03, de Secretário Executivo, da Secretaria de Turismo, Lazer e Juventud do Distrito Federal, publicado no DODF nº 58, página 14, de 25 de março de 1999.

Nomear **LUIZ CLÁUDIO DA COSTA**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-11, de Assessor de Gabinete, da Subsecretaria de Defesa do Consumidor – PROCON, da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 100, Incisos XXVI e XXVII da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:
NOMEAR ***GREICE RODOR DE ARAÚJO GONÇALVES***, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-05, de Secretário da Diretoria Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal.
EXONERAR, por estar sendo Nomeada para outro cargo, ***MARIA JOSÉ COUTINHO MOREIRA***, matrícula nº 31.769-1, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-05, de Chefe da Seção de Reconhecimento e Inspeção do 2º Grau da Divisão de Reconhecimento e Inspeção do Departamento de Inspeção do Ensino da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
NOMEAR ***CAROLINA DE SOUZA VALENTE***, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-05, de Secretário do Departamento Geral de Administração da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***MÔNICA SOUZA CARNEIRO DE MENDONÇA***, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Chefe do Setor de Supervisão do Ensino Rural da Divisão de Ensino Fundamental do Deparetamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***KATALIN CAIASA SOUSA TAVARES***, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-03, de Secretário-Datilógrafo da Divisão de Ensino Fundamental do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***FÁTIMA REGINA BORELLI DE ALMEIDA***, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-11, de Assessor de Gabinete da Diretoria Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal.

EXONERAR, a pedido, ***JOSÉ ROBERTO ILHA BARBOSA DA SILVA***, matrícula nº 71.784-3, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-11, de Assessor de Gabinete da Diretoria Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***EDNA COUTO BARROS***, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe da Seção de Planejamento da Diretoria Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***SIRLEY OLIVEIRA DE AZEVEDO***, matrícula nº 30.126-4, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Chefe do Setor de Promoções Artísticas do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***CLÁUDIA RACHID MACHADO***, matrícula nº 26.765-1, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Chefe do Setor do Ensino Regular Noturno da Divisão de Ensino Fundamental do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***MARILDA DIAS DA SILVA***, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Chefe do Setor de Práticas do Trabalho da Divisão de Ensino Fundamental do Departamento de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

NOMEAR ***AMÉLIA MENDES BATISTA***, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-11, de Assessor do Conselho de Educação do Distrito Federal.

NOMEAR ***LUIS CARLOS SANTOS RIBEIRO***, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-05, de Secretário do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério do Distrito Federal-FUMDEVAM da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

NOMEAR ***FERNANDA AFONSO CAIXETA***, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-05, de Assistente da Divisão de Programação e Controle do Departamento de Planejamento Educacional da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

NOMEAR ***RICARDO VERÍSSIMO MOUTINHO DE CARVALHO RIOS***, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-05, de Assistente da Divisão de Pesquisa do Departamento de Planejamento Educacional da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

NOMEAR ***MARIA DO ROSÁRIO DA SILVA CARDOSO***, matrícula nº 75.465-X, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-11, de Diretor da Divisão de Orientação e Assistência do Departamento de Inspeção do Ensino da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

NOMEAR ***MARIA JOSÉ COUTINHO MOREIRA***, matrícula nº 31.769-1, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-13, de Diretor da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação da Diretoria Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal.
NOMEAR ***SANDRA SCHMITT MONTEIRO***, matrícula nº 31.187-1, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-06, de Chefe da Seção de Pesquisa e Avaliação da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação da Diretoria Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal.
NOMEAR ***JOSÉ ALUÍZIO FERREIRA LIMA***, matrícula nº 84.782-8, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-10, de Vice-Diretor da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação da Diretoria Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal.
NOMEAR ***CLEIDYMAR RAMOS DE MOURA XAVIER***, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-08, de Assistente da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação da Diretoria Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal.

Nomear **EDUARDO ALVES MOREIRA,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-09, de Assistente, da Gerência de Crédito Assistido, do Departamento de Ocupação e Renda da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda.

Exonerar, por estar sendo nomeado para outro cargo, **MEIRE LUCE CAMPOS PINHEIRO,** matrícula nº 93.332-5, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-09, de Assistente, da Gerência de Crédito Assistido, do Departamento de Ocupação e Renda da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda.

Nomear **MEIRE LUCE CAMPOS PINHEIRO,** matrícula nº 93.332-5, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-11, de Assessor, da Gerência de Fomento ao Artesanato, do Departamento de Ocupação e Renda da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ

RETIFICAÇÃO

No Decreto publicado no DODF nº 31, de 12 de fevereiro de 1999, página 9, parte relativa à Secretaria de Fazenda:
Onde se lê: "Nomear DENISE ANDRÉIA ASSIS ROCHA DOS SANTOS..., da Divisão de Operações Especiais do Departamento Geral de Patrimônio da Subsecretaria de Finanças...";
Leia-se: "Nomear DENISE ANDRÉIA ASSIS ROCHA DOS SANTOS..., da Divisão de Operações Patrimoniais do Departamento Geral de Patrimônio da Subsecretaria de Finanças...".

No Decreto de 09 de março de 1999, publicado no DODF nº 47 de 10 de março de 1999, que nomeou **HUDSON ANDRADE AQUINO**, para exercer o Cargo em Comissão de Gerente da Coordenação de Zoonoses do Instituto de Saúde do Distrito Federal, Símbolo DFG-12, do Quadro de Cargos em Comissão do Instituto de Saúde do Distrito Federal:
- ONDE SE LÊ: ...para exercer o Cargo em Comissão de Gerente de Coordenação de Zoonoses...
- LEIA-SE: ...para exercer o Cargo em Comissão de Gerente da Gerência de Controle de Zoonoses ...

No Decreto de 05 de março de 1999, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 45, de 08 de março de 1999, página 15, que nomeou **EXPEDITO GOMES APARECIDO DE CONCEIÇÃO**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-05, de Chefe da Seção de Bancas de Jornais e Revistas , da Administração Regional de Santa Maria, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, da Secretaria de Governo do Distrito Federal.

Onde se lê: Nomear, **EXPEDITO GOMES APARECIDO DE CONCEIÇÃO,** para o exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-05,...

Leia-se: Nomear **EXPEDITO APARECIDO GOMES DA CONCEIÇÃO,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo, DFG-05, ...

No Decreto de 24 de março de 1999 , publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 58, de 25 de março de 1999, que nomeou, **MANOEL VIEIRA MACHADO,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo II, da Gerência de Projetos Urbanísticos do Distrito I, da Diretoria de Estudos e Projetos, do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal.

Onde se lê: Nomear **MANOEL VIEIRA MACHADO** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03...,

Leia-se: Nomear **MANOEL VIEIRA DE SOUZA MACHADO**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo II, da Gerência de Projetos Urbanísticos do Distrito I, da Diretoria de Estudos e Projetos, do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal.

No Decreto de 09 de fevereiro de 1999, publicado no DODF nº 029, de 10/02/99, da Secretaria de Cultura, na página 25/26:

Onde se lê: Nomear **MARIA FAGUNDES**, do Cargo em Comissão de Assessora, código DFA-11, da Coordenadoria do Programa de Integração e Intercâmbio Cultural ...
Leia-se: Nomear **MARIA FAGUNDES DE SOUSA**, do Cargo em Comissão de Assessora, Código DFA-11, da Coordenadoria do Programa de Integração e Intercâmbio Cultural ...

Tomar sem efeito o Decreto que exonerou **MARIA FAGUNDES**, para exercer o Cargo em Comissão de Assessora, Código DFA-12, da Coordenadoria do Programa de Integração e Intercâmbio Cultural da Secretaria de Cultura do Distrito Federal, publicado no DODF nº 054 de 19/03/99.

Exonerar **MARIA FAGUNDES DE SOUSA**, do Cargo em Comissão de Assessora, Código DFA-11, da Coordenadoria do Programa de Integração e Intercâmbio Cultural da Secretaria de Cultura do Distrito Federal, a partir de 25/03/99, por ter sido nomeada para exercer outro cargo em comissão.

No Decreto de 24 de março de 1999 , publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 58, de 25 de março de 1999, página 15, que nomeou, **MARIA BENEDITA SOLANO,** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe do Serviço de Controle do Arquivo de Processo de Veículos, do Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

Onde se lê: Nomear **MARIA BENEDITA SOLANO** para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09...,

Leia-se: Nomear **MARIA BENEDITA MIRANDA SOLANO**, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-09, de Chefe do Serviço de Controle do Arquivo de Processo de Veículos, do Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

No Decreto de 24 de março de 1999, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 58, de 25 de março de 1999, página 14, que nomeou LEONICE DA CONCEIÇÃO FERREIRA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-03, de Encarregado da Divisão de Registros de Taguatinga, do Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

Onde se lê: ... de Encarregado da Divisão de Registros de Taguatinga, do Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

Leia-se : ... de Encarregado da Divisão Regional de Taguatinga, do Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

No Decreto de 24 de março de 1999, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 58, de 25 de março de 1999, página 14, que nomeou LUCIANA BRASILEIRO DOS SANTOS, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-05, de Chefe da Seção de Apoio Administrativo, do Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

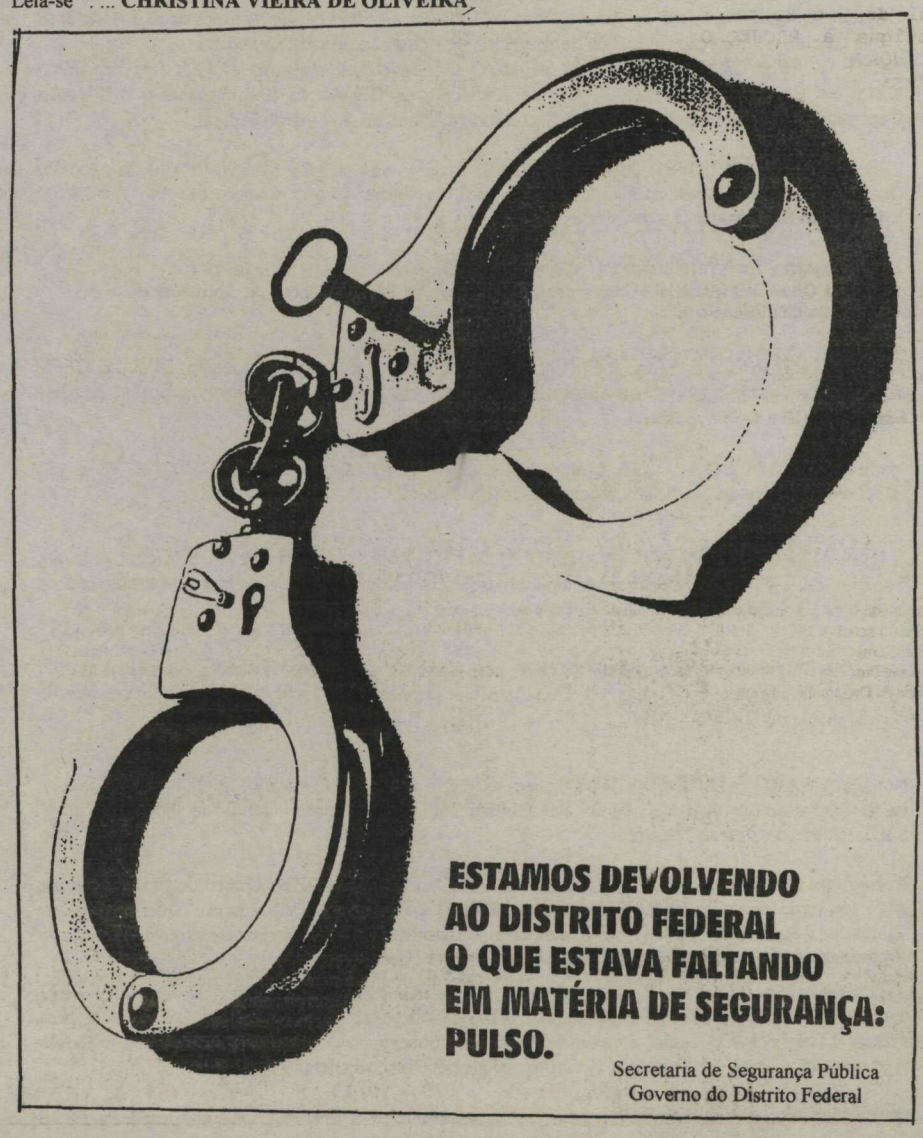
Onde se lê: ... de Chefe da Seção de Apoio Administrativo, do Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

Leia-se : ... de Chefe da Seção de Apoio Administrativo, da Divisão Regional de Brasília, do Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

No Decreto de 24 de março de 1999, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 58, de 25 de março de 1999, página 15, que nomeou CRISTINA VIEIRA DE OLIVEIRA, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-05, de Assistente da Divisão de Controle de Veículos, do Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

Onde se lê: ... **CRISTINA VIEIRA DE OLIVEIRA**...

Leia-se : ... **CHRISTINA VIEIRA DE OLIVEIRA**



VICE-GOVERNADORIA

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 63, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1999

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRASÍLIA-RA-I, no uso da competência que lhe é atribuída pelo item XXXIII, do Artigo 64 do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº.16.246, de 29 de dezembro de 1994, resolve:
I – **DESIGNAR** o servidor FRANCISCO GERÔNIMO DE OLIVEIRA Servente/NOVACAP,como membro em substituição ao servidor **IVO FELICIANO DA SILVA**, Assistente DAG, para compor a Comissão de Inventário Físico dos Bens Patrimoniais Móveis e Imóveis da Administração Regional de Brasília, instituída através da Ordem de Serviço n.º 049/98 de 24/02/99, publicada no DODF n.º 41 de 02/03/99 pág. 28.
II – Prorrogar por 30 dias o prazo para conclusão dos trabalhos objeto da Ordem de Serviço supracitada.

MARCOS ARRUDA DA CUNHA REGO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 64, DE 24 DE MARÇO DE 1999

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRASÍLIA-RA-I, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XLVI, do artigo 64, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 16.246, de 29 de dezembro de 1994,e o que consta no MEMO. nº 021/99-STR, de 18/03/99 resolve:
CONCEDER, Licença **NOJO** ao servidor **HUMBERTO LUIZ MAGALHÃES**, matrícula nº 39.259-6, Técnico de Administração pública, 3ª Classe, Padrão IV, por 08 (oito) dias no período de 10 de março de 1999 à 17 de março de 1999, no termos do artigo 97, inciso III, alínea "B", da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, tendo em vista o constante da Certidão de Óbito nº 32869, Livro nº C-0102, Folhas nº 209, Cartório de 1º ofício de Notas, Registro Civil e Protestos Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas.

MARCOS ARRUDA DA CUNHA REGO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 65, DE 24 DE MARÇO DE 1999

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRASILIA, no uso da competência que lhe é atribuída pelo íten XLVI, do Artigo 64 do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 16.246, de 29 de dezembro de 1.994, resolve:
Designar a Inspetora de Obras, Denise Maria Azevedo M. Lisboa, Matrícula nº 91.313-8, executor do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso Sobre Imóvel do Distrito Federal 008/98, da área pública contígua à PROJEÇÃO 11, DA SQ/NORTE 211, (NUMERAÇÃO PREDIAL = SHC/NORTE SQ 211 BLOCO " D ") firmado entre o Distrito Federal e a Principal Empreendimentos Imobiliários e Construções Ltda.

MARÇOS ARRUDA DA CUNHA REGO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 11, DE 24 DE MARÇO DE 1999

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRAZLÂNDIA, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o constante do processo nº 133.000.061/97, resolve:
Designar a Servidora ELIETE FERREIRA DA SILVA, Chefe da Seção de Documentação e Comunicação Administrativa - SDCA, Matrícula nº 44.452-9, como executora do ajuste de que trata o Termo Padrão nº 04/96, que tem por objeto a locação de uma Máquina Copiadora, Ampliadora e Redutora, no exercício de 1999, conforme Tomada de Preço nº 001/97. Ao executor caberá supervisionar, fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços, em observância às Normas de Execução Orçamentária e Financeira do Distrito Federal.

ELIOVALDO JOSÉ FERREIRA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 18, DE 24 DE MARÇO DE 1999

O Administrador Regional da Candangolândia, no uso de suas atribuições legais resolve:
Designar o servidor EULER JUNQUEIRA PEREIRA matrícula n º 94.098-4, Diretor da Divisão Regional de Obras e Serviços Públicos, como supervisor, da Obra de restauração da Igreja São José Operário, localizada na EC 22 - Candangolândia/DF. Conforme Processo n º 147.000.451/98, em substituição ao servidor MARCELO GALIMBERTI NUNES matrícula 41.023-3, Analista de Orçamento e Finanças.

JOÃO DANTAS DOS SANTOS

ORDEM DE SERVIÇO Nº 19, DE 24 DE MARÇO DE 1999

O Administrador Regional da Candangolândia, no uso de suas atribuições legais resolve:
Designar o servidor EULER JUNQUEIRA PEREIRA matrícula n º 94.098-4, Diretor da Divisão Regional de Obras e Serviços Públicos, como supervisor, do projeto de exploração do Shopping de Plantas e Lanchonete da Praça das Nações da Candangolândia. Conforme Processo n º 147.000.181/97, em substituição ao servidor MARCELO GALIMBERTI NUNES matrícula 41.023-3, Analista de Orçamento e Finanças.

JOÃO DANTAS DOS SANTOS

ORDEM DE SERVIÇO Nº 20, DE 24 DE MARÇO DE 1999

O Administrador Regional da Candangolândia, no uso de suas atribuições legais resolve:
Designar o servidor EULER JUNQUEIRA PEREIRA matrícula n º 94.098-4, Diretor da Divisão Regional de Obras e Serviços Públicos, como supervisor, da obra de construção do Ginásio de Múltiplas Funções com quadras poliesportiva na Candangolândia. Conforme Processo n º 147.000.482/97, em substituição ao servidor MARCELO GALIMBERTI NUNES matrícula 41.023-3, Analista de Orçamento e Finanças.

JOÃO DANTAS DOS SANTOS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA

ORDEM DE SERVIÇO DE 25 DE MARÇO DE 1999

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO GAMA, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no Artigo 7º do Decreto nº 13.447, de 17 de setembro de 1991, resolve:
Conceder ao servidor PAULO ROBERTO GOMES RODRIGUES, matrícula nº 40.755-0, Fiscal de Posturas, a Indenização de Transporte prevista no Decreto acima mencionado.
Para fazer jús ao pagamento da concessão, caberá ao servidor beneficiado a observância dos requisitos estabelecidos no artigo 5º, § 1º e 2º do Decreto nº 13.447, de 17.09.91, com a prestação de relatórios mensais dos serviços externos realizados.
Caberá a Chefia do servidor a observância das normas estabelecidas no Decreto.

VICENTE DE PAULO RIBEIRO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ

ORDEM DE SERVIÇO Nº 44, DE 24 DE MARÇO DE 1999

O Administrador Regional do Guará , no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XLVI, artigo 53, do Regimento Interno da Administração Regional do Guará, aprovado pelo Decreto n.º 16.247, de 29 de dezembro de 1994 , resolve: CONCEDER INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTES, aos servidores abaixo.

Nome	Matrícula	CARGO	DATA
HUDSON CARLOS DE BARROS	95.303-2	ENC. DA SEÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS / DRO	23/03/99
ALEXANDRE AUGUSTO DE SOUSA	94.859-4	ASSISTENTE DA DIV. REG. DE OBRAS	23/03/99

DIVINO ALVES

ORDEM DE SERVIÇO Nº 46, DE 25 DE MARÇO DE 1999

O Administrador Regional do Guará, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 53, inciso XLVI, do Regimento Interno da Administração Regional do Guará, aprovado pelo Decreto nº 16.247 de 29 de dezembro de 1994,e considerando o disposto no despacho às fls.02, do processo nº 137.000003 6/99 da Presidente da Comissão de Inventário Patrimonial Físico dos bens móveis e imóveis desta RA-X, resolve: DESIGNAR a servidora PATRÍCIA TAMEIRÃO DE MOURA GOLDINHO, matrícula nº 39.782-2, para substituir a servidora JULIANE MIRANDA DA SILVA, matrícula nº 42.865-5, na referida comissão, em virtude da remoção da mesma para a Secretaria de Saúde, e PRORROGAR por 30(trinta) dias o prazo concedido para conclusão dos trabalhos.

DIVINO ALVES

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA

ORDEM DE SERVIÇO DE 24 DE MARÇO DE 1999

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas através do inciso XXIII, Artigo 53, do Decreto nº 16.247, de 29.12.94, que aprovou o Regimento Interno da Administração Regional e considerando o disposto do Artigo 99 do Decreto nº 16.098, de 29.11.95, das Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, resolve:
Designar ***VALÉRIA DE MACEDO XAVIER***, matrícula nº 46.301-9, Chefe da Seção de Pessoal e como substituta eventual ***STELLA MARIA ALVIM***, matrícula nº 22.802-8, Técnico de Administração Pública, como responsáveis pela prestação de contas do vale - transporte, conforme o Artigo 99 do Decreto das Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal.

NILTON GONÇALVES GUIMARÃES

ADMINISTRACÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 23 DE MARÇO DE 1999

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SAMAMBAIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 53, inciso XXXII, do Decreto 16.247 de 29 de dezembro de 1994, combinado com o artigo 73, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e, ainda, o constante no processo nº 142000828/98, resolve:

DESIGNAR, Comissão composta pelos servidores ROGÉRIO AMARAL, matrícula 26.000-9, Chefe do Núcleo de Ordenamento Territorial RA XII, Engenheiro Civil – CREA: 3.420/D-DF MARISTELA PEREIRA DA SILVA, matrícula 92.164-5, Analista de Administração Pública, Arquiteta – CREA: 7.391/D-DF, MARGARET BARBOZA GOMES, matrícula 94.798-9, Diretora da Divisão Regional de Fiscalização de Obras e Posturas da RA XII, Arquiteta – CREA 3.171/D-DF, para receberem definitivamente as Obras de Execução de Reforma das Quadras de Esportes na QS-310/312, QN 512/514, QS 120/122, QN 408/410, área Especial para Esportes da QN 311, QS 619/621, QN 403/405, QS 431/433, QN 415/417 e área Especial para Esportes da QN 421 situadas em Samambaia-DF., mediante termo de Recebimento Circunstanciado, até o dia 08/04/1999.

JOSÉ ADENAUER ARAGÃO LIMA

CASA MILITAR

PORTARIAS DE 25 DE MARÇO DE 1999

O CHEFE DA CASA MILITAR DO GABINETE DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 36, inciso X, do Regimento do Gabinete do Governador do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 15.064, de 24 de setembro de 1993, resolve:
EXONERAR o 3º SGT QPPMC IZAIAS SANTANA LIMA, MAT. 08.449/2 da Polícia Militar do Distrito Federal, da função de Assistente Militar do Serviço de Segurança de Instalação da Divisão de Segurança da Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal, bem como MANDAR CESSAR o pagamento da Gratificação de Representação Militar, concedida nos termos do Art. 1º da Lei nº 186, de 22 de novembro de 1991.
EXONERAR o SD QPPMC EUCLIDES DELGADO SANT'ANNA, MAT. 10.083/8 da Polícia Militar do Distrito Federal, da função de Auxiliar Militar da Serviço de Segurança Pessoal da Divisão de Segurança da Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal, bem como MANDAR CESSAR o pagamento da Gratificação de Representação Militar, concedida nos termos do Art. 1º da Lei nº 186, de 22 de novembro de 1991.

EXONERAR o SD QPPMC CARLOS MEDEIROS DOS SANTOS, matrícula 21.844/8 da Polícia Militar do Distrito Federal, da função de Auxiliar Militar da Assessoria de Suprimento e Manutenção da Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal, bem como MANDAR CESSAR o pagamento da Gratificação de Representação Militar, concedida nos termos do Art. 1º da Lei nº 186, de 22 de novembro de 1991.

EXONERAR o SUBTENENTE QPPMC JUAREZ SANTOS BARBOSA, MAT. 04.969/7, da Polícia Militar do Distrito Federal, da função de Assistente Militar da Assessoria de Suprimento e Manutenção da Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal, bem como MANDAR CESSAR o pagamento da Gratificação de Representação Militar, concedida nos termos do Art. 1º da Lei nº 186, de 22 de novembro de 1991.

O CHEFE DA CASA MILITAR DO GABINETE DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XVIII artigo 36, do Decreto nº 15.064, de 24 de setembro de 1993, e, em razão da excepcionalidade de que trata o artigo 2º do Decreto nº 20.011, de 20 de janeiro de 1999, já reconhecida por sua Excelência o Senhor Governador do Distrito Federal, resolve:
AUTORIZAR o afastamento do Distrito Federal, com destino à cidade de São Paulo, do MAJ QOPM FLÁVIO LÚCIO DE CAMARGO e do 3º SGT QPPMC OZIAS SANTANA DO Ó, no período de 18 a 19MAR99, a serviço do Gabinete do Governador do Distrito Federal

JORGE CEZAR DE ARAUJO CALDAS - TEN CEL QOPM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SUBSECRETARIA DE RECURSOS FÍSICOS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 24 DE MARÇO DE 1999

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL/SRH/SEA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto n º 15.057, de 24 de setembro de 1993, resolve: Conceder Licença Prêmio por Assiduidade, conforme artigo 87 da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, aos servidores abaixo relacionados:

NOME	MATRÍCULA	LOTAÇÃO	QUINQ.	PERÍODO
ELIAS VENANCIO DE FREITAS	21.649-6	ST	3º	05/10/93 a 03/10/98
ANTONIETA DA COSTA NEVES	22.436-7	SEA	1º	12/08/91 a 09/08/96
ADAIR HELENA FRANCO BRAGA	24.381-7	RA-XIII	3º	08/10/93 a 06/10/98
MILTON BEZERRA DE SOUSA	24.607-7	RA-IX	3º	14/02/94 a 12/02/99
JOAQUIM VIEIRA SANTANA	24.657-3	SEA	3º	19/03/94 a 17/03/99
ILMAR CARDOSO DE MELO	24.660-3	RA-IV	2º	11/03/94 a 09/03/99
ANA LUCIA BARBOSA MORATO	24.663-8	ST	3º	12/03/94 a 10/03/99
ORLANDO RIBEIRO DE SOUZA	28.551-X	SEF	1º 2º 3º	03/08/83 a 31/07/88 01/08/88 a 30/07/93 31/07/93 a 29/07/98
IVO NEGREIROS TORRES	30.176-0	SEF	2º	19/02/94 a 17/02/99
JOSILANE BATISTA DE OLIVEIRA	30.652-5	ST	1º	18/04/90 a 16/04/95
EVANILDA PARRINI SOARES	31.017-4	RA-VIII	3º	27/02/94 a 25/02/99
DEJANIRA DE ARAUJO FERREIRA	31.042-5	ST	1º	04/09/89 a 02/09/94
ANTONIO JOAQUIM DE MORAES FILHO	32.377-2	SEF	1º	07/03/94 a 05/03/99
PEDRO RUFINO DO REGO	32.424-8	SEF	3º	11/02/94 a 09/02/99
MARIA DAS GRAÇAS DE LIMA	32.797-2	RA-IX	3º	07/03/94 a 05/03/99
MARIO INACIO CRAVEIRO	37.733-3	RA-IX	4º	07/01/92 a 04/01/97
JOEL COSTA	37.739-2	RA-IV	2º	15/07/93 a 13/07/98
JOSÉ MARIA BORGES FILHO	37.762-7	RA-IX	1º 2º 3º	19/10/81 a 17/10/86 18/10/86 a 16/10/91 17/10/91 a 14/10/96
FERNANDO ANTONIO OLIVEIRA CAVALCANTE	37.781-3	RA-I	3º	07/08/93 a 05/08/98
ANDREIA MARIA ALVES	38.638-3	SEA	1º	16/07/93 a 14/07/98
JOÃO FERREIRA DA SILVA	38.723-1	RA-XII	1º	22/07/93 a 20/07/98
ADIR VILARINHO DE ALMEIDA	39.159-X	SETUR	3º	22/07/93 a 20/07/98
CLOVIS DE AMORIM MACEDO	39.182-4	SETUR	3º	02/03/94 a 28/02/99
EDSON DE SOUZA	39.256-1	SEA	1º	06/09/93 a 04/09/98
AIRTON ANÉSIO FERREIRA	39.738-5	SES	1º	19/10/93 a 17/10/98
ISABEL CRISTINA OSORIO CALDAS	39.891-8	SEA	1º	01/11/93 a 30/10/98
CRISTINA VIEIRA ROCHA DE SOUSA	39.916-7	SEG	1º	04/11/93 a 02/11/98
MARIA MADALENA GOMES MILHOMEM	40.061-0	ST	1º	23/11/93 a 21/11/98
GLÓRIA MARIA DE CARVALHO REZENDE	40.401-2	SEA	1º	03/03/94 a 01/03/99
LAIZ MAIA HOLANDA FREITAS	40.522-1	RAXVIII	1º	01/03/94 a 30/03/99
RICARDO WAGNER DE MELO	40.532-9	SEA	1º	01/03/94 a 27/02/99
MARIA SONARA DE OLIVEIRA MORAIS	40.538-8	RA-I	1º	02/03/94 a 28/02/99
ZEDÍLIA COSTA PAULO	40.539-6	SEF	1º	01/03/94 a 27/02/99
MARISSOL ALVES PEREIRA	40.556-6	RA-X	1º	03/03/94 a 01/03/99
HERTÂNIA DA SILVA BATISTA	40.562-0	SEF	1º	02/03/94 a 28/02/99
DEBORAH IGREJA DO PRADO	40.591-4	SEA	1º	03/03/94 a 01/03/99
ARISTIDES ANTONIO SANTIAGO MAIA	40.596-5	RA-I	1º	04/03/94 a 02/03/99
MARINA MIDOLI NAGANO DOS SANTOS	40.608-2	RA-XI	1º	04/03/94 a 02/03/99
FRANCISCA MARIA DE ARAUJO B. ROCHA	40.609-0	RA-XI	1º	04/03/94 a 02/03/99
ERLON RIBEIRO COELHO	40.623-6	RA-XI	1º	07/03/94 a 05/03/99
LENILDE DE ARAUJO RIBEIRO	40.624-4	SES	1º	07/03/94 a 05/03/99
PEDRO GUIMARÃES MARIZ NETO	40.626-0	RA-XI	1º	07/03/94 a 05/03/99
ADRIANE VELE DE SOUSA	40.630-9	RA-I	1º	07/03/94 a 05/03/99
RONALD FREITAS ALVES	40.635-X	RA-I	1º	07/03/94 a 05/03/99
ANTÔNIO BENVINDO DE OLIVEIRA	40.654-6	RA-IX	1º	08/03/94 a 06/03/99
EVALDO LEMOS DE ALMEIDA	40.668-6	PRG	1º	09/03/94 a 07/03/99
MARLÚCIA LUZIA DE ANDRADE	40.669-4	RA-II	1º	09/03/94 a 07/03/99
LUIZ CLAUDIO DA SILVA FREITAS	40.670-8	RA-XII	1º	09/03/94 a 07/03/99
MAURO NOGUEIRA MOTA	40.684-8	RA-IV	1º	10/03/94 a 08/03/99
GILBERTO PIRES DE AMORIM JÚNIOR	40.703-8	RA-III	1º	11/03/94 a 09/03/99
CARLOS CELSO GAMA	40.721-6	RA-X	1º	15/03/94 a 13/03/99
DANIEL NAZI COELHO	40.731-3	RA-XVIII	1º	14/03/94 a 12/03/99
FRANCISCO CORREIA RABELO	40.737-2	RA-XVI	1º	14/03/94 a 12/03/99
RANCISCO FERNANDO DOS SANTOS	43.983-5	SETER	4º	01/02/94 a 30/01/99
CARLOS AUGUSTO PEREIRA DA COSTA	46.296-9	RA-IX	2º	29/09/93 a 27/09/98
FRANCISCO PEREIRA FRANÇA	48.610-1	SETER	3º	05/12/93 a 03/12/98
MARIA DO SOCORRO PASSOS DE LIMA	91.086-4	SETER	4º	02/03/94 a 28/02/99
JOCÉLIO DE OLIVEIRA SILVA	92.318-4	SEF	1º	07/03/94 a 05/03/99

MARIA BALBINA DE MORAES VIEIRA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 27, DE 23 DE MARÇO DE 1999

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o resultado do relatório da sindicância realizada na Divisão Regional de Ensino de Brazlândia, em decorrência da Portaria nº 19, de 22.02.99, resolve:
DESIGNAR PAULO ROBERTO BRAVO, matrícula nº 93.282-5, para atuar junto à Divisão Regional de Ensino de Brazlândia, acompanhando e supervisionando a reorganização dos dados escolares e do planejamento educacional.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EURIDES BRITO DA SILVA

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA

INSTRUÇÕES DE 25 DE MARÇO DE 1999

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições contidas no Inciso III do Artigo 30 do Estatuto da Entidade, tendo em vista a Lei nº 1799, de 23.12.97 e o que consta do Memorando nº 102/99-DPe, de 22.03.99, e ainda de acordo com as vagas existentes, resolve:
Retificar a Instrução de **12.03.99**, publicada no DODF nº **050** de **15.03.99** que nomeou candidatos aprovados em concursos públicos, somente no que se refere à: **PROFESSOR NÍVEL 3**
Concurso realizado em 25.10.97, Edital 001/97 de 22.08.97
Homologado em 17.11.97 DODF 221
Inserir:

NOME	CLAS	DISCIPL.	VAGA	MOT
SHIRLEI DA SILVA BENTO	051º	Artes Plást.	Lei 1353 de 30.12.96	
CLAUDIA BERTOLIN	056º	Artes Plást.	Lei 1353 de 30.12.96	
LETICIA DA FONSECA PINTO GOMIDE	058º	Artes Plást.	Lei 1353 de 30.12.96	
MARIA DAS GRAÇAS FARIAS	059º	Artes Plást.	Lei 1353 de 30.12.96	
JOSEFA ARAUJO	062º	Artes Plást.	Lei 1353 de 30.12.96	

Onde se lê:

NOME	CLAS	DISCIPL.	VAGA	MOT
RUTH PEREIRA ANTUNES JERONYMO	052º	Artes Plást.	Lei 1353 de 30.12.96	
MARCIA LUCIA DA SILVA TABOSA	053º	Artes Plást.	Lei 1353 de 30.12.96	
MOEMA POTIRA DE SOUZA BECKER	054º	Artes Plást.	Lei 1353 de 30.12.96	
JOSELITO EDUARDO MATOS SAMPAIO	055º	Artes Plást.	Lei 1353 de 30.12.96	
FABIANA RAMTUHUM MARTINS	057º	Artes Plást.	Lei 1353 de 30.12.96	
ED WILSON BENTO DIAS DA SILVA	060º	Artes Plást.	Lei 1353 de 30.12.96	
DEA NIVEA LOPES DE SOUZA	061º	Artes Plást.	Lei 1353 de 30.12.96	
MARCIA DE OLIVEIRA LIMA	063º	Artes Plást.	Lei 1353 de 30.12.96	

Leia-se:

NOME	CLAS	DISCIPL.	VAGA	MOT
ARMANDO DE MELO SALMITO JUNIOR	052º	Artes Plást.	Lei 1353 de 30.12.96	
PAULO DE TARSO OLIVEIRA SANTOS	053º	Artes Plást.	Lei 1353 de 30.12.96	

VERA LUCIA VALENTIM DOS SANTOS	054°	Artes Plást.	Lei 1353 de 30.12.96	
ANTONIA ROSILENE ALVES LIMA	055°	Artes Plást.	Lei 1353 de 30.12.96	
ARAMITA APARECIDA LESSA	057°	Artes Plást.	Lei 1353 de 30.12.96	
MAGNO ERNESTO CAVALCANTE	060°	Artes Plást.	Lei 1353 de 30.12.96	
BEATRIZ MARCUZZO VIEIRA	061°	Artes Plást.	Lei 1353 de 30.12.96	
NELSILA TEIXEIRA DE BARROS HONDA	063°	Artes Plást.	Lei 1353 de 30.12.96	

Concurso realizado em 20.12.98, Edital 001/98 de 29.10.98
Homologado em 12.01.99 DODF 008
Inserir:

NOME	CLAS	DISCIPL.	VAGA	MOT
OSTERNO FALES MIRANDA BARROS	018°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	

Onde se lê:

NOME	CLAS	DISCIPL.	VAGA	MOT
FABIO ROBSON DE ALMEIDA	018°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
FERNANDO ANTONIO GOMES DA SILVA	019°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA NORONHA	020°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
JOSE FABIO SILVA RODRIGUES	021°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
NAZARENO GETTER FERREIRA DE MEDEIROS	022°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
VLADIMIR DIAS MENDONÇA	023°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
JOAQUIM LAZINHO BORGES	024°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
LUCELIO OLIVEIRA FERNANDES	025°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
KERLLEY ROCHA DE SOUZA	026°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
CLAUDEMILSON RODRIGUES RAULINO	027°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
LOURIVAL CARLOS CUNHA JUNIOR	028°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
DANIEL COSTA FERREIRA	029°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
SERGIO MARCONY PAULO E SILVA	030°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
MARY ROSE DE ASSIS MORAES COUTO	031°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
FABIO LUIS DE OLIVEIRA PAULA	032°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
LIANA BUENO OLIVEIRA AMORIM DE MORAES	033°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
SIDNEY MACHADO BARBOSA	034°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
ROGERIO FEITOSA CARRIJO	035°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
LUIS CLAUDIO SALES MORAES	036°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
JEFERSON CARDOSO DE OLIVEIRA	037°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
EDER MACHADO DA SILVA	038°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
RENDISLEY ARISTOTELES DOS SANTOS PAIVA	039°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
EDUARDO CARVALHO SOUSA	040°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
DAVI LEANDRO ALVES DE SOUSA	041°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
LUIZ PAULO MARTINS VILARA	042°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
VAGNER HENRIQUE DE MELO	043°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
JOSE FRANCISCO BANDEIRA	044°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
ANTONIO ALVES NOGUEIRA	045°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
ARILSON REGES LOBATO	046°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
KEILLA CHRISTINA DESIDERIO DA SILVA	047°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
SIMONE DE ALMEIDA ALVES DE SOUZA	048°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
ANDRE CONCEIÇAO DO CANTO	049°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
TIAGO SEBASTIAO CUNHA REZENDE	050°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
CLEIDE FREIRE DA SILVA	051°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
TONICLEY PAIVA MOURA	052°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
FRANK VASCONCELOS DE SALES	053°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
FABRICIO BATISTA PEREIRA	054°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
MIKE VIEIRA DOS SANTOS	055°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
MARLON LUIZ MASSARO	056°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	

Leia-se:

NOME	CLAS	DISCIPL.	VAGA	MOT
FABIO ROBSON DE ALMEIDA	019°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
FERNANDO ANTONIO GOMES DA SILVA	020°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA NORONHA	021°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
JOSE FABIO SILVA RODRIGUES	022°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
NAZARENO GETTER FERREIRA DE MEDEIROS	023°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
VLADIMIR DIAS MENDONÇA	024°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
JOAQUIM LAZINHO BORGES	025°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
LUCELIO OLIVEIRA FERNANDES	026°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
KERLLEY ROCHA DE SOUZA	027°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
CLAUDEMILSON RODRIGUES RAULINO	028°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
LOURIVAL CARLOS CUNHA JUNIOR	029°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
DANIEL COSTA FERREIRA	030°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
SERGIO MARCONY PAULO E SILVA	031°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
MARY ROSE DE ASSIS MORAES COUTO	032°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
FABIO LUIS DE OLIVEIRA PAULA	033°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
LIANA BUENO OLIVEIRA AMORIM DE MORAES	034°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
SIDNEY MACHADO BARBOSA	035°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
ROGERIO FEITOSA CARRIJO	036°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
LUIS CLAUDIO SALES MORAES	037°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
JEFERSON CARDOSO DE OLIVEIRA	038°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
EDER MACHADO DA SILVA	039°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
RENDISLEY ARISTOTELES DOS SANTOS PAIVA	040°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
EDUARDO CARVALHO SOUSA	041°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
DAVI LEANDRO ALVES DE SOUSA	042°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
LUIZ PAULO MARTINS VILARA	043°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
VAGNER HENRIQUE DE MELO	044°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
JOSE FRANCISCO BANDEIRA	045°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
ANTONIO ALVES NOGUEIRA	046°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
ARILSON REGES LOBATO	047°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
KEILLA CHRISTINA DESIDERIO DA SILVA	048°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
SIMONE DE ALMEIDA ALVES DE SOUZA	049°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
ANDRE CONCEIÇAO DO CANTO	050°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
TIAGO SEBASTIAO CUNHA REZENDE	051°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
CLEIDE FREIRE DA SILVA	052°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
TONICLEY PAIVA MOURA	053°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
FRANK VASCONCELOS DE SALES	054°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
FABRICIO BATISTA PEREIRA	055°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
MIKE VIEIRA DOS SANTOS	056°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	
MARLON LUIZ MASSARO	057°	Física	Lei 1353 de 30.12.96	

PROFESSOR NÍVEL 2
Concurso realizado em 26.10.97, Edital 001/97 de 22.08.97
Homologado em 17.11.97 DODF 221
Onde se lê:

NOME	CLAS	DISCIPL.	VAGA	MOT
ALESSANDRO JOSE DE SOUSA	419°	C.F.B	Lei n°1090 de 25/05/96	

Leia-se

NOME	CLAS	DISCIPL.	VAGA	MOT
ALESSANDRA TOME DE SOUSA	419°	C.F.B.	Lei n° 1090 de 25/05/96	

Concurso realizado em 16.02.97, Edital 001/96 de 25.11.96
Homologado em 05.03.97 DODF 43
Onde se lê:

NOME	CLAS	DISCIPL.	VAGA	MOT
ADRIANA LIMA CARVALHO	016°	A.C.S	Lei n° 1090 de 25/05/96	

Leia-se

NOME	CLAS	DISCIPL.	VAGA	MOT
ADRIANO LIMA CARVALHO	419°	A.C.S	Lei n° 1090 de 25/05/96	

A DIRETORA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições contidas no inciso III do artigo 30 do Estatuto da Entidade, tendo em vista a Lei n° 1799/97 e o que consta do Memorando n°104/99- DPe de 24/03/99 , resolve:

Nomear para exercerem os cargos de Professor Níveis 2 e 3 , Classe Única, Padrão 01, da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, os candidatos aprovados em concursos públicos realizados pelo CESPE/UnB, abaixo relacionados, alertando para o prazo improrrogável de 25 (vinte e cinco) dias para a posse, contados a partir da data da publicação deste ato e de 05 (cinco) dias úteis para entrar em exercício, após a data da posse:

PROFESSOR NíVEL 2

Concurso realizado em 12.01.97, Edital 001/96 de 25.11.96

Homologado em 28.01.97 DODF 019

NOME	CLAS	DISCIPL.	VAGA	MOT.
FREDERYCK SIDOU PIEDADE	012°	Ed.Art.	Lei 1353 de 30.12.96	
ANTONIO BENEDIK	638°	Geograf.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
MAGNA APARECIDA LOPES	639°	Geograf.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
LILIAN ANUNCIAÇÃO FIGUEIREDO GONÇALVES	640°	Geograf.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
DELZIRENE FREITAS DE CASTRO	641°	Geograf.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
LIVIA BETANIA GONÇALVES	642°	Geograf.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
HERNAIDE LACERDA LIMA	643°	Geograf.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
ANA CERES RAMOS BARBOSA SAAD	644°	Geograf.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
MARIA VIEIRA RIBEIRO	645°	Geograf.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
MARIA DE FATIMA VIEIRA	646°	Geograf.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
JADIR DE PAULA SILVA	647°	Geograf.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
HERISVELTON PEREIRA DE ANDRADE	648°	Geograf.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
CARLOS PINHEIRO SANTOS	649°	Geograf.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
ANA MARIA RIBEIRO DA SILVA	650°	Geograf.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
ISA SILVA BARROS	651°	Geograf.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
SONIA MARIA CARNEIRO DA COSTA	652°	Geograf.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
EDMAR ALVES DE JESUS	653°	Geograf.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
MONICA AREBES DE SOUZA	654°	Geograf.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
EDSON DE SOUSA GONÇALVES	655°	Geograf.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
SEBASTIANA FERREIRA FERNANDES	656°	Geograf.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
MARINDA DELFINA DA CUNHA	657°	Geograf.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
FRANCISCA SALVADORA S DE CARVALHO	658°	Geograf.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
CASSIO LUIZ DRUMOND DE ALENCAR	659°	Geograf.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
VALERIA SILVEIRA BARROS	660°	Geograf.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
ALESSANDRO MARCOS DE SOUZA HIPÓLITO	661°	Geograf.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
GERMANA FERNANDES MARTINS DOS ANJOS	662°	Geograf.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
TANIA MARIA DE OLIVEIRA SANTOS	663°	Geograf.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
MARIA DOS SANTOS ATAIDES	664°	Geograf.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
JOSE MILTON DE AGUIAR	665°	Geograf.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
EDISON ROQUETE DE CABRAL	666°	Geograf.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
DIVINA GONÇALVES DE SOUZA	667°	Geograf.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
AUXILIADORA LEMOS P DE SOUZA	668°	Geograf.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
SORAIA JORGE CORREIA DE LIMA	669°	Geograf.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
ANGELA MARIA ALVES OLIVEIRA	670°	Geograf.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
ANTONIO DINIZ BENEVIDES CARNEIRO	671°	Geograf.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
ANDERSON DE OLIVEIRA ALVES PEREIRA	672°	Geograf.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
MARCELO BOARATO MENEGUIN	023°	Ed.Fís.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
KARLA ANDREA CARVALHO	024°	Ed.Fís.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
ALEXIS FONSECA HELKER	025°	Ed.Fís.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
HALISSON COUTO PINTO	026°	Ed.Fís.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
MARRUBSON MELO FREITAS	028°	Ed.Fís.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
LUCIANA FELICI BARBEIRO	029°	Ed.Fís.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
ALEX DE OLIVEIRA GALVÃO	030°	Ed.Fís.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
ANDRE RICARDO OLIVEIRA MARINHO	031°	Ed.Fís.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
ALDECILENE CERQUEIRA BARRETO	032°	Ed.Fís.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
LUIZ HENRIQUE WILHELMS	033°	Ed.Fís.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
NADIA NIMAN AICHA	034°	Ed.Fís.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
JOSE VALMIR SANTOS FILHO	037°	Ed.Fís.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
RONALDO FERREIRA DE ANDRADE	039°	Ed.Fís.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
JACKSON SOUSA DE OLIVEIRA	040°	Ed.Fís.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
PATRICIA LEIPNITZ ABADE	041°	Ed.Fís.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
LUCIANA PINTO HAGSTROM	044°	Ed.Fís.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
RENATO XAVIER DE OLIVEIRA	045°	Ed.Fís.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
JOACI CAVALCANTE ROCHA	046°	Ed.Fís.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
WILSON BRAZIL GUIMARÃES	048°	Ed.Fís.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
MARIA DA GRAÇA SERVILHA M INVERNIZZI	050°	Ed.Fís.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
GILBERTO ALVES ARAUJO	051°	Ed.Fís.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
GREGORI AMARAL DE OLIVEIRA	052°	Ed.Fís.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
ALLAN MARINET GUIMARÃES DE ALMEIDA	055°	Ed.Fís.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
OZEIAS GUIMARÃES DE CASTRO	056°	Ed.Fís.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
PEDRO DE ALCANTARA ARAUJO PÁSCOA	059°	Ed.Fís.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
DAVIS HEBERTON DE SOUSA	060°	Ed.Fís.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
JANE MARQUES BARCELAR	764°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
CRISTINA PEREIRA DA COSTA SANTANA	765°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
ORION TAVARES DE LIMA	771°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
THAIS DE JESUS LIMA	774°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
MARIA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA	776°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
ANA PAULA BARBOSA DE MIRANDA	780°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
LUCIA HELENA GOMES DE MELO	783°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
VALDEMIR LIMA DE SOUZA	787°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
ANDREA NOBREGA BRAZ	788°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
PATRICIA ALVES DA SILVA	789°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
RITA DE CASSIA ABRÃO BARRETO	790°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
ALESSANDRA PAULINO PORFIRIO	791°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
ELZA PAIVA DOS SANTOS	792°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
CELMA MARIA PEREIRA DA SILVA	793°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
MARCIA DELGADO GOMES	794°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
ELIANE RODRIGUES CHAVES	796°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
RITA DE CASSIA TEIXEIRA DA SILVA	797°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
VANDERLEI RODRIGUES DOS SANTOS	798°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
WEIDER ROCHA DE ABREU	799°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
LUCINEIDE AMORIM DA SILVA	800°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
MARIA CHAVES DE C DA SILVA	801°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
MARIA DA TRINDADE NAZARIO MARTINS	802°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
LIENE BASTOS BARBOSA	807°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
SUELAINE GONÇALVES CAETANO	810°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
ADRIANA SEGURADO COELHO	811°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
ROSELI BATISTA ALMEIDA	812°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
JOANA DARC FREIRE DE ARAUJO	815°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
ISAURA COSTA DE SOUZA	816°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
JOSE ALVES MARTINS MARQUES	819°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
JACELEN WEBER DE JESUS	820°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
ELIZABETE DA SILVA	822°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
POLIANA MOURAO SOARES	823°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
MARISE FATIMA DE OLIVEIRA	824°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
VERA LUCIA DA SILVA	825°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
MARIA APARECIDA B DAS CHAGAS	827°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	

IZAILDE MARIA GOMES FARIAS	830°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
MARILZA LUCIANO	832°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
CLEINAAN LIMA MARTINS	833°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
ALESSANDRA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA	834°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
SIMONE LIMA CHAGAS	835°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
ELIENE MARIA CARVALHO DE OLIVEIRA	836°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
OLIVIA JOSE DA SILVA	838°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
LEILA BACK DOS SANTOS MIRANDA	839°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
ELIANE DE MIRANDA RODRIGUES	840°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
JOSEFINA GONÇALVES RIBEIRO	842°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
LISSANDRA TEREZA DOS SANTOS	845°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
LINDONJONSON MONTESUMA DE SOUZA	849°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
ROSARIA PERPETUA SILVA GUEDES	855°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
ARITA ANE ANTUNES DE SOUSA	856°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
CRISTIANA COUTINHO DE MENESES	858°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
FLAVIA DE FARIA ALBERNAZ	860°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
DELAINE RAQUEL DO AMARAL MOURA	862°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
ADRIANA JACOB DE ASSUNÇÃO	863°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
TAIS REIS BORGES	865°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
RAQUEL CRISTINA DE SANTANA	866°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
MARISE DE FATIMA RIBEIRO ASSAD	867°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
SIRLENE DA SILVA ROCHA	868°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
JOSE ADAIL DA SILVA	869°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
VIVIANI FERREIRA DE JESUS	870°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
ALISTER RODRIGUES DE LACERDA	871°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
ROSE KELEN SOUZA SANTOS	872°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
JOANA TORRES PERES	874°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
MARIA EDINE GABRIEL DE CARVALHO	878°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
SILENE DE DEUS GODINHO	880°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
ANA CRISTINA MOREIRA DE BRITO	882°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
MARLY CANDIDA DA SILVA	883°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
ADRIANA CORREA LOPES	884°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
DIOGRACIA MARIA CARVALHO	888°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
IVONEIDE GANDINO RIBEIRO	889°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
CLEURIVAN TEIXEIRA DIAS	890°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
MARCIA ADRIANA PEREIRA	892°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
ANDREIA SILVA COSTA	893°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
TERESA HELENA BATELLI DE OLIVEIRA	896°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
HELIO PORTO	898°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
VANESSA GARCIA PAULINO	899°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
DANIELE CRISTINA CHAVES MORENO	901°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	
GERCINA ALUSAIR DE OLIVEIRA	902°	Portug.	Lei nº 1090 de 25/05/96	

Concurso realizado em 16.02.97, Edital 001/96 de 25.11.96
Homologado em 05.03.97 DODF 43

NOME	CLAS	DISCIPL.	VAGA	MOT.
GUBIO BARROS CARDOSO	471°	História	Lei nº 1090 de 25/05/96	
CRISTIANE GUEDES DE OLIVEIRA	472°	História	Lei nº 1090 de 25/05/96	
JETI PEREIRA DE OLIVEIRA	473°	História	Lei nº 1090 de 25/05/96	
REJANE APARECIDA CORREA	474°	História	Lei nº 1090 de 25/05/96	
MANOEL GREGORIO WANISSANG	475°	História	Lei nº 1090 de 25/05/96	
MAGALI DOS SANTOS MARQUES	476°	História	Lei nº 1090 de 25/05/96	
MARIA DA PENA BATISTA DA CUNHA	477°	História	Lei nº 1090 de 25/05/96	
MONICA VALERIA ARAUJO OLIVEIRA	478°	História	Lei nº 1090 de 25/05/96	
GERALDO ELSO DE SOUZA	479°	História	Lei nº 1090 de 25/05/96	
MAGDA GONÇALVES FERREIRA	480°	História	Lei nº 1090 de 25/05/96	
ELIENE PEREIRA DOS ANJOS SILVA	481°	História	Lei nº 1090 de 25/05/96	
FABRIZIA OLINTO GONÇALVES	482°	História	Lei nº 1090 de 25/05/96	
CLEUSA MARCIA LOPES	483°	História	Lei nº 1090 de 25/05/96	
ADELSON DE SOUZA BARROS	484°	História	Lei nº 1090 de 25/05/96	
ENILZA PEREIRA DE SOUSA	485°	História	Lei nº 1090 de 25/05/96	
IEDA DE CASTRO CHAGAS SANTOS	486°	História	Lei nº 1090 de 25/05/96	
CLAUDIA MACHADO ROCHA BRITO	487°	História	Lei nº 1090 de 25/05/96	
MARIA APARECIDA THOMAZ CRUZ	488°	História	Lei nº 1090 de 25/05/96	
MAGALI SANTANA DE OLIVEIRA SATYRO	489°	História	Lei nº 1090 de 25/05/96	
SAULO SANTANA SANTOS	490°	História	Lei nº 1090 de 25/05/96	
EDERLANIA MORAIS RODRIGUES MACHADO	491°	História	Lei nº 1090 de 25/05/96	
OLIDE SALETTE CAPPELLESSO BIGOLIN	492°	História	Lei nº 1090 de 25/05/96	
CLERIA MARCIA LOPES DA SILVA	493°	História	Lei nº 1090 de 25/05/96	
NICASSIA CRISTINA DA SILVA	494°	História	Lei nº 1090 de 25/05/96	
KILDERE DE MAGALHÃES LESSA	495°	História	Lei nº 1090 de 25/05/96	
MARIA TOME MELO	496°	História	Lei nº 1090 de 25/05/96	
ANGELA MARIA MOURA	497°	História	Lei nº 1090 de 25/05/96	
SIZELE CRISTINA CARNEIRO DE MAGALHÃES	498°	História	Lei nº 1090 de 25/05/96	
DANILO DE ARAUJO	499°	História	Lei nº 1090 de 25/05/96	
TELMA VAZ FERNANDES	500°	História	Lei nº 1090 de 25/05/96	
MARIA FLORIANA JOSE DA SILVA	501°	História	Lei nº 1090 de 25/05/96	
MONICA ROSIMIRA PIRES	502°	História	Lei nº 1090 de 25/05/96	
MARCIA REGINA DE ARRUDA	503°	História	Lei nº 1090 de 25/05/96	
IVALDO ALMEIDA GUIMARÃES	504°	História	Lei nº 1090 de 25/05/96	
LAURITA APARECIDA DE ALMEIDA	505°	História	Lei nº 1090 de 25/05/96	
VALMER DA MOTTA MARCELINO	028°	A.C.S	Lei nº 1090 de 25/05/96	
MARIA HELENA ALVES DE JESUS	029°	A.C.S	Lei nº 1090 de 25/05/96	
FLAVIA CARDOSO FUZEIRA CHAUL	030°	A.C.S	Lei nº 1090 de 25/05/96	
YURI FARIA ARAUJO	031°	A.C.S	Lei nº 1090 de 25/05/96	
EDMILSON RODRIGUES COELHO	033°	A.C.S	Lei nº 1090 de 25/05/96	
JESUINO PEREIRA DE ARAUJO	034°	A.C.S	Lei nº 1090 de 25/05/96	
ADEMIR CORDEIRO DE MOURA	036°	A.C.S	Lei nº 1090 de 25/05/96	
ADEYLTON OLIVEIRA LIMA	037°	A.C.S	Lei nº 1090 de 25/05/96	
DECIO LUCINDA FARAGI	038°	A.C.S	Lei nº 1090 de 25/05/96	
MARIA DE FATIMA CARNEIRO PORTELA	039°	A.C.S	Lei nº 1090 de 25/05/96	
LUIZ DE FRANCA BARBOSA	040°	A.C.S	Lei nº 1090 de 25/05/96	

PROFESSOR NÍVEL 3
Concurso realizado em 22.10.95, Edital 116/95 de 18.07.95
Homologado em 24.01.96 DODF 017

NOME	CLAS	DISCIPL.	VAGA	MOT.
KARINA ORLANDI RIBEIRO	001°	Nutrição	Lei nº 1090 de 25/05/96	
ADRIANA HAACK DE ARRUDA DUTRA	002°	Nutrição	Lei nº 1090 de 25/05/96	

Concurso realizado em 12.01.97, Edital 001/96 de 25.11.96
Homologado em 28.01.97 DODF 019

NOME	CLAS	DISCIPL.	VAGA	MOT.
HAMILTON MARQUES DE OLIVEIRA	064°	Matemát.	Lei 1353 de 30.12.96	
JOSMIEL ALVES DA SILVA	203°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
ALESSANDRA PEREIRA SAMPAIO	205°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
VALDINIZIA DE AGUIAR SILVA	206°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
MARIA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA	208°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
ADEILTON LIMA DA SILVA	209°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	

ADRIANA CUNHA DOS REIS	212°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
VIVIANE MONICI	214°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
GLAUCIA MARQUES DE SOUSA	215°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
MARIA JOSE LUIZ	216°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
SANDRA MARIA GOMES GORDINI	217°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
SILVIA HELENA RODRIGUES	219°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
SIRLEIDE FERREIRA BATISTA	223°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
AMELIA CRISTINA CHERULI	225°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
GIZELDA APARECIDA DE ARAUJO	228°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
ROSANA GONÇALVES LIMA	229°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
MARILIA LOURDES ARRUDA	230°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
MARCIA COUTINHO XOTESLEN	231°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
FERNANDA TEIXEIRA FRADE ALMEIDA	233°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
MARCIA CRISTINA SOARES	236°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
ANA LUCIA DA SILVA	241°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
KARLA CALASANS DE MELLO	242°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
EUFRAZIA DE SOUZA FEITOZA NETA	245°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
MARIA LOURDES DE LIMA ROSA	248°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
RENATA DE MELO MONTEIRO	255°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
LUCIANA CALDEIRA DE OLIVEIRA	256°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
JUSSARA COSTA BERNARDES	258°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
MARINALVA DA GLORIA BENEVIDES	259°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
VANUSA DE MOURA PEREIRA	263°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
ANDREA KLUGE PEREIRA	265°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
RENATA DE AVILA SILVA	266°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
ALESSANDRA NOGUEIRA BEZERRA	269°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
REJANE TERESINHA MACHADO MARCHESI	270°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
ANA RODRIGUES GARAY	271°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
MARIA DA GLORIA DA MOTA	272°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
DELFINO GUEDES	280°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
ANA MARIA DE SOUZA RANGEL	282°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
HELENA MARIA TORRES AMARAL	286°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
CONCEIÇÃO ALVES RIBEIRO	287°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
MARIA MADALENA DE MELO GOMES	288°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
REGINA LUCIA FELIX	289°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
KATIA HOLANDA DE CARVALHO	290°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
BEATRIZ FERREIRA DO PRADO	291°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
MARIA EVOLI NUNES VIVEIROS	292°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
ALICE DO NASCIMENTO BITTENCOURT	293°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
RITA MARIA DE OLIVEIRA CABRAL	295°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
SONIA REGINA DA SILVA SILVEIRA	296°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
ADRIANA CORREA LOPES	297°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
CLEYDIANI ALVES SANTANA	298°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
MARISE FATIMA DE OLIVEIRA	299°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
LIUZIA MARIA DA SILVA	300°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
LEILA CRISTINA DE LOUREDO	303°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
IANKA STELLA RIJO DO NASCIMENTO	304°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
GIORDANA PAULA NEVE GARCIA GOMES	305°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
CELESTE GOMES LOPES	306°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
MARIA MARLINETH MACHADO OUGER	307°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
HELEN MATSSUNAGA CASSIMIRO	311°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
ALINE DA SILVA PONTES	312°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
LUCIENE MODESTO DE OLIVEIRA	314°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
LETICIA ORNELAS DE MOURA	318°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
EDNALVA VIEIRA COSTA	319°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
CRISTIANE MORAIS PEREIRA	320°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
ELDA ALVES ROCHA	325°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
WANDERLEY BARROSO	326°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
MARIA DULCILENE ALMEIDA DE CARVALHO	327°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	
RAIMUNDO REINALDO DE PAIVA DUTRA	328°	Portug.	Lei 1353 de 30.12.96	

Concurso realizado em 16.02.97, Edital 001/96 de 25.11.96
Homologado em 05.03.97 DODF 043

NOME	CLAS	DISCIPL.	VAGA	MOT.
VILMA DIAS FERREIRA SIMÕES	123°	Geograf.	Lei 1353 de 30.12.96	
CERIZE HELENA SOUZA SALES	124°	Geograf.	Lei 1353 de 30.12.96	
CONCEIÇÃO MOREIRA DE MATOS	125°	Geograf.	Lei 1353 de 30.12.96	
FRANCISCO ALVES DA SILVA	126°	Geograf.	Lei 1353 de 30.12.96	
DALVANICE ALMEIDA COSTA	127°	Geograf.	Lei 1353 de 30.12.96	
CRISTIANE LIMA DE SOUZA	128°	Geograf.	Lei 1353 de 30.12.96	
MICHELINE LARA DE OLIVEIRA	129°	Geograf.	Lei 1353 de 30.12.96	
JOSUE SALES VIEIRA	130°	Geograf.	Lei 1353 de 30.12.96	
NILVA MARTINS BORGES DE ALMEIDA	131°	Geograf.	Lei 1353 de 30.12.96	
MIRYA CORDOVA ALVES	132°	Geograf.	Lei 1353 de 30.12.96	
CARLOS EDUARDO MARTINS SOARES	124°	Ed.Fís.	Lei 1353 de 30.12.96	
ANDERSON DA CONCEIÇÃO BADARO	125°	Ed.Fís.	Lei 1353 de 30.12.96	
LUCIO JOSE DOS ANJOS	126°	Ed.Fís.	Lei 1353 de 30.12.96	
ARTEMIRO PEREIRA RODRIGUES LIMA	127°	Ed.Fís.	Lei 1353 de 30.12.96	
CASSIA CRISTINA SANTOS CARVALHO	128°	Ed.Fís.	Lei 1353 de 30.12.96	
OLDAIR JOSE DE SOUZA	129°	Ed.Fís.	Lei 1353 de 30.12.96	
BERNARDINO TEIXEIRA FILHO	130°	Ed.Fís.	Lei 1353 de 30.12.96	
AGRIPINA APARECIDA REIS DIAS	131°	Ed.Fís.	Lei 1353 de 30.12.96	
SILVANA MARIA SENA DA CRUZ	132°	Ed.Fís.	Lei 1353 de 30.12.96	
REGINALDO SALLES MIRANDA	133°	Ed.Fís.	Lei 1353 de 30.12.96	
CARLOS ALBERTO DE SOUZA AUGUSTO	134°	Ed.Fís.	Lei 1353 de 30.12.96	
AIRTON DUTRA DE FARIAS	135°	Ed.Fís.	Lei 1353 de 30.12.96	
SIMONE LOPES DE ASSIS	035°	Sociol.	Lei 1353 de 30.12.96	
JANE MARCIA DA SILVA PEREIRA	036°	Sociol.	Lei 1353 de 30.12.96	
WILSON GERALDO DE OLIVEIRA	037°	Sociol.	Lei 1353 de 30.12.96	
HELEN DO BRASIL MOREIRA	038°	Sociol.	Lei 1353 de 30.12.96	
MARIA ABADIA DE ALMEIDA MELO	039°	Sociol.	Lei 1353 de 30.12.96	
SANDRA MARA BOAVENTURA RODRIGUES	040°	Sociol.	Lei 1353 de 30.12.96	
CRISTINO CESARIO ROCHA	041°	Sociol.	Lei 1353 de 30.12.96	
HAMILTON MACHADO	042°	Sociol.	Lei 1353 de 30.12.96	
IVANILSON SOARES DIAS	043°	Sociol.	Lei 1353 de 30.12.96	
LUIZ CARLOS DA SILVA	044°	Sociol.	Lei 1353 de 30.12.96	
JANY OLIVEIRA ALVES PIRES	045°	Sociol.	Lei 1353 de 30.12.96	
HAMILTON FERREIRA MENEZES	041°	Proc.de Dados	Lei 1353 de 30.12.96	
WILSON ROCHA MEIRA	043°	Proc.de Dados	Lei 1353 de 30.12.96	
DAVI BATISTA VITOR	045°	Proc.de Dados	Lei 1353 de 30.12.96	
CLAUDIO DE CASTRO SOARES SANTANA	046°	Proc.de Dados	Lei 1353 de 30.12.96	
WELLINGTON DE TOLEDO LOPES	047°	Proc.de Dados	Lei 1353 de 30.12.96	
VERA LUCIA DOS SANTOS DE ALMEIDA	006°	Francês	Lei 1353 de 30.12.96	
SAID IBRAHIM ABDULMASSIH KHOURY	007°	Francês	Lei 1353 de 30.12.96	

Concurso realizado em 11.10.97, Edital 001/97 de 22.08.97
Homologado em 12.11.97 DODF 218

NOME	CLAS	DISCIPL.	VAGA	MOT.
JANE MARGARETH FERREIRA	015°	Francês	Lei 1353 de 30.12.96	

Concurso realizado em 25.10.97, Edital 001/97 de 22.08.97
Homologado em 17.11.97 DODF 221

NOME	CLAS	DISCIPL.	VAGA	MOT.
MARIA SIMONE DE OLIVEIRA GUIMARÃES	075°	Contab. Custos	Lei 1353 de 30.12.96	
VINICIUS RIBEIRO VASCONCELOS	076°	Contab. Custos	Lei 1353 de 30.12.96	
DENILSON RIBEIRO TEIXEIRA	077°	Contab. Custos	Lei 1353 de 30.12.96	
CLAUDIO MARCIO DA SILVA COSTA	078°	Contab. Custos	Lei 1353 de 30.12.96	
ELIZETE RODRIGUES DO LAGO	079°	Contab. Custos	Lei 1353 de 30.12.96	
PEDRO SADI MONTEIRO	017°	Enferm.	Lei 1353 de 30.12.96	
HILDEVANIA DE FATIMA LEMOS	057°	Artes Cênicas	Lei 1353 de 30.12.96	
KARLA MENDONÇA DE OLIVEIRA	058°	Artes Cênicas	Lei 1353 de 30.12.96	
LEIA DE SOUZA RIBEIRO SANTOS	064°	Artes Plástic.	Lei 1353 de 30.12.96	
BELCHIOR SILVANO GONÇALVES	065°	Artes Plástic.	Lei 1353 de 30.12.96	
MARCIA TEREZINHA DOS REIS	066°	Artes Plástic.	Lei 1353 de 30.12.96	
EDNALDO PAULINO DA SILVA	067°	Artes Plástic.	Lei 1353 de 30.12.96	
SUELI MARIA MARRA SILVEIRA	068°	Artes Plástic.	Lei 1353 de 30.12.96	
RAILDA ALVES SAMPAIO	069°	Artes Plástic.	Lei 1353 de 30.12.96	
GILSA PEREIRA DUARTE	070°	Artes Plástic.	Lei 1353 de 30.12.96	
FLORENCE MOURÃO DE OLIVEIRA	071°	Artes Plástic.	Lei 1353 de 30.12.96	
MARISTELA PAPA VIEIRA	072°	Artes Plástic.	Lei 1353 de 30.12.96	
VANDA MARQUES BATISTA	073°	Artes Plástic.	Lei 1353 de 30.12.96	
SANDRA FATIMA DOS SANTOS	074°	Artes Plástic.	Lei 1353 de 30.12.96	
SANDRA FALCÃO REIS	075°	Artes Plástic.	Lei 1353 de 30.12.96	

Concurso realizado em 20.12.98,Edital 001/98 de 29.10.98
Homologado em 12.01.99 DODF 008

NOME	CLAS	DISCIPL.	VAGA	MOT.
BERNARDO GUIMARÃES BARBOSA	002°	Eletrôn.	Lei 1353 de 30.12.96	
DELZA LOPES DA SILVA	001°	Ed.Music	Lei 1353 de 30.12.96	
ERTON BIRK TEIXEIRA	001°	Informát	Lei 1353 de 30.12.96	
RICARDO OLIVEIRA SANTOS	002°	Informát	Lei 1353 de 30.12.96	
LUCIANO SILVEIRA CALDEIRA	003°	Informát	Lei 1353 de 30.12.96	
HENRIQUE FLAVIO RODRIGUES DA SILVEIRA	004°	Informát	Lei 1353 de 30.12.96	
ADRIANO SILVA	005°	Informát	Lei 1353 de 30.12.96	
MARIA DA CONCEIÇÃO DE O NEVES	001°	Téc.de Secret.	Lei 1353 de 30.12.96	
ANA PAULA VIEIRA AMAZONAS	009°	Francês	Lei 1353 de 30.12.96	
ADRIANA CUSTODIO DA SILVEIRA	010°	Francês	Lei 1353 de 30.12.96	
TATIANA DIAS CARDOSO	011°	Francês	Lei 1353 de 30.12.96	
TANYA SIMÕES SANTOS	012°	Francês	Lei 1353 de 30.12.96	
MARIA ZIFIRINA ROMA BUZAR	013°	Francês	Lei 1353 de 30.12.96	
HELENA MARIA VIEIRA DA SILVA	014°	Francês	Lei 1353 de 30.12.96	
ALCEBIADES JOSE MARQUES NETO	015°	Francês	Lei 1353 de 30.12.96	
BEATRIZ CONCEIÇÃO CASTANHEIRO VILLANOVA	016°	Francês	Lei 1353 de 30.12.96	
ALICE DRUMOND MARQUES	017°	Francês	Lei 1353 de 30.12.96	

MARISTELA DE MELO NEVES MENDES

DESPACHO DA DIRETORA

REFERÊNCIA: REG. 059426/99; INTERESSADA: CRYSTHIANE DE FÁTIMA C.L. DE OLIVEIRA; ASSUNTO: CARGA HORÁRIA ESPECIAL.
Concedo Carga Horária Especial de Trabalho à servidora CRYSTHIANE DE FÁTIMA C. L. DE OLIVEIRA, matrícula nº 33.906-7, para que a mesma desenvolva Atividades Técnico-Pedagógico-Administrativas na Divisão de Serviços Gerais, a contar de 23/03/99.

MARISTELA DE MELO NEVES MENDES

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE SAMAMBAIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 22 DE MARÇO DE 1999

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE SAMAMBAIA, por delegação de competência, nos termos da Instrução nº 551 de 31.01.96 no item 1.36, resolve:
Conceder Gratificação pelo Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva do Magistério Público do Distrito Federal - TIDEM, conforme artigo 7º do Decreto nº 14.413, de 25 de novembro de 1992, aos servidores abaixo relacionados:

MATRÍCULA	NOME	CARGO	DATA INÍCIO
35.844-4	VALÉRIA SOUTO MENEZES	MG2Q-GT3	24/01/99

ANA MAGALY CIRQUEIRA NOGUEIRA

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA

ORDENS DE SERVIÇO DE 24 DE MARÇO DE 1999

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução n.º 555, de 05 de março de 1.996 e considerando o que dispõe o Decreto 18.445/97 que alterou o artigo 2º do Decreto 17.603/96, resolve:
Designar o servidor abaixo relacionado , para substituir o Titular do Cargo em Comissão , a seguir especificado :
NOME :MARTA GONÇALVES DA SILVA, matrícula 23.023-5 , Cargo em Comissão de Chefe de Secretaria da Escola Classe 116 de Santa Maria , símbolo DF-02, no período de17.03.99 a 15.04.99, por motivo de férias do titular.

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE SANTA MARIA, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a Lei nº 197, de 04 de dezembro de 1991,considerando o disposto na Lei nº 356, de 23 de novembro de 1992, regulamentada pelo Decreto nº 14.413, de 25 de novembro de 1992, e em conformidade com a Instrução n.º 551, de 31 de janeiro de 1996, resolve:
- Conceder o regime de TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL - TIDEM, aos professores abaixo relacionados :

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Documento
35.918-1	MAGDA M RIBEIRO VALENTE	MG2Q-GT3	25.02.99	SHESP
38.384-8	HELIO ROBERTO PAES DA SILVA	MG3Q-GT3	18.02.99	SHESP
26.901-8	MARCIA EHMS DE ABREU	MG3Q-GT3	01.03.99	MEMO 8451/99
33.169-4	VALDENICE Mª DA S. FIGUEIREDO	MG2Q-GT3	01.03.99	MEMO 8465/99
34.169-4	MARIA RIBEIRO DE SOUSA	MG1Q	02.03.99	MEMO 8439/99
36.142-9	EDILTON COSTA ALVES	MG3Q	01.03.99	MEMO 8461/99
36.154-2	ZULEIDE MARIA E SILVA	MG3Q	01.03.99	MEMO 8449/99
36.243-3	ALESSANDRA TAFFNER BEIRIZ	MG3Q	01.03.99	MEMO 8458/99
36.244-1	ROSANA TAFFNER BEIRIZ	MG3Q	01.03.99	'MEMO 8456/99
36.287-5	MAGDA MARA C. MOREIRA	MG2Q-GT3	01.03.99	MEMO 8454/99
36.539-4	ANTERO GRANGEIRO DE LUCENA	MG2Q-GT3	01.03099	MEMO 8457/99
36.628-5	SUELY DUALIBE SOUSA	MG2Q	01.03.99	MEMO 8455/99
37.155-6	MARILEIDE ARAUJO LEITE	MG2Q	01.03.99	MEMO 8447/99
37.185-8	ALEXANDRE H. C. DE JESUS	MG3Q	01.03.99	MEMO 8462/99
37.508-X	MARIA PEREIRA DE SA DA SILVA	MG3Q	01.03.99	MEMO 8469/99
37.750-3	PATRICIA MARIA S. DOS SANTOS	MG3Q	01.03.99	MEMO 8460/99
37.789-9	MARIA VANDERLI LOPES	MG3Q	01.03.99	MEMO 4506/99
37.815-1	LEILA OLIVEIRA RODRIGUES	MG2Q	01.03.99	MEMO 8468/99
37.870-4	TIANA MIRZA A. F. DE AGUIAR	MG2Q	01.03.99	MEMO 8468/99
38.098-9	MARIA FRANCISCA RIBEIRO COSTA	MG2Q	12.02.99	MEMO 8445/99
38.311-2	JENDIVAL RIBEIRO BASTOS	MG2Q	01.03.99	MEMO 8463/99
38.356-2	DENISE DE JESUS VIEIRA	MG3Q	01.03.99	MEMO 8440/99
38.397-X	WENDEL DIAS FERREIRA	MG2Q	01.03.99	MEMO 8438/99
38.441-0	ALBERTO VIEIRA DO NASCIMENTO	MG3Q	01.03.99	MEMO 8459/99
38.556-.5	MARIA DAS GRAÇAS B. GOMES	MG3Q	22.02.99	MEMO 8448/99
36.938-1	MARIA DE FATIMA A. MESQUITA	MG3Q	01.03.99	MEMO 8507/99
37.782-1	WESLEI S. DE MELLO	MG2Q	08.03.99	MEMO 8504/99
37.731-7	CLEIA NARCISO DE ARAUJO	MG2Q	01.03.99	MEMO 8505/99
37.401-6	ELTON FERNANDO DOS S. BORGES	MG3Q	05.03.99	MEMO 8506/99
38.689-8	CLEONICE GOMES SANTOS	MG2Q	22.03.99	MEMO 8521/99
37.252-8	ELIZABETH C. L. NEVES	MG2Q	08.03.99	MEMO 8508/99
38.679-0	DEBORA PATRICIA DE S. ARAUJO	MG3Q	08.03.99	MEMO 8509/99
37.792-4	ARLEY HAMV	MG2Q	17.03.99	MEMO 8510/99
34.996-8	VERANI SPINDOLA DE A. SOUZA	MG1Q	17.03.99	MEMO 8511/99
38.807-6	ALEXANDRO MARQUES DIAS	MG2Q	17.03.99	MEMO 8512/99
38.762-2	JOSE CARLOS SOUSA	MG2Q	17.03.99	MEMO 8513/99
38.741-X	ELENITA MENDES CAMPELO	MG2Q	16.03.99	MEMO 8514/99
38.795-9	SAVIA AGUIAR DANTAS	MG2Q	16.03.99	MEMO 8515/99
34.531-8	MARIA LIZETE D. RIBEIRO	MG1Q-GT3	16.03.99	MEMO 8516/99
32.683-6	SANDRA MARIA S. DOS SANTOS	MG1Q	22.03.99	MEMO 8517/99
37.923-9	CELSO BEZERRA CORDEIRO	MG2Q	01.03.99	MEMO 8518/99
38.690-1	FLAVIO CAVALCANTE DE OLIVEIRA	MG2Q	22.03.99	MEMO 8520/99
33.589-4	ROSANGELA COLAÇO DOS SANTOS	MG2Q	22.02.99	MEMO 8305/99
36.619-6	REGNO LEITE MACHADO	MG3Q	22.02.99	MEMO 3144/99

AURELICE BEZERRA ARAGÃO

CENTRO DE ENSINO 308 DE SANTA MARIA
ORDEM DE SERVIÇO DE 24 DE MARÇO DE 1999

O DIRETOR DO CENTRO DE ENSINO 308 DE SANTA MARIA, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o que dispõe o artigo 7º, XIX, da Constituição Federal e artigo 10º,alínea "b" parágrafo 1º do ADCT, resolve:
Conceder LICENÇA PATERNIDADE ao servidor ARGEAM TELES DE FARIAS , matrícula 30.355-0, cargo MG2Q-GT3 , pelo período de11.03.1999 a 15.03.1999.

ANTÔNIO ANÍBAL GOMES DA SILVA

DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE SOBRADINHO

ORDEM DE SERVIÇO DE 19 DE MARÇO DE 1999

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE SOBRADINHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551, de 31 de janeiro de 1996, tendo em vista da Lei nº 197, de 04 de dezembro de 1991, considerando o disposto na Lei nº 356, de 23 de dezembro de 1992, regulamentada pelo Decreto nº 14.413, de 25 de novembro de 1992, resolve:
CONCEDER O REGIME DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO MAGISTÉRIO-TIDEM, aos professores abaixo relacionados:
NOME: CHRISTIANE FABRÍCIO DE ALCÂNTARA, matrícula 47.587-4, CHESP autorizada a partir de 24/12/98, conforme Processo nº 082.02189/98.
NOME: ANDREA DE ASSIS BITENCOURT, matrícula 34.490-7, CHESP autorizada a partir de 24/12/98, conforme Processo nº 082.021961-98.
NOME: FRANCISCA CAETANO DE SOUZA, matrícula 37.135-1, CHESP autorizada a partir de 30/01/99, conforme Processo nº 082.020896/98.
NOME: JOSIDALVA COELHO TORRES, matrícula 33.243-7, CHESP autorizada a partir de 20/01/99, conforme Processo nº 082.021887/98.
NOME: DAOMANDA JOSÉ DUARTE, matrícula 36.181-X, CHESP autorizada a partir de 23/01/99, conforme Processo nº 082.020892/98.
NOME: MARIA DAS GRAÇAS RODRIGUES DA SILVA, matrícula 36.795-8, CHESP autorizada a partir de 21/01/99, conforme Processo nº 082.020893/98.
NOME: RUTH SOARES GONÇALVES SANTOS, matrícula 34.959-3, CHESP autorizada a partir de 21/01/99, conforme Processo nº 082.021081/98.
NOME: ALICE NUNES DA SILVA, matrícula 33.057-4, CHESP autorizada a partir de 21/01/99, conforme Processo nº 082.021078/98.
NOME: ULLYENE AZEVEDO E SOUZA, matrícula 33.411-1, CHESP autorizada a partir de 24/12/98, conforme Processo nº 082020898/98.

TÂNIA MARIA SALVADOR FERRAZ PAIVA

ORDEM DE SERVIÇO DE 23 DE MARÇO DE 1999

A DIRETORA DA DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE SOBRADINHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 551 de 31 de Janeiro de 1996, e tendo em vista o que dispõe nos termos do Artigo 97, inciso III, alínea b, da Lei nº 8.112/90, resolve,
Conceder LICENÇA NOJO, a servidora FRANCISCA LUCIA P.BARBOSA, matrícula 55.395-6, pelo período de 09/03/99 16/03/99.

TÂNIA MARIA SALVADOR FERRAZ PAIVA

EDUCAÇÃO BÁSICA

DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 24 DE MARÇO DE 1999

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA/EDUCAÇÃO BÁSICA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:
1 - Constituir Comissão de Planejamento, Execução, Acompanhamento e Avaliação das ações pertinentes ao Ano Internacional do Idoso, nas escolas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.
2 - Designar os servidores, a seguir relacionados, para, sob a presidência do primeiro, comporem a referida Comissão: **Waltercy Almeida de Lima**, matrícula nº 46.421-X, DP/Promoções Culturais; **Ana Luíza G. Santos**, matrícula nº 55.024-8, DRE de Sobradinho; **Angela Marques Almeida**, matrícula nº 30.620-7, Colégio Agrícola de Brasília; **Denilson Araújo**, matrícula nº 34.086-3, DRE de Santa Maria; **Elizabete Lustosa de Oliveira**, matrícula nº 25.910-1, DRE de Planaltina; **Fabrício Manoel de Jesus**, matrícula nº 43.236-9, DRE de Samambaia; **Hildevânia de Fátima Lemos**, matrícula nº 36.502-5, DRE do Guará; **Ivana Cecília Castro**, matrícula nº 46.196-2, DRE de Taguatinga; **Juliana Barros Pacheco**, matrícula nº 32.041-5, DP/Divisão de Ensino Fundamental; **Lilian Enith Vilaro Velilla**, matrícula nº 47.002-3, DRE de Brazlândia; **Maria José F. Bonfim Lopes**, matrícula nº 44.320-4, DP/Divisão de Apoio Escolar; **Maria Rita Vieira Ferreira**, matrícula nº 97.019-0, DRE de Santa Maria; **Maria Olga Dias Ribeiro de Santana**, matrícula nº 60.609-X, DRE do Plano Piloto/Cruzeiro;**Mariana Serrão Sampaio Lacerda**, matrícula nº 66.835-4, DRE do Paranoá; **Mônica B. Cintra Rodrigues**, matrícula nº 34.837-6, DRE do Gama; **Nelly Rose Nery Junquilho**, matrícula nº 26.592-6, DP/Divisão de Ensino Médio; **Nina Aparecida dos Santos**, matrícula nº 42.857-4, DRE de Sobradinho; **Renata Teixeira de Lima**, matrícula nº 49.728-2, DRE de Ceilândia; **Rubenita M. Chagas da Silva**, matrícula nº 34.127-4, DRE do Núcleo Bandeirante; **Vera Lúcia Palmeira Pereira**, matrícula nº 61.834-9, DP/Divisão de Ensino Especial.

ANNA MARIA DANTAS ANTUNES VILLABOIM

SECRETARIA DE OBRAS

PORTARIA Nº 5, DE 24 DE MARÇO DE 1999

O SECRETÁRIO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o que preceitua o artigo: 73, inciso: I da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, resolve:
Designar **JOSÉ ALVES DE MELO JÚNIOR**, Engenheiro, matrícula n.º 74.465-4, **GASPAR FERREIRA DUARTE,** Engenheiro, matrícula n.º 58.206-9, **PAULO AFONSO RIBEIRO DE FREITAS**, Engenheiro, matrícula n.º 43.563-5 e **AYRES CERCHI SOARES,** Engenheiro, matrícula n.º 80.001-5, para sob a presidência do primeiro, vistoriar e receber provisoriamente os serviços de Reestruturação Funcional com Elaboração do Projeto Executivo e Obras de Reforma da Rodoviária do Plano Piloto para sua adequação como Terminal Rodoviário Integrado ao Sistema Metrô em Brasília – Distrito Federal, Contrato n.º 013/97-SO, Processo n.º 030.003.294/97, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data de publicação desta Portaria.

TADEU FILIPPELLI

SECRETARIA DE AGRICULTURA

PORTARIA DE 25 DE MARÇO DE 1999

O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o que dispõe, o Art. 6º, inciso XVI, da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e o estabelecido no artigo 1º do Decreto Nº 13.993, de 11 de junho de 1992, resolve:
I – Constituir Comissão Permanente de Licitação para, no âmbito da Secretaria de Agricultura, realizar licitação na modalidade CONVITE, tendo por objeto a aquisição de Bens Permanentes, Material de Consumo e Contratação de Prestação de Serviços.
II – Estabelecer a composição da Comissão Permanente de Licitação referida no inciso anterior, em 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, para cumprir mandato de 01 (um) ano.
III – Designar membros da Comissão constituída por este ato, os seguintes servidores:
a) efetivos, **JOSÉ AGMAR DE SOUZA**, Analista de Orçamento/Matrícula Nº 44.114-7, **JOSÉ CARNEIRO FILHO**, Analista de Finanças e Controle/Matrícula Nº 44.059-0, **DORAILDES BENTO DOS SANTOS**, Auxiliar de Desenvolvimento Agropecuário/Matrícula Nº 93.506-9, atuando o primeiro como presidente;
b) suplentes, **HEIDE ERIKA PAIVA MACEDO**, Assistente de Gabinete/Matrícula 93.867-X, **MARIA GEOVANY BEZERRA FREITAS**, Técnico de Finanças e Controle/Matrícula Nº 23.214-9 e **MARIA MOURA DA SILVA**, Auxiliar de Administração Pública/Matrícula Nº 22.295-X todos lotados nesta Secretaria de Agricultura.
IV – Cessar os efeitos da Portaria de 09 de outubro de 1998, publicada no DODF Nº 200, de 21 de outubro de 1998, pág. 29.
V - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AGUINALDO LÉLIS

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA DE PESSOAL

PORTARIA DE 19 DE MARÇO DE 1999.

O CORONEL QOBM/COMBATENTE DIRETOR DE PESSOAL DO CBMDF, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do Art. 49, combinado com o Art. 19, do Regulamento de Organização Básica do CBMDF, Aprovado pelo Decreto nº 16.036, de 04/Nov./94, e o Art. 1º, letra "A" da Portaria nº 32, de 02/Mai./1996, resolve:

CONCEDER, nos termos do artigo nº 132, parágrafo 1º, letra "B" e parágrafo 2º, do mesmo artigo do Estatuto, Aprovado pela Lei nº 7.479, de 02 de junho de 1986, a Medalha de Mérito Por Tempo de Serviço instituída pelo Decreto nº 6.043, de 24 de maio de 1906, aos seguintes Bombeiros Militares do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL pelos bons e relevantes serviços prestados:

Medalha de COBRE, por contarem mais de 10 (dez) anos de serviço: O 2º Ten. QOBM/Comb. CLEITON NUNES MAROCLO, Mat. 00515-0, os 2º SGT BM JOÃO BOSCO A. DOS SANTOS, Mat. 04466-0, JOSÉ RICARDO DIAS DA SILVA, Mat. 04483-0, WILLIAN DA SILVA CEZÁRIO, Mat. 04506-3, IRON LIMA GOMES, Mat. 04517-9, FRANCISCO CÍCERO M. GRANJEIRO, Mat. 04521-7, WELLINGTON MENDONÇA ALVES, Mat. 04525-X, SEBASTIÃO B. DOURADO, Mat. 04547-0, JOSÉ DE ANCHIETA PERES OLIVEIRA, Mat. 04563-2, ILDACI DE OLIVEIRA, Mat. 04573-X, LEVY BEZERRA DA TRINDADE, Mat. 04576-4, EDILSON RODRIGUES, Mat. 04620-5, SIDNEY REQUIA GUIMARÃES, Mat. 04623-X, HERALDO MARQUES DOS SANTOS, Mat. 004624-8 e ARI BARBOSA DE OLIVEIRA, Mat. 04903-4, os 3º SGT BM FERNANDO LOPES DOS SANTOS, Mat. 04478-4, PERICLES RODRIGUES DE OLIVEIRA, Mat. 04492-X, LUIZ EDUARDO AMBRÓZIO, Mat. 04497-0, RAMILDO ETISSON BEZERRA, Mat. 04504-7, GEREMIAS DIAS PEREIRA, Mat. 04510-1, SEBASTIÃO ADELSON ALVES, Mat. 04528-4, ELY AGUIAR BATISTA, Mat. 04530-6, JONAS ALVES JÚNIOR, Mat. 04534-9, SIDNEY DE FREITAS XAVIER, Mat. 04535-7, GÉSIO MARTINS ARRUDA, Mat. 04557-8, AUGUSTO BARBOSA M. JÚNIOR, Mat. 04566-7, RONALDO DE SANTANA ALMEIDA, Mat. 04568-3, MARCELO CARDOSO FARIA, Mat. 04570-5, WALTER ROCHA E MEIRA, Mat. 04578-0, MÁRCIO HENRIQUE D. CORREA, Mat. 04607-8, JOSÉ RAIMUNDO F. VALVAR FILHO, Mat. 04614-0, SIDNEY NOLASCO GUIMARÃES, Mat. 04619-1, CLÁUDIO LUIZ DOS E. SILVA, Mat. 04621-3, SILVIO P. DE PAULA FILHO, Mat. 04629-9, MARCIANO DIAS SANDY, Mat. 04631-0, ÁTILA DAMASCENO BOTELHO, Mat. 04831-3 e NILTON EUDES B. DE ARAÚJO, Mat. 04918-2, os Cabos BM ARTHUR A. REIS NETO, Mat. 04469-5, RIVANILDO MEDEIROS SANTOS, Mat. 04474-1, DIOVANI MARTINS DE CARVALHO, Mat. 04476-8, EDILBERTO CHARLES DE OLIVEIRA, Mat. 04482-2, PETRÔNIO SOUZA MARTINS, Mat. 04486-5, CARLOS ALBERTO S. DOS SANTOS, Mat. 04488-1, GIOVANE VIEIRA DEMÉTRIO, Mat. 04503-9, AREOVAN DE CASTRO SANTOS, Mat. 04519-5, SÉRGIO LUIZ CÉSAR DAMASCENO, Mat. 04532-2, JOÃO PAULO ALVES, Mat. 04540-3, PEDRO GOMES CÔRTE, Mat. 04544-6, PAULO CÉSAR REIS, Mat. 04545-4, LEANDRO JOSÉ SOARES, Mat. 04551-9, GEOVANE D. DE SALLES SILVA, Mat. 04555-1, ADILSON FERREIRA MARTINS, Mat. 04558-6, HEBERT GONÇALVES DE LIMA, Mat. 04562-4, CÉSAR ANTÔNIO DOS SANTOS, Mat. 04577-2, AMARILDO R. DOS SANTOS, Mat. 04584-5, MANOEL V. DA SILVA PINTO, Mat. 04586-1, HUMBERTO M. TAVARES, Mat. 04592-6, FRANCISCO SILVA DA COSTA, Mat. 04595-0, OTACÍLIO JUSTINO SOARES, Mat. 04598-5, REGINALDO LAFAYETE DA S. ABREU, Mat. 04605-1, HILTON MANGUEIRA DE SOUZA, Mat. 04608-6, WARGSON RICARDO DE PAULA, Mat. 04611-6, JOSELITO GONÇALVES PEREIRA, Mat. 04613-2, MARUSAN ALVES RODRIGUES, Mat. 04615-9, JONAS FIGUEIREDO DE ALMEIDA, Mat. 04616-7, HUMBERTO DE ALENCAR SILVA, 04916-6, JÂNIO PAULO DA C. MADUREIRA, Mat. 04941-7, ELISALDO RODRIGUES DE A. SENA, Mat. 04952-2 e MAURO LÚCIO DE RESENDE, Mat. 04970-0, e os Soldados BM FLÁVIO SILVA DO NASCIMENTO, Mat. 04462-8, CARLOS ANTÔNIO DA SILVA MARTINS, Mat. 04467-9, ROBERTO VERAS DE OLIVEIRA, Mat. 04475-X, VALDENI ROCHA, Mat. 04480-6, PAULO SÉRGIO NUNES, Mat. 04481-4, NIVALDO R. DA PAZ, Mat. 04484-9, DÁSIO DIVINO VASQUES MACHADO, Mat. 04485-7, REGINALDO DA SILVA CAMELO, Mat. 04487-3, VANDEIR GERALDO DE ARAÚJO, Mat. 04499-7, JOÃO BATISTA DA ROCHA JÚNIOR, Mat. 04501-8, EDGAR FRANCISCO DOS ANJOS, Mat. 04507-1, ROBERTO FERREIRA DOS SANTOS, Mat. 04511-X, CARLOS ROBERTO LOPES, Mat. 04518-7, FRIDEBERTON BEZERRA DE FREITAS, Mat. 04538-1, CARLOS ALBERT SILVA MACHADO, Mat. 04549-7, RAIMUNDO CARLOS DA SILVA, Mat. 04560-8, JOSIMAR ALVES BARBOSA, Mat. 04569-1, ROKLANDE SOUSA ARAÚJO, Mat. 04581-0, OTONIEL FERREIRA SILVA, Mat. 04583-7, FRANCISCO DAS C. S. ARAÚJO, Mat. 04588-8, VANDERLEY DA PENHA, Mat. 04589-6, ADAUTO RIBEIRO, Mat. 04599-3, EDUARDO SOUZA DO NASCIMENTO, Mat. 04600-0, GILSON ALBERTO DA SILVA, Mat. 04603-5, ROBERTO ARTHUR SIMS, Mat. 04604-3, MÁRCIO ROZENDO DE SOUZA, Mat. 04606-X, BISMARCK DIAS GUIMARÃES, Mat. 04892-5, AILTON QUEIROZ DE SOUZA, Mat. 04948-4, CLAUDOMIR CORDEIRO NUNES, Mat. 04958-1, MARCOS MENDES SOARES, Mat. 04965-4, VILMAR DE JESUS SANTANA, Mat. 04966-2, JORGE LUÍS ALMEIDA DOS SANTOS,, Mat. 04991-3, SILVIO ALVES DOS SANTOS, Mat. 04998-0, VALDEMIRO MESSIAS DE PAULA, Mat. 05020-2, CLAUDEMIRO LESSA SILVA, Mat. 05022-9, EDENIS CAMARGOS LEITE, Mat. 05266-3 e LUCIANO CÉSAR JARDIM, Mat. 05734-7.

CONCEDER, nos termos do artigo nº 132, parágrafo 1º, letra "B" e parágrafo 2º, do mesmo artigo do Estatuto, Aprovado pela Lei nº 7.479, de 02 de junho de 1986, a Medalha de Mérito Por Tempo de Serviço instituída pelo Decreto nº

6.043, de 24 de maio de 1906, aos seguintes Bombeiros Militares do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL pelos bons e relevantes serviços prestados:
a) - **Medalha de OURO**, por contarem mais de 25 (vinte e cinco) anos de serviço: O 1º Ten. QOBM/Adm. HERMELINO FERNANDES DAS C. NETO, Mat. 01273-4, os 2º Ten. QOBM/Adm. CLITO GOMES DE SOUZA, Mat. 01413-3 e LOURIVAL MARTINS DA SILVA, Mat. 01471-0, o ST BM JOSÉ BATISTA GOMES, Mat. 01789-2, o 1º SGT BM ELIEZER FERREIRA DE LIMA, Mat. 01786-8, os 2º SGT BM ANTONIO MORAES FILHO, Mat. 01781-7 e JOSÉ MARIA RIBEIRO, Mat. 01790-6, os 3º SGT BM ANTONIO DE PÁDUA LEMES, Mat. 01410-9, ADAUTO VENTURA DOS SANTOS, Mat. 01779-5, ANTONIO C. LÓCIO DE ALENCAR, Mat. 01780-9, CLAUDIONOR MENEZES DA SILVA, Mat. 01784-1 e EDINALDO CUNHA DOS SANTOS, Mat. 01785-X, e o Cabo BM DELTO REIS VIEIRA SANTOS, Mat. 01993-3.
b) - **Medalha de PRATA**, por contarem mais de 15 (quinze) anos de serviço: Os Maj. QOBM/Comb. JÚLIO CESAR DOS SANTOS, Mat. 00177-5 e MÁRCIO DE SOUZA MATOS, Mat. 00179-1, o 1º SGT BM ETEVALDO FARIAS SILVEIRA, Mat. 02904-1, o 3º SGT BM MAURÍCIO B. DE SOUZA, Mat. 03696-X, o Cabo BM PAULO CESAR DE SOUSA, Mat. 03317-0 e o Soldado BM JOSÉ S. HONORATO NETO, Mat. 03298-0.

MARCOS ANTÔNIO DE OLIVEIRA PINTO – CEL QOBM/COMB.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA DE 11 DE MARÇO DE 1999 (*)

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, letra "a", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, e considerando o que consta do Processo nº 054.000210/99, resolve:
Reformar, ex-ofício, a contar de 1º de janeiro de 1999, o Ex Soldado QPPMC AGNALDO LAÉRCIO BARROSO, matrícula nº 21.492-2, da Polícia Militar do Distrito Federal, na mesma graduação, com proventos integrais, relativos ao soldo de Terceiro-Sargento PM, nos termos dos artigos 87, inciso II; 94, inciso II; 96, inciso II; 97, e 98, § 2º, inciso III; e 138, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.475, de 13 de maio de 1986, combinados com o artigo 96, item 2, da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970, e com o artigo 107, desta lei, com a redação dada pelo artigo 5º, inciso III, da Lei nº 7.412, de 06 de dezembro de 1985, por ter sido julgado incapaz definitivamente para todo e qualquer trabalho, em virtude de moléstia adquirida em ato de serviço, sem poder prover os meios de subsistência.

ANTÔNIO RIBEIRO DA CUNHA – CEL QOPM

(*) Republicada por ter saído com incorreção, do original no DODF nº 49, de 12-3-99.

PORTARIAS DE 25 DE MARÇO DE 1999

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, letra "a", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, e considerando o que consta do Processo nº 054.000302/99, resolve:
Reformar, ex-ofício, o Soldado QPPMC ILSON FELIPE DE FARIA, matrícula nº 13.169-5, da Polícia Militar do Distrito Federal, na mesma graduação, com proventos proporcionais ao seu tempo de serviço, nos termos dos artigos 87, inciso II; 94, inciso II; 96, inciso VI; e 99, inciso I, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, combinados com os artigos 96, item 2; e 99, parágrafo único, da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970, e com o artigo 107, desta lei, com a redação dada pelo artigo 5º, inciso III, da Lei nº 7.412, de 06 de dezembro de 1985, por ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço policial militar, podendo prover os meios de subsistência.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, alínea "a", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, e considerando o que consta do Processo nº 054.0003285/90, resolve:
Rever os proventos do Soldado QPPMC Reformado ANTONIO ANATONICO DA SILVA, matrícula 06.677-X, da Polícia Militar do Distrito Federal, que a contar de 24 de fevereiro de 1999, passam a ser constituídos do Soldo integral de Terceiro-Sargento PM, nos termos dos artigos 94, inciso II; 96, inciso V; e 98, §§ 1º e 2º, inciso III, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.475, de 13 de maio de 1986, combinados com o artigo 96, item 2, da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970, e com o artigo 107, desta lei, com a redação fixada pelo artigo 5º, inciso III, da Lei nº 7.412, de 06 de dezembro de 1985, por Ter sido julgado incapaz definitivamente para todo e qualquer trabalho, por moléstia especificada em lei, resultante do agravamento da doença que determinou sua reforma.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, letra "a", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, e considerando o que consta do Processo nº 335.088/79, resolve:
Rever, os proventos do Capitão QOPMA Reformado, ADILIO PORTELLA, matrícula nº 00.159-7, da Polícia Militar do Distrito Federal, que a partir de 22 de dezembro de 1998, passam a constituir-se do soldo integral de Major PM, nos termos dos artigos 50, inciso II, § 1º, inciso I, 87, inciso II; 94, inciso II; 96, incisos V e VI, Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.475, de 13 de maio de 1986, combinados com o artigo 96, item 2, da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970, e com os artigos 100, caput, e 107, desta lei, com a redação dada pelos artigos 1º e 5º, inciso II, da Lei nº 7.412, de 06 de dezembro de 1985, por ter sido julgado incapaz definitivamente para todo e qualquer trabalho, por moléstia especificada em lei, com relação de causa e efeito com a moléstia que o incapacitou, e por contar mais de 30 (trinta) anos de serviço.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, letra "a", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, e considerando o que consta do Processo nº 054.000299/99, resolve:
Reformar, ex-ofício, o Primeiro-Sargento QPPME ANTÔNIO AMANCIO FIRMINO, matrícula nº 03.695-5, da Polícia Militar do Distrito Federal, na mesma graduação, com proventos integrais, relativos ao soldo de Subtenente PM, nos termos dos artigos 50, inciso II; § 1º, inciso III; 87, inciso II; 94, inciso II; 96, inciso VI, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.475, de 13 de maio de 1986, combinados com os artigos 96, item 2, da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970, e com o artigo 107, desta lei, com a redação dada pelo artigo 5º, inciso II, da Lei nº 7.412, de 06 de dezembro de 1985, por ter sido julgado incapaz definitivamente para todo e qualquer trabalho, e por contar mais de 30 (trinta) anos de serviço.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, letra "a", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, e considerando o que consta do Processo nº 054.000292/99, resolve:
Reformar, ex-ofício, o Terceiro-Sargento QPPMC ODEILDO VIRISSIMO DE OLIVEIRA, matrícula nº 04.502-0, da Polícia Militar do Distrito Federal, na mesma graduação, com proventos integrais, relativos ao soldo de Segundo-Tenente PM, nos termos dos artigos 87, inciso II; 94, inciso II; 96, inciso III, § 1º; 97; e 98, §§ 1º e 2º, inciso II, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, combinado com o artigo 96, item 2, da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970, e com o artigo 107, desta lei, com a redação dada pelo artigo 5º, inciso III, da Lei nº 7.412, de 06 de dezembro de 1985, por ter sido julgado incapaz definitivamente para todo e qualquer trabalho, por moléstia adquirida em ato de serviço.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, letra "a", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, e considerando o que consta do Processo nº 054.000291/99, resolve:
Reformar, ex-ofício, o Soldado QPPMC ADALBERTO RIBEIRO GONÇALVES, matrícula nº 21.405-1, da Polícia Militar do Distrito Federal, na mesma graduação, com proventos integrais, relativos ao soldo de Terceiro-Sargento PM, nos termos dos artigos 87, inciso II; 94, inciso II; 96, inciso V, 97 e 98, §§ 1º e 2º, inciso III, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.475, de 13 de maio de 1986, combinados com os artigos 93, itens 1, 3 e 4 (esta último acrescido pela Lei nº 7.609, de 06 de julho de 1987); 96 item 2, da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970, e com o artigo 107, desta lei, com a redação dada pelo artigo 5º, inciso III, da Lei nº 7.412, de 06 de dezembro de 1985, por ter sido julgado incapaz definitivamente para todo e qualquer trabalho, por moléstia especificada em lei.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, letra "a", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, e considerando o que consta do Processo nº 054.000303/99, resolve:
Reformar, ex-ofício, o Soldado QPPMC JOÃO LEITE DE SÃO JOSÉ, matrícula nº 06.173-5, da Polícia Militar do Distrito Federal, na mesma graduação, com proventos integrais, relativos ao soldo de sua própria graduação, nos termos dos artigos 87, inciso II; 94, inciso II; 96, inciso III, e 97, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.475, de 13 de maio de 1986, combinados com os artigos 96, item 2; 103, itens 1 e 2; e 104, item 2, da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970, e com o artigo 107, desta lei, com a redação dada pelo artigo 5º, inciso III, da Lei nº 7.412, de 06 de dezembro de 1985, por ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço policial militar, em virtude de moléstia adquirida em ato de serviço, podendo prover os meios de subsistência.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, letra "b", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, e considerando o que consta do Processo nº 054.000309/99, resolve:
Transferir para a Reserva Remunerada, a pedido, o Segundo-Sargento QPPMC JOAQUIM FELIPE DE SOUZA, matrícula nº 02.713-8, da Polícia Militar do Distrito Federal, na mesma graduação, com proventos integrais, relativos ao soldo de Primeiro-Sargento PM, nos termos dos artigos 50, inciso II; § 1º, inciso III; 87, inciso I; 90, inciso I; e 91, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.475, de 13 de maio de 1986, combinados com os artigos 96, item 1; e 102, da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970, e com o artigo 107, desta lei, com a redação dada pelo artigo 5º, inciso II, da Lei nº 7.412, de 06 de dezembro de 1985, por contar mais de 30 (trinta) anos de serviço.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, letra "b", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, e considerando o que consta do Processo nº 054.000308/99, resolve:
Transferir para a Reserva Remunerada, a pedido, o Terceiro-Sargento QPPMC MIGUEL SOARES DE SOUZA, matrícula nº 04.086-X, da Polícia Militar do Distrito Federal, na mesma graduação, com proventos integrais, relativos ao soldo de Segundo-Sargento PM, nos termos dos artigos 50, inciso II; § 1º, inciso III; 87, inciso I; 90, inciso I; e 91, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.475, de 13 de maio de 1986, combinados com os artigos 96, item 1; e 102, da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970, e com o artigo 107, desta lei, com a redação dada pelo artigo 5º, inciso II, da Lei nº 7.412, de 06 de dezembro de 1985, por contar mais de 30 (trinta) anos de serviço.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, letra "b", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, e considerando o que consta do Processo nº 054.000275/99, resolve:
Transferir para a Reserva Remunerada, a pedido, o Terceiro-Sargento QPPMC WALTER ROSENDA, matrícula nº 02.623-9, da Polícia Militar do Distrito Federal, na mesma graduação, com proventos integrais, relativos ao soldo de Segundo-Sargento PM, nos termos dos artigos 50, inciso II; § 1º, inciso III; 87, inciso I; 90, inciso I; e 91, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.475, de 13 de maio de 1986, combinados com os artigos 96, item 1; e 102, da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970, e com o artigo 107, desta lei, com a redação dada pelo artigo 5º, inciso II, da Lei nº 7.412, de 06 de dezembro de 1985, por contar mais de 30 (trinta) anos de serviço.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, letra "b", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, e considerando o que consta do Processo nº 054.000295/99, resolve:
Transferir para a Reserva Remunerada, a pedido, o Terceiro-Sargento QPPMC WILSON MARQUES DA SILVA, matrícula nº 03.521-1, da Polícia Militar do Distrito Federal, na mesma graduação, com proventos integrais, relativos ao soldo de Segundo-Sargento PM, nos termos dos artigos 50, inciso II; § 1º, inciso III; 87, inciso I; 90, inciso I; e 91, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.475, de 13 de maio de 1986, combinados com os artigos 96, item 1; e 102, da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970, e com o artigo 107, desta lei, com a redação dada pelo artigo 5º, inciso II, da Lei nº 7.412, de 06 de dezembro de 1985, por contar mais de 30 (trinta) anos de serviço.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, letra "b", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, e considerando o que consta do Processo nº 054.000276/99, resolve:
Transferir para a Reserva Remunerada, a pedido, o Terceiro-Sargento QPPMC ORLANDO DA SILVA COSTA, matrícula nº 03.125-9, da Polícia Militar do Distrito Federal, na mesma graduação, com proventos integrais, relativos ao soldo de Segundo-Sargento PM, nos termos dos artigos 50, inciso II; § 1º, inciso III; 87, inciso I; 90,

inciso I; e 91, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.475 de 13 de maio de 1986, combinados com os artigos 96, item 1; e 102, da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970, e com o artigo 107, desta lei, com a redação dada pelo artigo 5º, inciso II, da Lei nº 7.412, de 06 de dezembro de 1985, por contar mais de 30 (trinta) anos de serviço.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, letra "b", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, e considerando o que consta do Processo nº 054.000284/99, resolve:
Transferir para a Reserva Remunerada, a pedido, o Coronel QOPMS RENATO MARANHÃO MOREIRA, matrícula nº 00.337-9, da Polícia Militar do Distrito Federal, no mesmo posto, com proventos integrais, relativos ao soldo de seu próprio posto, acrescido de 10% (dez por cento), nos termos dos artigos 50, inciso II; § 1º, inciso I; 87, inciso I; 90, inciso I; 91 e 122, inciso III, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.475, de 13 de maio de 1986, combinados com o artigo 96, item 1, da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970, e com os artigos 100, § 1º; e 107, desta lei, com a redação dada pelo artigos 1º e 5º, inciso III, da Lei nº 7.412, de 06 de dezembro de 1985, por contar mais de 30 (trinta) anos de serviço.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, letra "b", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, e considerando o que consta do Processo nº 054.000285/99, resolve:
Transferir para a Reserva Remunerada, a pedido, o Subtenente QPPMC GILBERTO NUNES DE OLIVEIRA, matrícula nº 05.838-6, da Polícia Militar do Distrito Federal, na mesma graduação, com proventos integrais, relativos ao soldo de Segundo-Tenente PM, nos termos dos artigos 50, inciso II; § 1º, inciso II; 87, inciso I; 90, inciso I; e 91, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.475, de 13 de maio de 1986, combinados com os artigos 96, item 1; e 101, da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970, e com o artigo 107, desta lei, com a redação dada pelo artigo 5º, inciso II, da Lei nº 7.412, de 06 de dezembro de 1985, por contar mais de 30 (trinta) anos de serviço.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, letra "b", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, e considerando o que consta do Processo nº 054.000300/99, resolve:
Transferir para a Reserva Remunerada, a pedido, o Subtenente QPPMC JOÃO FERREIRA DOS SANTOS, matrícula nº 03.160-7, da Polícia Militar do Distrito Federal, na mesma graduação, com proventos integrais, relativos ao soldo de Segundo-Tenente PM, nos termos dos artigos 50, inciso II; § 1º, inciso II; 87, inciso I; 90, inciso I; e 91, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.475, de 13 de maio de 1986, combinados com os artigos 96, item 1; e 101, da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970, e com o artigo 107, desta lei, com a redação dada pelo artigo 5º, inciso II, da Lei nº 7.412, de 06 de dezembro de 1985, por contar mais de 30 (trinta) anos de serviço.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, letra "b", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, e considerando o que consta do Processo nº 054.000296/99, resolve:
Transferir para a Reserva Remunerada, a pedido, o Subtenente QPPMC GERALDO DE MELO NOGUEIRA, matrícula nº 03.517-3, da Polícia Militar do Distrito Federal, na mesma graduação, com proventos integrais, relativos ao soldo de Segundo-Tenente PM, nos termos dos artigos 50, inciso II; § 1º, inciso II; 87, inciso I; 90, inciso I; e 91, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.475, de 13 de maio de 1986, combinados com os artigos 96, item 1; e 101, da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970, e com o artigo 107, desta lei, com a redação dada pelo artigo 5º, inciso II, da Lei nº 7.412, de 06 de dezembro de 1985, por contar mais de 30 (trinta) anos de serviço.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, letra "b", do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, e considerando o que consta do Processo nº 054.000301/99, resolve:
Transferir para a Reserva Remunerada, a pedido, o Primeiro-Sargento QPPMC LUIZ GONZAGA DA SILVA, matrícula nº 03.050-3, da Polícia Militar do Distrito Federal, na mesma graduação, com proventos integrais, relativos ao soldo de Subtenente PM, nos termos dos artigos 50, inciso II; § 1º, inciso III; 87, inciso I; 90, inciso I; e 91, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.475, de 13 de maio de 1986, combinados com os artigos 96, item 1; e 102, da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970, e com o artigo 107, desta lei, com a redação dada pelo artigo 5º, inciso II, da Lei nº 7.412, de 06 de dezembro de 1985, por contar mais de 30 (trinta) anos de serviço.

ANTÔNIO RIBEIRO DA CUNHA – CEL QOPM

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO DE 25 DE MARÇO DE 1999

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 1.813, de 30 de dezembro de 1997, resolve:

I - Constituir Comissão para inventariar os bens móveis, imóveis e semoventes desta Instituição, referente ao exercício de 1998, em conformidade com os Artigos 144 e 148 da Resolução nº 38, de 30 de outubro de 1990 do TCDF, a comissão será constituída pelos seguintes servidores: Francisco José Feijó Paiva, Matricula nº 80.059-7, Presidente, Simara Alves de Medeiros, Matrícula nº 80.057-0, José Arnóbio Rocha Araújo, Matrícula nº 93.351-1 e José Roberto Mendes Pacheco, Matrícula nº 80.047-3, como Membros.
II - Estipular o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados a partir da publicação do ato, como data limite para conclusão dos trabalhos.
III - Revogam-se as disposições em contrário.

RAUL GONZALEZ ACOSTA

SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 113, DE 23 DE MARÇO DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto no artigo 143, da Lei nº 8.112/90, e tendo em vista o contido no processo nº 094.000.214/99, resolve:
I – INSTAURAR Sindicância para apurar a responsabilidade dos fatos apontados no supracitado processo.
II – INCUMBIR à Comissão Permanente de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar, criada através da Instrução de Serviço "SLU" nº 043 de 06.03.98, publicada no DODF nº 46, página 23 de 10.03.98, da apuração dos fatos.
III – FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias para a apresentação do relatório conclusivo, a contar da data de abertura dos trabalhos.

LUIZ ANTONIO PERES FLORES

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 114, DE 23 DE MARÇO DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com as disposições contidas no Capítulo II das Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil, aprovada pelo Decreto nº 16.098/94, resolve:
DESIGNAR a servidora MARIA CRISTINA MARINHO RIBEIRO VILELA, matrícula 84.252-4, Secretária Executiva da Diretoria Geral, para atuar como EXECUTORA do Contrato nº 038/97, celebrado com a CINE FOTO UNIVERSITÁRIO LTDA, objeto do processo nº 094.000.092/98.

LUIZ ANTONIO PERES FLORES

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 115, DE 23 DE MARÇO DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto no artigo 143, da Lei nº 8.112/90, e tendo em vista o contido no processo nº 094.001.268/95, resolve:
I – INSTAURAR Processo Administrativo Disciplinar para apurar as irregularidades apontadas no supracitado processo.
II – INCUMBIR à Comissão Permanente de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar, criada através da Instrução de Serviço "SLU" nº 043 de 06.03.98, publicada no DODF nº 46, página 23 de 10.03.98, da apuração dos fatos.
III – FIXAR o prazo de 60 (sessenta) dias para a apresentação do relatório conclusivo.
IV – Esta Instrução de Serviço entra em vigor a partir da data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO PERES FLORES

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 116, DE 23 DE MARÇO DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o contido no Processo nº 094.000.274/99, resolve:
I – INSTAURAR TOMADA DE CONTAS ESPECIAL para apurar a responsabilidade pelos prejuízos causados ao erário, em decorrência dos fatos apontados no supracitado processo.
II – INCUMBIR a Comissão Permanente de Tomadas de Contas Especial, criada através da Instrução de Serviço "SLU" nº 98 de 17.05.96, da apuração dos fatos.
III – FIXAR o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do relatório conclusivo.
IV – Esta Instrução de Serviço entra em vigor a partir da data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO PERES FLORES

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 117, DE 23 DE MARÇO DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com as disposições contidas no Capítulo II das Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil, aprovada pelo Decreto nº 16.098/94, resolve:
DESIGNAR a servidora MARIA CRISTINA MARINHO RIBEIRO VILELA, matrícula 84.252-4, Secretária Executiva da Diretoria Geral, para atuar como EXECUTORA do Contrato nº 023/99, celebrado com a GIOVANNI, FCB S/A, objeto do processo nº 094.000.105/99.

LUIZ ANTONIO PERES FLORES

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 138, DE 24 DE MARÇO DE 1999.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso XXI, do Regimento Interno, e tendo em vista o que se apresenta no Processo nº943/99,resolve:
Designar LILIA MÁRCIA PEREIRA VIDIGAL DE OLIVEIRA, Diretora da Divisão de Documentação, VÂNIA DE FÁTIMA PEREIRA, Chefe da Seção de Biblioteca; CARMEN REGINA OLIVEIRA DE SOUZA CREMASCO, Chefe Substituta da Seção de Biblioteca e GENILSON DOS ANJOS SOUZA, Técnico de Administração Pública - B, para, sob a presidência do primeiro, constituírem comissão incumbida de avaliar o acervo Biblioteca Cyro dos Anjos.

FREDERICO AUGUSTO BASTOS

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 119, DE 23 DE MARÇO DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no parágrafo 2º do artigo 164 da Lei nº 8.112/90, e considerando que o servidor RUBENS FERNANDES GOMES, matrícula nº 82.991-9, Auxiliar de Administração Pública do QP/SLU, indiciado no Processo nº 094.000.702/98, devidamente citado, deixou de apresentar defesa, resolve:
I – DESIGNAR , para atuar como DEFENSOR DATIVO do referido servidor, o servidor ANTÔNIO MARIA CLARET GUIMARÃES, matrícula nº 74.593-6, Técnico de Administração Pública do QP/SLU, o qual deverá apresentar defesa escrita, na forma do parágrafo 1º do artigo 164 da supracitada Lei.

LUIZ ANTONIO PERES FLORES

SEÇÃO III

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONVITE Nº 5/99

A Comissão Permanente de Licitação comunica que o termo de julgamento da presente licitação, que trata da aquisição de "equipamentos de segurança", encontra-se afixado no quadro de avisos desta Comissão.

Brasília-DF, 23 de março de 1999
A COMISSÃO

VICE-GOVERNADORIA

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2/97
NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 13 / 96.

PROCESSO Nº 133.000.577/96, PARTES: DF-RA-IV X CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA. OBJETO: Apresentação de crédito anual pelo qual correrá a despesa referente ao exercício de 1999, conforme Lei nº 2.288, de 08/01/99. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO; 10060032785070001 - FONTE DE RECURSOS: 100 - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - 11106 NATUREZA DA DESPESA: 349039- Nota de Empenho nº 055/99 no valor de R$ 29.800,00 (vinte e nove mil e oitocentos reais), emitida em 02/03/99, sob o evento 400091, na modalidade estimativo - VIGÊNCIA: O presente termo entra em vigor na data de sua Assinatura - RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente termo Aditivo - Data da Assinatura: 24 de março de 1999 - Publicação no DODF às expensas da Administração Regional SIGNATÁRIOS: pelo Distrito Federal: ELIOVALDO JOSÉ FERREIRA Administrador Regional de Brazlândia e pela Contratada, ROGÉRIO VILLAS BOAS TEIXEIRA DE CARVALHO, na qualidade de Diretor - Presidente e SÍLVIO QUEIROZ PINHEIRO, na qualidade de Diretor de Distribuição.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 3/97
NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 13 / 96.

PROCESSO Nº 133.000.576/96, PARTES: DF-RA-IV X CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA. OBJETO: Apresentação de crédito anual pelo qual correrá a despesa referente ao exercício de 1999, conforme Lei nº 2.288, de 08/01/99. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO; 10060032785070001 - FONTE DE RECURSOS: 100 - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - 11106 NATUREZA DA DESPESA: 349039- Nota de Empenho nº 056/99 no valor de R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), emitida em 02/03/99, sob o evento 400091, na modalidade estimativo - VIGÊNCIA: O presente termo entra em vigor na data de sua Assinatura - RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente termo Aditivo - Data da Assinatura: 24 de março de 1999 - Publicação no DODF às expensas da Administração Regional SIGNATÁRIOS: pelo Distrito Federal: ELIOVALDO JOSÉ FERREIRA Administrador Regional de Brazlândia e pela Contratada, ROGÉRIO VILLAS BOAS TEIXEIRA DE CARVALHO, na qualidade de Diretor - Presidente e SÍLVIO QUEIROZ PINHEIRO, na qualidade de Diretor de Distribuição.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 1/99

OBJETO: Prestação de serviços com a manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica em 01 (uma) central telefônica privada CPCT, tipo PABX Modelo 1664 Lith, 12 troncos 48 ramais dotados de 40 (quarenta) aparelhos telefônicos com teclados para ramais de PABX e 04 (quatro) especiais tipo KS.
DATA DA ABERTURA: 06/04/99
HORÁRIO: 09:30 horas
LOCAL: Sala de reuniões da Administração Regional do Núcleo Bandeirante – RA-VIII, Praça Padre Roque, Módulo II. A Comissão de Licitação CL/ARNB, torna público aos interessados a abertura do Convite em epígrafe na data, hora e local acima indicados. Cópias do Edital poderão ser adquiridos na sala 05 da RA-VIII. Maiores informações pelos telefones: 552-3311 ramal (212).

Brasília-DF, 22 de março de 1999
ALESSANDRO DE ALMEIDA SANTOS CARVALHO
Presidente da Comissão de Licitação

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM DO DISTRITO FEDERAL

PROCESSO Nº 030.005.198/96. PARTES: **DF/SEA X KALLYFA'S BUFFET SELF SERVICE & LANCHONETE LTDA.** OBJETO: Permissão de Uso do imóvel localizado na Praça Municipal, Bloco "E" com área de 592m2 (quinhentos e noventa e dois metros quadrados), área conhecida como "Restaurante do Buriti". DA DESTINAÇÃO: O imóvel, objeto do presente Termo, destina-se a exploração de serviços de Restaurante "Sistema Self-Service por peso" e lanchonete. DO VALOR: A Permissionária pagará, mensalmente, até o 5º dia útil do mês subseqüente relativo à utilização, a título de preço público, o valor de R$ 2.960,00 (dois mil, novecentos e sessenta reais), que será recolhido por meio de DAR, utilizando o código 4080, devendo uma das vias ser entregue na DAG da SEA. DA VIGÊNCIA: A Permissão terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de sua assinatura. devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 09/03/99. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal: MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO, na qualidade de Secretário de Administração. Pela Contratada: EVANILDO PAES DE BARROS JÚNIOR, na qualidade de Sócio-Gerente.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 26/97
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO Nº 030.009.990/96. **PARTES**: **DF/SEA X POLITEC INFORMÁTICA LTDA. OBJETO**: Apresentação do crédito anual pelo qual correrá a despesa referente ao exercício de 1999. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: A despesa da presente alteração correrá à conta da seguinte dotação orçamentária: Unidade Orçamentária - 13101; Programas de Trabalho – 03.007.0021.8501.0007; Natureza da Despesa – 3.4.90.39; Fonte de Recursos - 100; Nota de Empenho nº 99ne00135 emitida no valor de R$ 216.175,21 (duzentos e dezesseis mil, cento e setenta e cinco reais e vinte e um centavos) em 11/03/99 sob o evento nº 400091, por estimativa . **VIGÊNCIA**: O presente Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. **DA RATIFICAÇÃO**: Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato a que se refere este Aditivo. **DATA DE ASSINATURA**: 17.03.99. **SIGNATÁRIOS**: Pelo Distrito Federal: MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO, na qualidade de Secretário de Administração. Pela Contratada: HÉLIO SANTOS OLIVEIRA, na qualidade de Diretor Comercial.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 13/97
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO Nº 030.008.401/96. **PARTES**: **DF/SEA X ELEVADOES SCHINDLER DO BRASIL S/A. OBJETO**: Apresentação do crédito anual pelo qual correrá a despesa referente ao exercício de 1999. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: A despesa da presente alteração correrá à conta da seguinte dotação orçamentária: Unidade Orçamentária - 13101; Programas de Trabalho – 03.007.0025.2032.0001; Natureza da Despesa – 3.4.90.39; Fonte de Recursos - 100; Nota de Empenho nº 99ne00119 emitida no valor de R$ 16.687,00 (dezesseis mil, seiscentos e oitenta e sete reais) em 05/03/99 sob o evento nº 400091, por estimativa. **VIGÊNCIA**: O presente Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. **DA RATIFICAÇÃO**: Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato a que se refere este Aditivo. **DATA DE ASSINATURA**: 17.03.99. **SIGNATÁRIOS**: Pelo Distrito Federal: MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO, na qualidade de Secretário de Administração. Pela Contratada: EPITÁCIO SILVA DE CARVALHO, na qualidade de Procurador.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 201/96
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO Nº 030.001.759/96. **PARTES**: **DF/SEA X CORONÁRIO TURISMO LTDA. OBJETO**: Apresentação do crédito anual pelo qual correrá a despesa referente ao exercício de 1999. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: A despesa da presente alteração correrá à conta da seguinte dotação orçamentária: Unidade Orçamentária - 13101; Programas de Trabalho – 03.007.0021.8501.0007; Natureza da Despesa – 3.4.90.33; Fonte de Recursos - 100; Nota de Empenho nº 99ne00033 emitida no valor de R4 2.590,00 (dois mil quinhentos e noventa reais) em 03/02/99 sob o evento nº 400091, por estimativa. **VIGÊNCIA**: O presente Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. **DA RATIFICAÇÃO**: Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato a que se refere este Aditivo. **DATA DE ASSINATURA**: 17.03.99. **SIGNATÁRIOS**: Pelo Distrito Federal: MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO, na qualidade de Secretário de Administração. Pela Contratada: MANOEL LIMA BARBOSA, na qualidade de Sócio Gerente.

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1/94

PROCESSO Nº 030.013.141/94 - **PARTES**: **DF/SEA X A COMBRAD COMÉRCIO DE BATERIAS E RADIADORES LTDA. OBJETO**: Apresentação do crédito anual pelo qual ocorreu a despesa referente ao exercício de 1998. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Conforme Nota de Empenho nº 98ne00402, emitida em 28/05/98, sob o evento nº 400091, estimativo, no valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). Sendo cancelada em 31/12/98 o valor de R$ 2.150,00 (dois mil, cento e cinqüenta reais), conforme Nota de Empenho nº 98ne1014, emitida sob o evento 400093, na modalidade estimativa, perfazendo o contrato um total de R$ 5.170,00 (cinco mil, cento e setenta reais). **U.O.**: 13.101. **Programa de Trabalho**: 03.007.0021.2061.0001. **Natureza da Despesa:** 349039. **Fonte de Recursos**: 100. **Da Ratificação**: Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no referido contrato. **VIGÊNCIA:** O presente Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. **DATA DE ASSINATURA**: 18/03/99. **SIGNATÁRIOS:** Pelo Distrito Federal: MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO, na qualidade de Secretário. Pela Contratada: WALDEMAR CORREA JÚNIOR, na qualidade de Sócio.

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 202/96
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO Nº 030.001.866/96. **PARTES**: **DF/SEA X ITAG COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. OBJETO**: Apresentação do crédito anual pelo qual correrá a despesa referente ao exercício de 1999. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: A despesa da presente alteração correrá à conta da seguinte dotação orçamentária: Unidade Orçamentária - 13101; Programas de Trabalho – 03.007.0021.8501.0007; Natureza da Despesa – 3.4.90.39; Fonte de Recursos - 100; Nota de Empenho nº 99ne00120 emitida no valor de R$ 1.968,00 (um mil, novecentos e sessenta e oito reais) em 05/03/99 sob o evento 400091, por estimativa. **VIGÊNCIA**: O presente Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. **DA RATIFICAÇÃO**: Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato a que se refere este Aditivo. **DATA DE ASSINATURA**: 17.03.99. **SIGNATÁRIOS**: Pelo Distrito Federal: MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO, na qualidade de Secretário de Administração. Pela Contratada: MARIA VERA LÚCIA DOMINGOS, na qualidade de Sócia Gerente.

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 203/96
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO Nº 030.001.866/96. **PARTES**: **DF/SEA X AÇÃO INFORMÁTICA LTDA. OBJETO**: Apresentação do crédito anual pelo qual correrá a despesa referente ao exercício de 1999. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: A despesa da presente alteração correrá à conta da seguinte dotação orçamentária: Unidade Orçamentária - 13101; Programas de Trabalho – 03.007.0021.8501.0007; Natureza da Despesa – 3.4.90.39; Fonte de Recursos - 100; Nota de Empenho nº 99ne00118 emitida no valor de R$ 4.960,00 (quatro mil, novecentos e sessenta reais) em 05/03/99 sob o evento 400091, por estimativa. **VIGÊNCIA**: O presente Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. **DA RATIFICAÇÃO**: Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato a que se refere este Aditivo. **DATA DE ASSINATURA**: 17.03.99. **SIGNATÁRIOS**: Pelo Distrito Federal: MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO, na qualidade de Secretário de Administração. Pela Contratada: AMAURI PEREIRA DE SOUZA, na qualidade de Sócio Gerente.

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 21/96
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO Nº 030.010.608/95. **PARTES**: **DF/SEA X CENTERMAQ – SERVIÇOS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA. OBJETO**: Apresentação do crédito anual pelo qual correrá a despesa referente ao exercício de 1999. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: A despesa da presente alteração correrá à conta da seguinte dotação orçamentária: Unidade Orçamentária - 13101; Programas de Trabalho – 03.007.0021.8501.0007; Natureza da Despesa – 3.4.90.39; Fonte de Recursos - 100; Nota de Empenho nº 99ne00152 emitida no valor de R$ 1.994,00 (um mil, novecentos e noventa e quatro reais) em 17/03/99 sob o evento nº 400091, por estimativa. **VIGÊNCIA**: O presente Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. **DA RATIFICAÇÃO**: Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato a que se refere este Aditivo. **DATA DE ASSINATURA**: 17.03.99. **SIGNATÁRIOS**: Pelo Distrito Federal: MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO, na qualidade de Secretário de Administração. Pela Contratada: RUBENS DE SOUZA, na qualidade de Sócio Gerente.

EXTRATO DO DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 22/96
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO Nº 030.008.311/95. **PARTES**: **DF/SEA X TELETELB - TELECOMUNICAÇÕES BRASILIENSE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. OBJETO**: Apresentação do crédito anual pelo qual correrá a despesa referente ao exercício de 1999. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: A despesa da presente alteração correrá à conta da seguinte dotação orçamentária: Unidade Orçamentária - 13101; Programas de Trabalho – 03.007.0025.2032.0001; Natureza da Despesa – 3.4.90.39; Fonte de Recursos - 100; Nota de Empenho nº 99ne00138 emitida no valor de R$ 4.560,01 (quatro mil, quinhentos e sessenta reais e um centavo) em 11/03/99 sob o evento nº 400091, por estimativa . **VIGÊNCIA**: O presente Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. **DA RATIFICAÇÃO**: Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato a que se refere este Aditivo. **DATA DE ASSINATURA**: 17.03.99. **SIGNATÁRIOS**: Pelo Distrito Federal: MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO, na qualidade de Secretário de Administração. Pela Contratada: AROALDO DE OLIVEIRA SOUZA, na qualidade de Gerente.

EXTRATO DO VIGÉSIMO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 12/89
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO Nº 032.000.192/93. **PARTES**: **DF/SEA X XEROX COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. OBJETO**: Cláusula Segunda - do Objeto: Por meio do presente termo aditivo: 2.1. 1 - A Contratada, passa a ser, por sucessão, no Contrato Padrão nº 12/89, a partir de 01 de fevereiro de 1999, a Empresa Xerox Comércio e Indústria Ltda., com sede na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, à Av. Fernando Ferrari, nº 1.000 - Parte, inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.629/0001-08, conforme alteração contratual registrada na Junta Comercial daquele Estado, sob o nº 990053865. 2.1.2 - Fica prorrogado, com base no §4º do Art. 57, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, o Contrato Padrão nº 12/89, celebrado 01 de março de 1994, com vigência até 01.03.99, objetivando a locação de máquinas copiadoras. **VIGÊNCIA**: Cláusula Terceira: Do Prazo e Vigência : O presente Contrato cuja vigência finda em 01.03.99 fica, a partir dessa data, prorrogado por mais 12 meses até 01.03.2000, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. Cláusula Quarta - Da Despesa: A despesa incorrida no período da prorrogação ora efetuada correrá a conta da dotação orçamentária própria que será apresentada através da celebração de Termo Aditivo nos moldes do termo Padrão nº 13/96. Cláusula Quinta - Da Rescisão: Fica, desde já, estabelecido entre as partes, que o contrato em referência poderá ser rescindido a qualquer momento, nos casos legalmente previstos, bastando, para tanto, que a parte interessada, manifeste-se por escrito, com antecedência de 30(trinta) dias. A Administração poderá rescindir o contrato unilateralmente conforme previsto no Inciso I do Artigo 79 da Lei nº 8.666/93, sem que isto implique indenização à contratada, à exceção do pagamento dos serviços efetivamente prestados até a data da rescisão. **DA RATIFICAÇÃO**: Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato a que se refere este Aditivo. **DATA DE ASSINATURA**: 01.03.99. **SIGNATÁRIOS**: Pelo Distrito Federal: MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO, na qualidade de Secretário de Administração. Pela Contratada: FRANCISCO RINCON, na qualidade de Gerente.

EXTRATOS DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 1/94
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO Nº 030.013.143/94 - **PARTES**: **DF/SEA X A COMBRAD COMÉRCIO DE BATERIAS E RADIADORES LTDA. OBJETO**: Rescindir o Contrato nº 01/94, com base na Cláusula 8.1, celebrado em 01 de fevereiro de 1995, objetivando a prestação de serviços de recuperação de baterias para veículos da frota do GDF. A presente rescisão opera-se na forma prevista no inciso II, art. 79, da Lei nº 8.666/93. **Da Vigência**: A vigência deste termo terá início na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. **DATA DE ASSINATURA**: 18/03/99. **SIGNATÁRIOS:** Pelo Distrito Federal: MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO, na qualidade de Secretário. Pela Contratada: WALDEMAR CORREA JÚNIOR, na qualidade de Sócio.

PROCESSO Nº 030.013.141/94 - **PARTES**: **DF/SEA X A COMBRAD COMÉRCIO DE BATERIAS E RADIADORES LTDA. OBJETO**: Rescindir o Contrato nº 01/94, com base na Cláusula 8.1, celebrado em 01 de fevereiro de 1995, objetivando a prestação de serviços de recondicionamento de radiadores de água e substituição de colmeia de veículos de propriedade do GDF. A presente rescisão opera-se na forma prevista no inciso II, art. 79, da Lei nº 8.666/93. **Da Vigência**: A vigência deste termo terá início na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. **DATA DE ASSINATURA**: 18/03/99. **SIGNATÁRIOS:** Pelo Distrito Federal: MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO, na qualidade de Secretário. Pela Contratada: WALDEMAR CORREA JÚNIOR, na qualidade de Sócio.

SUBSECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES

EDITAL Nº 1/99
CONVOCAÇÃO

O CHEFE DA DIVISÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES, do Departamento de Administração de Pessoal, da Secretaria de Administração, convoca os familiares ou seus representantes legais dos abaixo relacionados, para comparecerem à citada Divisão, localizada no Edifício do Anexo do Palácio do Buriti, 7º andar, sala 709, de segunda a sexta-feira, no horário das 13:30 às 18:30 horas, a fim de receberem instruções quanto ao recolhimento aos cofres do Governo do Distrito Federal, das importâncias a seguir discriminadas ou apresentarem defesa, dentro do prazo de 15 dias, contados a partir do dia da publicação deste Edital, conforme decisão exarada em processo.

1) NOME: **ANA JOSE DE PINHO**
MATRÍCULA: 4.650-7
PROCESSO : 030002431/95
VALOR: 15.226,4191 UFIRs
2) NOME: **PLAUTO RIBEIRO DE ALMEIDA**
MATRÍCULA: 13.427-9
PROCESSO: 0030009746/98
VALOR: 781,1045 UFIRs
3) NOME: **ADELAIDE CARDOZO**
MATRÍCULA: 6.157-3
PROCESSO : 0030009750/98
VALOR: 315,8981 UFIRs
4) NOME: **GERALDO PACHECO TEODORO**
MATRÍCULA: 17.226-X
PROCESSO: 0030007322/98
VALOR: 1.727,9721 UFIRs
5) NOME: **FRANCISCO SALES BALBINO**
MATRÍCULA: 1.605-5
PROCESSO : 030011599/95
VALOR: 186,0107 UFIRs
6) NOME: **JOSE FAUSTINO DE SOUZA**
MATRÍCULA: 1.407-9
PROCESSO: 0030009018/98
VALOR: 371,8928 UFIRs

JOSÉ FRANCISCO BANDEIRA

SUBSECRETARIA DE RECURSOS FÍSICOS
DEPARTAMENTO DE MATERIAL
COMISSÃO DE ANÁLISE E REGISTROS CADASTRAIS

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Interessados	Assunto	Grupos Deferidos	Grupos Indeferidos
Café Forte Indústria e Comércio Ltda	Renovação	0115	
São Lourenço Gráfica e Editora Ltda	Renovação	0805,1404,9707	
Equimaf – Equipamentos Máquinas e Ferramentas Ltda	Alteração	0111,1001,1002,1004, 1009,1011,1201,1204, 1205,1601,2011,2016, 5301,7201	0108,0502,0503,1101,1701, 2010,2108,5401,6901
Daher Informática Comércio e Importação e Exportação Ltda	Renovação	2007,5702,9785	1407,6601,9736,
Polibor Ltda	Renovação	1902 e procurador	2302
Fiança Imóveis Ltda	Renovação	9731,9734,9758,9786	9744
Farol – Materiais para Construção Ltda	Inscrição	0701,0702,1001,1002, 1003,1004,1005,1006, 1007,1008,1009,1013, 1014,1015,1601,1602, 1603,1701,1705,6201, 6202	0504,0506,1011,1201,1302, 1303
Sitran – Sinalização de Trânsito Industrial Ltda	Renovação	1801,1804,9723	1013,1602
Grafimaq – Gráfica Materiais e Serviços Ltda	Renovação	0805	0803,5606,5607,9707
IBEM Indústria e Comércio Ltda	Inscrição	5301,6801	1602,5702,6802 e representante
Arcanjo Representação Comercial de Material Cirúrgico Ltda	Renovação	1901,1902,6903	1904
Royal Pneus Ltda	Renovação	0504,0506,2101,2111, 6202,7302,9709,9728	9788
AARTE Informática Ltda-EPP	Inscrição	5702,9725,9756,9785	0301,0801,1402,1405,1404, 1601,1602,1603,1701,1702, 1703,1704,2003,2007,2009, 2014,2201,2301,2302,2303, 5301,5401,5402,5601,5602, 5603,5605,5606,5607,5701, 6102,6802,6803,6804,6805, 6809,6901,6902,6903,7001, 9717,9718,9726,9734,9735, 9736,9757,9762,9786

A Comissão de Análise e Registros Cadastrais/DM/SRF/SEA, de conformidade com a alínea "D" do Inciso I, combinado com o § 5º do Art. 109 da Lei Nº 8.666/93, torna público a todos os interessados o resultado do julgamento da reunião em epígrafe, bem como, abre prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis e franqueia os autos dos processos aos interessados

Em 4 de março de 1999

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Interessados	Assunto	Grupos Deferidos	Grupos Indeferidos
Auto Peças e Serviços Salmar Ltda	Alteração	0504,2101,9728 e Capital	
Voetur Turismo e Representações Ltda	Renovação	9709,9746	
Sanecil Saneamento e Hidráulico Ltda	Inscrição	1005,1011	Representante
Esparta BSB Segurança Ltda	Renovação	9739	
Casa Planeta de Brasília Máquinas e Ferragens Ltda	Reconsideração	0701,0702,1005,1006, 1011,1602,2016,5402, 6201,6202,6301,6401, 9728	1004,1007,1013,1201,1206, 1701,1801,1802,2010,2011, 2108,2301,2302,5301,5304, 5305,6602,7202,7401,7402,
Gênese Informática Ltda	Renovação	5301,5702,9736	5701
JM Comércio de Materiais de Limpeza e Elétricos Ltda	Alteração	1001,1002,1005,1007, 1011,1013,1015,1601, 5301	1008
Xerox Comércio e Indústria Ltda	Inscrição	1407,5607,5702,9717, 9718,9725	1404,6601,9736,9763,9785
Gráfica e Papelaria Distrital Ltda	Renovação	0803,0805,1402,1404, 1408,7001,9740	1403,1407
Proteção Informática Ltda	Renovação	5702,9785	
Uedama Com. de Produtos Alimentícios Ltda	Renovação	0101,0109,0110,0111, 0114,0115,9709	0107
Renoart – Reformas, Projetos e Decorações Ltda	Inscrição	Indeferimento Total	
Art & Ambiente – Reformas e Decorações Ltda	Inscrição	Indeferimento Total	
Capri Turismo Passagens e Excursões Ltda	Renovação	9746	

A Comissão de Análise e Registros Cadastrais/DM/SRF/SEA, de conformidade com a alínea "D" do Inciso I, combinado com o § 5º do Art. 109 da Lei Nº 8.666/93, torna público a todos os interessados o resultado do julgamento da reunião em epígrafe, bem como, abre prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis e franqueia os autos dos processos aos interessados

Em 9 de março de 1999

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Interessados	Assunto	Grupos Deferidos	Grupos Indeferidos
JFA Comercial Importadora Ltda	Renovação	1402,1404,1405,1407, 1408,1501,1701,1705, 2009,2401	2007
Ninhon Telemática Ltda	Renovação	5702,9785	
Microtécnica Informática Ltda	Reconsideração	5301,5702,6603,9717, 9736,9785	
Power-Tech Teleinformática Ltda	Alteração	6601	
Monserrat Turismo Ltda	Inscrição	9746	
Chaves e Rodrigues Ltda	Renovação	2010,2103,2104,2106, 2107,9728	
Dental Roma ltda	Renovação	1901,1902,1903,6902	6901
Comercial de Bebidas 205 Ltda	Renovação	0101	
Aquaplay Piscinas –ME	Renovação	Indeferimento Total	
Pró Art Adesivos Ltda	Renovação	Indeferimento Total	
Apecê Serviços Gerais Ltda	Renovação	Indeferimento Total	
Tangará Importadora e Exportadora Ltda	Alteração	Razão Social	Procurador
Office Service Equipamentos e Serviços para Escritório Ltda	Renovação	1405,2009,5301,5401, 5603,5605,5606,5702, 6601,6801, 9725	
Jarjour Veículos e Petróleo Ltda	Renovação	0101,2010,2111,6301, 7103,7105,7108	0503,0504,0506
S/A Transporte Itaipava	Inscrição	Indeferimento Total	
Instituto de Medicina Nuclear e Endocrinologia de Brasília Ltda	Renovação	Indeferimento Total	
Palmas Editora Gráfica e Papelaria Ltda	Renovação	0803,0805	9707
A&M Laboratorial e Hospitalar Ltda	Inscrição	Indeferimento Total	
Liderança Transportes Ltda	Inscrição	9721	9707,9719
Rab Confecções Ltda-ME	Reconsideração	2302	2301,2303,5801
Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda	Renovação	1601,1602,1603,2005, 2006,2007,5301,5501, 5702,6809,9704,9708, 9723,9736,9743,9747, 9785	

A Comissão de Análise e Registros Cadastrais/DM/SRF/SEA, de conformidade com a alínea "D" do Inciso I, combinado com o § 5º do Art. 109 da Lei Nº 8.666/93, torna público a todos os interessados o resultado do julgamento da reunião em epígrafe, bem como, abre prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis e franqueia os autos dos processos aos interessados

Em 11 de março de 1999

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Interessados	Assunto	Grupos Deferidos	Grupos Indeferidos
Universo Elétrico Ltda-ME	Inscrição	1601,1602,1603	
VHM – Comercial Ltda	Renovação	1407,6801,6802,6803, 6804	1402,1405
Microtelefax Informática e Telecomunicações Ltda	Renovação	2009,6601,9723,9725, 9756,9785,	9747
SINASC – Sinal e Conservação de Rodovias Ltda	Alteração	1013	1803
Madeireira Anhanguera Ltda	Inscrição	1001,1002,1004,1005, 1006,1007,1008,1009, 1011,1013	1003
Comercial IPL Informática e Papelaria Ltda	Renovação	1402,1404,1405,1407	0801,0903,0905,1406,1408, 1503,1504,1702,1704,1705, 1805,2007,2009,2201,2401, 5603,5605,6101,6603,7001,
Alfa Comércio e Distribuição de Auto Peças Ltda	Alteração	Capital	
Forrat Revestimentos e Arquitetura	Inscrição	Indeferimento Total	
Babytour Agência de Viagens, Turismo e Representações Ltda	Inscrição	Indeferimento Total	
SPP Agaprint Ltda – Industrial e Comercial Exportadora	Renovação	Indeferimento Total	
Rodoviário Liderbrás S/A	Inscrição	Indeferimento Total	
Agnelo Pacheco Criação e Propaganda Ltda	Inscrição	Indeferimento Total	
Servi San Ltda	Renovação	9734,9786 e filial	
Instituto de Medicina Nuclear e Endocrinologia de Brasília Ltda	Reconsideração	9701	
Mult-Med Ltda	Renovação	Indeferimento Total	

A Comissão de Análise e Registros Cadastrais/DM/SRF/SEA, de conformidade com a alínea "D" do Inciso I, combinado com o § 5º do Art. 109 da Lei Nº 8.666/93, torna público a todos os interessados o resultado do julgamento da reunião em epígrafe, bem como, abre prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis e franqueia os autos dos processos aos interessados

Em 16 de março de 1999

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Interessados	Assunto	Grupos Deferidos	Grupos Indeferidos
Britânica Viagens e Turismo Ltda	Inscrição	9746	
LM – Eletricidade, Engenharia e Comércio Ltda	Alteração	1013	
Marcos Limírio de Oliveira	Inscrição	2012	
Centraltec Central de Testes de Extintores e Dist. Ltda	Renovação	1101,2005,5501,9791	
W.L. Comercial Ltda-ME	Inscrição	0101,0109,0115,1005, 1013,1402,1701,1702, 1703,1704,1705,2201	0301,0404,0504,0701,0903,0904, 0905,1206,1301,1302,1602,5401, 5402,5501,5604,5801,6401,6402, 6502,6702,6801,6803,6804,6805, 7301
Aliança – Eletricidade e Comércio Ltda	Renovação	0701,0702,1001,1002, 1005,1009,1011,1013, 1601,1602,1603,5301, 5401,6201,6202,	1604
BMC – Brasil Marketing Consultoria Ltda	Renovação	9708,9713,9729	
Centrobrás Centro – Oeste Brasília Ind. Com. Serv. e Rep. Ltda	Alteração	0506,1007,1204,1205, 1602,2108	1203,1601,2010,2011,2014,2015, 2016
Minasmed Comércio e Importação Ltda	Renovação	Indeferimento Total	
Café do Chef Indústria e Comércio Ltda	Renovação	0101,0111,0115,2201	1704
Comercial Safra de Alimentos Ltda	Inscrição	0101	0109,0111,0114,0115
SPP Agaprint Ltda Industrial e Comercial Exportadora	Reconsideração	0801,0805,1402,1404, 1405,2007	0802,1407
Alcon Radiocomunicação Ltda	Inscrição	6601,6603,,6604	6602,9723,9763
Conservadora Nacional de Imóveis 5 Estrelas Ltda	Renovação	9731,9734,9758,9786	9747,9765
Poliedro – Informática, Consultoria e Serviços Ltda	Renovação	9702,9708,9729,9735, 9736,9762,9768,9786,	
General Eletric do Brasil Ltda	Reconsideração	1602,5301,6901 e filial	2001,6401
Milenium engenharia e Serviços Ltda	Reconsideração	6602,6603,9786	
Construtora Moura Ltda	Renovação	Indeferimento Total	
Advanced – Comércio Eletromecânica e Teleinformática Ltda	Renovação	9723,9754	
Carlton Hotelaria e Turismo Ltda	Renovação	9765	
Vega Empresa de Serviços Gerais Ltda	Renovação	9710,9734,9786	
Manchester Refeições Industriais Ltda	Renovação	9734,9786,9787	9710
Servi San Vigilância e Transporte de Valores Ltda	Renovação	9739 e filial	
GV Formulários Ltda	Inscrição	Indeferimento Total	
Mucambo S/A	Reconsideração	1902 e Capital	1701,1901,1903
Gerardo Bastos S/A Pneus e Peças	Renovação	2108 e representante	
Retimaq Retífica de Máquinas Ltda	Renovação	2010,2011,2103,2104, 2105,2106,2107,2108, 2111,9728	2101,2102,2109,2110,6301,6401, 7105,9760,9788
MR Confecções de Bolsas e Mochilas Ltda-ME	Inscrição	0905	1408,5403

A Comissão de Análise e Registros Cadastrais/DM/SRF/SEA, de conformidade com a alínea "D" do Inciso I, combinado com o § 5º do Art. 109 da Lei Nº 8.666/93, torna público a todos os interessados o resultado do julgamento da reunião em epígrafe, bem como, abre prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis e franqueia os autos dos processos aos interessados

Em 18 de março de 1999
NEURACY DE ALBUQUERQUE
Presidente da Comissão

SECRETARIA DE FAZENDA

SUBSECRETARIA DA RECEITA
DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO
DIVISÃO DA RECEITA DE SOBRADINHO

EDITAL Nº 3-DRS/DAT/SUREC/SEF, DE 16 DE MARÇO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DA RECEITA DE SOBRADINHO DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de sua competência legal e de suas atribuições regimentais, DECLARA com fulcro no art. 29, inciso I, alínea "c", item 2 e no art. 383 do Decreto n.º 18.955, de 22/12/97, SUSPENSAS as inscrições, no Cadastro Fiscal do Distrito Federal - CF/DF, dos contribuintes abaixo indicados por

constatar a cessação de suas atividades nos locais para os quais foram inscritos, bem como dá conhecimento de que as inscrições que permanecerem suspensas por período superior a 90 (noventa) dias, contados do 10º (décimo) dia da publicação do presente Edital, serão canceladas, na forma do art. 29, inciso II, alínea "d", do mesmo diploma legal.

07.300.520/001-13	M A S DA SILVA	37.981.669/0001-11
07.301.400/001-15	SÉRGIO LUIZ PESSOA	37.098.282/0001-11
07.301.469/001-85	DROGARIA SANTA MAURA	03.629.888/0001-14
07.301.646/001-04	LENI APARECIDA DOS SANTOS	37.989.126/0001-40
07.301.721/001-74	JAIR DA MOTA FERNANDES	37.980.935/0001-91
07.301.735/001-33	JOSÉ DA PAZ SIMEÃO DE OLIVEIRA	00.605.493/0001-93
07.302.057/001-08	CONCEIÇÃO RODRIGUES DA COSTA	02.017.606/0001-65
07.302.301/001-60	KATUCHA ARMARINHO E PAPELARIA LTDA	32.917.106/0001-40
07.302.507/001-62	JORGE LUIZ DE AGUIAR TAVARES & CIA LTDA	36.770.212/0001-03
07.302.815/001-06	RILMASSAS CONGELADOS LTDA	36.769.198/0001-10
07.303.347/001-04	JOÃO FERNANDES BORGES	00.515.452/0001-06
07.303.525/001-70	MANOEL ANTÔNIO DE ARAÚJO	37.107.349/0001-37
07.303.595/001-92	ELENGE ELÉTRICA E MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA	37.093.325/0001-76
07.303.760/001-52	MOACIR COSTA ROLIM	01.629.930/0001-71
07.304.258/022-10	SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A SAB	00.037.226/0017-24
07.304.463/001-32	JOSÉ VITAL DA COSTA	36.763.308/0001-36
07.304.464/001-96	DROGARIA DEZESSETE LTDA	26.450.981/0001-62
07.305.897/001-69	M2V2 CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA	37.996.816/0001-27
07.305.907/001-93	JERUSAN SOARES DE MORAIS	37.108.875/0001-11
07.305.960/001-85	DOMINGOS FRANCISCO DE SOUZA	00.847.046/0001-40
07.306.708/001-00	DROGARIA ROQUETE LTDA	00.412.478/0001-29
07.307.655/001-55	DROGARIA 14 LTDA	33.454.059/0001-09
07.307.656/001-09	KRIS LANCHONETE LTDA	33.496.514/0001-39
07.308.354/001-11	PANIFICADORA E CONFEITARIA BELA ROSA LTDA	00.732.065/0001-21
07.308.363/001-02	MARIETA FERRAZ	
07.308.370/001-96	DEPÓSITO DE MATERIAIS SANTA MARIA LTDA	03.593.472/0001-93
07.308.406/001-31	JOSÉ RIBEIRO DA COSTA	00.499.889/0001-01
07.308.584/001-26	CEARA MOTOR MECÂNICA LTDA	24.902.090/0001-74
07.309.270/001-87	L A NUNES	00.438.838/0001-61
07.309.281/001-85	ZORAYA COSMÉTICOS LTDA	26.419.085/0001-30
07.309.388/001-04	PREMIER GRÁFICA E EDITORA LTDA	00.584.201/0001-83
07.310.534/001-05	MERCEARIA MÁRCIA LTDA	24.922.510/0001-84
07.310.715/001-32	ECIENE ARGENTINO DO VALE	33.500.810/0001-66
07.311.343/001-43	T & A ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA	33.498.809/0001-44
07.311.493/001-01	BERILO ALVES DE CASTRO	02.709.160/0001-20
07.311.553/001-69	AUTO REGULADORA SOUZA RAMOS	38.002.093/0001-66
07.311.778/001-05	AUTO SCAP TELES LTDA	26.976.563/0001-03
07.311.782/001-10	CAPOTARIA DINÂMICA LTDA	37.141.066/001-01
07.311.783/001-73	VM - PLÁSTICOS E COUROS LTDA	37.978.079/0001-30
07.312.527/001-76	M J R COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	26.981.522/0001-05
07.313.661/001-94	GUILHERME JORGE DA SILVA	009.260.001/87
07.313.907/001-55	AUTO REGULADORA DE MOTORES CAVERNA LTDA	26.982.181/0001-92
07.314.244/001-40	POTIGUAR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	24.933.376/0001-17
07.315.011/001-00	CENTRO DE ENSINO PIMPOLJO LTDA	03.580.511/0001-18
07.315.020/001-92	JOSENEU FERNANDES DE AGUIAR	00.695.460/0001-81
07.315.376/001-53	LEILA RODRIGUES SCHIESSL	24.943.078/0001-08
07.315.377/001-07	DISTAK AUTO PEÇAS LTDA	33.504.689/0001-40
07.315.534/001-39	GEOVOS COM. E DISTRIBUIDORA DE OVOS LTDA	37.161.833/0001-44
07.315.980/001-99	MMAC COMERCIAL DE MAT. P/ CONSTRUÇÃO LTDA	33.472.499/0001-99
07.315.969/001-92	JULYARTE ARMARINHO E PAPELARIA LTDA	26.420.984/0001-53
07.315.996/001-65	VIDRAÇARIA VIDROBOX LTDA	38.023.081/0001-18
07.316.054/001-77	LARTEC ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	37.167.400/0001-04
07.316.062/001-04	CASA FERREIRA LIMA TECIDOS LTDA	26.998.351/0001-27
07.320.479/001-32	BAR RESTAURANTE E CHURASCARIA CERRADO LTDA	32.907.099/0001-04
07.321.058/001-74	COMERCIAL DE VERDURAS UNIÃO SOBRINHO LTDA	26.978.536/0001-70
07.321.062/001-97	ZILMA MARIA DA CONCEIÇÃO	38.020.327/0001-06
07.321.247/002-28	A M PRODUTOS OTICOS LTDA	36.765.733/0002-45
07.321.613/015-36	CASA POLLAR TINTAS LTDA	03.601.960/0015-36
07.321.855/001-05	UNIPROL UNIÃO COM. DE PROD. FARMACEUTICOS LTDA	37.131.265/0001-39
07.323.177/002-89	LOJAS IVAN TECIDOS LTDA	01.587.542/0013-09
07.323.669/001-48	MARIA DE FÁTIMA LIMA LOUREIRO	38.006.383/0001-88
07.326.108/001-19	UNIÃO COMERCIAL DE CALÇADOS E CONFECÇÕES LTDA	00.601.021/0001-62
07.327.459/001-38	ROMMY PINTO DE ARAÚJO	37.173.044/0001-23
07.328.722/001-51	PANIFICADORA E CONFEITARIA PÃO DE AÇÚCAR LTDA	01.617.257/0001-50
07.328.727/001-20	GENILDO DE SOUSA SILVA	36.772.929/0001-86
07.328.807/001-76	LUZIA FARIAS FERREIRA	38.034.773/0001-61
07.328.955/001-27	PURA ENERGIA ACADEMIA DE GINÁSTICA E MUSC. LTDA	26.965.210/0001-08
07.333.058/001-41	GILDEMAR LIMA DA SILVA	37.156.379/0001-33
07.333.063/001-18	EIDIMAR DA SILVA PONTES	38.020.103/0001-96
07.333.470/001-43	SUELI BESSA D SILVA	37.156.767/0001-14
07.334.724/001-78	BAR E LANCHONETE DE PAULA LTDA	32.907.560/0001-10
07.334.726/001-85	DROGARIA DROGAGIRO LTDA	38.026.613/0001-70
07.334.842/001-95	V G DA SILVA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	38.029.559/0001-17
07.335.010/001-87	AÇOUGUE E MERCEARIA ESTRELA DO OESTE LTDA	38.043.360/0001-43
07.336.166/001-01	COMERCIAL DE ALIMENTOS JJC LTDA	37.173.523/0001-40
07.336-168/001-00	JOANA BATISTA DOS SANTOS	37.984.143/0001-95
07.336.257/001-48	ANA PAULA DE LIMA FONSECA	38.032.942/0001-24
07.336.625/001-49	J R DIAS	37.137.023/0001-52
07.336.839/001-89	ORGAMAR COMERCIAL ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA	38.043.857/0001-61
07.337.048/001-02	MARIA ELIZABETH PEREIRA FERREIRA	38.058.616/0001-96
07.337.929/001-04	PANIFICADORA E LANCHONETE SHALON LTDA	24.891.038/0001-60
07.338.116/001-23	NACIONALÍSSIMO BAR LANCHON. E RESTAURANTE LTDA	38.058.558/0001-09
07.338.132/001-06	BAR RESTAURANTE BOGAGS LTDA	37.130.994/0001-70
07.338.831/001-00	FRISSOL COM. DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA	38.028.411/0001-68
07.339.121/001-26	PAVI'S BRASÍLIA ENGENHARIA E AGRO INDÚSTRIA LTDA	00.370.296/0001-32
07.339.699/001-64	MARIA NAIR GONÇALVES DE CARVALHO	38.005.930/0001-00
07.339.703/001-67	CARLOS ROBERTO GOMES RABELO	38.039.913/0001-94
07.339.863/001-70	MARIA ROSA PEREIRA DA SILVA	38.063.467/0001-53
07.340.460/001-34	PANIFICADORA E MERCEARIA PEG PAG LTDA	38.060.695/0001-70
07.341.191/001-41	EMERSON MELO DA COSTA	38.076.014/0001-61
07.341.689/001-57	MERCEARIA E CONFECÇÕES DUAS FRONTEIRAS LTDA	72.573.587/0001-39
07.341.649/001-35	ANTÔNIO JESU DE ANDRADE	00.850.370/0001-18
07.341.990/001-81	SUAD COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA	72.571.706/0001-14
07.342.666/001-90	PIT STOP VIDIO LOCADORA LTDA	72.588.957/0001-01
07.342.761/001-57	PAULO ROBERTO RIBEIRO MEDRADO	38.029.856/0001-62
07.343.712/001-04	PINTURAS MINEIRA DE VEÍCULOS LTDA	38.064.226/0001-29
07.344.005/001-07	MARIA AUGUSTO BARBOSA DOS SANTOS	38.071.742/0001-80
07.344.059/001-46	MAURÍCIO ALEXANDRE TOSTA	284.809.294-72
07.344.159/001-81	JOÃO MARCOS SOUTO	500.371.296-00
07.344.544/001-00	GENTLE IND. COM. REPR. IMP. EXP. LTDA	72.592.546/0001-90
07.344.736/001-44	ADRIANA MARIA CAMPOS DE MIRANDA	488.077.371-91
07.344.978/001-00	MERCAFRIOS ALIMENTOS LTDA	72.595.044/0001-12
07.345.239/001-54	EDSON RIBEIRO FILHO	00.663.492/0001-03
07.345.308/001-00	CONBINAÇÃO JEANS E ACESSÓRIOS LTDA	72.582.125/0001-88
07.346.232/001-03	ITELMAR JOSÉ CARDOSO	72.597.446/0001-56
07.346.569/001-20	DIEVAN DEPÓSITO DE BEBIDAS LTDA	72.598.147/0001-36
07.347.672/001-51	VALÉRIO & VALÉRIA COM. DE FRANGOS E FRIOS LTDA	72.588.544/0001-27
07.348.133/001-76	NÃO ME OLHE COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA	72.613.771/0001-65
07.348.898/001-70	INSTITUTO DE BELEZA RENASCER LTDA	26.967.596/0001-97
07.349.235/001-45	DEPÓSITO JÚNIOR COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA	72.615.586/0001-00
07.349.428/001-32	ROSINEIDE ALVES DO AMARAL	72.583.677/0001-00
07.349.697/001-71	JJS AUTO PEÇAS LTDA	72.618.846/0001-09
07.351.098/001-06	ATOME COMÉRCIO DE PRESENTES LTDA	00.536.691/0001-42
07.351.762/001-07	CICLONE VIDROS LTDA	00.576.560/0001-99
07.352.469/001-02	JONAS CAMELO DE PAIVA LANCHONETE J C	00.633.613/0001-66
07.352.617/001-35	ENTERPRISING ADMINISTRADORA DE SERV. GERAIS LTDA	72.649.650/0001-73
07.352.751/001-27	DANADINHOS ENXOVAIS DECOR E ART INFANTIS LTDA	00.649.320/0001-77
07.352.773/001-23	J M PAPELARIA LTDA	72.634.850/0001-52
07.352.998/001-61	VIDEO LOCADORA VIDEOTERAPIA LTDA	00.684.921/0001-10
07.353.567/001-59	COMERCIAL DE VIDROS DINAMICA LTDA	00.573.948/0001-36
07.353.656/001-96	ANTÔNIO CARLOS DE MELLO	00.590.201/0001-96
07.354.310/001-04	ALVESSARRAZ COM. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	00.754.792/0001-90
07.354.735/001-05	ILDERICO JOSÉ DA SILVA LIMA	102.597.751-34
07.355.461/001-44	M H A S SANTOS	72.628.316/0001-33
07.355.821/001-08	CHURRASCARIA E PIZZARIA DAMACENA LTDA	72.583.958/001-63
07.356.760/001-23	MÔNICA SOARES DE SOUSA	00.900.356/0001-81
07.356.769/001-16	C & D MANUTENÇÃO DE AUTOMÓVEIS LTDA	00.817.253/0001-52
07.357.127/001-34	NEPALL SERVIÇOS E MANUTENÇÃO LTDA	00.989.147/0001-56
07.357.386/001-29	SUPRINFOR PAPELARIA E SUPRIM. P/ INFORMÁTICA LTDA	72.584.071/0001-90
07.357.409/001-69	JORGE PINHEIRO DE JESUS	00.952.181/0001-56
07.357.469/001-36	CAMILA REJAINE DE ARAUJO CAVALCANTE	01.004.264/0001-86
07.357.621/001-90	ORGANIZAÇÃO COM. DE COSMÉTICOS AMORIM LTDA	00.487.735/0001-91
07.357.756/001-37	CLÍNICA MATER BABY GINECOLOGIA OBST. E PED. LTDA	00.974.908/0001-04
07.357.759/001-06	CASA DO CIMENTO MATERIAS P/ CONSTRUÇÃO LTDA	00.854.457/0001-63
07.358.719/001-46	BARROS & GARCIA LTDA	01.050.333/0001-98
07.358.802/001-51	LINDA MIMO CONE COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA	01.050.305/0001-70
07.359.185/001-57	BAR RECANTO DO BACALHAU LTDA	01.089.961/0001-87
07.359.468/001-35	ELDA AGUIAR DA SILVA BORGES	501.403.457-87
07.359.578/001-15	ANDRÉ LUIS COSTA DE OLIVEIRA	00.995.103/0001-39
07.360.983/001-00	PANIFICADORA SECILIANA LTDA	01.043.007/0001-53
07.361.197/001-02	CONSULTÓRIO DENTÁRIO M B LTDA	00.988.841/0001-59
07.361.341/001-29	ASES ACADEMIA DE GINÁSTICA LTDA	01.161.908/0001-40
07.361.783/001-66	JOSÉ CHARLES DOS SASNTOS	01.198.099/0001-40
07.361.930/001-43	FORNECEDORA DE ARÉIA BELA VISTA LTDA	01.911.452/0001-98
07.362.452/001-99	E P LOLI & CIA LTDA	01.081.184/0001-24
07.363.310/001-94	ARCEL ARAGUAIA CONSTRUTORA E ENGENHARIA	37.027.927/0001-25
07.363.417/001-05	ROSA MINIATURAS - CONF. E COM. DE PROD. ARTES LTDA	72.578.925/0001-25
07.364.392/001-94	CARLOS AUGUSTO ALVES BISPO	01.429.077/0001-44
07.364.412/001-63	ARAPONGA RESTAURANTE E LANCHONETE LTDA	01.047.983/001-84
07.364.497/001-06	CONSTRUAR COMÉRCIO DE MAT. P/ CONST. LTDA	01.367.421/0001-13
07.364.647/001-46	PAVIMENTADORA E CONSTRUTORA PIRES LTDA	01.410.939/0001-97
07.365.345/001-59	FAP COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA	01.494.856/0001-23
07.365.399/001-04	QUIROS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	01.525.677/0001-06
07.365.892/01-06	GOMES E SANTANA LTDA	01.531.453/0001-07
07.366.216/001-60	C V PAPELARIA LTDA	72.641.541/0001-00
07.366.511/001-06	FRANCARE COM. REPRES. E IMPORTAÇÕES LTDA	01.508.116/0001-07
07.366.691/001-08	GONÇALVES & FERREIRA LTDA	01.569.787/0001-70
07.366.813/001-11	COMERCIAL E LOCADORA DE BILHAR TRÊS IRMÕES LTDA	01.566.976/0001-99
07.367.499/001-94	R L GONÇALVES	01.232.402/0001-84
07.367.776/00140	PAPELARIA LIVRARIA VENUS LTDA	01.640.417/0001-81
07.367.853/001-26	LUIZ PREV. CORRETORA DE SEG. DE VIDAS S/C LTDA	01.648.520/0001-78
07.369.049/001-72	CHAMA SAGRADA IND. COMÉRCIO DE VELAS LTDA	01.296.898/0001-50
07.369.435/001-55	LEONICE COELHO DE CASTRO	37.142.627/0001-97
07.369.493/001-15	MARLY DAMASCENO DA SILVA	01.726.404/0001-20
07.369.628/002-23	WERNER & ROCHA LTDA	01.487.088/0002-61
07.369.810/001-30	ANGELA MARIA FONSECA CORREIA	01.471.011/0001-12
07.370.420/001-00	AMARILIS COMÉRCIO E CONFECÇÕES LTDA	01.626.005/0001-97
07.370.437/001-30	MERCEARIA EDIMELL LTDA	01.753.274.0001-14
07.371.584/001-63	MARCO AURÉLIO LIMA MARTINS	351.839.931-49
07.371.809/001-81	ALTERNATIVA BOX COMÉRCIO LTDA	01.592.857/0001-00
07.372.468/001-80	VERÔNICA PERES SABOIA	01.566.425/0001-25
07.372.470/001-95	BRAZ REVEDEDORA DE VEÍCULOS LTDA	01.745.550/0001-00
07.372.634/001-00	F R FERREIRA FURTADO BAR E MERC. REALCE	01.682.262/0001-46
07.372.635/001-56	A A AMORIM RODRIGUES CABELEIREIROS	01.927.283/0001-84
07.372.653/001-38	FERREIRA GARCIA & LIMA GARCIA LTDA	01.914.221/0001-38
07.372.941/001-92	VEREDAS COM. DE ALIMENTOS LTDA	01.441.474/0001-31
07.373.701/001-60	PANIFICADORA DA SERRA LTDA	01.972.289/0001-73
07.375.138/001-19	F & M REPRESENTAÇÕES COMÉRCIAL LTDA	02.031.385/0001-80
07.375.585/001-22	COMÉRCIO DE FRIOS RIBEIRO & VALADARES LTDA	01.773.609/0001-66
07.376.403/001-40	JANUÁRIA COMÉRCIAL DE PNEUS E ESCAPAMENTO LTDA	02.101.851/0001-56
07.377.337/001-99	CHOCOLATE ARTESANAL JUPARÁ LTDA	02.097.904/0001-02
07.378.044/001-92	FLÁVIO SAMPAIO SALDANHA	02.101.858/0001-78
07.378.435/001-43	FAUSTINO SOARES LIMA	03.497.682/0001-88
07.379.559/001-19	GILVAN RODRIGUES SENA	02.259.973/0001-75
07.379.924/001-59	MARTIN CAR VEÍCULOS LTDA	02.273.240/0001-95
07.381.785/001-02	ANDERSON MÁXIMO SILVA	02.351.689/0001-24
07.383.806/001-98	BUNGORO KIKUCHI	02.451.434/0001-33
07.387.960/001-84	ALIMENTOS VILA VELHA LTDA	02.665.298/0001-84

EDMAR ANDRADE DE ALMEIDA

O CHEFE DA DIVISÃO DA RECEITA DE SOBRADINHO DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de sua competência legal e suas atribuições regimentais, DECLARA com fulcro no art. 29, inciso I, alínea "d" e no art. 383 do Decreto n.º 18.955, de 22/12/97, SUSPENSAS as Inscrições, no Cadastro Fiscal do Distrito Federal - CF/DF, dos contribuintes abaixo indicados, em decorrência do não atendimento de 2 (duas) notificações consecutivas. As suspensões ora declaradas produzirão efeitos a contar do 10º (décimo) dia da publicação do presente EDITAL e cessarão com a regularização da situação que motivou a presente suspensão ou, ainda, com o cancelamento das inscrições após 90 (noventa) dias, conforme artigo 29, inciso II "d" e § 1º, do mencionado Diploma legal.

07.317.119/001-29	MARTA MARIA CARVALHO RODRIGUES	37.158.870/0001-01
07.322.774/002-04	SOPLAN COMERCIAL DE BEBIDAS LTDA	38.037.057/0002-19
07.331.429/001-50	MARIA JOSÉ MORGADO DA SILVA	01.586.882/0001-81
07.333.459/001-47	LUÍS VIEIRA	091.707.401-78
07.382.846/001-40	PHD CONTABILIDADE LTDA	02.404.158/0001-52

EDMAR ANDRADE DE ALMEIDA

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SERVIÇO DE JULGAMENTO DO CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO

EDITAL Nº 3/99-SJCT/DT/SUREC/SEF

O CHEFE DO SERVIÇO DE JULGAMENTO DO CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO DA DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, *tendo em vista o disposto no artigo 16, incisos IV e 21, da Lei n.º 657, de 25/01/94, e artigo 31,* inciso VI, do Decreto n.º 16.106, de 30/11/94, após declarada a REVELIA, nos termos do artigo 31, inciso V, do mencionado Decreto, alterado pelo Decreto 18.773, de 30/10/97 INTIMA o(s) contribuinte(s) abaixo relacionado(s) a comparecer(em) a este Serviço, sito no SBN – Edifício Vale do Rio Doce, 5º Andar – Sala 506 - no prazo de 10 dias a contar do décimo dia após a publicação do presente EDITAL, a fim de comprovar(em) o cumprimento das exigências descritas no(s) Auto(s) de Infração e/ou Termo(s) Aditivo(s), abaixo relacionado(s), sob pena de inscrição do débito em DÍVIDA ATIVA e conseqüente cobrança judicial:

Nº	PROCESSO	CONTRIBUINTE	Nº AI/AIA
01	040.013682/98	AB MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA	5427/98
02	040.014620/98	A JESUS MOTOCICLO E DESPACHANTE LTDA	2257/98
03	040.014763/96	A MANIA RETALHOS E CONFECÇÕES LTDA	1989/96
04	040.014687/98	ALEXSANDER CALÇADOS LTDA	2028/98
05	040.015168/98	ALIMBRAS COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA	2443/98
06	040.011907/98	AM ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA	1789/98
07	040.011262/98	ANA APARECIDA FERREIRA	1634/98
08	040.014554/98	ANCHOR REPRESENTAÇOES E SERVIÇOS LTDA	2185/98
13	040.013834/98	ANTIQUÁRIO GALERIA DE ARTES LTDA	5361/98
09	040.013589/98	APOLLO CONFECÇÕES E ARMARINHOS LTDA	1830/98
10	040.014631/98	ART SOM ACESSORIOS PARA VEÍCULOS LTDA	2247/98
11	040.015075/98	ASC AGÊNCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES LTDA	2538/98
12	040.014434/98	ASSOC. DE ASSIST. AOS SERV. DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DF	5837/98
14	040.013802/98	AUTO PRADO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	5547/98
15	040.015467/98	BAR RESTAURANTE MAR DA BAHIA LTDA	3074/98
16	040.013461/98	BRASIL CENTRAL MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA	1851/98
17	040.014579/98	CHEAP SHOP COMÉRCIO DE PLASTICOS LTDA	2298/98
18	040.013655/98	CHT COMÉRCIO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO LTDA	1935/98
19	040.013590/98	CLEONICE BEZERRA DE MELO	1832/98
20	040.014979/98	COLIBRI MÓVEIS E SERVIÇOS LTDA	2929/98
21	040.014898/98	COMERCIAL DE ARMARINHO TAVARES LTDA	2704/98
22	040.013600/98	COMETA PNEUS LTDA	1857/98
23	040.013594/98	CONTACTO COMÉRCIO DE MÓVIES LTDA	1844/98
24	040.012045/98	CR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	1786/98
25	040.012375/98	DBI COMÉRCIO DE TELEFONES E REPRESENTAÇÕES LTDA	5164/98
26	040.012374/98	DBI COMÉRCIO DE TELEFONES E REPRESENTAÇÕES LTDA	5163/98
27	040.011906/98	DISTRIBUIDORA MUSILAR MÚSICA E INSTRUMENTOS LTDA	5098/98
28	040.012445/98	GGL PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS LTDA	5218/98
29	040.012377/98	HELP USER INFORMÁTICA LTDA	5166/98
30	040.010515/98	JOSÉ RIBAMAR COSTA	1438/98
31	040.013474/98	MAGIE DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS LTDA	1897/98
32	040.012376/98	MARCOS ANTONIO TEIXEIRA DO AMARAL	5165/98
33	040.012953/98	MDI CABELEIREIROS LTDA ME	5331/98
34	040.013227/98	MR REPRESENTAÇÕES EM REVESTIMENTOS LTDA	5339/98
35	040.012456/98	ON TIME JOALHEIRA E ÓTICA LTDA	5150/98
36	040.013214/98	PAPAS JR COMÉRCIO DE BEBIDAS E REPRESENTAÇÕES LTDA	5352/98
37	040.012008/98	PAPELARIA UNIVERSAL BRASÍLIA LTDA	1595/98
38	040.012007/98	PAPELARIA UNIVERSAL BRASÍLIA LTDA	1596/98
39	040.012776/98	SHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	5292/98
40	040.012777/98	SHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	5299/98
41	040.012769/98	TERRA CHRIS SOM LTDA	5295/98

CARLOS AUGUSTO ROSÁRIO

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO

EDITAL Nº 6-DFMT/SR/SEF, DE 23 DE MARÇO DE 1999

O CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA DO DF, tendo em vista o disposto no art. 16, inciso IV da Lei 657 de 25/01/94, torna público a LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO E APREENSÃO Nº 036 de 19 de fevereiro de 1999, contra o contribuinte a seguir denunciado: RAZÃO SOCIAL: ANANIAS ALVES DE SOUZA, com a seguinte descrição dos fatos e enquadramento legal: 01 - Expunha a venda mercadorias descritas em lista anexa, sem ter promovido a anterior e obrigatória inscrição no Cadastro Fiscal do Distrito Federal. As referidas mercadorias se encontravam acompanhadas de notas fiscais inidôneas conforme o art. 153 § 1º inciso IV do Dec. 18.955/97 - RICMS; 02 - Infringência: art. 47 incisos I e X da Lei 1.254/96 e art. 308 incisos I e III do Dec. 18.955/97 - RICMS; 03 - As mercadorias, prova material da infração, foram apreendidas conforme o art. 60 da Lei 1.254/96, e ficarão sob manutenção e guarda do Depósito de Bens Apreendidos do GDF - SBADFi/DFMT/DFT/SUREC/SEFP, situado no SAPS Lote H; 04 - A Base de Cálculo é de: R$ 320,00(trezentos e vinte reais tomada com base nos preços de mercado da praça; 05 - Multa principal aplicada com base no art. 362, § 1º do Dec. 18.955/97 - RICMS; 06 - Multa acessória prevista no art. 368, inciso I do Dec. 18.955/97 - RICMS e reajustada conforme o art. 395, Parágrafo único do mesmo Diploma legal; 07 - Não tendo sido impugnada a apreensão, nem retirada ou reclamada no prazo de 30 dias, contado da apreensão, considerar-se-ão abandonadas as mercadorias, objeto de apreensão deste AIA, conforme o art. 65, §1º da Lei Complementar nº 4 de 30/12/94; 08 - O risco de perecimento natural do valor das mercadorias apreendidas, bem como as despesas de apreensão, são de responsabilidade do autuado, com base no que dispõe o art. 19, §4º e art. 20 inciso II e Parágrafo único, todos do Dec. 16.106/94.

- Fica o sujeito passivo intimado a recolher o Crédito Tributário ora constituído ou apresentar impugnação no prazo de vinte dias a contar da data de recebimento deste, sob pena de REVELIA.

Ratificando os demais dizeres do referido AUTO DE INFRAÇÃO E/OU APREENSÃO.

MÁRCIO EMILIANO DA SILVA

BANCO DE BRASÍLIA S.A

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Contratada: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS ESTADUAIS E REGIONAIS - ASBACE. Objeto: Serviços de arrecadação e compensação bancária para o Banco. Contrato: DIRAD/DESEG-99/012. Vigência: 180(cento e oitenta) dias. Assinatura: 23.03.99. Licitação: Dispensável com base no Inciso IV do Art. 24 da Lei 8.666/93. Processo: 053/99.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contratado: ANNIBAL HARRIS. Objeto: Locação de imóvel não residencial para residência do Gerente da Ag. Rio de Janeiro. Contrato: DIRAD/DESEG-97/007 - I Termo Aditivo. Vigência: 12(doze) meses a partir de 25.02.99. Assinatura: 25.03.99. Licitação: Dispensável com base no Inciso V do Art. 24 da Lei 8.666/93. Processo: 063/97.

GERÊNCIA DE CONTRATOS E COMPRAS

INTIMAÇÃO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

BRB-Banco de Brasília S.A. vem, através desta publicação, intimar a empresa PROSESP - Serviços Especiais S/C Ltda. para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar desta data, conforme estabelece o artigo 109, inciso I, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93, interpor recurso contra a decisão do Banco em aplicar as penalidades previstas nos Incisos II e III da Cláusula Trigésima Sexta do Contrato DIRAD/DESEG-98/084. Processo: 041/99.

FRANCISCO DE ASSIS GOMES
p/Gerência

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 132/98

Processo: 082.015911/96 - Partes: **FEDF X CONSTRUTORA ANHANGUERA LTDA** - Ass.: 23.03.99 - Vigência: 30.08.1999 - Objeto: Prorrogar até 30.08.1999, o prazo de vigência do Contrato nº 132/98, cujo objeto refere-se à demolição e construção do vertedouro e canal da barragem do Colégio Agrícola de Brasília, firmado entre as partes acima mencionadas. - Assinantes: p/ FEDF: **Deputada Eurides Brito** p/ CONSTRUTORA ANHANGUERA LTDA: **Melquíades Joaquim Oliveira Diniz.**

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 16/95

Processo: 082.024145/94 - Partes: **FEDF X CENTRO INTEGRADO DE DEFESA AÉREA E CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO – CINDACTA I – MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA** - Ass.: 19.02.99 - Vigência: 19.02.2001 - Objeto: Prorrogar até 19.02.2001 o prazo de vigência do Convênio nº 16/95, cujo objeto refere-se à realização de estágio curricular de alunos do ensino de 2º Grau, nos termos do Decreto Regulamentar nº 87.497, de 18.08.82, firmado entre as partes acima identificadas - Assinantes: p/ FEDF: **Maristela de Melo Neves Mendes** - p/ CINDACTA I: **Cel. Valdir Augusto Fogaça.**

DIRETORIA EXECUTIVA

RESULTADO DE JULGAMENTO

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, torna público os resultados de julgamentos das licitações em epígrafe:

CONCORRÊNCIA

EDITAL Nº 004/99 - PROC. 061.014220/98

Vencedoras/Itens

JUSTESA IMAGEM DO BRASIL S/A - 01,03,04
CRISTÁLIA PRODS. QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA - 02
UNICOM PRODS. HOSPITALARES LTDA - 05,06,07

Desclassificada/Item

NEWCATH COM. IMP. E REP. DE PROD. MED. E HOSP. LTDA - 05

CONVITES

EDITAL Nº 084/99 - PROC. 061.002145/99

Vencedora/Itens

FOTOBRÁS FOTOSSENSÍVEIS DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - 01,02 e 03
MONNA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS MÉDICOS HOSP. LTDA - 04

Desclassificada/Item

IBF INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FILMES LTDA - Todos os itens.

TOMADA DE PREÇOS

EDITAL Nº 044/99 - PROC. 061.000557/99

Vencedora/Itens

MULT-MED LTDA - 01,02,03,04

Brasília, 26 de março de 1999
ALBERTO HERSZENHUT
Presidente da Comissão

SECRETARIA DE OBRAS

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA

AVISOS DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 6/99

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB torna público que realizará a Tomada de Preços nº TP - 006/99-CAESB para aquisição de retentores, rolamentos, rótula e mancais, todos novos, por item cotado.
Data de realização: 19 de abril de 1999, às 15:00 horas.
Os editais poderão ser consultados na Tesouraria da CAESB, no Térreo do edifício Sede, localizado no Setor Comercial Sul, Quadra 04, Bloco A, nºS 67/97, em Brasília - Distrito Federal, e adquiridos mediante o recolhimento prévio de R$ 10,00 para cada edital, na mesma Tesouraria. Outras informações poderão ser obtidas através do telefone (061) 325-7122 e do fax (061) 325-7340.

Brasília, 24 de março de 1999.

TOMADA DE PREÇOS Nº 7/99

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB torna público que realizará a Tomada de Preços nº TP - 007/99-CAESB para aquisição de produto químico à base de orto-polifosfatos, atóxico, desincrustante, antioxidante, fosfatizante e para prevenção e remoção de depósitos de corrosão e de precipitação de metais, tais como ferro, manganês, cálcio e magnésio, em sistemas de água potável, por item cotado.
Data de realização: 20 de abril de 1999, às 09:00 horas.

Os editais poderão ser consultados na Tesouraria da CAESB, no Térreo do edifício Sede, localizado no Setor Comercial Sul, Quadra 04, Bloco A, nºS 67/97, em Brasília - Distrito Federal, e adquiridos mediante o recolhimento prévio de R$ 10,00 para cada edital, na mesma Tesouraria. Outras informações poderão ser obtidas através do telefone (061) 325-7122 e do fax (061) 325-7340.

Brasília, 25 de março de 1999
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

DIVISÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS

AVISO DE ALTERAÇÃO
TOMADAS DE PREÇOS NºS 19, 20 E 21/99

Nos Editais referentes as Tomadas de Preços n.s 019, 020 e 021/99, publicadas no DODF n. 51, de 16-03-99, Seção III, pág. 17, no item 3.4.2., passará a ter a seguinte redação: Atestado(s) emitido(s) ou visado(s) pelo CREA, onde comprove a execução ou fiscalização de Obras de Arte Especiais em concreto armado de características semelhantes ao objeto deste Edital.

Brasília, 25 de março de 1999
CÉLIA MARIA SIQUEIRA LEAL
Respondendo

POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONVITE Nº 3/99

OBJETO: Prestação de serviço de manutenção corretiva, por intervenção, com substituição de peças em aparelhos de fac-símile para a Polícia Civil do Distrito Federal.
A CPL informa que sagrou-se vencedora do certame a empresa KMW Informática Ltda.

Brasília-DF, 25 de março de 1999.
AMILCAR UBIRATAN URACH VIEIRA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO DE JULGAMENTOS

A Comissão Permanente de Licitação da PMDF, comunica aos interessados que se encontra afixado no quadro de avisos desta CPL, os resultados de julgamento das licitações abaixo:

CONVITE Nº 60/98

– Processo nº 054.001.395/98:
Itens 03, 12, 13, 20, 22, 29 e 36 – Casa das Copiadoras Comércio e Representações Ltda
Itens 01, 08, 10, 11(sorteio), 16, 19, 26, 27, 30, 31 e 35– J. Firmo Representação e Comercio Ltda
Itens 02, 04, 05, 06, 07, 09, 14, 15, 17, 18, 21, 23, 24, 25, 28, 32, 33 e 34 – Sausmitak Comercial de Manufaturados.

CONVITE Nº 3/99

– Processo nº 054.000.174/99
Itens 07 e 08 – Saúde Com. de Produtos Hospitalares Ltda
Itens 01 e 04 – Unicom Produtos Hospitalares Ltda.
Itens 09, 10 e 16 – Tirandentes Médico-Hospitalar Ltda
Item 02 – Eprom Equipamentos Ltda.
Itens 11, 12, 13, 14 e 15 – Monna Filmes Com. e Rep. de Produtos Médicos e Hospitalares Ltda
Itens 03, 04 e 05 – LM Eletricidade, Engenharia e Comércio Ltda.
Item 06 – Paramed Comércio e Rep. de Produtos Hospitalares Ltda.

TOMADA DE PREÇOS Nº 23/99

– Processo nº 054.000.126/99.(CONTRATO):
Itens 01 e 02 – Nutribase Nutrimentos Ltda.
Publique-se.

Brasília-DF, 24 de março de 1999
JOSÉ DE RIBAMAR RIBEIRO RODRIGUES – TC QOPM
Presidente da CPL

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL Nº 54, DE 23 DE MARÇO DE 1999

0 Secretário de Desenvolvimento Econômico, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos XII e XIII, do Artigo 40 da Resolução nº 099/93-CDE/DF, de 29 de outubro de 1993, com as alterações introduzidas pela Resolução nº 041/94-CDE/DF, de 27 de abril de 1994, e tendo em vista o que consta na Portaria nº 243, de 18 de novembro de 1998, publicada no DODF de 23/11/98, alterada pela Portaria nº 256, de 16 de dezembro de 1998, publicada no DODF de 22/12/98 e Portaria nº 05, de 23 de fevereiro de 1999, publicada no DODF de 25/02/99, que estabelecem as normas para participação de pleiteantes de incentivo econômico do Prodecon, que desenvolvem atividades gráficas, para o Setor Industrial de Bernardo Sayão, e ainda, segundo ata de reunião realizada pela Associação das Gráficas e Editoras do Núcleo Bandeirante – AGENB, no dia 18 de março de 1999, **torna pública a relação de firmas/empresas cujas cartas-consulta foram acolhidas, e a indicação dos endereços para efeito de elaboração do Projeto de Viabilidade Econômica**, com fundamento legal no que estabelece o Artigo 4º da Portaria nº 05, de 23 de fevereiro de 1999.

Nº PROCESSO	INTERESSADO	ENDEREÇO NA QD 03
160.000.727/98	AMV COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	CONJ.C, LTS 20,22,24
160.000.728/98	ANTONIO DANTAS FILHO ME	CONJ.C, LT 14
160.000.729/98	D'BRINDES COMÉRCIO DE ETIQ. E BRINDES LTDA ME	CONJ.C, LT 05
160.000.730/98	DJ EDITORA GRÁFICA LTDA	CONJ.C, LT 02
160.000.514/95	ENCADERNADORA DORNELES LTDA	CONJ.A, LT 48
160.000.731/98	ENCADERNADORA RIO BAHIA LTDA	CONJ.C, LT 17
160.000.732/98	FCAZ GRÁFICA EDITORA LTDA	CONJ.C, LT 15
160.000.735/98	GRÁFICA E EDITORA PAPELARIA OLIVIERI LTDA	CONJ.C, LTS 04, 06
160.000.736/98	GRÁFICA E EDITORA REAL IND. E COM. LTDA	CONJ.C, LTS 16, 18
160.000.459/95	KACO EDITORAÇÃO ELETRONICA LTDA	CONJ.C, LT 25
160.000.403/95	MULTH-TECH ASSIST. COM. DE MÁQUINAS LTDA	CONJ.C, LT 27
160.000.737/98	PRELO FOTOLITOS E SERVIÇOS LTDA	CONJ.C, LTS 21,23
160.000.738/98	RIVA GRÁFICA E EDITORA LTDA	CONJ.C, LT 01
160.000.743/98	SACOPEL EMBALAGENS EDITORA LTDA ME	CONJ.C, LT 19
160.000.739/98	SÃO LOURENÇO GRÁFICA E EDITORA LTDA	CONJ.C, LT 12
160.000.742/98	SUPRIPEL COMERCIAL LTDA	CONJ.C, LT 13
160.000.452/95	TELEGRÁFICA E EDITORA LTDA	CONJ.C, LT 07
160.000.720/98	UPLINE EDITORA LTDA	CONJ.C, LT 08
160.000.721/98	VPM PLASTIFICADORA LTDA	CONJ.C, LT 03
160.000.740/98	WJ ARTES GRÁFICAS LTDA ME	CONJ.C, LT 10

LAZARO MARQUES NETO

EDITAL Nº 55, DE 23 MARÇO DE 1999

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta da Resolução nº 099 - CDE/DF de 29 de outubro de 1993, alterada pela Resolução nº 041 - CDE/DF de 27 de abril de 1994, torna público o cancelamento da reserva do Lote nº 13, do Conjunto 02, da Quadra 616, do Setor Industrial de Samambaia, em nome da empresa **INBRAPEL - INDÚSTRIA BRASILEIRA DE EMBALAGENS DE PAPEL LTDA,** processo nº **160.001.779/90**, com fundamento legal na Resolução nº 293/98 - CDE/DF, de 29 de outubro de 1998, publicada no DODF de 12/11/98.

LAZARO MARQUES NETO

EDITAL Nº 56, DE 23 DE MARÇO DE 1999

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta da Resolução nº 099 - CDE/DF de 29 de outubro de 1993, alterada pela Resolução nº 041 - CDE/DF de 27 de abril de 1994, e com base na Resolução nº 334/98-CDE/DF de 10 de dezembro de 1998, publicada no DODF nº 241, de 21 de dezembro de 1998, torna público o cancelamento da indicação dos Lotes 35 a 40, da Quadra 04, localizado no Setor de Industrial de Ceilândia/DF, a empresa **MIXI IMPORTAÇAO E EXPORTAÇAO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA,** processo nº **160.000.487/96**.

LAZARO MARQUES NETO

EDITAL Nº 57, DE 23 MARÇO DE 1999

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta da Resolução nº 099 - CDE/DF de 29 de outubro de 1993, alterada pela Resolução nº 041 - CDE/DF de 27 de abril de 1994, torna público a **exclusão** da empresa **JOSÉ TORRES BEZERRA - ME,** processo nº **160.000.332/97** do Edital nº 116, de 06 de julho de 1998, publicado no DODF nº 127, de 08 de julho de 1998, o e cancelamento da indicação do Lote 25, do Conjunto D, da Quadra 219, localizado na Área de Desenvolvimento Econômico de Santa Maria /DF.

LAZARO MARQUES NETO

EDITAL Nº 58, DE 25 DE MARÇO DE 1999

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 22, § 3º, da Resolução Nº 099/93-CDE, de 29 de outubro de 1993, torna público a aprovação da Carta-Consulta apresentada pela empresa identificada no anexo único deste Edital, com pleito de incentivo econômico no âmbito do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal - PRODECON/DF, mediante as seguintes condições e critérios:
I - a empresa habilitada deverá providenciar a adequação de seu Projeto de Viabilidade Econômica junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, no prazo máximo de 120 dias, contado da data da publicação no DODF do Edital de indicação de área, conforme estabelece o art. 24 da Resolução nº 099/93-CDE/DF, de 29 de outubro de 1993, para fins de apreciação junto ao Conselho de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal - CDE/DF;
II - a aprovação da Carta-Consulta de que trata este Edital será declarada nula de pleno direito nos casos de:
a) utilização, verificada em qualquer fase do processo, de documentos ou informações com dolo, fraude ou simulação, para habilitação;
b) constatação, em qualquer tempo, de que a empresa interessada, seu titular, sócio ou respectivo cônjuge, foi beneficiário ou é detentor de direitos relativos a imóvel destinado a atividade econômica, adquirido por intermédio de programas de reassentamento ou similar, promovidos pelo Governo do Distrito Federal;
c) falta de apresentação do projeto de viabilidade no prazo estabelecido;
d) renúncia expressa do interessado;
e) interrupção do funcionamento do estabelecimento, em qualquer fase do processo, constatada administrativa ou judicialmente;
f) apuração de débito em processo administrativo-fiscal;
g) incompatibilidade da atividade a ser desenvolvida pela empresa e o respectivo zoneamento, constante das normas de uso do solo definidas pelos órgãos competentes.
III - a empresa que se considerar prejudicada com a aprovação do pleito deverá apresentar pedido de reconsideração, devidamente justificada, ao Secretário de Desenvolvimento Econômico, com endereço no SBN - Quadra 2 - Bloco "K" - 2º Subsolo, no prazo de 30 dias, contado da data da publicação deste Edital, em horário de 09:00 às 12:30 e de 14:30 às 19:00.

LAZARO MARQUES NETO

ANEXO ÚNICO

NOME: MILTON ANTÔNIO PEREIRA - ME	**Nº DO PROCESSO:**	160.000.658/98
	INSCRIÇÃO CF/DF:	07.391.106/001-00
	ATIVIDADE:	Comércio varejista de ferro velho e atividades correlatas sob encomenda.
	INCENTIVO PLEITEADO:	ECONÔMICO - Aquisição de Terreno
	IMÓVEL:	Quadra 08, Lote 78 do Setor Industrial de Ceilândia /DF
	EMPREGOS ATUAIS:	00
	EMPREGOS A GERAR:	02
	EMPREGOS A SEREM MANTIDOS:	02

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

DEPARTAMENTO DE PUBLICIDADE

COMUNICADO
CONCORRÊNCIA Nº 1/99

O Presidente da Comissão Especial de Licitação, comunica que a 2ª errata referente ao Edital de Concorrência nº 001/99, publicado no DODF nº 38, de 25/02/99, encontrá-se a disposição no Departamento de Publicidade, Palácio do Buriti, sala 69, térreo. Maiores esclarecimentos podem ser obtidos através do telefone (061) 316-4129 ou 226-2266.

Brasília, 25 de março de 1999
FRANCISCO DE ASSIS MACHADO NÓBREGA

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

FUNDAÇÃO PÓLO ECOLÓGICO DE BRASÍLIA

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1/98

Processo n. 192.000.234/97 - Partes: Fundação Pólo Ecológico de Brasília - FunPEB e A TELECOM TELINFORMÁTICA LTDA. Objeto: prorrogação do presente contrato por 12 (doze) meses a contar da data da assinatura deste Termo. Data da assinatura: 02.02.99. Signatários: pelo Distrito Federal, Raul Gonzalez Acosta, na qualidade de Diretor-Presidente. Pela contratada: Giselda Penteado Melles, na qualidade de Gerente Comercial.

INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO
AUDIÊNCIA PÚBLICA

A SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL convida a todos os interessados para a Audiência Pública para a apresentação e discussão dos Relatórios de Impacto de Vizinhança - RIVI's, relativos aos parcelamentos: "ESTÂNCIA MESTRE D'ARMAS III" e "ESTÂNCIA MESTRE D'ARMAS IV".

DATA DA REALIZAÇÃO: 29 de abril de 1999 - Quinta-feira
HORÁRIO: 17 horas
LOCAL: Escola Classe Estância Mestre D'Armas III
ENDEREÇO: Estância III, Módulo I, Área Especial

Informa,ainda que os RIVI's estão à disposição do público para a consulta ate a data da realização da audiência, nesta Secretaria, localizada no SEPN Qd. 511 Bloco A Ed. Bittar II-Brasília, Cep 70.750-901 (1º Andar –Serviço de Documentação Técnica/Biblioteca), no horário de 14:30 às 18:30 horas.

DAR 2123/99 (25, 26 E 29/03/99)

A secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, convida a todos interessados para a Audiência Pública para a apresentação e discussão do Relatório de Impacto de Vizinhança – RIVI, relativo ao loteamento denominado "Condomínio Privê Sobradinho dos Melos". Data da Realização: 19 de Abril de 1999 Segunda-feira. Horário: 15:00 Horas. Local: Audtório Escola Parque EQ 303/304 Norte. Informe, ainda que o RIVI está à disposição público para consulta até a data de realização da audiência, nesta Secretária, localizada no SEPN QD 511 Bloco A - Ed. Bittar II – Brasília, CEP:70.750-901(1º andar- Serviços de Documentação Técnica/Biblioteca), no horário de 14:30 às 18:30 horas.

DAR 2008/99
~~DIAS~~ 22,23,24,25 e 26.03.99

A SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL convida a todos os interessados para a Audiência Pública para a apresentação e discussão do Relatório de Impacto de Vizinhança - RIVI, relativo ao loteamento denominado "CONDOMÍNIO PRIVÊ SOBRADINHO DOS MELOS".

DATA DA REALIZAÇÃO: 26 de abril de 1999- Segunda Feira
HORÁRIO: 15 horas
LOCAL: Escola Parque 303/304 Norte

Informa, ainda que o RIVI está à disposição do público para consulta até a data da realização da audiência, nesta Secretaria, localizada no SEPN QD. 511, Bloco "A" Ed. Bittar II - Brasília, CEP: 70.750-901 (1º andar - Serviço de Documentação Técnica/Biblioteca), no horário de 14:30 às 18:30 horas.

ANTÔNIO LUIS BARBOSA
Secretário

DAR 2159/99 (26, 29 E 30/03/99)

SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO CONTRATO N.º 25/99

PROCESSO N.º: 094.001.812/98. PARTES: SLU/DF e COPLAGÁS – COMERCIAL PLANALTO DE GASES LTDA. OBJETO: Fornecimento de gás liquefeito de petróleo - GLP, na forma e nas condições especificadas no Capítulo I do ato convocatório. FUNDAMENTO LEGAL: Convite n.º 03/99-CPL-SLU/DF. PRAZO: Até 31/12/1999, a contar da sua assinatura, vedada a sua prorrogação nos termos do artigo 57, *caput*, da Lei n.º 8.666/93. VIGENCIA: 19/03/1999. VALOR TOTAL: R$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais). CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PT 03007002185010001. NATUREZA DA DESPESA: 34.90.30. VALOR EMPENHADO: R$ 4.000,00 (quatro mil reais), conforme N.E. nº.252/99-SLU/DF. DOS RECURSOS: Os recursos complementares, até o limite do valor total, serão objeto de reforço de empenho, devendo ter seus registros na Procuradoria Jurídica do SLU/DF, sob a forma de apostilamento. SIGNATÁRIOS: Pelo SLU/DF, LUIZ ANTONIO PERES FLORES, Diretor-Geral; e, pela CONTRATADA, CARLOS ROBERTO CARVALHO DE BARROS, Proprietário.

AVISO DE REVOGAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 53/98

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, torna Público, para conhecimento de quem de direito, que a licitação em referência foi revogada.

ABERTURA REALIZADA EM: 25/11/98 às 09:30horas
OBJETO: Prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva para aparelhos de fac-símile, diversas marcas, incluindo o fornecimento de peças, mediante contrato visando suprir às necessidades do Órgão no decorrer do exercício de 1999

Brasília, 23 de março de 1999
A COMISSÃO

SECRETARIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA

AVISOS DE LICITAÇÃO
EDITAL Nº 4/99
IMÓVEIS

A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA–TERRACAP, Empresa Pública, vinculada à Secretária de Assuntos Fundiários do Distrito Federal, leva ao conhecimento dos interessados que promoverá licitação pública em 27 DE ABRIL DE 1999, para venda de lotes destinados a Comércio em geral, Residência, Habitação Coletiva, Oficina, Indústria em geral, PLL, Escola, Prestação de Serviços e outros situados em Brasília e demais Cidades do Distrito Federal, obedecidas as condições do Edital 04/99-Imóveis, cujos exemplares e formulários de propostas de compra poderão ser obtidos nas Agências do BRB - Banco de Brasília S/A., nas Administrações Regionais e na Sede da TERRACAP, localizada no SAM, Bloco "F" (próximo ao Palácio do Buriti). O depósito da caução poderá ser feito até o dia 26.04.99, nas Agências do BRB - Banco de Brasília S/A. As propostas de compra deverão ser entregues entre 9 e 10 horas do dia 27.04.99, no Auditório do Edifício Sede da Companhia e sua abertura se dará após o encerramento da primeira etapa dos trabalhos (recebimento das propostas). Maiores informações poderão ser obtidas pelos telefones: (061) 344.5767, 342.1825, 343.1834 ou Telefone/FAX: 342.2022, ou pessoalmente na Sede da TERRACAP, sala 312, no horário comercial.

EDITAL Nº 5/99
IMÓVEIS

A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA–TERRACAP, Empresa Pública, vinculada à Secretária de Assuntos Fundiários do Distrito Federal, leva ao conhecimento dos interessados que promoverá licitação pública em 29 DE ABRIL DE 1999, para venda de lotes destinados a Comércio e Prestação de Serviços, Indústria, Oficina, Habitação Coletiva, Culto e outros situados na Cidade de Samambaia, obedecidas as condições do Edital 05/99-Imóveis, cujos exemplares e formulários de propostas de compra poderão ser obtidos nas Agências do BRB - Banco de Brasília S/A., na Administração Regional e na Sede da TERRACAP, localizada no SAM, Bloco "F" (próximo ao Palácio do Buriti). O depósito da caução poderá ser feito até o dia 28.04.99, nas Agências do BRB - Banco de Brasília S/A. As propostas de compra deverão ser entregues entre 9 e 10 horas do dia 29.04.99, no Auditório do Parque Três Meninas, EQ 609/611 - Samambaia e sua abertura se dará após o encerramento da primeira etapa dos trabalhos (recebimento das propostas). Maiores informações poderão ser obtidas pelos telefones: (061) 344.5767, 342.1825, 343.1834 ou Telefone/FAX: 342.2022, ou pessoalmente na Sede da TERRACAP, sala 312, no horário comercial.

Brasília, 25 de março de 1999.
GERALDO RODRIGUES SOARES
Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Imóveis

INEDITORIAIS

ARAGUAIA TURISMO RURAL LTDA

AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA

Torna público que requereu ao IEMA/SEMATEC a Licença Prévia para a atividade de **Turismo Rural,** localizada à EPPR - DF 005 - km. 03 - nº. 85, Lago Norte, em Brasília-DF.

DAR 2180/99

ASSOCIAÇÃO DOS IDOSOS DO CRUZEIRO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os senhores associados da Associação dos Idosos do Cruzeiro, convocados para Assembléia Geral Ordinária a realizar-se no dia 08 de abril de 1999,, na sua sede, na EQ 805/807 - Área Especial 02 - Cruzeiro Novo às 14:30 horas em primeira convocação, e às 15 horas em segunda convocação, para tratar dos assuntos abaixo relacionados:1 - Eleição da Diretoria; 2 - Reforma do Estatuto; 3 - Assuntos Gerais.

Josefina Pinto Rabello
Presidente

FERNANDO FRANCISCO DA SILVA

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA

Toma público que requereu ao IEMA/SEMATEC a RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO, para a atividade de exploração de areia e saibro nos Módulos 6, 11 e 12 – Fazenda Ponte Alta de Cima - Núcleo Rural Casa Grande - Gama - DF. Não foi determinado Estudo de Impacto Ambiental.

DAR 2137/99

HOSPITAL SANTA LÚCIA S/A

CGC-MF 00.025.841/0001-53

AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa no SHLS Quadra 716 Conjunto "C", Brasília-DF, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404 de 15/12/76, relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1998, bem como o Parecer de Auditores Independentes.

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL

Ficam os senhores acionistas do Hospital Santa Lúcia S/A, convocados para as Assembléias Geral Ordinária e Extraordinária a serem realizadas no dia 30 de Abril de 1999, às 09:00 horas na sede social sito à SHLS Quadra 716 Conjunto "C, Brasília/DF, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1) **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**
   - a) **Tomada de contas dos Administradores, exame e discussão das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/98;**
   - b) **Destinação do Lucro Líquido do exercício findo em 31/12/98;**
   - c) **Eleição dos Membros da Diretoria e fixação de seus honorários;**
   - d) **Aprovação da expressão monetária do Capital Social;**
   - e) **Assuntos Gerais;**
2) **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**
   - a) **Aumento do Capital Social mediante distribuição de parte das Reservas existentes em 31/12/98 e, reforma do Estatuto Social;**
   - b) **Assuntos Gerais.**

Brasília-DF, 23 de Março de 1999.

José do Patrocínio Leal — **Diretor Presidente**

José Cardoso Machado — **Diretor Financeiro**

DAR 2070

JOSÉ ARAUJO BARCELOS NETO

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA

Torna público que requereu ao IEMA/SEMATEC a RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO, para a atividade de exploração de areia e saibro na Gleba 01 – Lote 98 - Núcleo Rural Alexandre Gusmão - Brazlândia - DF. Não foi determinado Estudo de Impacto Ambiental.

DAR 2138/99

LEONARDO LUIZ MARTINS

AVISO DE CONCESSÃO DE LICENÇA

Leonardo Luiz Martins torna público que recebeu do Instituto de Ecologia e Meio-Ambiente –IEMA/SEMATEC a Licença Prévia para o Posto de Combustível – PLL, na BR-070, altura do Km 16, margem esquerda, sentido Taguatinga/Cocalzinho. Processo nº 191.000-139/99.
Obs.: não foi determinada a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental – EPIA/RIMA

DAR 2142/99

SINDICATO DOS ARTISTAS E TÉCNICOS EM ESPETÁCULOS DE DIVERSÕES DO DISTRITO FEDERAL

SCS – ED. MARISTELA SALA 1201 – BRASÍLIA-DF

AVISO DE ELEIÇÕES SINDICAIS

Serão realizadas eleições no dia 11 de maio de 1999, na sede desta entidade, para composição da Diretoria, Conselho Fiscal e Delegação de Representantes, devendo o registro de chapas ser realizado na secretaria do Sindicato(endereço acima), nos horários de 09:00 às 12:00hs e de 13:00 às 18:00hs, no prazo de 15(quinze) dias, contados da publicação do presente aviso. O presente Edital de Convocação das eleições encontra-se afixado na sede da entidade. Brasília., 25 de março de 1999. Valmir Ferreira Lima -Presidente

DAR 2176/99

SINDICATO DOS AUXILIARES DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR NO DISTRITO FEDERAL

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, ficam convocados todos os Auxiliares de Administração Escolar, empregados dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de 1º e 2º graus, que sejam associados e estejam em pleno gozo de seus direitos sindicais, a comparecerem à ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA a ser realizada no auditório da Central Única dos Trabalhadores - SDS Ed. Venâncio V lojas 04/ 14 - subsolo Brasília-DF, no dia 30 de março de 1999 às 18h00 em primeira convocação ou às 18h30 em segunda convocação, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Discussão elaboração da pauta de reivindicações. A DIRETORIA.

Pelo presente Edital, ficam convocados todos os Auxiliares de Administração Escolar, empregados dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de 3º grau, que sejam associados e estejam em pleno gozo de seus direitos sindicais, a comparecerem à ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA a ser realizada no auditório da Central Única dos Trabalhadores - SDS Ed. Venâncio V lojas 04/14 – subsolo - Brasília-DF, no dia 31 de março de 1999 às 18h00 em primeira convocação ou às 18h30 em segunda convocação, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Discussão elaboração da pauta de reivindicações. A DIRETORIA.

DAR 2172/99 (+1)

SINDICATO DOS TÉCNICOS E AUXILIARES EM RADIOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL

(FUNDANDO EM 08 DE NOVEMBRO DE 1997)

CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Por este edital, ficam convocados todos os associados do Sindicato dos Técnicos e Auxiliares em Radiologia do Distrito Federal, bem ainda, os demais integrantes das categorias representadas, para reunião de ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA a realizar-se no Auditório do Hospital de Base do Distrito Federal, no dia 29 de março de 1999 às 14:00 horas em primeira convocação, com a presença de dois terços dos associados do Sindicato, e às 14:30h em segunda e última convocação com qualquer número de presentes, para deliberar sobre os seguintes assuntos: 01) deliberação de instauração de data-base inicial; 02) apresentação e deliberação sobre a proposta de aumento salarial e condições laborativas a beneficiar todos os empregados pertencentes à categoria profissional para o ano de 1999/2000; 03) escolha, dentro os associados presentes à reunião, para criação e composição da Comissão de Negociação; 04) autorização à Diretoria celebrar Acordo Coletivo de Trabalho ou instaurar instância inaugural em Dissídio Coletivo, podendo assinar acordos normativos; 05) fixação de desconto da Contribuição Assistencial a favor do Sindicato, conforme Precedente Normativo do TST de nº 74, para custeio dos serviços sociais e assistenciais do Sindicato; 06) assuntos gerais. A presente convocação é feita nos termos do artigo 611 e seguintes do título VI c/c art. 859 da CLT.

Brasília, DF, 17 de março de 1999
NEYTELES PALMA DE SOUZA
Presidente

DAR 2147/99

3º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

RETIFICAÇÃO

No DODF nº 58, de 25-3-99, Seção III, pág. 50, no título, onde se lê: 163º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, leia-se: 3º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL.

ÍNDICE

ATOS DO PODER EXECUTIVO

.DECRETO EXECUTIVO 20123, 25-03-99..... 1
.DECRETO EXECUTIVO 20124, 25-03-99..... 1
.DECRETO EXECUTIVO 20125, 25-03-99..... 3

VICE-GOVERNADORIA

.DESPACHO-R, SUCAR, 24-03-99..... 4
.ORDEM DE SERVICO 14, SUCAR/RA-XVI-LAGO SUL, 22-03-99..... 4
.ORDEM DE SERVICO 19, SUCAR/RA-XVI-LAGO SUL, 23-03-99..... 4
.ORDEM DE SERVICO 45, SUCAR/RA-X-GUARA, 25-03-99..... 4

SECRETARIA DE FAZENDA

.ATO, SUREC/DAT-DAR, 25-03-99..... 7
.ATO DECLARATORIO 10, SUREC/DAT-DAR, 25-03-99..... 7
.ATO DECLARATORIO 83-R, SUREC, 03-03-99..... 5
.ATO DECLARATORIO 99, SUREC, 04-03-99..... 5
.ATO DECLARATORIO 115, SUREC, 05-03-99..... 5
.ATO DECLARATORIO 125-R, SUREC, 17-03-99..... 5
.ATO DECLARATORIO 127-R, SUREC, 16-03-99..... 5
.ATO DECLARATORIO 139, SUREC, 18-03-99..... 6
.ATO DECLARATORIO 140, SUREC, 19-03-99..... 6
.ATO DECLARATORIO 141, SUREC, 19-03-99..... 6
.DESPACHO, SECRETARIO, 25-03-99..... 5
.DESPACHO, SUREC, 04-03-99..... 6
.DESPACHO, SUREC, 05-03-99..... 6
.DESPACHO, SUREC, 19-03-99..... 7
.DESPACHO, SUREC/DAT-DAR, 18-03-99..... 7
.DESPACHO-R, SUREC/DAT-DAR, 23-03-99..... 7
.DESPACHO, SUREC/DAT-DT, 23-03-99..... 7
.DESPACHO-R, TARF/PRESI, 15-03-99..... 8
.PORTARIA 197-R, SECRETARIO, 25-03-99..... 4

SECRETARIA DE EDUCACAO

.DESPACHO-R, SECRETARIA, 25-03-99..... 8

SECRETARIA DA CRIANCA E ASSISTENCIA SOCIAL

.ATO, FSSDF/CANSF, 25-03-99..... 9

SECRETARIA DE OBRAS

.BALANCO, CEB, 31-12-98..... 10

SECRETARIA DE TRANSPORTES

.DESPACHO, CD, 24-03-99..... 16
.DESPACHO, SECRETARIO, 17-03-99..... 16
.DESPACHO, SECRETARIO, 19-03-99..... 16
.PORTARIA 9, SECRETARIO, 25-03-99..... 16

SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA

.DESPACHO, SECRETARIO, 22-03-99..... 16

SECRETARIA DE CULTURA

.DESPACHO, SECRETARIA, 08-03-99..... 16
.RECOMENDACAO 1, CONCUL/DF, 18-03-99..... 17

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO DISTRITO FEDERAL

.PORTARIA 13, SECRETARIO, 23-03-99..... 17

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIENCIA E TECNOLOGIA

.DESPACHO, SLU/DG, 19-03-99..... 17
.DESPACHO-R, SLU/DG, 22-03-99..... 17

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

.PORTARIA 21, SECRETARIO, 05-03-99..... 17

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

.ATA 3394-*, SECRETARIA DAS SESSOES, 24-02-99..... 29
.ATA 3398-*, SECRETARIA DAS SESSOES, 09-03-99..... 29
.ATA 3399-*, SECRETARIA DAS SESSOES, 11-03-99..... 29
.ATA 3400, SECRETARIA DAS SESSOES, 16-03-99..... 18
.ATA 3401, SECRETARIA DAS SESSOES, 18-03-99..... 24

* - ATOS REPUBLICADOS OU RETIFICADOS
R - ATOS AGRUPADOS POR RELACAO